UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - PPGCI

NELMA TEREZINHA ZUBEK VALENTE

Qualidade da informação contábil na perspectiva da Ciência da Informação

São Paulo

2014

NELMA TEREZINHA ZUBEK VALENTE

Qualidade da informação contábil na perspectiva da Ciência da Informação

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes (ECA), da Universidade de São Paulo (USP), Área de Concentração: Cultura e Informação, Linha de Pesquisa: Gestão de Dispositivos de Informação, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Asa Fujino

Versão Corrigida

(Versão original no acervo da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo)

São Paulo
Fevereiro 2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

VALENTE, Nelma Terezinha Zubek.

Qualidade da informação contábil na perspectiva da
Ciência da Informação / Nelma Terezinha Zubek Valente -
- São Paulo, 2014.

323 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Asa Fujino

Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, 2014.

Informação contábil. Assimetria da informação. Estudo
de usuários. Qualidade da informação. Ciências
Contábeis. Ciência da Informação.

CDD 020

Nome: Nelma Terezinha Zubek Valente

Título: Qualidade da informação contábil na perspectiva da Ciência da Informação

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes (ECA), da Universidade de São Paulo (USP), Área de Concentração: Cultura e Informação, Linha de Pesquisa: Gestão de Dispositivos de Informação, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me guiou, conduziu, sustentou, amparou, me deu forças e a firme confiança de sempre estar sendo conduzida por suas poderosas mãos.

Agradeço à minha orientadora Profa. Dra. Asa Fujino, pelas valiosas orientações, pela enorme capacidade e paciência, e pela sobrecarga de trabalho que lhe foi imputada para alfabetizar informacionalmente na área da Ciência da Informação uma pesquisadora de outro campo do conhecimento.

Meus agradecimentos sinceros ao Prof. Dr. L. Nelson Guedes de Carvalho pela grande disposição que sempre teve em contribuir, apoiar e incentivar o presente estudo e sobretudo pelas relevantes e valiosas contribuições que sempre deu à pesquisa, inclusive na Banca de Qualificação.

Agradeço também ao Prof. Dr. Marcelo dos Santos pelas reflexões e sugestões dadas na Banca de Qualificação para a melhor condução da pesquisa.

Meus sinceros agradecimentos ao Prof. Dr. André Carlos Busanelli de Aquino da FEA-RP/USP pelas imensuráveis contribuições que forneceu ao estudo por ocasião dos pré-testes da pesquisa sugerindo as técnicas de entrevistas e pelas valiosas e relevantes sugestões para a condução da pesquisa de campo.

Agradeço de forma especial a todos os analistas e profissionais de investimento do mercado de capitais que se dispuseram a gentilmente colaborar com a pesquisa, pelas relevantes e significativas contribuições que trouxeram ao estudo, sem as quais esta tese não existiria.

Meus especiais agradecimentos também a todos os investidores individuais que gentilmente colaboraram na fase inicial do estudo, pela disposição que tiveram em contribuir e por toda a atenção que me dispensaram.

Agradeço ainda aos Professores e alunos do Programa de Pós-Graduação da FEA/USP pela disposição em participar dos pré-testes da pesquisa e pelas valiosas contribuições dadas ao estudo.

Meus agradecimentos sinceros a Lucy Sousa, Haroldo Levy Neto, Luiz Roberto Cardoso, L. Fernando Distádio, Geraldo Soares, Roberto Sousa Gonzalez e Eduardo Moreira pelas relevantes contribuições fornecidas ao estudo por ocasião dos pré-testes e validação do instrumento de pesquisa.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – PPGCI-ECA/USP por todo o aprendizado que me proporcionaram nas disciplinas cursadas, meus sinceros agradecimentos.

Agradecimentos especiais ao Prof. Dr. Edson Luiz Riccio por ter aberto minha visão para além dos horizontes da contabilidade o que me motivou a buscar em outra ciência respostas para os problemas da contabilidade.

À Dra. Marici Cristine Gramacho Sakata meus eternos agradecimentos pelas valiosas e competentes sugestões nos momentos de maior dificuldade para a construção do referencial teórico da tese focando os dois campos do conhecimento.

Agradeço também aos professores e funcionários do Departamento de Contabilidade da FEA/USP pelo apoio incondicional recebido, pela acolhida e por terem me permitido usufruir de seus espaços e instalações para conduzir de forma mais adequada os meus estudos.

Agradeço ainda a todos os funcionários do EAC, FEA, FIPECAFI e também das empresas terceirizadas da USP pelo carinho e apoio recebido, visto que muitos deles foram anjos materializados na forma humana enviados por Deus a mim nos momentos em que mais precisava.

Revesti-vos, todos de humildade no trato mútuo,
porque *Deus resiste aos soberbos, mas dá aos humildes a sua graça.*
Humilhai-vos, portanto, sob a poderosa mão de Deus,
para que Ele em tempo oportuno vos exalte.
Confiai-lhe toda a vossa inquietude, porque ele tem cuidado de vós.
Sede sóbrios! Vigiai! Vosso adversário [...] ronda qual leão a rugir,
buscando a quem devorar.
Resisti-lhe firmes na fé, certos de que os mesmos sofrimentos
atingem vossos irmãos dispersos pelo mundo.
E o Deus de toda a graça, que em Cristo vos chamou à sua glória eterna,
a vós que sofrestes um pouco, Ele mesmo
vos há de aperfeiçoar, firmar, fortalecer e vos tornar inabaláveis.
A Ele, o poder pelos séculos dos séculos! Amém!

(1 Pedro, 5, 5-11)

RESUMO

VALENTE, N. T. Z. **Qualidade da informação contábil na perspectiva da Ciência da Informação.** 2013. 323 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

A pesquisa teve como objetivo investigar as características qualitativas da informação contábil na perspectiva da Ciência da Informação. As Demonstrações Contábeis são elaboradas e divulgadas de acordo com critérios e padrões estabelecidos por órgãos normativos e reguladores, com base na “Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro” e caracterizam-se como documentos, na Ciência da Informação, com dupla função: a) legal, comprobatória de atividades desenvolvidas pela instituição produtora e b) informativa, de interesse para potenciais usuários que atuam no mercado de capitais. Partiu-se do pressuposto que tais publicações por serem elaboradas pelos produtores, que são simultaneamente interessados na sua divulgação e no futuro uso para tomada de decisão pelos potenciais usuários, analistas de mercado, a quem cabe recomendar ou não investimentos em ações da própria empresa, embutem evidente conflito de interesse e conferem ao produtor o poder de controlar o estoque de informações, o acesso e a disponibilização de dados, sem a preocupação com as necessidades reais do potencial usuário em seus múltiplos contextos de uso. A pesquisa, predominantemente qualitativa e de natureza exploratória, incluiu um estudo de necessidades de informação de usuários, no qual foram entrevistados analistas de mercado de capitais representantes de 43 subsetores das empresas listadas na BM&FBovespa. Os resultados confirmam que a assimetria de informação decorrente da relação conflituosa entre o interesse da instituição provedora de informação e a necessidade de informação relevante para a tomada de decisão por parte dos potenciais interessados coloca em cheque as possibilidades de adoção das recomendações da própria norma. Apontam também os atributos necessários para que essas informações possam, de fato, contribuir, para melhoria das decisões. Recomenda-se que tais resultados possam ser utilizados pelos órgãos normatizadores a fim de avaliarem se o problema da não adoção dos princípios de qualidade previstos na Estrutura Conceitual se devem a não compreensão dos conceitos presentes na estrutura conceitual da área, por parte das empresas, e propor programas de esclarecimento e capacitação dos que elaboram as demonstrações contábeis; ou, caso seja um problema baseado na intenção de omitir ou dificultar a compreensão da realidade da empresa, criar mecanismos mais rígidos de controle e avaliação da adoção dos princípios na elaboração e divulgação das demonstrações contábeis.

Palavras-chave: Informação contábil. Assimetria da informação. Estudo de usuários. Qualidade da informação. Ciências Contábeis. Ciência da Informação.

ABSTRACT

VALENTE, N. T. Z. **Quality of Accounting Information from the perspective of Information Science**. 2013. 323 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

This research aimed to investigate qualitative characteristics of accounting information from the perspective of Information Science. The Financial Statements are produced and disclosed in accordance with criteria and regulations established by standard-setting and regulatory boards (IASB, CPC, CFC, CVM), based on the “The Conceptual Framework for Financial Reporting”, and are characterized, in Information Science, as documents with dual function: a) legal, and evidential of the activities developed by the producing institution, and b) informative, interesting to potential users who operate in the capital market. The initial assumption was that such publications embed evident conflict of interest because of being created by the producers, who are simultaneously interested in their disclosure and in their future use by potential users, securities analysts, who are responsible for recommending – or not - the investment in stocks of the enterprise, since they render the producer the power to control not only the storage of information, but also the access and disclosure of data, without the concern with the real needs of the potential users in their multiple contexts of use. The research, predominantly qualitative and exploratory in nature, includes a study of user information needs, in which securities analysts representing 43 subsectors of enterprises listed in BM&FBovespa were interviewed. Results confirm that the information asymmetry arising from the conflicting relation between the interest of the institution provider of information and the need for relevant information for decision-making by potential users puts in check the possibilities of adoption of the recommendations of the standard. Results also show the necessary attributes in order to make this information really helpful to decision making improvement. The recommendation is that such results may be used by regulatory boards so that they evaluate if the problem of not adopting the quality principles presumed in the Conceptual Framework are due to the non-understanding, by the companies, of concepts present in the conceptual framework of the area, and propose clarification and training programs for those who create the financial statements; or in case the problem is the intention to omit or make it difficult to understand the real situation of the enterprise, stricter mechanisms of control and evaluation of the adoption of principles in the elaboration and disclosure of financial statements should be created.

Keywords: Accounting information. Information asymmetry. Users study. Quality of Information. Accounting. Information Science.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	- <i>American Accounting Association</i>
ABM	- Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia
APIMEC	- Associação Nacional dos Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais
BM&FBovespa	- Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CAPEX	- <i>Capital Expenditure</i>
CC	- Ciências Contábeis
CEO	- <i>Chief Executive Officer</i>
CFC	- Conselho Federal de Contabilidade
CFO	- <i>Chief Financial Office</i>
CI	- Ciência da Informação
CODIM	- Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado
CPC	- Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	- Comissão de Valores Mobiliários
DFC	- Demonstração do Fluxo de Caixa
DFP	- Demonstrações Financeiras Padronizadas
DMPL	- Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido
DOAR	- Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos
DRE	- Demonstração de Resultado do Exercício
EBITDA	- <i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>)
FACPC	- Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis
FASB	- <i>US Financial Accounting Standards Board</i>
FR	- Formulário de Referência
GIC	- Gestão da Informação e do Conhecimento
IAN	- Informações Anuais
IASB	- <i>International Accounting Standards Board</i>
IBGC	- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBRACON	- Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ICT	- Informação Científica e Tecnológica
IFRS	- <i>International Financial Report Standards</i>
IIRC	- <i>International Integrated Reporting Council</i> (Conselho Internacional de Relatos Integrados)
IPECAFI	- Instituto Brasileiro de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
IPO	- <i>Initial Public Offering</i>
ITR	- Informações Trimestrais
NBC	- Normas Brasileiras de Contabilidade
OICD	- Organização da Informação em Contextos Digitais
PL	- Patrimônio Líquido
QI	- Qualidade da Informação
RI	- Relações com Investidores
RI	- Recuperação da Informação
ROIC	- Retorno sobre o capital investido
SAC	- Serviço de Atendimento ao Consumidor
SI	- Sistemas de Informação
SID	- Sistema Informativo Documental
XBRL	- <i>eXtensible Business Reporting Language</i>

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Eixo Evolutivo da Ciência da Informação.....	33
Figura 2 - Relação da Ciência da Informação com outros sistemas e disciplinas	40
Figura 3 - Conceitos de informação	44
Figura 4 - Necessidades e estoques de informação	47
Figura 5 - Fluxo de informações.....	49
Figura 6 - Usos e necessidades de informação	60
Figura 7 - Situação Problema (Contexto da Pesquisa)	127
Figura 8 - Estrutura analítica do trabalho	128
Figura 9 - Mapa do processo de análise de investimentos	135
Figura 10 - Contexto da Contabilidade.....	150
Figura 11 - Fluxo processo contábil	151
Figura 12 - Etapas processo contábil	151

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Atributos de qualidade de informação citados nos estudos nacionais da CI	103
Gráfico 2 - Atributos de qualidade da informação mais citados na literatura nacional da Ciência da Informação.....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relações interdisciplinares da CI	39
Quadro 2 - Modelo multidimensional da qualidade da informação.....	66
Quadro 3 - Categorias e dimensões de qualidade da informação.....	66
Quadro 4 - Dimensões e atributos de qualidade da informação.....	67
Quadro 5 - Categorias, dimensões e definições da qualidade da informação	68
Quadro 7 - Características qualitativas das demonstrações contábeis	77
Quadro 8 - Síntese das características qualitativas da informação contábil (CFC 1.121/08)	78
Quadro 9 - Atributos de qualidade da informação na Ciência da Informação	79
Quadro 10 - Comparativo entre atributos de qualidade da informação nas CC (CFC 1.121/08) e na CI.....	82
Quadro 11 - Características qualitativas da informação contábil-financeira útil (CFC 1.374/11)	91
Quadro 12 - Análise comparativa entre a antiga e nova Estrutura Conceitual da contabilidade	95
Quadro 13 - Fundamentos teóricos que embasam os estudos nacionais sobre qualidade da informação no campo da CI.....	98
Quadro 14 - Atributos de qualidade citados na literatura nacional da CI.....	99
Quadro 15 - Análise comparativa entre os atributos de qualidade da informação da CI e seus equivalentes na nova estrutura conceitual da contabilidade (Res. 1.374/11).....	105
Quadro 16 - Problemas e desequilíbrios entre produtor e consumidor da informação	116
Quadro 17 - Mobilidade das narrativas sobre a CI entre enfoques	130
Quadro 18 - Setores e subsetores das empresas listadas na BM&FBovespa	141
Quadro 19 - Lista das empresas, cujos analistas, foram entrevistados e setores cobertos	146
Quadro 20 - Síntese do processo contábil, escolhas contábeis e mecanismos de controle e incentivos.....	152
Quadro 21 - Detalhamento do processo contábil, escolhas contábeis e mecanismos de controle e incentivos.....	153

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Situação-problema	19
1.2 Hipótese e problema de pesquisa.....	25
1.3 Pressupostos teóricos	26
1.4 Objetivo geral	27
1.5 Objetivos específicos	27
1.6 Justificativa	28
2 PANORAMA DA LITERATURA.....	30
2.1 A informação na Ciência da Informação	30
2.1.1 A Ciência da Informação	30
2.1.2 A informação na Ciência da Informação	43
2.1.3 Mediação da informação	50
2.1.4 Gestão da informação e gestão de serviços de informação.....	54
2.1.5 O usuário na Ciência da Informação	57
2.1.6 Estudo de usuários – necessidades informacionais – comportamento informacional	59
2.1.7 Qualidade da informação na Ciência da Informação	62
2.1.8 Questões da informação e do documento na Ciência da Informação	69
2.2 A informação nas Ciências Contábeis	73
2.2.1 Qualidade da informação nas Ciências Contábeis.....	73
2.2.2 Estrutura conceitual básica da contabilidade	75
2.2.2.1 Características qualitativas da informação contábil segundo a antiga estrutura conceitual.....	76
2.2.3 Comparativo entre qualidade da informação na CI e nas CC com base na antiga estrutura conceitual – Resolução CFC 1.121/08	78
2.2.4 Qualidade da informação contábil a partir da Nova Estrutura Conceitual	86
2.2.4.1 Processo de revisão da estrutura conceitual	86
2.2.4.2 Estrutura conceitual vigente no Brasil - estrutura conceitual para elaboração e apresentação de Relatório Contábil-Financeiro – Resolução CFC 1.374/11	87
2.2.4.2.1 Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro	88
2.2.4.2.2 Características Qualitativas da Informação Contábil-Financeira Útil	90
2.3 Atributos e dimensões de qualidade da informação na Ciência da Informação	96
2.4 Análise comparativa entre os atributos e dimensões de qualidade da informação nas Ciências Contábeis e na Ciência da Informação.....	105
2.5 Desequilíbrios entre produtor e consumidor da informação	115
2.6 Demonstrações Contábeis.....	121
2.7 Relatórios contábeis obrigatórios para companhias abertas.....	123
3 METODOLOGIA.....	125
3.1 Desenvolvimento da pesquisa	125
3.2 Situação-problema e estrutura analítica da pesquisa.....	127
3.3 Recortes teóricos.....	129
3.3.1 Na Ciência da Informação	129
3.4 Universo, população e amostra	131

3.4.1	Caracterização dos sujeitos da pesquisa – usuários entrevistados	132
3.4.1.1	O profissional de investimentos	132
3.4.1.2	Contexto de atuação do profissional de investimentos	135
3.4.1.3	Ferramentas utilizadas pelos analistas para a realização de suas atividades	138
3.5	Estratégias de coleta de dados	140
3.6	Técnicas de entrevista utilizada	145
3.7	Estratégias de análise de dados	148
4	APLICAÇÃO DOS CONCEITOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL	150
A)	Caracterização do contexto da Contabilidade	150
4.0	Resultados e discussão	157
4.1	Resultados da pesquisa de campo piloto (pré-teste)	157
4.2	Apresentação e análise dos resultados	160
4.2.1	Processo de atividade dos analistas	162
4.2.1.1	Como o analista descreve a atividade que desenvolve	162
4.2.1.2	Processo de atividade do analista	163
4.2.1.3	Funções que o analista deve desempenhar	166
4.2.1.4	Divisão de trabalho entre a equipe de analistas	166
4.2.1.5	<i>Start</i> para o início do processo: aspecto que desencadeia a necessidade da busca por informações	167
4.2.2	Tecnologias utilizadas pelos analistas	169
4.2.2.1	- Tecnologias utilizadas para a construção do modelo de análise	169
4.2.2.2	Como era o processo de análise antes das tecnologias	171
4.2.2.3	Vantagens da automação	171
4.2.3	Fontes de informação - onde os analistas buscam as informações	172
4.2.3.1	Principais fontes de informação	172
4.2.3.2	Fontes de informação adicionais	176
4.2.3.3	Outras fontes de informação adicionais	181
4.2.3.4	Acesso às fontes – contato direto com as empresas	181
4.2.3.5	Acesso a outras fontes de informações adicionais	184
4.2.3.6	Importância do contato direto com a empresa como fonte de informação	185
4.2.3.7	Importância das visitas técnicas, visitas à campo como fonte de informação e de observar de perto o que acontece com o negócio por meio de pesquisa de mercado (direta)	185
4.2.3.8	O que faz o analista quando não encontra as informações que necessita	187
4.2.3.9	Assimetria de informações – conflitos de interesse em relação às fontes de informação	189
4.2.4	Canais de acesso às informações	191
4.2.5	Percepção sobre qualidade da informação	192
4.2.5.1	Julgamento sobre riqueza de informações – boas informações	192
4.2.5.2	Tipo de informações que julga mais ricas	193
4.2.5.3	Critério de julgamento da qualidade das informações contábil-financeiras	194
4.2.5.4	Atributos de qualidade da informação mencionados ou inferidos	200
4.2.5.5	Outros indicativos de qualidade da informação	202
4.2.5.6	Indicativos de não qualidade da informação	202
4.2.5.7	Percepção sobre as demonstrações e relatórios contábeis	204

4.2.5.8	Percepção sobre a quantidade de informações disponibilizadas ...	208
4.2.5.9	Consequências da má qualidade da informação fornecida - para a empresa	209
4.2.5.10	Consequências da má qualidade da informação fornecida - para os investidores	210
4.2.5.11	Conflitos de agência, conflito de interesses e assimetria de informações	210
4.2.6	Fatores de confiança ou desconfiança nas informações divulgadas	211
4.2.6.1	Fatores de confiança nas informações	211
4.2.6.2	Razões da desconfiança nas informações	213
4.2.6.3	Variação no grau da desconfiança nas informações	215
4.2.6.4	Como age quando não confia nas informações prestadas	216
4.2.6.5	Validação das informações prestadas pelas companhias	219
4.2.7	Informações que utiliza para a atividade de análise	222
4.2.7.1	Grau de importância das informações contábeis para a atividade de análise	222
4.2.7.2	Demonstrações e relatórios utilizados	224
4.2.7.3	Razões do não uso das demonstrações contábeis	229
4.2.7.4	Informações que busca nas demonstrações e relatórios	230
4.2.7.5	Informações que utilizam para realizar a análise	235
4.2.7.6	Informações que julgam relevantes	237
4.2.7.7	Informações adicionais que buscam	239
4.2.7.8	Informações que não utilizam	240
4.2.7.9	Diferenças de uso das informações	241
4.2.8	Dificuldades e barreiras	242
4.2.8.1	Dificuldades para acesso, obtenção e uso das informações	242
4.2.9	Impactos de outros fatores na qualidade das informações	252
4.2.9.1	Impacto das IFRS na qualidade das informações contábeis	252
4.2.9.2	Impacto da Governança Corporativa na qualidade das informações	255
4.2.9.3	Impacto da Auditoria na qualidade das informações	256
4.2.9.4	Impacto da responsabilidade legal e civil dos gestores	258
4.2.9.5	Impacto do papel da CVM	258
4.3	Críticas à contabilidade	259
4.4	Sugestões para a melhoria da qualidade das informações contábeis	260
5	CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	263
5.1	Conclusão	263
5.2	Limitações do estudo	272
5.3	Recomendações	273
	REFERÊNCIAS	274
	GLOSSÁRIO	305
	APÊNDICE	307

1 INTRODUÇÃO

A natureza interdisciplinar da Ciência da Informação, compartilhada por outros campos do conhecimento, é considerada como uma das características gerais que constituem a razão da sua existência e evolução (SARACEVIC, 1996, p. 42). Segundo o autor, “Os problemas básicos de se compreender a informação e a comunicação, suas manifestações, o comportamento informativo humano e os problemas aplicados ligados ao ‘tornar mais acessível um acervo crescente de conhecimento’, incluindo as tentativas de ajustes tecnológicos, não podem ser resolvidos no âmbito de uma única disciplina.” Em sua visão, “Problemas complexos demandam enfoques interdisciplinares e soluções multidisciplinares.” (SARACEVIC, 1996, p.48).

A. M. Silva (2006, p.141) vai além afirmando que a Ciência da Informação (CI) é inter e transdisciplinar. No entender do autor, a

[...] Ciência da Informação é uma ciência social que investiga os problemas, temas e casos relacionados com o fenómeno info-comunicacional perceptível e cognoscível através da confirmação ou não das propriedades inerentes à génese do fluxo, à organização e ao comportamento informacionais (origem, colecta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação). Ela é trans e interdisciplinar [...] (SILVA, A. M., 2006, p. 141).

Para Saracevic (1996, p. 48), a introdução e a permanência do objetivo interdisciplinar na CI são decorrentes da variedade de formação e campo das pessoas que se ocuparam com os problemas iniciais da CI, havendo entre os pioneiros, o envolvimento de:

[...] engenheiros, bibliotecários, químicos, lingüistas, filósofos, psicólogos, matemáticos, cientistas da computação, homens de negócios e outros vindos de diferentes profissões ou ciências. Certamente, nem todas as disciplinas presentes na formação dessas pessoas tiveram uma contribuição igualmente relevante, mas essa multiplicidade foi responsável pela introdução e permanência do objetivo interdisciplinar na CI.

Na visão de Benoit (2012, p.15), a identidade da CI está evoluindo moldada pelo reconhecimento da relação da ciência da informação com outros campos, não mais como uma serviçal, mas como uma parceira.

Embora as relações da CI com outras disciplinas estejam mudando e a despeito de sua evolução interdisciplinar estar longe de ser completada (SARACEVIC, 1996), a Ciência da Informação, juntamente com muitas outras disciplinas, teve e tem um importante papel a desempenhar como participante ativa e deliberada na evolução da sociedade da informação, desempenhando um importante papel por sua forte dimensão social e humana, que ultrapassa a tecnologia.

Nesse sentido, A. M. Silva (2007) ao tratar da dinâmica transdisciplinar da CI entende que esta se constrói e se consolida através da simbiose das disciplinas práticas fundacionais como a Arquivística e a Biblioteconomia/Documentação e, em sentido restrito, a própria CI. Para o autor, ao se considerar o perfil da área de Sistemas de Informação [aqui concebida a disciplina científica dos chamados Sistemas (Tecnológicos) de Informação (SI), segundo o autor], seria correto

[...] colocar a CI como uma das várias ciências que integram este campo intercientífico, abordando questões e contribuindo com respostas concernentes a toda a processualidade info-comunicacional em qualquer contexto, seja analógica, seja digital [...]. Isto dito, não impede reconhecer o facto de que a concepção de aplicações informáticas (SI) destinadas a produzir, a armazenar e a recuperar informação (humana e social) constitui, sem dúvida, uma valência aplicacional da CI, 'absorvendo', na prática, os SI como uma espécie de ferramenta sua [...] (SILVA, A. M., 2007, p.40)

Para A. M. Silva (2006, p. 107-109), “A rectificação do posicionamento relacional entre a CI e os SI surge impulsionada por uma nova luz que já nos guiou no respeitante às denominadas Ciências da Comunicação, onde a Sociologia e a Semiologia/Semiótica preponderam.” Na concepção do autor, a Ciência da Informação (CI) interage ativa e proximamente com essa interdisciplina, em mutação e em rota de aproximação com a interciência Sistemas de Informação (SI), uma vez que se registram coincidências de tópicos e problemas entre os Sistemas de Informação (SI) e as Ciências da Comunicação.

Ressaltando a necessidade e importância de que a mobilização de recursos no campo da CI tenha como foco os usuários da informação, o que exige o diálogo interdisciplinar da CI com outras áreas do conhecimento, Neves (2006, p. 39) assevera que

[...] não basta a disponibilização de livros e periódicos, bases de dados e equipamentos de última geração, é preciso que tais recursos sejam mobilizados a favor de seus usuários. A ação de mobilização requer estudos

em Ciência da Informação junto a outras áreas das Ciências Sociais, pois este diálogo permite incentivar as conexões entre os sistemas de informações e os indivíduos na busca pela informação.

A necessidade desse diálogo também é reconhecida no campo das Ciências Contábeis. Tal entendimento pode ser corroborado pela afirmação de Iudícibus, Martins e Carvalho (2005, p.3) que, ao tratar das funções e objetivos da Contabilidade, em sua abordagem pragmática, ressaltam o necessário apoio de outras disciplinas para a consecução de seus objetivos

A capacidade de capturar, primeiro, a ocorrência dos eventos econômicos que impactam em um determinado estado de riqueza, depois a de precificá-lo e, por último, de comunicar seus efeitos, é o desafio a que a Contabilidade está, não apenas preferencialmente, mas de fato unicamente, habilitada a enfrentar, apoiando-se sempre em disciplinas afins dentre as quais o Direito, a Economia, os Métodos Quantitativos e a Ciência da Informação. (IUDÍCIBUS; MARTINS; CARVALHO, 2005, p.3)

De forma que a interação e diálogo interdisciplinar da Ciência da Informação pode ocorrer também com o campo das Ciências Contábeis, pois, segundo a visão de Moscové, Simkin e Braganoff (2002), a Contabilidade é em si um sistema de informações por caracterizar-se como um processo comunicativo que coleta, armazena, processa e distribui informações para os que dela necessitam. Nesse sentido, contribuições ao estudo da contabilidade como sistema de informação também podem ser vistas no estudo de Riccio (1989) no qual se destaca a Deliberação CVM 29 (1986), que desde a concepção da primeira Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade proposta pelo Instituto Brasileiro de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras / Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IPECAFI-IBRACON, 1986), já enfatizava a concepção da Contabilidade como um Sistema de Informação e Avaliação destinado a fornecer aos seus usuários demonstrações e análises de diferentes naturezas (financeira, econômica e de produtividade). A concepção de contabilidade como sistema de informação é corroborada por outros autores desse campo do conhecimento, tais como Iudícibus (1997), e Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000).

Portanto, concebendo-se a Contabilidade como um Sistema de Informação (IPECAFI-IBRACON, CVM, 1986; RICCIO, 1989; IUDÍCIBUS, 1997; IUDÍCIBUS, MARTINS; GELBCKE, 2000; MOSCOVE; SIMKIN; BRAGANOFF, 2002), entende-se que a Ciência da Informação, em sua essência inter, multi e transdisciplinar, pode

contribuir com respostas concernentes aos problemas e questões relacionados à processualidade informacional e comunicacional do sistema contábil no sentido de se aprimorar a sua eficácia e, por conseguinte, chegar-se a uma maior qualidade da informação contábil.

Assim, tendo em conta que o foco do presente estudo está centrado na análise da qualidade da informação contábil segundo os pressupostos da Ciência da Informação, entende-se como necessário que, antes de qualquer discussão a respeito da qualidade da informação na contabilidade, primeiro se apresentem as bases teórico-metodológicas utilizadas pela CI para o tratamento da qualidade da informação.

Na Ciência da Informação (CI), a qualidade da informação está relacionada à sua efetiva utilidade para o usuário. Assim, a questão do usuário é crucial para a concepção de Produtos e Serviços de Informação (FUJINO, 2000, 2004), uma vez que, segundo Barreto (1994, p.2), “A informação, quando adequadamente assimilada, produz conhecimento, modifica o estoque mental de informações do indivíduo e traz benefícios ao seu desenvolvimento e ao desenvolvimento da sociedade em que ele vive.” Porém, considerando que cabe ao produtor da informação decidir “[...] sobre o ‘empacotamento’ tecnológico para a distribuição da informação [...]”, tal situação lhe dá condições de manipular a disponibilidade e o acesso à informação.

Nesse mesmo sentido, Fujino e Jacomini (2007, p. 76) complementam destacando que “[...] a produção de estoques de informação não implica necessariamente um compromisso com a produção do conhecimento [...] que para ocorrer [...] depende da competência para a apropriação da informação pelos receptores e das formas de distribuição ou transferência da informação [...] no nível contextual e cognitivo [...]”.

Decorre daí o entendimento de Fujino (1993) e Fujino e Jacomini (2007, p. 74) quando afirmam que a informação “[...] como novo objeto, que é produzido de forma intencional com vistas à geração de mais conhecimento para o indivíduo e para o seu meio, implica no estabelecimento de uma nova relação entre a informação e seu contexto de uso [...]”

Com base nesse entendimento, Fujino (1993) propôs um modelo de estudo de usuários de serviços de informação baseado em cenário construído a partir do contexto de uso da informação pelos usuários. Defendendo que o conhecimento dos

aspectos da realidade vivenciada pelos usuários é fundamental para a compreensão de suas expectativas e, conseqüentemente, para o planejamento de um serviço que deve ter como objetivo básico a satisfação desse público-alvo, a autora entende que o modelo de estudo de usuários deve possibilitar a detecção de elementos que permitam definir com maior segurança que dados são relevantes para a tomada de decisão dos usuários e isso pressupõe a análise do contexto e das condições de uso. Segundo a autora, a identificação de elementos qualitativos sob a perspectiva do próprio usuário deve “[...] contribuir para o estabelecimento de critérios de referência para a discussão dos indicadores de eficácia para um Sistema de Informação [...]” (FUJINO, 1993, p.10). Embora o referido modelo tenha sido aplicado no contexto específico de um Sistema de Informação Tecnológica em empresas industriais, entende-se que sua aplicação na Contabilidade, entendida com um Sistema de Informação, é adequada e pertinente, sendo, portanto, o modelo de referência a ser adotado nesta tese, para aferir a eficácia do Sistema de Informação “Contabilidade”, ou seja, a qualidade da informação contábil. Isso porque o processo comunicativo de coleta, armazenamento, processamento e distribuição de informações aos usuários que caracterizam a contabilidade como um sistema de informação (MOSCOVE; SIMKIN; BRAGANOFF, 2002) destinado a prover os usuários de demonstrações e análises de natureza física, financeira, econômica e de produtividade (IBRACON, 1992; CVM, 1986; RICCIO, 1989; IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2000) representa serviços de informação com vistas ao atendimento das necessidades dos seus usuários.

Não se tem conhecimento, contudo, de estudos de usuários no campo das Ciências Contábeis, de forma que o sistema de informação contábil como hoje se apresenta respalda-se no *framework* da Estrutura Conceitual da contabilidade. Segundo Christensen (2009), esse *framework*, além de definir os objetivos da regulação da contabilidade, estabelece também os limites e os meios ao regulador para que tais objetivos sejam alcançados. De acordo com Cardoso, Aquino e Bitti (2011, p. 1571), as estruturas conceituais da contabilidade financeira (IASB, 2010a, 2010b; CPC, 2008; CVM, 1986; AAA, 1966) são utilizadas segundo o que preceituam Maines e Wahlen (2006) servindo de base para implantações futuras, convergência e adaptabilidade de novos sistemas visando não somente a geração, mas também a confiabilidade e relevância da informação produzida.

Ocorre que, segundo Cardoso, Aquino e Bitti (2011, p. 1571):

Em grande parte, o conteúdo das estruturas conceituais da contabilidade financeira em vigor nos principais mercados de capitais (IASB, 2010 e AAA, 2010) reproduzem o conteúdo do estudo intitulado *A statement of basic accounting theory (Asobat)*, desenvolvido pela *American Accounting Association (AAA)* durante a década de 1960 (AAA, 1966).

Portanto, tal afirmação, além de confirmar a carência de estudos científicos para subsidiar a concepção da estrutura conceitual que fundamenta o sistema de informação contábil, deixa evidente a necessidade de que estudos sejam realizados no sentido de respaldar cientificamente tais concepções.

Em dezembro de 2011, objetivando correlação às Normas Internacionais de Contabilidade, foi publicada uma nova versão da Estrutura Conceitual incluindo dois capítulos já aprovados pelo *International Accounting Standards Board – IASB* do projeto de revisão e atualização de sua Estrutura Conceitual que está sendo conduzido em fases e ainda se encontra em pleno processo de atualização. Essa nova versão denominada Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro foi normatizada pelo CPC_00_R1 e pela Resolução n. 1.374/11 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Um dos capítulos alterados foi justamente o que trata das Características qualitativas da informação contábil que passou a denominar-se Características qualitativas da informação contábil-financeira útil. Considerando alterações ocorridas nos atributos de qualidade de informação componentes da antiga Estrutura Conceitual onde alguns foram extintos e novos inseridos na atual Estrutura Conceitual, julgou-se por bem manter as duas Estruturas Conceituais nos fundamentos e discussão desta, considerando o escopo do estudo que trata da Qualidade da Informação Contábil.

Assim, entendendo-se que as abordagens teórico-metodológicas da CI são mais adequadas para tratar da qualidade da informação no contexto da contabilidade, esforços foram empreendidos no sentido de buscar na Ciência da Informação subsídios para refletir sobre a qualidade da informação Contábil.

1.1 Situação-problema

Na Ciência Contábil há consenso sobre a finalidade da contabilidade como provedora de informações úteis para diferentes usuários, de modo que eles possam

avaliá-las para subsidiar decisões econômicas. Essas informações são disponibilizadas pelas empresas para os usuários externos, por meio das demonstrações financeiras, cuja produção e divulgação seguem padrões e normas definidas por órgãos normativos e reguladores de informações econômico-financeiras divulgadas para o mercado, a exemplo da CVM - Comissão de Valores Mobiliários, CFC – Conselho Federal de Contabilidade e CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, no âmbito nacional.

No que se refere ao âmbito internacional, em 2008, o Brasil iniciou a aplicação das normas internacionais de contabilidade, segundo as *IFRS – International Financial Report Standards*, propostas pelo *IASB – International Accounting Standards Board*, estando ainda em fase de transição para adoção das normas internacionais.

A convergência para a adoção das normas internacionais é considerada de fundamental importância para a contabilidade em razão das grandes diferenças existentes entre as normas adotadas por diferentes países. A literatura (WEFFORT, 2005; ECLLES; KRZUS, 2011) mostra que existe relação entre o ambiente institucional de cada país e os diferentes sistemas de divulgação financeira, de modo que há diferenças significativas entre as normas que regem a produção e divulgação de demonstrações financeiras orientadas ao credor e aquelas direcionadas prioritariamente aos investidores.

Assim, sistemas de informação em países cuja política financeira é voltada para o mercado de capitais tendem a priorizar necessidades de informação para os investidores, bem como aqueles voltados para o credor tendem a priorizar informações úteis para credores (WEFFORT, 2005; YAMAMOTO, 2005; YAMAMOTO; SALOTTI, 2006).

Também o sistema jurídico de cada país impacta nessas diferenças. Nesse sentido destaca-se a afirmação de Oda (2011, p.6) ao ressaltar que “[...] na análise do sistema jurídico de cada país, deve-se observar não apenas a existência de leis, mas também a capacidade de execução (*enforcement*) dos reguladores e fiscalizadores.” Assim, considera que “[...] a legislação e regulação englobam aspectos de proteção ao investidor e as normas específicas da área contábil e de mercado, no que se refere à elaboração e auditoria das demonstrações contábeis.”

Preocupado com esse e muitos outros problemas decorrentes da inexistência de padrões mais comparáveis para a contabilidade, o IASB, enquanto órgão

internacional, sempre buscou a convergência entre as normas dos diferentes países, de modo a estabelecer um conjunto de padrões para a produção e divulgação das demonstrações financeiras. No entanto, o fato de os sistemas de informação contábil serem concebidos para priorizarem a oferta de informação de acordo com o interesse do ofertante cria automaticamente um conflito de interesse entre a oferta e a necessidade do usuário, principalmente o externo, e põe em cheque, inclusive, as políticas de governança corporativa, quando vistas na perspectiva da Ciência da Informação.

A relação intrínseca entre o ofertante de informação e o potencial usuário, com suas especificidades, aparece de forma mais explícita em Iudícibus, Martins e Carvalho (2005), para quem a Contabilidade tem a sua faceta prática importante por servir como instrumento de *accountability*¹ de avaliação da entidade e de seus gestores, da prestação de contas destes e como insumo básico para a tomada de decisões dos agentes econômicos, tanto internos quanto externos à entidade.

Considerando que, segundo o IBRACON (1992) e CVM (1986, p. 1), o usuário da contabilidade é entendido como sendo “[...] toda pessoa física ou jurídica que tenha interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade, seja tal entidade empresa, ente de finalidades não lucrativas, ou mesmo patrimônio familiar”, é importante ressaltar que estruturalmente, os usuários da informação contábil estão divididos em dois âmbitos de localização: usuários internos e usuários externos. Os usuários internos são aqueles diretamente vinculados ao ambiente das entidades em que se localizam, tais como: administradores e empregados, e os usuários externos são aqueles vinculados externamente à entidade, participando dela ou não, tais como: seus investidores, credores, governo, entre outros.

Observa-se também que o conceito de utilidade da informação para o usuário na Ciência Contábil é determinado por características, denominadas como qualitativas contidas nas demonstrações contábeis e relacionadas ao CPC00_R1 e

¹ Embora segundo Campos (1990) ainda não tenha sido possível encontrar em nossa língua pátria um vocábulo que corresponda fielmente ao significado do termo, para Levy (1999) *accountability* é a obrigação que alguém tem de prestar contas ao assumir responsabilidades perante outrem. Segundo Nakagawa, Relvas e Dias Filho (2007), a *accountability* de uma organização tem início com a contabilização (*bookkeeping*), ou seja, escrituração por partidas dobradas das atividades e das transações realizadas por ela e termina com as informações e as comunicações geradas pela Contabilidade (*accounting*) sobre o desempenho econômico-financeiro do negócio e suas consequências futuras, em termos de fluxos de caixa. Segundo os autores, pode-se dizer que a *accountability* é o que distingue a contabilidade de outros sistemas de informação, sendo, portanto, a espinha dorsal da Contabilidade.

Resolução CFC 1.374/11 “NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro” que norteiam a produção e divulgação das informações.

Tais características são definidas e contextualizadas sob o ponto de vista do produtor da informação e partem do pressuposto de que essas são as características que atendem as necessidades de informação do usuário. Isto porque, embora as diretrizes propostas mencionem a utilidade da informação para o usuário, as próprias normas estabelecidas pela Ciência Contábil admitem explicitamente que os critérios de divulgação das informações contábeis “[...] não tem o propósito de atender a finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários.” (Resolução CFC n. 1.374/11, p.4).

Isto evidencia uma concepção de sistema de informação similar àqueles baseados em modelo “ofertista-linear” que, segundo Fujino (2007), tem como objetivo a divulgação de informações de acordo com interesses da instituição provedora de informação, sem considerar as reais necessidades da demanda, constituindo-se num sistema de viés autoritário e pouco transparente (FUJINO, 1993, 2007). De fato, a assimetria da informação apontada em vários estudos (LOPES, 2001, 2002; YAMAMOTO, 2005; YAMAMOTO; SALOTTI, 2006) tem sua origem nesta relação conflituosa entre o interesse da instituição provedora de informação e a necessidade de informação relevante para tomada de decisão por parte dos potenciais usuários. Para efeito deste estudo, é necessário, entretanto, distinguir

[...] o conflito de interesse decorrente de interesses da instituição provedora de informação e a necessidade de informação relevante para tomada de decisão por parte dos potenciais usuários, do denominado “conflito de agência” que ocorre quando o chamado principal (alguém que deveria tomar uma decisão, como, por exemplo, o dono da empresa, ou os acionistas em uma companhia aberta) delega a um agente (como por exemplo, o presidente-executivo ou um diretor) a responsabilidade pela tomada de decisão (agir em seu nome). Como ambos podem ter interesses distintos em relação a empresa, surge o conflito (de agência). No cerne do conflito de agência está um conflito de interesses (oriundo da separação entre propriedade e controle), mas são conceitos distintos na Teoria de Finanças. (BERLE; MEANS, 1932; JENSEN; MECKLING, 1976).

Segundo Yamamoto (2005), Lopes e Martins (2005), Yamamoto e Salotti (2006), muitos conflitos são agravados pela existência de problemas de assimetria

informacional, situação em que uma das partes possui mais informação do que a outra.

No caso dos conflitos de agência, tais problemas decorrem da separação entre propriedade e controle, e sua solução é buscada por meio da governança corporativa, prática que engloba um conjunto de mecanismos de gestão, incentivo e controle (SILVEIRA, 2002). No entanto, a literatura que trata do assunto é incisiva em ressaltar que tais mecanismos, quando presentes individualmente, “[...] não são capazes de inibir amplamente a ocorrência dos conflitos de agência. Cada um atua em níveis diferentes e de formas específicas para o alinhamento de interesses dentro das organizações.” (SILVEIRA, 2002; ODA, 2011, p.25).

No entanto, a divulgação de informações, preparadas em conformidade com as normas e princípios contábeis, especialmente no que se refere às características qualitativas das demonstrações contábeis, deveria contribuir para aumentar a credibilidade da empresa perante todos os interessados. Isso decorre do pressuposto de que quanto maior o *disclosure* (abertura de informações relevantes sobre a empresa) maior a redução da assimetria informacional e, por conseguinte, menor o grau de conflitos de agência e maior a qualidade da governança corporativa (ODA, 2011).

Assim, as características consideradas qualitativas da informação contábil podem ser questionadas quando vistas da perspectiva da utilidade para o usuário, uma vez que o sistema de informação contábil, ao contrário dos sistemas de informação concebidos no âmbito da Ciência da Informação, não consideram o usuário como protagonista, de fato, do sistema de informação, mas apenas como um agente passivo do sistema econômico-financeiro. Embora o sistema de informação contábil tenha como base o conceito de transparência para o usuário, nota-se preocupação maior com a publicização dos dados do que em contextualizá-los visando melhores condições de compreensão pelo usuário. Fujino (2006), em trabalho sobre portais empresariais, observa que muitas das instituições se preocupam em dar publicidade às suas atividades, sem uma preocupação voltada para o atendimento das necessidades do potencial usuário. Nesse sentido, não considera o seu potencial de apropriação formal ou cognitiva e torna-se um sistema autoritário e antidemocrático. Fazendo um paralelo com as análises de portais realizadas pela autora (FUJINO, 2006), identifica-se a ocorrência de problema similar na divulgação das informações contábeis.

Além das dificuldades para obtenção de informações para atendimento às suas necessidades, o usuário lida também com problemas de confiabilidade e compreensibilidade (LEHAVY; LI; MERKLEY, 2011), em função da falta de garantia em relação à fidedignidade das informações contábeis. Especialmente em se tratando de informações contábeis públicas (de companhias abertas) tratadas neste estudo, tais problemas poderiam ser amenizados em decorrência do papel desempenhado pelas auditorias independentes. Mas, vale ressaltar que também nesse quesito pode existir conflito de interesse entre as auditorias e as companhias, uma vez que são estas que contratam e pagam o auditor. E, a despeito da existência de um código de conduta para a atividade da auditoria e procedimentos normativos e legais para o desenvolvimento de tais atividades, nada garante que esse conflito de interesses seja totalmente eliminado.

Embora as normas determinem a fiel representatividade das informações em relação ao patrimônio evidenciado, Fujino (1993, 2000), ao discutir a gestão de sistemas de informação no âmbito da Ciência da Informação, considera que não é possível garantir transparência em um sistema em que o ofertante é o próprio interessado na divulgação e uso das informações para tomada de decisões dos potenciais usuários. No sistema contábil, tal preocupação deve ser redobrada, pois o resultado do uso da informação poderá significar retorno maior ou menor de investimentos para o próprio ofertante da informação.

Partindo do pressuposto de que a informação passível de ser utilizada pelo usuário deva não apenas ser produzida de acordo com as diretrizes propostas, mas ser relevante ao usuário em função da sua necessidade em termos de tempo, forma e conteúdo, é necessário empreender estudos que avaliem a real necessidade de informação contábil por parte dos usuários em contextos específicos de uso.

No entanto, há carência de estudos sobre usuários da informação contábil e não é possível assegurar que informações produzidas e divulgadas de acordo com tais características estejam atendendo qualitativamente as necessidades de informação dos potenciais usuários para tomada de decisão em diferentes contextos.

1.2 Hipótese e problema de pesquisa

Trabalha-se com a hipótese de que o sistema de informação contábil embute conflitos de interesses entre produtor, auditor e usuário da informação, e não atende às necessidades de informação dos potenciais usuários tomadores de decisão e, se concebido de acordo com os princípios estabelecidos pela Ciência da informação, a partir de estudo de necessidades de usuários em contextos específicos de uso, poderá tornar-se base de um eficaz sistema de governança. Para tanto, é necessário refletir sobre a aplicabilidade dos modelos, métodos e procedimentos de estudos de necessidades de usuários empreendidos de acordo com as propostas teórico-metodológicas da Ciência da Informação, para o âmbito da Ciência Contábil. Tal esforço poderá trazer contribuições relevantes para a Contabilidade, uma vez que, na Ciência da Informação, o estudo de necessidades e uso da informação é a base para qualquer atividade de planejamento e gestão de sistemas de informação.

Além disso, entende-se que os atributos e dimensões da qualidade da informação que embasam os estudos na Ciência da Informação (CI) são fundamentais para analisar e entender as características Qualitativas da Informação Contábil que consubstanciam a qualidade da informação nas Ciências Contábeis (CC).

A busca de respostas a esses problemas foi realizada tomando por base o modelo teórico-metodológico para estudo de usuários proposto por Fujino (1993) no qual se analisa o contexto de uso da informação demandada pelo usuário. Fundamentada nesse modelo, a problemática deste estudo centra-se na proposição e aplicação de uma proposta para estudo de usuários - aqui entendidos como aqueles externos, vinculados externamente à entidade, participando dela ou não - da informação contábil, que permita identificar as dimensões (em termos de forma e conteúdo) consideradas de qualidade na perspectiva do usuário das Demonstrações Financeiras e responder à seguinte indagação: Como definir e planejar um sistema de informação eficaz para as Ciências Contábeis?

1.3 Pressupostos teóricos

Smit (2003), ao refletir sobre os conceitos de documento e de informação e suas distinções para a Biblioteconomia e para a Arquivologia, propõe que se utilize a **função** atribuída à informação como modo de distinção. Para a autora (2003, p.6), "na Arquivística os documentos são produzidos em decorrência natural de atividades da instituição e estocados para provar, testemunhar ou informar sobre essas atividades", enquanto que, na Biblioteconomia, a ênfase recai sobre a utilização das informações contidas nos documentos para determinado grupo social ou institucional.

Por outro lado, Barreto (1994) alerta para a necessidade de compreensão da relação entre produtores e consumidores de informação. Para o autor, a produção de estoques de informação orienta-se por uma racionalidade técnica e produtivista, enquanto que o consumo está condicionado por limitações textuais e cognitivas em função de núcleos sociais com divergências em termos de grau de instrução, domínio dos códigos linguísticos, confiança nas fontes, entre outros e são as divergências e aproximações que condicionam a distribuição da informação, o seu uso e assimilação.

A partir desses pressupostos, entende-se que:

P1 - As Demonstrações Financeiras são elaboradas e divulgadas pela própria instituição detentora das informações atendendo critérios e padrões estabelecidos por órgãos normativos e reguladores (IASB, CPC, CFC, CVM). Deste modo, na perspectiva da CI, caracterizam-se como documentos mais próximos da Arquivística, cuja função é a de comprovar atividades institucionais, sem a preocupação com a função informativa e o potencial de utilização pelos potenciais usuários em múltiplos contextos de uso.

P2 – A concepção do sistema de informação contábil de acordo com os princípios estabelecidos pela Ciência da Informação poderá, de um lado, assegurar tanto o caráter legal e comprobatório das demonstrações contábeis, quanto o caráter informativo aos seus potenciais usuários.

P3 – Cada usuário tem necessidade de informação a partir de contextos específicos de uso, conforme defendido por Fujino (1993) e Barreto (1994) e essas necessidades devem ser mapeadas para a proposição de diretrizes que subsidiem a produção e divulgação de informação contábil com atributos de qualidade que possam contribuir para consolidação de modelos de governança.

1.4 Objetivo geral

Identificar e caracterizar os diferentes contextos de uso da informação contábil; as dimensões em termos de forma e conteúdo consideradas de qualidade da informação na perspectiva do usuário e os principais problemas e dificuldades enfrentados pelos usuários para a utilização das informações presentes nas Demonstrações Contábeis divulgadas, como base para a concepção do sistema de informação contábil de acordo com os princípios estabelecidos pela Ciência da Informação, que assegure tanto o caráter legal e comprobatório das demonstrações contábeis, quanto o caráter informativo aos seus potenciais usuários.

1.5 Objetivos específicos

1. Identificar e caracterizar os diferentes contextos de uso da informação contábil.
2. Identificar as dimensões (em termos de forma e conteúdo) consideradas de qualidade da informação na perspectiva do usuário das Demonstrações Contábeis.
3. Identificar os principais problemas e dificuldades enfrentados pelos diferentes usuários para a utilização das informações presentes nas Demonstrações Contábeis divulgadas.

1.6 Justificativa

De acordo com os pressupostos da CI, a simples existência de estoques de informação não garante a apropriação destas pelos usuários e a consequente geração de conhecimento. Esta situação está presente nas Ciências Contábeis vista sob sua abordagem pragmática, utilitária, em que infinidade de “informações” são produzidas e disponibilizadas (divulgadas) supondo-se atender às necessidades de diferentes usuários ou, pelo menos, de um grupo específico de usuários, porém sempre na ótica do produtor da informação.

Nesse sentido, embora a literatura contábil aponte de forma incisiva a importância das informações divulgadas através das demonstrações e relatórios contábeis para a decisão dos usuários, há carência de estudos que permitam compreender divergências e aferir a relevância das informações contidas nas demonstrações contábeis para os diferentes usuários.

O conhecimento dos diferentes contextos de uso da informação contábil permitirá identificar dificuldades e as reais necessidades dos usuários para a utilização das informações contábeis nas Demonstrações Contábeis publicadas. Por outro lado, poderá contribuir para melhoria das formas de comunicação entre provedores e usuários e subsidiar eventuais alterações nas formas de divulgação atualmente adotadas.

A elaboração deste tipo de estudo deve necessariamente buscar suporte na Ciência da Informação que possui as bases teórico-metodológicas para estudo de necessidades de informações em ambientes específicos constituindo o “lócus” interdisciplinar para o avanço da Ciência Contábil nesse quesito.

O conceito de qualidade da informação na Ciência da Informação pressupõe a atribuição de significado à informação pelo usuário. Tal condição indica que os atributos de qualidade da Informação na Ciência da Informação são mais apropriados para estudo de relevância da informação para as Ciências Contábeis e poderá contribuir para elaborar informações com maior potencial de adequabilidade às condições de apropriação da informação contábil pelos usuários. A relevância do presente estudo, dessa forma, se justifica pela possibilidade de contribuição da Ciência da Informação para que as Ciências Contábeis possam melhor cumprir seus objetivos e finalidades, possibilitando, sobretudo, uma efetiva interdisciplinaridade

entre as referidas ciências que, por natureza, são eminentemente interdisciplinares. O estudo constitui-se também como subsídio para reflexões e incentivo para que outros pesquisadores não hesitem em buscar em outras áreas de conhecimento as soluções para os problemas que dependem de análises interdisciplinares.

O presente estudo contribui também para:

1. Obtenção de um panorama com o real perfil dos grupos de usuários das informações contábeis, de acordo com as diferentes demandas e contextos de uso da informação contábil;
2. Avaliação de métodos teórico-metodológicos da Ciência da Informação para estudo de usuários da informação contábil;
3. Identificação de características de forma e conteúdo a serem consideradas na elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis, visando à qualidade e relevância das informações contábeis para os usuários;
4. Contribuir para subsidiar políticas de governança corporativa
5. Reflexão sobre o conceito e características de qualidade da Informação na Ciência da Informação.

2 PANORAMA DA LITERATURA

2.1 A informação na Ciência da Informação

Antes de discorrer sobre a informação no âmbito da Ciência da Informação, entende-se como necessário fazer uma breve apresentação a respeito dessa recente, mas importante área do conhecimento.

2.1.1 A Ciência da Informação

Para Borko (1968, p.3), a “A Ciência da Informação (CI) é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo da informação e os meios de processamento da informação para a sua ótima acessibilidade e usabilidade.” Shera e Cleveland (1977, p.265) entendem que esse processo “[...] inclui a origem, disseminação, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação e uso da informação.” Os autores sustentam que o campo de conhecimento da Ciência da Informação “[...] deriva ou relaciona-se com a matemática, a lógica, a linguística, a psicologia, a tecnologia computacional, as artes gráficas, as comunicações, a biblioteconomia, a gestão e alguns outros campos.”

Importante destacar que tais definições e conceitos estão essencialmente fundamentados na concepção de Taylor (1986) mencionada reiteradamente na literatura de CI, inclusive por Borko (1968); porém, raramente apresentada nos estudos que a mencionam. Para Aharony (2006, p.1), Taylor (1966) fornece uma ampla definição do campo ao conceber a Ciência da Informação como

[...] a ciência que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que regem o fluxo da informação e os meios de processamento de informação para acessibilidade e usabilidade. Os processos incluem a organização, disseminação, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação e uso da informação. O campo

é derivado ou relacionado à matemática, lógica, lingüística, psicologia, informática, pesquisa de operações, as artes gráficas, comunicação, biblioteconomia, administração, e alguns outros campos.

Segundo Saracevic (1996, p. 41), o conceito de Ciência da Informação (CI) como um campo do conhecimento emergiu no início dos anos 60. Para o autor, “Um campo é definido pelos problemas que são propostos e a CI é definida como um campo englobando tanto a pesquisa científica quanto a prática profissional, pelos problemas que propõe e pelos métodos que escolheu, ao longo do tempo, para solucioná-los.” Portanto, a visão da evolução da CI, segundo o autor, pode ser alcançada a partir da descrição de alguns conceitos relacionados aos problemas propostos desde a sua origem. Para Saracevic (1996), a definição de CI concebida por Borko (1968) apresenta uma síntese das discussões feitas na época:

CI é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo, e os meios de processá-la para otimizar sua acessibilidade e uso. A CI está ligada ao corpo de conhecimentos relativos à origem, coleta, organização, estocagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e uso de informação... Ela tem tanto um componente de ciência pura, através da pesquisa dos fundamentos, sem atentar para sua aplicação, quanto um componente de ciência aplicada, ao desenvolver produtos e serviços. (BORKO, 1968, p.3)

Araujo (2009, p.200) entende que quase todos os conceitos de CI surgidos na década de 1960 (TAYLOR, 1966; REES; SARACEVIC, 1967; BORKO, 1968) possuem a mesma ideia, destacando “[...] que a CI é uma ciência voltada para o estudo da produção, organização, armazenamento, disseminação e uso da informação. Nesse sentido concebem a CI como uma disciplina voltada para os processos envolvidos com a informação [...]”. Tais processos, segundo o autor, são geralmente entendidos como processos técnicos, aplicados, de intervenção. O autor ainda afirma que: “A outra ideia muito comum nos primeiros conceitos de CI exalta o objeto de estudo dessa ciência: o ‘comportamento e as propriedades da informação’. Tal comportamento é entendido como as direções que toma ou as conformações que adquire a partir das forças que agem sobre ela.” (ARAUJO, 2009, p. 200).

Segundo Saracevic (1996, p.42), são três as características gerais que, compartilhadas por outros campos do conhecimento, constituem a razão da existência e da evolução da CI constituindo-se o modelo para compreensão do passado, presente e futuro da CI e dos problemas e questões que ela enfrenta:

[...] a CI é, por natureza, interdisciplinar, embora suas relações com outras disciplinas estejam mudando. A evolução interdisciplinar está longe de ser completada.

[...] a CI está inexoravelmente ligada à tecnologia da informação. O imperativo tecnológico determina a CI, como ocorre também em outros campos. Em sentido amplo, o imperativo tecnológico está impondo a transformação da sociedade moderna em sociedade da informação, era da informação ou sociedade pós-industrial.

[...] a CI é, juntamente com muitas outras disciplinas, uma participante ativa e deliberada na evolução da sociedade da informação. A CI teve e tem um importante papel a desempenhar por sua forte dimensão social e humana, que ultrapassa a tecnologia.

Para Smit, Tálamo e Kobashi (2004, p.1), a Ciência da Informação é um campo científico em constituição, não havendo ainda consenso quanto ao seu objeto e campo abrangido. Para as autoras, a reflexão, embasada na abordagem terminológica, sobre os critérios científicos que pautaram a constituição do campo atualmente denominado "Ciência da Informação" identifica "[...] a constituição da área na interdisciplinaridade, propondo quadros nocionais tomados de empréstimo de disciplinas tais como a Lógica, a Administração, a Lingüística, a Teoria Geral dos Sistemas, a Psicologia, as Ciências da Computação, etc." (SMIT; TÁLAMO; KOBASHI, 2004, p.1).

Analisando a denominação "Ciência da Informação", as autoras argumentam que:

O termo "Ciência da Informação" contempla o estágio atual da delimitação do domínio dos estudos da informação, podendo-se notar que à alteração designativa (de "Documentação" para "Ciência da Informação") não correspondeu um deslocamento qualitativo da reflexão. A possível explicação para tal situação encontra-se no fato de que a área, seja qual for a designação a ela atribuída, afirmou-se na interdisciplinaridade, seguindo o modo de constituição da ciência proposto pela pós-modernidade, sem examinar com clareza sua própria trajetória disciplinar autônoma. É importante salientar uma unanimidade bibliográfica a respeito do caráter interdisciplinar da Ciência da Informação, ou como diz Saracevic (1995, p.37), esta "não precisa ser procurada. Ela está aí". (SMIT; TÁLAMO; KOBASHI, 2004, p.1)

Discorrendo sobre interdisciplinaridade, Rendón Rojas (2008, p.12) entende que, mais que uma justaposição de diferentes disciplinas, a interdisciplinaridade é um diálogo que surge da complexidade do fenômeno a estudar, sendo indispensável que cada disciplina possua identidade própria para interatuar com as demais. Para o autor, a Ciência da Informação possui essa identidade dentro do núcleo central de

programa de pesquisa científico e é desse núcleo que, segundo o autor, se desprendem as diferentes relações com outras áreas do saber humano para estudar seu objeto de estudo. Assim, para o autor:

La interdisciplina no es una sumatoria o yuxtaposición de diferentes disciplinas, sino un diálogo entre éstas, que surge por la complejidad del fenómeno a estudiar. Por lo tanto, es indispensable que cada disciplina posea identidad propia para poder interactuar con las demás. Desde nuestro planteamiento, la ciencia de la información posee esa identidad dentro del núcleo central de su programa de investigación científico; y desde ese núcleo se desprenden las diferentes relaciones con otras áreas del saber humano para poder estudiar su objeto de estudio. (RENDÓN ROJAS, 2008, p.12)

No entendimento de Smit, Tálamo e Kobashi (2004), o eixo evolutivo da Ciência da Informação pode ser representado pela Figura a seguir:

Figura 1 - Eixo Evolutivo da Ciência da Informação

Fonte: SMIT; TÁLAMO; KOBASHI (2004, p.7)

Por outro lado, Araujo (2012) entende que a Ciência da Informação, por ser uma ciência jovem, possui uma situação privilegiada. Estando ainda em formação, não sedimentada, não rígida, é uma ciência com potencialidades de modelos formativos. O autor defende então como possível a convergência da CI com suas áreas de conhecimento correlatas, coirmãs: a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia com o objetivo de fortalecimento mútuo, mantendo a separação naquilo que constitui especificidade, mas construindo espaço reflexivo para além da especificidade profissional de cada uma das áreas. Para o autor, a análise dos campos dessas áreas do conhecimento, passa, antes, pela análise da produção teórica e científica em cada área. Entende, portanto, como necessária uma análise criteriosa do 'estoque' de teorias, tendências e correntes em cada área. Para tanto, propõe como ponto de partida, o argumento de A. M. Silva (2006) que aponta para a existência de dois paradigmas: um paradigma histórico, tecnicista e custodial e

outro, pós-custodial, dinâmico, informacional e científico. Lembra, entretanto, que o significado de paradigma, neste contexto, não está relacionado a sinônimo de teoria mas a estrutura subjacente, coletiva, comum a diversas teorias.

Tendo em conta que o objeto desta tese relaciona-se com as propriedades e comportamento da informação contábil em termos do seu efetivo uso, buscando analisar, à luz dos conceitos da CI, a efetiva qualidade da informação contábil disponibilizada aos seus usuários, entende-se como importante retomar a concepção de Borko (1968, p.3), para quem

Ciência da Informação é aquela disciplina que investiga as propriedades e comportamento da informação, as forças que regem o fluxo da informação e os recursos de processamento da informação a fim de alcançar excelentes níveis de acessibilidade e usabilidade. (BORKO, 1968, p.3)

Além do destaque às propriedades e ao comportamento da informação, é possível observar, na definição da CI proposta por Borko (1968), a menção a dois atributos: a acessibilidade e a usabilidade. Esses atributos fazem parte do arcabouço teórico que embasa a discussão sobre qualidade da informação, tópico relevante desta tese, apresentado em capítulo posterior.

No tocante às pesquisas em curso quando da conceituação dada por Borko (1968) à Ciência da Informação, Arouck (2011, p. 22) comenta que foram agrupadas em nove categorias, listadas a seguir:

- I. Necessidade e uso da informação – estudos comportamentais dos usuários; estudos de citação; padrões de comunicação; estudos de utilização de literatura;
- II. Criação de documentos e reprografia – composição assistida por computador; microfilmagem; registro e armazenamento; gravação e edição;
- III. Análise de linguagem – lingüística computacional; lexicografia; processamento da linguagem natural (em texto); psicolingüística; análise semântica;
- IV. Tradução – tradução automatizada; apoio à tradução;
- V. Resumo, classificação, codificação e indexação – sistemas de classificação e indexação; análise de conteúdo; classificação auxiliada por máquina; extração de termos e indexação; estudos terminológicos;
- VI. Design de sistema – centros de informação; recuperação da informação; automação de serviços de biblioteca; disseminação seletiva da informação;

VII. Análise e avaliação – estudos comparativos; qualidade da indexação; modelagem; métodos de ensaio e medidas de desempenho; qualidade da tradução;

VIII. Reconhecimento de padrões – processamento de imagem; análise da fala;

IX. Sistemas adaptativos – inteligência artificial; autômatos; resolução de problemas; auto-organização.

Em termos da sua evolução e enfoque contemporâneo, uma redefinição da CI enquanto área de conhecimento é dada por Saracevic (1996, p.47) ao afirmar que

A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO é um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais. (SARACEVIC, 1996, p.47)

Ao tratar do objeto da CI, Araujo (2012) levanta a discussão sobre a ilusão de autonomia e contornos definidos, visto que quase todas as outras áreas do conhecimento também estudam a informação. Assim, para o autor, a especificidade da CI está relacionada a um olhar informacional sobre a realidade. A especificidade do olhar informacional - que o autor chama de lugar específico de onde analisar e compreender os fenômenos - se consubstancia em uma nova forma de tratar as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, apresentadas pelo autor por meio da sigla ABM. Para o autor, a consolidação das áreas ABM exige um paradigma mais consistente. Trata-las como informação, indo além do epifenômeno, âmbito dos sentidos e da ação humana, dos fluxos e da tensão material/imaterial, dos contextos e interações é a proposta do autor face à insuficiência do paradigma custodial das referidas áreas. Tal configuração, embora comporte os mesmos elementos, possibilita que estes sejam vistos e dispostos de uma nova maneira, assevera o autor. Tem-se dessa forma, segundo o autor, a especificidade do olhar informacional como lugar específico de onde se analisar e compreender os fenômenos. Araujo (2012) entende que a informação pode assim ser vista sob dois aspectos:

- Informação como noção ampla: áreas ABM nos variados contextos;

- Informação como noção específica: ver nas diferentes situações um mesmo processo.

Uma outra visão é dada por Rendón Rojas (2005, p. 162) ao considerar que o objeto de estudo da bibliotecologia ou Ciência da Informação em sua última versão é um sistema informativo documental (SID) formado pela interação entre informação, documento, usuário e instituição informativa documental.

Todos esses elementos estão presentes no sistema de informação contábil, objeto de análise desta tese, o qual, à luz desses conceitos da CI, pode também ser caracterizado com um SID – Sistema Informativo Documental.

Os diferentes conceitos, elementos, bases teóricas e metodológicas da área da Ciência da Informação são denominados por alguns autores como ‘estoques’. Para Araujo (2012), o ‘estoque’ da CI envolve:

- ICT – Informação Científica e Tecnológica (fluxos, comunicação informal, colégios invisíveis);
- RI – Recuperação da Informação, Teoria Matemática e metrias (probabilidade, leis);
- Usuários (dimensão cognitiva);
- GIC – Gestão da Informação e do Conhecimento (conhecimentos tácito e explícito);
- Economia política (fluxos, geopolítica, sociedade da informação);
- OICD – Organização da Informação em Contextos Digitais (ontologias, web semântica).

Em estudo de revisão publicado em 2009, o mesmo autor apresenta e discute seis correntes teóricas da CI:

1. Os estudos de natureza matemática (incluindo a recuperação da informação e a bibliometria);
2. a teoria sistêmica;
3. a teoria crítica;
4. as teorias da representação;

5. os estudos em comunicação científica; e
6. os estudos de usuários.

Além de identificar a contribuição histórica dessas teorias para a consolidação de um paradigma positivista no campo da CI, Araujo (2009) também analisa as diferentes abordagens do conceito de informação em cada uma dessas teorias, e também as recentes contribuições que apontam para limitações no conceito de informação, destacando ainda as possibilidades de superação de tais limites com base em novos conceitos e ideias.

Tais argumentos serão mais bem explicitados no tópico que trata especificamente da Informação na CI, no item seguinte, desta tese.

Ao discorrer sobre a Teoria Crítica da informação, Araujo (2009, p.196) destaca que:

No campo da CI, é exatamente a perspectiva marxista a que mais se consolida no âmbito da teoria crítica da informação. Os modelos anteriores, principalmente o sistêmico, de natureza biológica, enfatizavam a estabilidade, a permanência (por meio da definição de leis, do estabelecimento das funções) e a integração (cada parte exercendo seu papel para a manutenção do todo). Na direção oposta, a teoria crítica vai enfatizar o conflito, a desigualdade, o embate de interesses em torno da questão da informação – e para tanto, buscará explicar os fenômenos a partir de sua historicidade. (ARAUJO, 2009, p.196).

No tocante ao desenvolvimento histórico do campo da Ciência da Informação, Araujo (2009, p. 203) assim se posiciona:

A história da CI pode ser entendida, assim, como a história da gradual consolidação de um paradigma positivista para o campo, que se dá com a incorporação de teorias, conceitos e métodos de várias correntes (de diferentes áreas do conhecimento) e se manifesta de maneiras particulares nas várias subáreas que o compõem. Tal paradigma partilha com o positivismo todas as suas características: a explicação como sinônimo de simplificação, a quantificação, a busca por regularidades e leis e o conseqüente apagamento das singularidades. Partilha, também, suas limitações – sendo a principal delas a incapacidade de capturar aquilo que o método não dá conta de apreender: a informação subjetiva, dotada de sentidos diversos e inserida no terreno da experiência histórico-cultural. (ARAUJO, 2009, p. 203).

O autor destaca ainda o fato de que as reflexões teóricas, achados empíricos e discussões consistentes sobre o próprio conceito de informação presentes nos

estudos que mostram a evolução da área da CI, especialmente nas duas últimas décadas, evidenciam

[...] a complexidade do fenômeno estudado – a informação – e a conseqüente complexidade necessária para as teorias que se propõem a estudá-lo. Assim, o movimento de superação teórica da CI tende a ser o movimento da incorporação da complexidade, por um lado; e da sua vinculação decisiva ao terreno das ciências humanas e sociais, de outro. Deve-se salientar, contudo, que estudos de natureza positivista, que reafirmam o conceito de informação na perspectiva objetivista, sem a consideração do sujeito e dos contextos socioculturais concretos, que tomam a informação como um dado e não como uma construção, continuam existindo e constituindo a perspectiva mais comum dos estudos desenvolvidos no campo. Ou seja: a consciência da imaturidade do campo existe (WERSIG, 1993), e o que se percebe é que ainda existe longo caminho a trilhar rumo à maior consistência – principalmente em relação à consolidação das críticas que têm sido feitas ao modelo positivista de compreensão da informação e à possibilidade de construção de novas teorias e conceitos. (ARAUJO, 2009, p.203).

No entanto, Rendón Rojas, ao abordar essa mesma complexidade presente no objeto de estudo da ciência da informação, afirma que (2008, p. 10)

Para investigar em ciência da informação é necessário recorrer a diversas disciplinas porque o objeto de estudo é complexo, cruzando-se com outras áreas do saber. Assim, por exemplo, se [por um lado], se estuda a informação, tem-se que recorrer à lógica ou à matemática; se [por outro] se analisa o conhecimento, então a epistemologia ou a psicologia são as que nos ajudariam.

Uma definição bastante objetiva da Ciência da Informação é dada por Richard P. Smiraglia no trabalho de Zins (2007, p. 21) afirmando que, quando questionado sobre o que é a área, responde que “[...] é o estudo de propriedades de informação e de contextos nos quais a informação (ou atividade de informar) toma lugar.” (ZINS, 2007, p.21).

Benoit (2012, p. 14-15), por sua vez, entende que a discussão sobre o que é a Ciência da Informação é útil para examinar o que a investigação e o discurso desse campo podem alcançar. Para o autor, a identidade da CI está evoluindo moldada pelo reconhecimento da relação ciência da informação com outros campos, não mais como um serviçal, mas como um parceiro. Assim, afirma que a Ciência da Informação é:

- uma estrutura social,
- cujos membros vêem o acesso a dados como o seu mais alto valor social,

- faz isso através do estudo empírico da transformação dos dados em causa para a ação, como um resultado da cognição humana;
- e que usa a matemática como ferramenta para explicar os fenômenos,
- e tecnologia de computação como meio de armazenamento físico e canal de acesso,
- de informar e ser informado por outras estruturas sociais, tais como ciência da computação e as artes, e
- especialmente biblioteconomia e arquivologia [documentação] cujos outros princípios partilha. (BENOIT, 2012, p. 14-15)

Retomando o aspecto interdisciplinar da CI, Rendón Rojas (2008, p. 12) entende que, de forma geral, a Ciência da Informação, em relação ao seu objeto de estudo, apresenta as seguintes relações interdisciplinares:

Quadro 1 - Relações interdisciplinares da CI

FACETA DEL OBJETO DE ESTUDIO	CIENCIA CON LA QUE SE INTERRELACIONA
Información	Lógica, matemáticas, teoría de la información
Conocimiento	Epistemología, psicología, pedagogía
Lenguaje	Lingüística, terminología, semiótica
Comunicación	Ciencia de la comunicación, traducción, hermenéutica
Aspectos sociales	Sociología, teoría crítica
Aspectos políticos	Ciencia política
Aspectos jurídicos	Derecho
Sistema	Teoría de sistemas, teoría de la modelación
Gestión	Administración
Aspectos económicos	Mercadotecnia, finanzas

Fonte: RENDÓN ROJAS (2008, p.12)

É possível observar que tanto a faceta do objeto de estudo relacionada à Gestão da Informação, como também a que se refere aos aspectos econômicos da informação, conforme proposto por Rendón Rojas (2008) no Quadro 1 acima, estão relacionadas com a área das Ciências Contábeis, objeto de estudo desta Tese, embora o autor tenha usado outras denominações para as áreas: Administração e Mercadotecnia, Finanças, esta última equivalente, no Brasil, também à Economia.

A relação da Ciência da Informação com outros sistemas e as correspondentes disciplinas que estudam esses sistemas é apresentada por Rendón Rojas (2005, p. 165) por meio da seguinte ilustração.

Figura 2 - Relação da Ciência da Informação com outros sistemas e disciplinas

Fonte: RENDÓN ROJAS (2005, p. 165)

Nesse mesmo sentido, tratando das fronteiras da CI, das áreas de concentração de problemas de pesquisa e enfoques intelectual e profissional desse campo do conhecimento presentes na própria definição da área, Saracevic (1996, p. 47-48) assevera que as palavras-chave contidas na definição de CI

[...] indicam as áreas de concentração de problemas para a pesquisa e a prática profissional - significando os enfoques intelectual e profissional, bem como as fronteiras da CI. Estas são propostas na CI através de esforços teóricos, experimentais, profissionais e/ou pragmáticos, individualmente ou em várias combinações inter-relacionadas. São elas:

- a) efetividade
- b) comunicação humana
- c) conhecimento
- d) registros do conhecimento
- e) informação
- f) necessidades de informação
- g) usos da informação
- h) contexto social
- i) contexto institucional
- j) contexto individual

l) tecnologia da informação.

Na concepção de Rendón Rojas (2008, p.13), as principais categorias do núcleo central do programa de pesquisa científica da Ciência da Informação são:

Información: Se analiza desde un enfoque pragmático porque su existencia se debe al sujeto. Es un ente ideal que existe por la actividad de un sujeto y para el sujeto al estructurar e interpretar los signos. Dentro de nuestro planteamiento la información la concebimos como el logos para los griegos: pensamiento, ideas, conceptos, sentidos, significados, palabras internas.

Documento: Es la objetivación de la información, independientemente de su naturaleza material (tablilla, papiro, pergamino, papel, disco magnético, óptico, etc.) o simbólica (dibujo, pintura, grafía, código binario, etc.) y su manifestación fenoménica. Fue hecho exclusiva e intencionalmente para objetivar la información y al mismo tiempo permitir su desobjetivación, posibilitando y originando de este modo el flujo de información.

Debemos subrayar que no todo objeto es documento para la ciencia de la información, aunque todo objeto contiene información. La explicación reside en que para ser documento debe, como ya se ha indicado, que sea creado intencionalmente para ello, y por otro lado que el profesional de la información lo haya incluido en el sistema informativo documental. Así pues, un objeto cualquiera ontológicamente existe en sí (piedra, estrella, átomo, vasija maya, hormiga, pintura religiosa, fotografía, carta, etc.), y sólo a posteriori se puede tomar como documento, cuando un científico de una ciencia particular (geólogo, astrónomo, físico, antropólogo, biólogo, historiador del arte, historiador, etc.) haya sacado la información que le interesa, la fijó en esa pieza y se la pasó a un científico de la información.

Usuario: es el ser humano que tiene una necesidad de información y puede o no exigir satisfacerla dentro del sistema informativo documental.

Institución informativa documental: es la institución creada por la sociedad para proporcionar las condiciones necesarias para la satisfacción de necesidades de información dentro del sistema informativo documental.

Profesional de la información documental: es quien construye y mantiene el sistema informativo documental, el encargado de abrir las puertas del mundo de la información para que los usuarios satisfagan sus necesidades de información. No es simplemente el “intermediario” entre la información y el usuario, sino que es un agente activo para el funcionamiento del sistema informativo documental y colega en la construcción del conocimiento con otros científicos. (RENDÓN ROJAS, 1998, p. 13).

No que diz respeito às perspectivas atuais em CI, Araujo (2012) menciona os seguintes autores e as temáticas e abordagens por eles tratadas:

- Capurro (2003) – perspectiva hermenêutica, significado (Ricoeur, Gadamer);
- Frohmann (2006) – da materialidade aos regimes, contextos, situações (Foucault);

- Hjørland (2007) – comunidades de discurso, intersubjetividade (Wittgenstein);
- Rendón Rojas (2008) – relação sujeito/objeto (Piaget), imaginação, intervenção dos sujeitos (Cassirer);
- García Gutiérrez (memória);
- Cornelius (significação);
- Tajla (sujeito);
- Day (neodocumentação).

Tais perspectivas corroboram o entendimento de Wersig e Nevelling (1975) citado por Saracevic (1996, p.43) sobre o que consideram o verdadeiro fundamento da CI: "[...] atualmente, transmitir o conhecimento [sic] para aqueles que dele necessitam é uma responsabilidade social, e essa responsabilidade social parece ser o verdadeiro fundamento da CI". Para os autores, o desenvolvimento histórico da Ciência da Informação se deu porque os problemas informacionais modificaram completamente sua relevância para a sociedade. Segundo Saracevic (1996, p.43), "Problemas informacionais existem há longo tempo, sempre estiveram mais ou menos presentes, mas sua importância real ou percebida mudou e essa mudança foi responsável pelo surgimento da CI [...]."

De forma que, passados quase quarenta anos, a afirmação dos autores ainda permanece atual se considerada no contexto da transmissão de informação na sua condição de potencial de geração de conhecimento. Tal condição da informação será tratada com mais detalhes no tópico a seguir.

Considerando-se que os problemas informacionais no campo das Ciências Contábeis também mudam provocando, da mesma forma que na CI, modificações de sua relevância para a sociedade, entende-se assim que os fundamentos teórico-metodológicos e epistemológicos do campo da Ciência da Informação aqui apresentados podem efetivamente contribuir não somente para a resolução de tais problemas, mas, sobretudo, para o enriquecimento das Ciências Contábeis enquanto campo do conhecimento.

2.1.2 A informação na Ciência da Informação

Na Ciência da Informação, o entendimento sobre o conceito de informação envolve diferentes concepções. Para Buckland (1991), o significado do termo informação está relacionado ao seu uso: i) informação como processo; ii) informação como conhecimento; e iii) informação como coisa. Concebida como processo, a informação é o ato de informar um dado, fato, evento, documento ou objeto cuja relevância depende do nível de conhecimento do receptor, sendo, portanto, situacional. Como conhecimento tem, como uma de suas formas, a sua capacidade para a redução de incertezas. Entendida como coisa, a informação está relacionada, segundo o autor, aos objetos como dado, documentos expressos, representados ou descritos por alguma forma física, tais como o sinal, texto ou a comunicação oral desses, os quais em suas características físicas são considerados como informativos (BUCKLAND, 1991).

Na visão de Le Coadic (1996), a informação é concebida como conhecimento inscrito (sob a forma escrita, oral ou audiovisual), comportando elemento de sentido e transmitida a seres conscientes por meio de mensagens inscritas. Para o referido autor,

A informação é um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual. A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espaço-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora etc. (LE COADIC, 1996, p.7)

Transpondo esse conceito de informação para o campo das Ciências Contábeis, tem-se que a informação contábil é um conhecimento inscrito, tanto de forma impressa como digital, comportando elemento de sentido. É também um significado transmitido a seres conscientes através de mensagens inscritas em suportes espaços-temporais impressos e digitais, materializados pelas Demonstrações Contábeis e relatórios adicionais publicados ou disponibilizados pelas organizações por diferentes meios.

De acordo com a Teoria Matemática da Comunicação formulada por Shannon (1948), informação equivale à redução de incerteza dependente do conjunto de possíveis mensagens do qual provém. Ressalta-se, nessa teoria, a mecânica da

transmissão dos sinais, excluindo-se os fatores: semântico e pragmático (PORTELLA, 2005, p. 50-51).

Segundo o autor, “Nessa abordagem o conteúdo informacional da mensagem não é uma propriedade própria da mensagem, mas a mudança de incerteza do receptor antes e depois de receber a mensagem.” Por outro lado, Araujo (2012) conceitua a informação como a ação humana de conferir existência material a algo, consubstanciada na expressão in-formar. Referindo-se ao conceito epistemológico de informação, Capurro e Hjørland (2007, p. 150) assim se posicionam:

O conceito epistemológico de informação põe em jogo processos de informação não-humanos, particularmente na física e biologia. E, vice versa, os processos psíquicos e sociológicos de seleção e interpretação devem ser considerados usando-se parâmetros objetivos, deixando de lado a dimensão semântica ou, mais precisamente, considerando-se parâmetros objetivos ou situacionais de interpretação.

Uma síntese dos conceitos de informação é apresentada por Araujo (2012) por meio da seguinte figura:

Shannon e Weaver	Técnico	Semântico	Pragmático
Capurro	Físico	Cognitivo	Social
Silva	Quantificação, reprodutibilidade, transmissibilidade	Pregnância (do sentido)	Integração dinâmica (contexto) e estruturação pela ação
Síntese	Físico/material, “coisa”	Semântico, significado, relação inf/conhecimento	Intersubjetivo, pragmático, construída coletivamente na ação
Conceito de informação: in-formar, ação humana de conferir existência material a algo			

Figura 3 - Conceitos de informação

Fonte: ARAUJO (2012)

No entanto, a concepção de informação adotada neste estudo é a de Smit e Barreto (2002) que entendem informação como

[...] estruturas simbolicamente significantes, codificadas de forma socialmente decodificável e registradas (para garantir permanência no tempo e no espaço) e que apresentam a competência de gerar conhecimento para o indivíduo e para o seu meio (SMIT; BARRETO, 2002, p.21)

Entende-se que essa concepção de informação é a mais adequada para tratar do problema, objeto desta tese, porque além de considerar o seu significado simbólico, considera também o aspecto social da codificação e decodificação dessa informação e ainda o seu potencial de geradora de conhecimento não somente para o indivíduo como para o seu meio. Acredita-se que a informação contábil, tanto em seus aspectos de forma como de conteúdo, será tratada mais adequadamente se analisada e concebida de acordo com tais pressupostos.

Tal entendimento embasa-se, sobretudo, na concepção de Fujino e Jacomini (2007, p.74), para quem essa definição de informação “[...] traz implícita a competência para gerar conhecimento no potencial usuário, em contextos específicos que definem sua necessidade e uso.”

Essa posição é também consistente com a concepção de Saracevic e Wood (1986, p.7) quando defendem que “É o uso da informação, e não a informação propriamente dita, que torna a informação valiosa para o indivíduo e a sociedade”.

Assim, considerando que o objeto de estudo desta tese centra-se primordialmente na análise crítica da informação contábil no contexto específico de uso de tais informações pelos analistas de mercado e profissionais de investimentos, importante grupo de usuários da informação produzida e divulgada pela contabilidade, em termos de suas necessidades e uso das informações, reforça-se a escolha da concepção de informação de Smit e Barreto (2002) complementada por Fujino e Jacomini (2007) para subsidiar o estudo em questão.

Todavia, é importante ressaltar que, também neste estudo, levar-se-á em conta o entendimento dos autores quando consideram que, pelo fato de a recepção da informação ocorrer no nível contextual e cognitivo, a produção do conhecimento, segundo Barreto (1999), depende da competência para a apropriação da informação pelos receptores, mas também das formas de distribuição ou transferência da informação. No tocante à intencionalidade presente na produção da informação e as implicações decorrentes da relação entre a informação e seu contexto, Fujino e Jacomini (2007, p. 74) assim se posicionam:

A preocupação com este novo objeto que é produzido de forma intencional com vistas à geração de mais conhecimento para o indivíduo e para o seu meio, implica no estabelecimento de uma nova relação entre a informação e seu contexto de uso, ao mesmo tempo em que redimensiona o fazer do profissional da informação [...]

Qualificando a informação como estruturas significantes, Barreto (1994, p.2) alerta para os aspectos de forma e conteúdo da informação, a serem considerados no processo de comunicação para atingir o objetivo de gerar conhecimento no indivíduo ou grupo:

[...] qualificada como um instrumento modificador da consciência e da sociedade como um todo [...] como agente mediador na produção do conhecimento, a informação qualifica-se, em forma e substância, como estruturas significantes com a competência de gerar conhecimento para o indivíduo e seu grupo. (BARRETO, 1994, p.2)

Para o autor (1994, p. 1-2), “[...] são as definições – que relacionam informação à produção de conhecimento no indivíduo - as que melhor explicam a natureza do fenômeno, em termos finalistas, associando-o ao desenvolvimento e à liberdade do indivíduo, de seu grupo de convivência e a da sociedade como um todo.” Complementa enfatizando que a questão que se impõe a partir disso:

[...] é a de como se trabalhar com a informação enquanto estruturas significantes, no sentido de direcioná-la ao seu propósito de produtora de conhecimento para a sociedade. Como se organiza, controla e distribui de maneira correta, política e socialmente, a informação, considerando a sua ingerência na produção do conhecimento. (BARRETO, 1994, p.2)

No tocante à operacionalização dessas estruturas significantes, Barreto (1994, p.2) entende que esta ocorre “[...] através de práticas bem definidas e se apóia em um processo de transformação orientado por uma racionalidade técnica que lhe é específica; [...]” representadas por “[...] atividades relacionadas à reunião, seleção, codificação, redução, classificação e armazenamento de informação”.

Para o autor, “Todas essas atividades orientam-se para a organização e controle de estoques de informação, para uso imediato ou futuro. Este repositório de informação representa um estoque potencial de conhecimento e é imprescindível para que este se realize no âmbito da transferência de informação.” (BARRETO, 1994, p.2).

Com a intenção de mostrar uma análise do que seria, possivelmente, a estrutura básica da oferta e demanda de informação em termos de necessidades informacionais e suas correspondentes relações, Barreto (2002) apresenta uma adaptação da pirâmide das necessidades humanas e comportamentais desenvolvida por A. Maslow. Para tanto, faz uso da seguinte ilustração:

Figura 4 - Necessidades e estoques de informação

Fonte: Barreto (2002, p.6)

A adaptação elaborada pelo autor mostra uma dupla relação piramidal entre as necessidades e a demanda dos estoques de informação, que ocorreriam, segundo o autor, em uma situação inversamente proporcional entre necessidades e estoques de informações para satisfação destas necessidades.

Barreto (1994, p. 2) lembra ainda que tal repositório “[...] por ser estático, não produz, por si só, qualquer conhecimento. As estruturas significantes armazenadas em bases de dados [...] possuem a competência para produzir conhecimento [...] que só se efetiva a partir de uma ação de comunicação mutuamente consentida entre a fonte (os estoques) e o receptor.”

No entanto, a produção dos estoques de informação, segundo o autor “[...] não possui um compromisso direto e final com a produção de conhecimento, que permite uma ação de desenvolvimento em diferentes níveis [...]”, visto que cabe ao produtor de informação decidir “[...] sobre quais os itens de informação devem ser estocados e quais as estratégias para sua distribuição à sociedade.” (BARRETO, 1994, p.9).

Considerando ainda que cabe também ao produtor da informação decidir “[...] sobre o ‘empacotamento’ tecnológico para a distribuição da informação [...]”, tal situação lhe dá “[...] condições de manipular a disponibilidade e o acesso à informação. Contudo, não lhe outorga a capacidade de determinar o uso da

informação e, principalmente, a assimilação que produz o conhecimento”, pois, segundo o autor,

No mundo da produção e distribuição da informação, a oferta pode criar demanda, mas não pode transformar esta demanda em ação dinâmica e diferenciadora, que através da assimilação gera conhecimento e promove o desenvolvimento, destino final da informação como fenômeno cognoscível. (BARRETO, 1994, p.9)

Barreto (1994, p.9) complementa argumentando:

Assim, grande parte dos estoques estáticos de informação transforma-se meramente em discursos de informação, em apenas uma manifestação de interesse formalmente elaborada. O discurso da informação, independentemente da sua vestimenta tecnológica, utiliza um código comum, geralmente a linguagem, e um canal de comunicação adequado e, apesar de seu poder de convencimento e de sua promessa de verdade, o discurso somente particulariza a informação. Esta só possui o poder de ação quando adquire a condição de mensagem, com intenção específica e assimilação possível. Como ação, a informação transforma-se em atitude com vigor dinâmico, que se realiza na realidade ao modificar esta realidade de acordo com a intenção. Discursos de informação não traduzidos e não assimilados formam excedentes nos estoques em poder dos produtores, excedentes estes que não criam riqueza em forma de conhecimento e conduzem apenas a um elevado custo social.

Portanto, quando se refere ao fenômeno que transforma a informação em conhecimento, Barreto (2007, p. 23) diz que:

A informação sintoniza o mundo, pois referencia o homem ao seu passado histórico, às suas cognições prévias e ao seu espaço de convivência, colocando-o em um ponto do presente, com uma memória do passado e uma perspectiva de futuro; o indivíduo do conhecimento se localiza no presente contínuo que é o espaço de apropriação da informação. Assim, qualquer reflexão sobre as condições políticas, econômicas ou sociais de um produto ou serviço de informação está condicionada à existência de uma premissa básica, que é a sua relação com uma geração do conhecimento.

Considerando as diferentes concepções sobre informação até aqui apresentadas julga-se oportuno destacar a percepção de Capurro e Hjørland (2007) que, ao concluir um estudo sobre o conceito de informação, assim se manifestam:

Em nossa percepção, a distinção mais importante é aquela entre informação como um objeto ou coisa (por exemplo, número de bits) e informação como um conceito subjetivo, informação como signo; isto é, como dependente da interpretação de um agente cognitivo. A visão interpretativa desloca a atenção dos atributos das coisas para os mecanismos de liberação para os quais aqueles atributos são relevantes. Esta mudança pode causar frustração porque é inerentemente difícil e porque envolve princípios

teleológicos que são estranhos aos princípios positivistas da ciência. É relativamente fácil contar o número de palavras em um documento ou descrevê-lo de outras formas; muito mais difícil é tentar descobrir para quem aquele documento tem relevância e quais as perguntas importantes que ele pode responder. Questões de interpretação também são difíceis porque freqüentemente confundimos interpretação e abordagem individualista. O significado é, entretanto, determinado nos contextos social e cultural.

Portanto, é nesta perspectiva que o presente estudo foi desenvolvido, uma vez que o propósito da pesquisa está fundamentalmente direcionado à tentativa de se descobrir para quem e em quais circunstâncias as Demonstrações Contábeis geradas e divulgadas pela Contabilidade são relevantes, qual o uso efetivo das informações nelas contidas pelos usuários das informações contábeis, especialmente os investidores, representados neste estudo pelo grupo de usuários pertencentes à categoria de analistas de mercado e profissionais de investimento.

Outro aspecto importante a ser considerado quando se fala de informação na perspectiva da CI se refere aos fluxos que representam o movimento das informações. Para Barreto (2007, p.24), os fluxos de informação se movem em dois níveis: o interno e os externos, conforme representação dada por meio da Figura 5, mostrada a seguir:

Figura 5 - Fluxo de informações
Fonte: BARRETO (2007, p. 24)

Em relação aos níveis de movimentos dos fluxos da informação, Barreto (2007, p.23-24) afirma que:

[...] em um primeiro nível os fluxos internos de informação se movimentam entre os elementos de um sistema de armazenamento e recuperação da informação, e se orientam para sua organização e controle. Estes fluxos internos tem uma premissa de razão produtiva sendo um conjunto de ações

pautadas por um agir baseado em princípios práticos. Em outro nível existem fluxos extremos.

No fluxo extremo a esquerda, a informação gerada pelo autor entra no sistema para ser tratada e assimilada como conhecimento pelo receptor. No extremo direito, no início do fluxo se realiza um fenômeno de transferência do pensamento do autor para uma inscrição de informação cuja essência está na passagem do que está em uma linguagem de pensamento do gerador para um texto de informação.

No fluxo à direita temos um processo de cognição que transforma a informação em conhecimento. Uma interiorização da informação para um subjetivismo privado. Um desfalecer da informação para renascer como conhecimento. No fluxo a esquerda acontece uma desapropriação cognitiva, quando o pensamento, do gerador, se arranja em informação, em uma linguagem com inscrições próprias. Aqui a passagem ocorre desde os labirintos do pensar privado do autor para um espaço de vivência pública do leitor. O lugar em que a informação se faz conhecimento é na consciência do receptor que precisa ter condições para aceitar a informação e a interiorizar.

Observa-se pela imagem apresentada pelo autor e sua correspondente descrição, especialmente quando se refere ao extremo esquerdo, que esse movimento da informação sob diferentes níveis desde a concepção da informação no nível da ideia, sua produção até a potencial geração do conhecimento, envolve necessariamente um trabalho de tratamento dessa informação para que possa ser efetivamente assimilada como conhecimento pelo receptor. Essa atividade está relacionada ao que se chama em CI de Mediação da Informação, área de extrema importância no campo de conhecimento da Ciência da Informação, cujos fundamentos são apresentados com maiores detalhes no tópico a seguir.

2.1.3 Mediação da informação

A informação produzida necessita ser divulgada, disseminada, difundida, enfim, tornada pública, de alguma forma e por algum meio, para que possa atingir os usuários à qual se destina e consequentemente permitir a possibilidade de geração de conhecimento. Nesse sentido, Lara e Conti (2003, p.1) afirmam que

Disseminar informação supõe tornar público a produção de conhecimentos gerados ou organizados por uma instituição. A noção de disseminação é comumente interpretada como equivalente à de difusão, ou mesmo de divulgação. Assume formas variadas, dirigidas ou não, que geram inúmeros

produtos e serviços, dependendo do enfoque, da prioridade conferida às partes ou aos aspectos da informação e dos meios utilizados para sua operacionalização. Em sua base existe um centro difusor – o produtor –, que, a despeito do controle exercido sobre o que é disponibilizado, não tem garantias quanto aos usuários atingidos, ao sucesso das operações de divulgação e à aplicação efetiva das informações. (LARA; CONTI, 2003, p.1)

Os autores alertam, contudo que, embora teoricamente se busque pela disseminação, oferecer informações úteis, o conceito de utilidade nem sempre é bem definido. Lara e Conti (2003, p.1) afirmam ainda que “O debate sobre o uso, por sua vez, remete *pari passu* não só ao próprio conceito de ‘informação’ como também ao de usuário e envolve problemas de delimitação de públicos de linguagem.” Para os autores,

[...] falar em transferência da informação via serviços de disseminação de informações – distribuição física ou virtual de documentos e dados – supõe considerar que os benefícios dessa ação se relacionam diretamente às possibilidades de geração do conhecimento. Caso contrário, há apenas divulgação unilateral que atinge heterogeneamente o conjunto da sociedade. Se o conhecimento é inseparável do indivíduo (sujeito do conhecimento), as ações de disseminação para transferência devem observar os requisitos que permitam adaptar as informações e suas formas de acesso aos veículos, públicos e contextos. Do mesmo modo, enfatizar os serviços de disseminação de informações no emissor, ignorando as características de seu público, ou concebê-lo em sua condição supostamente potencial valendo-se de referências imaginadas ou idealizadas, não corrobora seu êxito. (LARA; CONTI, 2003, p.2)

Corroborando esse posicionamento, Fujino (2007, p.229-230) resgata a exposição de Barreto (1999, p.2) sobre

[...] a contradição atual entre o processo de produção de acervos de informação e o processo de transmissão da informação presente nos acervos ou repositórios: o fato de que a produção de acervos de informação é orientada por uma racionalidade técnica e produtivista, voltada para a esfera do privado, sem um compromisso com a produção do conhecimento; enquanto que a realidade em que se pretende que a informação atue e transforme é multifacetada e formada por núcleos sociais heterogêneos, com competências textuais e cognitivas diferenciadas.

Nesse sentido, Fujino (2007, p.230) entende que esse novo ambiente exige uma nova concepção para os Serviços de Informação. Essa nova concepção estaria fundamentada, segundo a autora, na revisão dos conceitos de tempo e espaço dos Sistemas de Informação “[...] para a proposição de um modelo de mediação em que os fluxos de informação são intensificados para estimular a socialização dos

conhecimentos que abrisse oportunidade para que estes saberes pudessem estabelecer maior sintonia com o campo da aplicação.” (FUJINO, 2007, p.230).

Em estudo desenvolvido para analisar a disseminação da informação no contexto das informações estatísticas de uma entidade governamental, Lara e Conti (2003, p.3) ressaltam a “democratização da informação” como sendo a finalidade das atividades de disseminação, especialmente em relação aos órgãos governamentais. Para os autores,

As atividades de disseminação formuladas pelos serviços e produtos, em geral e, sobremaneira, governamentais, buscam, quase sempre, a “democratização da informação”. O conceito, porém, tem sido desgastado pelo uso, particularmente quanto se verifica que as decisões sobre quais informações e em que formato divulgá-las são permeadas por julgamentos unilaterais. As instituições nem sempre se questionam sobre o que produzem, sobre a relação entre seus produtos e as necessidades de informação, sobre as formas de disponibilização utilizadas e, em especial, sobre seus públicos. E se o termo “democratização da informação” gradativamente desaparece dos discursos públicos e é substituído pelos de “cidadão” ou “sociedade civil”, tal fato não vem necessariamente acompanhado de uma análise quanto a seu significado efetivo.

Lara e Conti (2003, p.5) entendem que a modificação dessa situação pressupõe considerar importantes alterações especialmente no que se refere ao espectro multivariado dos públicos, afirmando que:

O grande problema da disseminação é a criação de condições para facilitar o fluxo de informações para propiciar o conhecimento. E ele reside na linguagem, ou mais especificamente, nas linguagens, que requer, antes de tudo, a existência de elos de significação entre produção e recepção. Não se pode confundir, porém, os meios com as mensagens.

Ao par da crítica à circunscrição do problema da disseminação a seus aspectos tecnológicos e informáticos, também não se deve esquecer que os meios são distintos e devem ser utilizados considerando suas especificidades.

Do mesmo modo, cada meio (ou suporte informacional) é caracterizado por linguagem própria. Assim como para cada tipo de usuário há uma linguagem e uma informação, cada meio é mais (ou menos) apropriado para diferentes tipos de informação.

A modificação dessa situação pressupõe considerar as alterações já apontadas e, por conseguinte, observar o espectro multivariado de seus públicos.

Complementando a reflexão, González de Gomez (1993) observa que a transferência da informação é caracterizada por um conjunto de ações pelas quais

os grupos sociais e as próprias instituições organizam e implementam a comunicação da informação.

Gomes (2008, p.1) entende que a expressão que Debray (2000) denominou de transmissão pode ser compreendida, na perspectiva da Ciência da Informação, como transferência da informação.

Na visão de Gomes (2008, p.1), “[...] a transferência e a transmissão da informação, respectivamente no enfoque da Ciência da Informação e da ‘midiologia’, caracterizam a etapa inicial e subsidiária do processo de construção do conhecimento, na qual ocorre a comunicação dos conhecimentos estabelecidos.”

Para a autora, “[...] Essa etapa inicial corresponde ao movimento de acesso, constituído de ações de comunicação e de transferência ou transmissão de informações atuando na mediação entre os acervos informacionais, entre o conhecimento estabelecido e os sujeitos que buscam construir conhecimento.” (GOMES, 2008, p.1).

Assim, ao discorrer sobre o processo de construção do conhecimento e a complexidade desse movimento, Gomes (2008, p.2) afirma que

O processo de construção do conhecimento se dá por meio de um movimento complexo, no qual os sujeitos interagem entre si, mas também com as informações, processando-as para, a partir de seus enquadramentos, de suas possibilidades cognitivas, se apropriarem dos conteúdos acessados. Desse modo, o processo de construção do conhecimento, é dependente, também, da interação com o acervo simbólico transmitido através de suportes e ambientes que se ocupam da preservação e do acesso aos conteúdos informacionais que subsidiam o desenvolvimento das práticas do conhecer.

A complexidade desse processo da construção do conhecimento que envolve não somente a interação entre os sujeitos, mas também a interação com as informações e com o acervo simbólico dos suportes e ambientes voltados para a preservação e acesso dos conteúdos informacionais (GOMES, 2008) exige, sobretudo, a gestão da informação e dos serviços de informação, tema tratado com detalhes no tópico a seguir.

2.1.4 Gestão da informação e gestão de serviços de informação

Para Fujino (2007, p.228), a gestão dos serviços de informação deve ser compreendida “[...] como um processo sistemático de identificação, mapeamento e uso de competências existentes na organização tanto para produção, quanto para tratamento, organização e consumo de informação [...]” englobando

[...] a constituição de recursos informacionais bibliográficos, documentais, audiovisuais; a administração de canais formais (acervos) e informais (pessoas); a geração e o gerenciamento de redes e sistemas presenciais ou virtuais, mas principalmente a organização e tratamento dos conteúdos presentes nos acervos, visando a circulação, para apropriação pelo consumidor potencial.

Em estudo sobre a gestão de serviços de informação no contexto da cooperação universidade-empresa, a autora aponta para a necessidade de verificação das causas e possíveis encaminhamentos para a superação do desequilíbrio entre produtores e consumidores de informação. Destaca, para tanto, “[...] o papel do investimento na linguagem como meio de ultrapassar as formas de circulação da informação que têm se restringido à comunicação entre pares.” (LARA; FUJINO; NORONHA, 2007, p.11).

Fujino (2007, p. 228) constata, dessa forma, que a competência para gestão da informação é determinante para o sucesso dos atores envolvidos. Isto porque, segundo a autora, tal “[...] atividade requer necessariamente a compreensão dos aspectos envolvidos na produção de conhecimento e, sobretudo, das variáveis que levam ao desequilíbrio entre produtores e consumidores de informação.”

No estudo supracitado, Fujino (2007, p.228) assim se posiciona

Nesse sentido, constatamos que a competência para gestão da informação passa a ser determinante para o sucesso dos atores que formam a tríade da inovação: governo, universidade e empresa. Esta gestão é entendida como um processo sistemático de identificação, mapeamento e uso de competências existentes na organização tanto para produção, quanto para tratamento, organização e consumo de informação. Assim, ela engloba a constituição de recursos informacionais bibliográficos, documentais, audiovisuais; a administração de canais formais (acervos) e informais (pessoas); a geração e o gerenciamento de redes e sistemas presenciais ou virtuais, mas principalmente a organização e tratamento dos conteúdos presentes nos acervos, visando a circulação, para apropriação pelo consumidor potencial. Esta atividade requer necessariamente a compreensão dos aspectos envolvidos na produção de conhecimento e, sobretudo, das variáveis que levam ao desequilíbrio entre produtores e consumidores de informação. (FUJINO, 2007, p.228)

No que se refere aos aspectos de gerenciamento, diferentes modelos são propostos na literatura, entre eles, o modelo genérico de McGee e Prusak (1994), passível de adaptação em qualquer instituição que trabalhe com informação ainda que sob perspectivas diversas. O gerenciamento da informação no referido modelo envolve as seguintes tarefas:

- identificação das necessidades e requisitos de informação;
- aquisição e coleta de informações;
- classificação, armazenamento, tratamento e apresentação da informação;
- desenvolvimento de produtos e serviços de informação;
- distribuição e disseminação da informação;
- análise e uso da informação.

Borges e Cunha (2007) entendem que o referido modelo falha por não prever apresentação de *feedback* entre o usuário e a unidade de informação, muito embora seus autores tenham destacado a importância dos usuários no desenvolvimento das tarefas. Para Borges e Cunha (2007), tal falha pode comprometer a percepção da unidade de informação em relação às necessidades informacionais dos usuários.

Outro modelo de gerenciamento de informação é o desenvolvido por Choo (1998a) no qual se concebe o processo gerencial da informação como sendo um processo cíclico onde a instituição, ao usar a informação, adota novos comportamentos que, por sua vez, alimentam o novo ciclo de necessidade informacional.

Borges e Cunha (2007) afirmam que, segundo os pressupostos do referido modelo, a condição para que a informação possa se tornar estratégica é a sua capacidade de produzir sentido e conhecimento para auxiliar na tomada de decisão. As autoras entendem que o modelo de gerenciamento da informação desenvolvido por Choo (1998a) supre as lacunas existentes no modelo McGee e Prusak (1994) por incluir diferentes atividades que se superpõem, a saber:

- **Identificação das necessidades de informação** (incluindo as expressas e também as não verbalizadas);

- **Aquisição** (em função das necessidades dos usuários e do ambiente onde estão inseridas as instituições, sujeito a mudanças e com crescentes necessidades de informação, o que exige a tarefa de selecionar as fontes e acompanhar o surgimento de novas fontes de informação);
- **Organização e armazenamento** (objetivando criar um repositório do conhecimento da organização, no qual a informação coletada é armazenada em sistemas, arquivos e bancos de dados, em que a prioridade de armazenamento de determinada informação é decorrente da forma como a instituição percebe o ambiente e da necessidade de acompanhar a sua evolução. Assim, no âmbito do serviço de atendimento ao consumidor, a definição da informação a ser estocada depende da função que a instituição estabeleceu para o Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC);
- **Produtos e serviços de informação** (com o desafio de gerar informação que responda às necessidades e preferências dos usuários, observando questões como: qualidade, adaptabilidade, facilidade de uso; redução de ruído, economia de custos e de tempo);
- **Disseminação da informação** (definição dos usuários que receberão os produtos informacionais, bem como seu formato e periodicidade);
- **Uso da informação** (utilização da informação pelas organizações em três arenas, interligadas: para criar significado ao ambiente, para construir conhecimento e para tomar decisões. A informação vinda do ambiente externo é assimilada, discutida e avaliada pelos decisores; o significado definido pelo grupo é disseminado na empresa gerando conhecimento, que se revela em novos produtos ou novas competências os quais propulsionam uma tomada de decisão);
- **Comportamento adaptativo** (o processo de gerenciamento da informação é apresentado como um ciclo de atividades inter-relacionadas. A percepção de como a informação é usada, ou mesmo do porquê de ser subutilizada leva à readequação do sistema de informação).

É notório e evidente que todas essas atividades que visam o gerenciamento da informação para que esta venha a ter o potencial de se tornar estratégica, servir de base a decisões por meio da efetiva geração de conhecimento, focam e

envolvem prioritariamente os usuários destas informações, uma vez que é a estes que a informação produzida, gerenciada e disseminada é destinada. Assim, a revisão apresentada nos tópicos a seguir ressalta o papel central do usuário, considerado como questão crucial em toda e qualquer discussão que envolva a concepção de produtos e serviços de informação. Mais ainda para o estudo que embasa esta Tese, cuja aplicação da CI no âmbito das Ciências Contábeis se fará com base em modelo e metodologias utilizadas em Estudos de Usuários.

2.1.5 O usuário na Ciência da Informação

Para Sanz Casado (1994, p. 19), “[...] usuário é aquele indivíduo que necessita de informação para o desenvolvimento de suas atividades” e, para Guinchat e Menou (1994, p. 481), “[...] é um elemento fundamental de todos os sistemas de informação”. Para os autores, “O usuário é um agente essencial na concepção, avaliação, enriquecimento, adaptação, estímulo e funcionamento de qualquer sistema de informação” (GUINCHAT; MENOUE, 1994, p. 482).

Considerada essa definição, os usuários integrariam, segundo os autores, categorias fundamentadas em dois tipos de critérios: os critérios objetivos, representados pela categoria socioprofissional, especialidade e natureza da atividade para a qual buscam a informação e os critérios psicossociológicos, representados, em geral, pelas atitudes e os valores relativos à informação e, em particular, pelas relações com as unidades de informação.

Guinchat e Menou (1994) entendem que, na prática, esta análise pode ser mais aprofundada. Discorrendo sobre o argumento dos autores, Costa, Silva e Ramalho (2009, p.4) explicitam

Por muito tempo tentou-se definir categorias de usuários pela pergunta: Informação, para quem? Entretanto, cada indivíduo tem várias ocupações, exerce vários papéis e a questão verdadeira deve ser: Informação, para fazer o quê? A razão da pergunta se prende ao fato de que um indivíduo pode se incluir em várias categorias de usuários. Assim sendo, é preferível perguntar para que se destina a informação e não para quem.

Nota-se que a argumentação acima corrobora o entendimento de Fujino (1993) ao defender a importância de se considerar o contexto de uso da informação para o planejamento e estabelecimento de um serviço de informação eficaz. Um maior aprofundamento dessa questão será apresentado em tópicos posteriores nesta tese.

A definição de usuários e de suas necessidades informacionais e correspondentes serviços informacionais apresentada por Costa, Silva e Ramalho (2009, p.01) considera que

Diante de toda perspectiva discursiva, acerca das necessidades de informação de indivíduos sociais e seus coletivos, um usuário da informação ou grupo de usuários pode ser definido como aquele indivíduo ou coletivo que, necessitando de informação, utiliza-a. Na contemporaneidade, a informação dada ao uso, assim, através de relações sócio-culturais e de serviços prestados por uma biblioteca ou quaisquer sistemas de informação, documentação e arquivo, entre outras fontes, e que por esses mesmos serviços ou pelas relações sócio-culturais de informação participadas tiram da própria informação algum proveito. (COSTA; SILVA; RAMALHO, 2009, p.1)

Portanto, a questão do usuário na Ciência da Informação (CI) é crucial para a concepção de Produtos e Serviços de Informação, uma vez que, para Barreto (1994, p.2), “A informação, quando adequadamente assimilada, produz conhecimento, modifica o estoque mental de informações do indivíduo e traz benefícios ao seu desenvolvimento e ao desenvolvimento da sociedade em que ele vive.”

Assim, no âmbito nacional, diferentes estudos (FIGUEIREDO, 1994; LIMA, 1994; CUNHA, 1982; PINHEIRO, 1982; RABELLO, 1981; FIGUEIREDO, 1979) foram produzidos no campo da CI sobre os usuários da informação, voltados ao entendimento do perfil de comunidades de usuários e à avaliação de sistemas e serviços de informação e também estudos sobre o uso de informação. Contudo, de acordo com Araujo (2010, p.25), o campo de estudos de usuários foi caracterizado até a década de 70 em âmbito internacional e até a década de 90 no Brasil por um desenvolvimento “[...] com forte caráter empiricista, voltado para a aplicação de métodos prioritariamente quantitativos na busca de padrões e regularidades do comportamento dos usuários para o estabelecimento de leis ‘científicas’ sobre o uso da informação.”

Segundo o autor, somente a partir da década de 70 é que se observa o envolvimento dos pesquisadores em estudos relacionados à “[...] construção de

modelos teóricos para entender melhor o processo pelo qual os usuários sentem necessidade e se engajam na busca e uso de informação.” Discorrendo sobre tais estudos, Araujo (2010, p.25) entende que

Sustentados por uma perspectiva cognitivista, autores como Belkin (1980), Wilson (1981), Dervin (1983), Taylor (1986), Ellis (1989) e Kuhlthau (1991) começaram a desenvolver modelos para a compreensão do ‘comportamento informacional’ dos usuários. Esse conjunto de estudos recebeu o nome de ‘abordagem alternativa’ (DERVIN; NILAN, 1986) por se contrapor ao outro modelo que entendia a informação como algo objetivo, dotado de sentido em si. Ao contrário, a abordagem alternativa buscava ver o que a informação é da perspectiva de quem a usa, do usuário. Essa perspectiva foi introduzida no Brasil na metade da década de 1990 (FERREIRA, 1995; MARTUCCI, 1997). Desde então, os vários trabalhos dedicados ao campo de usuários da informação (DIAS; PIRES, 2004; BAPTISTA; CUNHA, 2007) têm por hábito a apresentação do campo de usuários como sendo constituído por estas duas abordagens.

E é sob esta abordagem alternativa, buscando compreender a informação da perspectiva de quem a usa, visando a compreensão do ‘comportamento informacional’ do usuário das informações contábeis, que se desenvolve o presente estudo. No tópico a seguir discorre-se com maior profundidade sobre os estudos de usuários mencionados para fundamentar esta importante temática dentro do campo da CI e de cunho central em relação ao objeto desta tese.

2.1.6 Estudo de usuários – necessidades informacionais – comportamento informacional

Para Wilson (1981), ‘necessidade de informação’ é entendida como um processo de tomada de decisão, solução de problemas ou alocações de recursos.

Conforme Le Coadic (1996, p.39), o conhecimento das necessidades de informação é fundamental para compreender por que as pessoas se envolvem num processo de busca da informação. Para o autor, o que leva uma pessoa a buscar a informação é a existência de um problema a resolver, de um objetivo a atingir e/ou a constatação de um estado anômalo de conhecimento, insuficiente ou inadequado. Segundo o autor, “[...] necessidades e usos são interdependentes, se influenciam reciprocamente de uma maneira complexa que determinará o comportamento do

usuário e suas práticas.” Para representar tal assertiva, Le Coadic (1996, p.39) apresenta a seguinte ilustração:

Figura 6 - Usos e necessidades de informação

Fonte: LE COADIC (1996, p.39)

Para o autor, usar informação é trabalhar com a matéria informação para obtenção de um efeito que satisfaça a uma necessidade de informação. Desse modo, o objetivo final de sistema de informação, de um produto de informação, segundo o autor, deve ser analisado não somente em termos dos usos da informação, mas também dos efeitos resultantes desses usos nas ações dos usuários. Para o autor, a forma como a informação transforma a realização dessas ações configura-se como o papel mais importante do sistema (LE COADIC, 1996, p. 39).

Figueiredo (1979), por sua vez, destaca que as necessidades de informação são de dois tipos: necessidade de informação em função da ação e necessidade de informação em função do conhecimento. Para a autora, a necessidade de informação em função da ação resulta de necessidades materiais para a realização de atividades pessoais, humanas e profissionais; ao passo que a necessidade de informação em função do conhecimento está relacionada a uma necessidade do desejo de saber.

Conforme já mencionado no estudo de Araujo (2010) apresentado anteriormente, em termos de abordagens, os estudos de usuários, segundo Ferreira (1997) e Figueiredo (1999), são realizados sob dois enfoques: a abordagem tradicional, com estudos dirigidos ao sistema de informação e a abordagem alternativa, com estudos dirigidos ao próprio usuário da informação. Segundo Figueiredo (1999), os estudos na abordagem tradicional têm como foco o 'conteúdo', sendo relacionados aos temas de interesse de grupos de usuários, fundamentados nos modelos tradicionais de classificação do conhecimento; ou a 'tecnologia', focando o uso de fontes, bases de dados, livros, obras de referência, computador ou

o próprio sistema. Segundo a autora, os dois tipos de estudos concebem o usuário apenas como informante e não como objeto de estudo.

No entanto, a abordagem alternativa para estudos de usuários, também denominada 'abordagem da percepção do usuário' proposta por Dervin e Nilan (1986) é apresentada pelos autores como novos estudos de comportamento de usuários visando:

- 1) observar o ser humano como sendo construtivo e ativo;
- 2) considerar o indivíduo como sendo orientado situacionalmente;
- 3) focalizar os aspectos cognitivos envolvidos;
- 4) analisar sistematicamente a individualidade das pessoas;
- 5) empregar maior orientação qualitativa.

Costa, Silva e Ramalho (2009, p. 6) entendem que, por esta abordagem alternativa,

[...] o usuário é compreendido como elemento central dos sistemas de informação, como indicado por Guinchat e Menou (1994), e por isso torna-se necessário um conhecimento minucioso e preciso sobre o mesmo e sobre suas necessidades de buscas e usos da informação.

Daí entender-se que o contato direto com o usuário é de fundamental importância para que se possa tratar das questões citadas.

Assim, para Figueiredo (1979, p. 81), “[...] os estudos orientados aos usuários, propriamente ditos, não são limitados a uma instituição, mas investigam o comportamento de uma comunidade inteira na obtenção da informação”. Para a autora, considerando Ferreira (2002), as bases da abordagem alternativa para esse tipo de estudo deveriam ser assim pautadas:

- a) o processo de se buscar compreensão do que seja ‘necessidade de informação’ deve ser analisado sob a perspectiva da individualidade do sujeito a ser pesquisado;
- b) a informação necessária e o tanto de esforço empreendido no seu acesso devem ser contextualizados na situação real onde ela emergiu;
- c) o uso da informação deve ser dado e determinado pelo próprio indivíduo. (FERREIRA, 2002 apud FIGUEIREDO, 1979, p. 81)

Tais assertivas corroboram o entendimento de que as bases da abordagem alternativa, orientada aos usuários e à comunidade à qual pertencem, é a mais

adequada para orientar os estudos que buscam compreender o que é a necessidade de informação, contextualizando não somente as necessidades de informação, mas também o seu acesso à situação real do indivíduo. E é nesta abordagem que o presente estudo será desenvolvido.

Levando em conta que, de acordo com a abordagem alternativa, o uso da informação deve ser dado e determinado pelo próprio indivíduo (FIGUEIREDO, 1979), considera-se de fundamental importância discutir sobre a avaliação dos produtos e serviços de informação. É nesse contexto que se insere o tema qualidade da informação tratada com mais detalhes no tópico a seguir.

2.1.7 Qualidade da informação na Ciência da Informação

Embora não haja consenso sobre o conceito de qualidade da informação, observa-se, na vasta literatura que trata do assunto na Ciência da Informação (GREEF; FREITAS, 2012; AROUCK, 2011; CALAZANS; COSTA, 2009; CALAZANS, 2008; DE SORDI, 2008; OLETO, 2006; NEHMY, 1996; PAIM; NEHMY; GUIMARÃES, 1996; CASANOVA, 1990), fundamentada também em autores de outras áreas do conhecimento (MADNICK et al. 2009; WAND; WANG, 1996; ARNDT; LANGBEIN, 2002; PIPINO et al., 2002; HUANG; LEE; WANG, 1999; STRONG; LEE; WANG, 1997a; WANG; STRONG, 1996), que apresentam inúmeras proposições de dimensões, categorias, classes ou atributos para qualificar a informação em diferentes aspectos e contextos. Tais atributos, geralmente denominados como dimensões da qualidade, são usados para definir, medir e gerenciar a qualidade dos dados e informações, e variam de acordo com as abordagens e vertentes sob as quais os estudos são realizados e de acordo com o contexto onde o conceito de qualidade é aplicado e avaliado. Em alguns desses estudos os termos “dado” e “informação” são tratados como sinônimos não existindo a distinção observada com mais destaque em algumas áreas do conhecimento. É o que também observam Knight e Burn (2005), ao afirmarem que tal como acontece com grande parte da pesquisa em Qualidade da Informação (QI), em Sistemas de Informação o termo informação é geralmente intercambiável com dados.

Assim, focando a qualidade na perspectiva do consumidor da informação, Arndt e Langbein (2002, p. 52) concebem a qualidade de dados como sendo o "[...] encontro consistente das 'expectativas' dos consumidores de informação". Para que isso ocorra faz-se necessário que os dados estejam prontos para o uso. Na concepção de Wang e Strong (1996): para o consumidor "dado pronto para o uso" significa que o dado disponibilizado possui os seguintes atributos: é acurado, crível, objetivo, acessível, seguro, apropriado em quantidade, relevante, oportuno, possuidor de valor agregado, compreensível, interpretável, possuidor de reputação, representação concisa, consistente e completa (WANG; STRONG, 1996).

Segundo Oleto (2006), na Ciência da Informação os estudos da qualidade da informação são realizados sob duas abordagens: baseada no produto e com base no usuário. Para o autor, a abordagem baseada no produto tende a avaliar os sistemas de informação a partir do próprio sistema, avaliando itens como projeto, conteúdo, atendimento ao usuário, sendo "[...] mais propícia à operacionalização dos conceitos e mais voltada para aspectos objetivos." Já a abordagem baseada no usuário tende "[...] a avaliar os sistemas de informação a partir de considerações centradas na pessoa e enfocando aspectos mais subjetivos [...]" (OLETO, 2006, p.3). Respalando-se nos estudos de Casanova (1990), Nehmy (1996) e Paim, Nehmy e Guimarães (1996), Oleto (2006) destaca que a abordagem de análise da qualidade da informação baseada no produto enfatiza a informação como coisa, atribuindo-se à qualidade da informação os seguintes atributos ou dimensões: Abrangência, relacionada ao valor intrínseco da informação; Acessibilidade, importância em termos de redução do tempo necessário ao acesso à informação; Atualidade, referindo-se à consonância com o ritmo de produção da informação, opondo-se à obsolescência; Confiabilidade, em termos da credibilidade no conteúdo e na fonte da informação; Relacionada à ideia de autoridade cognitiva: prestígio, respeito, reputação da fonte, autor ou instituição; semelhante a uma espécie de fé; Objetividade, ligada ao valor intrínseco da informação; Precisão, sentido aproximado de exatidão, correção, remetendo à forma de registro fiel ao fato que representa; e Validade, pressupondo integridade da fonte de informação e forma de registro fiel ao fato que representa.

A abordagem da qualidade da informação baseada no usuário tem a sua origem nos anos 70 como resposta às limitações da abordagem objetivista que considerava os sistemas de informação prioritariamente por seu lado técnico e pela eficácia da recuperação da informação. Assim, de acordo com Saracevic (1996, p.

46), “[...] o paradigma da recuperação da informação deslocou-se em direção à contextualização mais ampla, voltando-se para os usuários e suas interações [...]”. Com base em Saracevic (1996), Paim, Nehmy e Guimarães (1996) e Nehmy e Paim (1998), Oleto (2006) destaca que, nessa abordagem, os atributos da qualidade da informação que geralmente a literatura associa ao usuário são: Adequação da indexação e classificação, atributo do sistema de informação associado à qualidade da informação em termos de ‘relevância objetiva’, medida de adequação entre fonte e destinatário da informação; Eficácia; Eficiência da recuperação; Impacto; Relevância; Utilidade – equivalente à relevância; refere-se ao valor de uso da informação na perspectiva de quem ou para que será útil; Valor de uso – caráter cognitivo que leva em consideração o usuário, o uso e os efeitos no trato da informação; Valor esperado e Valor Percebido.

Elencados e mencionados por diferentes autores, conforme aponta a abrangente revisão da literatura de Casanova (1990), tais atributos também denominados como dimensões ou categorias de qualidade ou valor da informação são discutidos no estudo de Paim, Nehmy e Guimarães (1996, p.113) para evidenciar as três grandes vertentes sob as quais o tema é abordado na literatura: “Uma que trata da qualidade ou do valor transcendente (ou filosófico, ou metafísico) da informação; outra, que se baseia nos aspectos intrínsecos e outra nos atributos contingenciais.” As referidas vertentes e seus correspondentes aspectos incorporadores da categoria qualidade ou valor são assim descritas por Paim, Nehmy e Guimarães (1996, p.114):

- Valor Transcendente – implica o reconhecimento do valor da informação como absoluto e universalmente aceitável, aproximando-se da ideia de excelência; sendo extratemporal e permanente. Pressupõe a existência de uma essência de qualidade da informação independente do tempo-espço histórico. “Não pode ser atingido em si, mas é dependente do ponto de vista do usuário.”
- Valor intrínseco – referem-se aos valores inerentes ao dado, documento ou informação.
- Valor contingencial – atributos relacionados ao contexto ou ao usuário da informação.

Para Paim, Nehmy e Guimarães (1996, p. 115), os aspectos que incorporam qualidade à informação em cada uma dessas vertentes são:

- Validade – atributo que confere valor real à informação. “Pressupõe integridade da fonte de informação e forma de registro fiel ao fato que representa.”
- Confiabilidade – atributo que confere valor real à informação. “[...] credibilidade no conteúdo e na fonte da informação.” Relacionada à “idéia de autoridade cognitiva - prestígio, respeito, reputação da fonte, autor ou instituição. [...] assemelha-se a uma espécie de fé (GIDDENS, 1991).”
- Precisão – atributo que confere valor real à informação. “[...] Sentido aproximado de exatidão, correção, [...] remete à ‘forma de registro fiel ao fato representado’.”
- Completeza – “[...] implica a inclusão de todos os dados necessários relativos a um determinado problema.”
- Novidade – “[...] representa o novo, o recente.”
- Atualidade – “[...] implica consonância com o ritmo de produção da informação, [...]” opondo-se “[...] à obsolescência.”
- Valor percebido – “[...] refere-se à compreensão [...]” do “[...] sujeito a respeito do valor da informação.” Está ligado “[...] ao significado subjetivo atribuído à informação.”
- Eficácia – “[...] significa o grau de adequação da informação na solução do problema do sujeito-usuário da informação.” [...] decorre do uso da informação.” A informação será eficaz se contribuir para algum resultado positivo para o sujeito da ação. (Ex. tomada de decisão adequada).
- Relevância – “[...] significa ‘medida do contato eficaz entre uma fonte e um destinatário’ (SARACEVIC, 1970, p.112)”
- Abrangência – “[...] diz respeito ao volume de dados necessários para que a informação se torne eficaz.”
- Redundância – significa o reforço da informação por meio da “[...] repetição de dados, tomando-se como parâmetro um determinado usuário. [...] o que pode se apresentar como redundante para um tipo de usuário pode não o ser para outro. Se excessiva tende a diminuir a qualidade da informação.”

Segundo os autores, a inter-relação existente entre os atributos confere multidimensionalidade à qualidade da informação, conforme síntese apresentada no Quadro 2.

Quadro 2 - Modelo multidimensional da qualidade da informação

Dimensões e Atributos			
TRANSCENDENTE	INTRÍNSECA	CONTINGENCIAL	
		Usuário	Formato do Produto
<ul style="list-style-type: none"> • Valor filosófico ou metafísico 	<ul style="list-style-type: none"> • Validade • Confiabilidade • Precisão • Completeza • Novidade • Pertinência • Atualidade • Significado através do tempo • Abrangência 	<ul style="list-style-type: none"> • Valor percebido • Eficácia • Relevância • Redundância 	<ul style="list-style-type: none"> • Eletrônico • Impresso • Oral • Microforma • Integral • Sintético • Formal • Informal

Fonte: Adaptado de PAIM; NEHMY; GUIMARÃES (1996, p. 115)

Paim, Nehmy e Guimarães (1996, p. 117) alertam, no entanto, que o “[...] cenário em que se inscreve o conceito de qualidade da informação, marcado pela dicotomia entre atributos intrínsecos e contingenciais, com forte tendência para a hegemonia dos últimos, implica riscos para a leitura e para a provisão da informação.” Comentando sobre as muitas formas de categorização das dimensões da qualidade da informação esquematizadas por diferentes autores sob vários âmbitos ou aspectos, De Sordi, Meireles e Grijo (2008) citam a lista desenvolvida por Huang, Lee e Wang (1999) composta por quatro categorias e quinze dimensões de análise da informação conforme mostra o Quadro 3, a seguir.

Quadro 3 - Categorias e dimensões de qualidade da informação

Categorias	Dimensões
Intrínseca	<i>Acurácia, Objetividade, Credibilidade e Reputação</i>
Acessibilidade	<i>Acesso e Segurança</i>
Contextual	<i>Relevância, Valor Agregado, Economia de Tempo, Completude e Quantidade de Dados</i>
Representacional	<i>Interpretabilidade, Facilidade de Uso, Representação Concisa e Representação Consistente</i>

Fonte: Adaptado de HUANG; LEE; WANG (1999)

Os autores argumentam que tais dimensões não são facilmente identificadas requerendo análise e consenso entre geradores, leitores e demais interessados. Tratando-se ainda dos estudos sobre qualidade da informação na Ciência da Informação, é importante destacar o argumento de Spender (2001, p.31) apresentado por De Sordi (2008, p. 30):

Na Ciência da Informação há duas linhas bem definidas e distintas de entendimento sobre a qualidade da informação. A primeira compreende a informação ou conhecimento como objeto ou conteúdo a ser desenvolvido, comprado, possuído ou vendido; sua natureza é explícita e direcionada aos aspectos objetivos da informação. A segunda estabelece um forte vínculo da informação ou conhecimento com as pessoas, que o detêm, procuram, utilizam, desenvolvem ou compartilham; apresenta natureza tácita e direcionada aos aspectos subjetivos da informação.

Complementando e avançando em relação às dimensões propostas por Huang, Lee e Wang (1999), de Sordi (2008) listou também diferentes dimensões e atributos para a qualificação das informações conforme evidenciado no Quadro 4, a seguir.

Quadro 4 - Dimensões e atributos de qualidade da informação

<i>Dimensões da Informação</i>	<i>Atributos da Informação</i>
Acurácia / Veracidade	Nível de acurácia; e método para determinação do nível de acurácia
Atualidade / Temporalidade	Data da geração da informação; horário de geração da informação; e intervalo de tempo entre cada nova geração de informação
Disponibilidade	Meio de acesso à informação; horário de disponibilização da informação; e tempo decorrido entre a solicitação e o acesso à informação
Confidencialidade / Privacidade	Público-alvo; e predileções informacionais do público-alvo
Existência	Localização do algoritmo para geração da informação; e localização do armazenamento do conteúdo informacional
Abrangência / Escopo	Vetores da informação
Integridade	Nível de integridade da informação
Ineditismo / Raridade	Disponibilidade de informações idênticas ou similares
Contextualização	Caracterização da informação
Precisão	Nível de precisão da informação
Confiabilidade	Credibilidade da fonte; e credibilidade do conteúdo
Originalidade	Originalidade da informação
Pertinência / Agregação de Valor	Valor potencial da informação Valor entregue pela informação
Identidade	Nome; sinônimos; e autoria
Audiência	Frequência de acesso; e duração de tempo de acesso

Fonte: Adaptado de DE SORDI, 2008

De acordo com a literatura estudada, apesar de não existir uma definição padrão única para qualidade, alguns autores concordam que, assim como no gerenciamento de produtos físicos, a qualidade da informação tem múltiplas

dimensões. Mattioda e Favareto (2009) lembram que a escolha destas dimensões, baseada no entendimento intuitivo e em experiências individuais e revisão bibliográfica, depende do uso da informação. Ressaltando que a maioria dos autores que trata do assunto concorda que os múltiplos atributos usados para definir qualidade podem ser agrupados em categorias relacionadas, representando uma estrutura hierárquica, Mattioda e Favareto (2009) elaboraram um quadro abrangente das Categorias, Dimensões e Definições, adaptadas de alguns autores, focando principalmente as definições das dimensões da qualidade. Nessa compilação, os autores não somente elencam as referidas dimensões e categorias de qualidade da informação como também apresentam as definições relativas a cada uma das dimensões propostas pelos diferentes autores pesquisados conforme mostra o Quadro 5, a seguir.

Quadro 5 - Categorias, dimensões e definições da qualidade da informação

Categoria	Dimensão	Definição
Intrínseca	Acurácia (<i>accuracy</i>)	extensão do quanto a informação é <u>correta e confiável</u>
	Credibilidade (<i>believability</i>)	extensão do quanto a informação é considerada como <u>verdadeira e verossímil</u>
	Objetividade (<i>objectivity</i>)	extensão do quanto a informação é <u>imparcial</u>
	Reputação (<i>reputation</i>)	extensão do quanto a informação é <u>altamente considerada</u> em termos de sua <u>fonte ou conteúdo</u>
Acessibilidade	Acessibilidade (<i>accessibility</i>)	extensão do quanto a informação está <u>disponível</u> ou <u>fácil</u> e <u>rapidamente recuperável</u>
	Segurança no acesso (<i>access security</i>)	extensão do quanto o <u>acesso</u> à informação é <u>restrito</u> <u>apropriadamente para manter sua segurança</u>
Contextual	Integridade / Completeza / Perfeição (<i>completeness</i>)	extensão do quanto a informação <u>não está extraviada e é suficiente</u> para a tarefa em amplitude e profundidade
	Quantidade de informação apropriada (<i>appropriate amount</i>)	extensão do quanto o <u>volume</u> da informação é <u>apropriado</u> para a tarefa a ser executada
	Relevância (<i>relevancy</i>)	extensão do quanto a informação é <u>aplicável e útil</u> para a tarefa a ser realizada
	Temporalidade / Oportunidade (<i>timeliness</i>)	extensão do quanto a informação está suficientemente <u>atualizada</u> para a tarefa a ser realizada
	Valor Agregado (<i>value-added</i>)	extensão do quanto a informação é <u>benéfica e proporciona vantagens por seu uso</u>
Representativa	Facilidade de entendimento (<i>ease of understanding</i>)	extensão do quanto a informação é <u>facilmente compreendida</u>
	Facilidade de manipulação / operação (<i>ease of manipulation / operation</i>)	extensão do quanto a informação é <u>fácil de ser manipulada e aplicada</u> em diferentes tarefas
	Interpretabilidade (<i>interpretability</i>)	extensão do quanto a informação está em <u>linguagem apropriada, símbolos e unidades, e as definições são claras</u>
	Representação concisa (<i>concise representation</i>)	extensão do quanto a informação está <u>compactamente representada</u>
	Representação consistente (<i>consistent representation</i>)	extensão do quanto a informação é apresentada em um <u>mesmo formato</u>

Fonte: Adaptado de MATTIODA; FAVARETTO (2009)

Em estudo recente, Arouck (2011) realizou uma pesquisa exploratória com vistas a identificar e analisar os atributos de qualidade da informação presentes nos estudos da Ciência da Informação relacionados à gestão de sistemas e serviços de informação publicados em língua inglesa no período de 1974 a 2009. Nesse estudo, o autor identificou 101 atributos de qualidade da informação, sendo que 40 destes apresentaram mais de uma ocorrência. Arouck (2011) categorizou tais atributos de acordo com os três níveis do problema da comunicação (meio, conteúdo e uso) segundo Shanon e Weaver. A partir disso chegou ao seguinte agrupamento: 16 atributos de qualidade na categoria meio, 13 atributos de qualidade na categoria conteúdo e 11 atributos de qualidade na categoria uso. A proposta de categorização/agrupamento dos atributos de qualidade da informação de Arouck (2011) pode ser mais bem visualizada e entendida por meio do Quadro 6 apresentado a seguir:

Quadro 6 - Categorias dos atributos de qualidade da informação

Categorias e atributos			
Categorias	Meio	Conteúdo	Uso
Atributos	Acessibilidade, aparência, clareza, concisão, formato, legibilidade, localizabilidade, mensurabilidade, ordem, quantidade, segurança, simplicidade, singularidade, tempestividade, tempo de resposta, volume.	Abrangência, atualidade, coerência, completude, confiabilidade, correção, credibilidade, imparcialidade, inequivocidade, logicidade, precisão, validade, veracidade.	Compatibilidade, compreensibilidade, conveniência, importância, interpretabilidade, pertinência, relevância, significância, suficiência, utilidade, valor informativo.

Fonte: AROUCK (2011, p. 91)

2.1.8 Questões da informação e do documento na Ciência da Informação

Sendo a confiabilidade um dos atributos de qualidade da informação contábil pertencentes às Características Qualitativas contidas na Estrutura Conceitual anteriormente discutida neste trabalho, e as Demonstrações Contábeis os documentos através dos quais a entidade comunica aos seus usuários as

informações sobre os eventos ocorridos na entidade, faz-se imperioso discutir alguns problemas daí decorrentes.

Tais problemas, relacionados à autenticidade da fonte e à confiabilidade da informação contida no documento, não são discutidos pela contabilidade; porém, tomam corpo e se tornam evidentes quando se analisa a situação segundo os fundamentos da Ciência da Informação, especificamente no campo das chamadas “ciências documentais” (arquivologia, biblioteconomia e documentação).

Segundo Smit (2003, p.4), a inclusão dessas áreas no seio das “ciências documentais” pode ser entendida a partir do fato de todas terem em comum o trabalho com documentos. Para a autora, a “[...] associação automática e indiscutível entre os tipos documentais e a função da informação neles contida [...]”, que embasa a origem da distinção entre bibliotecas e arquivos, traz à tona um “[...] núcleo de questionamentos possíveis e que pode ser sistematizado ao redor dos termos **documento, informação e função.**” A autora assevera que “A dupla **documento/informação** coloca inúmeros problemas [...]” (grifos do original), marcando uma constante tensão entre as duas áreas, que ora priorizam o documento e ora a informação nele contida.

No que se refere à importância da discussão sobre a possibilidade de investigação dos conceitos documento e informação, Araujo (2010, p.30) argumenta que

Podemos dizer que tais conceitos fazem parte do quadro teórico-conceitual “profundo” da ciência da informação – em grau de complexidade e relevância –, pois são comumente apresentados como objetos de estudo privilegiados nesta disciplina, assim como podemos observar nas investigações de autores como Buckland (1991; 1997), Rodríguez Bravo (2002), Capurro e Hjørland (2007) et al.

Smit (2003, p.4), por sua vez, ressalta que o ápice do descolamento entre informação e documento pode ser observado nas discussões sobre as bibliotecas virtuais, redes e sistemas de informação (SMIT, 2003, p.4). Para a autora, o postulado da área no qual a informação para poder ser estocada deve ter sido registrada de alguma forma, de tão básico, por vezes acaba sendo esquecido. Assim, alerta que não é operacional pensar a informação isolada do seu registro, visto que documento e informação são as duas faces da mesma moeda, não sendo possível descolar as referidas faces.

Tal entendimento é condizente com o conceito de “documentação” segundo Otlet (1934, p.373), citado por Rabello (2008, p.20-21):

[...] o termo ‘documentação’ pode se apresentar como o ‘[...] conjunto de documentos com a função de documentar, isto é, de informar com a ajuda da documentação’. Ao explicar a documentação como disciplina acadêmica, o autor postulou que ela ‘[...] é constituída por uma série de operações distribuídas, hoje, entre pessoas e organismos diferentes’. Nessa perspectiva, a documentação ‘[...] acompanha o documento desde o instante em que ele surge da pena do autor até o momento em que impressiona o cérebro do leitor’, assumindo, destarte, um caráter passivo, receptivo ou dativo em diversos setores da sociedade. (OTLET, 1934, p. 373)

A autora propõe então que a distinção entre as duas áreas, ao invés de apoiar-se no paradigma do acervo, do estoque, seja substituída pela ênfase na informação, em termos da função atribuída à informação. Smit (2003, p.5) assevera que:

Na biblioteconomia a função é atribuída aos documentos associando-os ao uso. O documento cumpre sua função quando é usado, lido ou consultado. O mesmo objetivo determina sua seleção, ou seja, o acervo é constituído por documentos que se supõe úteis para alguém em algum momento. A arquivologia enuncia a questão de forma diferenciada, pois a função determina, ou formata o documento.

Em termos do momento de atribuição da função da informação em cada uma das áreas, Smit (2003, p.5) assim destaca

[...] na arquivologia a função do documento é definidora de sua entrada no sistema de informação e posterior organização, na biblioteconomia enfatiza-se a sua função no momento da saída do sistema. Consequentemente, organiza-se os documentos de acordo com outro parâmetro: a informação neles contida.

Para distinguir a informação estocada por arquivos e bibliotecas de outras ‘informações’, Smit (2003, p.9) apresenta duas condições:

No que diz respeito aos arquivos, o **registro** da informação é condição necessária para a realização de suas atividades, sendo que a informação estocada em bibliotecas é uma informação intencionalmente registrada. Há uma nuance neste aspecto, mas a informação em ambos os casos foi registrada porque alguém, alguma instituição, assim o quis e necessitou. [...]

A informação é estocada por arquivos e bibliotecas em função de uma **utilidade** que lhe foi conferida. Supõe-se, em suma, que determinada informação poderá ser necessária ou útil no futuro (enquanto informação, prova, testemunho, etc.) e por esta razão a mesma é **intencionalmente estocada**. Vale dizer que os estoques informacionais são o produto de uma

decisão sobre a utilidade conferida a determinada informação (BUCKLAND, 1991): esta decisão é obviamente relativa e passível de mudanças ao longo do tempo ou em função de momentos institucionais. (grifos do original)

A autora conclui afirmando que:

[...] pode-se portanto estabelecer que a informação estocada em arquivos e bibliotecas é registrada e, após avaliação, considerada útil; o fruto deste processo é a institucionalização da informação uma vez que decorrente de decisões institucionais (ou, por extensão, sociais). Independentemente de suportes ou códigos, a informação é institucionalizada por arquivos e bibliotecas: este é certamente um produto da área, que confere 'status' a certas informações e o nega, a outras. A informação, ao ser institucionalizada em nome de uma utilidade que lhe foi atribuída, é organizada em nome de objetivos institucionais. A institucionalização da informação encontra sua justificativa cultural, social e econômica à medida que esta informação é disponibilizada para a sociedade, ou comunidade, que financia a manutenção do estoque.

Para a autora, o objetivo das instituições e profissionais da informação aplica-se perfeitamente às duas modalidades pragmáticas (arquivística e biblioteconomia) da área de conhecimento CI. Tal entendimento fundamenta-se no argumento de Mason (1990, p.125) quando defende que “[...] disponibilizar a informação certa, da fonte certa, para o usuário certo, no prazo certo, numa forma considerada adequada para o uso e a um custo justificado pelo uso [...]” é o objetivo perseguido pelas instituições e profissionais da informação. Assim, na visão de Smit (2003), as diferenças entre as áreas são determinadas apenas por funções diferentes atribuídas aos documentos de arquivo e biblioteca que, por sua vez, geram procedimentos diferenciados de tratamento da informação.

Dessa forma, defende que “[...] tanto arquivos como bibliotecas são **mediadoras de informações**, as instituições estocam informações, as organizam produzindo informação documentária, e ambas servem à sociedade através do resgate da informação certa na hora certa.” (SMIT, 2003, p.11, grifos do original). Fundamenta-se em Ingwersen (1992) para afirmar que tanto a arquivologia como a biblioteconomia desempenham paradigmas competentes da Ciência da Informação (SMIT, 2003, p. 10).

A autora finaliza a discussão destacando que a utilidade social da Ciência da Informação será reconhecida

[...] quando a mesma conseguir propor soluções para problemas de acesso à informação. Propor soluções novas para problemas tão velhos quanto a

própria humanidade supõe o domínio de princípios, teorias, regras gerais, ou seja, o domínio dos conceitos norteadores da Ciência da Informação, além da competência específica para, em função de contextos e situações específicas, conseguir avaliar as melhores soluções, saber implantá-las e avaliá-las criticamente em seu retorno para a sociedade. (SMIT, 2003, p.10)

É neste contexto que se trabalha o objeto desta tese, na qual se buscam os conceitos norteadores da Ciência da Informação para avaliar o sistema de informação contábil, pelo grupo de potenciais usuários: analistas de mercado e profissionais de investimento.

2.2 A informação nas Ciências Contábeis

No que se refere à informação contábil é importante mencionar que, na perspectiva da Ciência da Informação, é uma informação de natureza específica que é produzida em contextos particulares e intencionalmente elaborada para determinados fins. Assim, é importante conhecer suas fontes de produção e seus potenciais usuários.

Nas Ciências Contábeis, nota-se que a literatura é pródiga em tratar da sua importância, relevância e da sua relação e impacto com os usuários e com o mercado, porém bastante escassa quanto à sua conceituação. Para Amorim (2007, p.32), “[...] a informação contábil pode ser considerada como aquela que altera o estado da arte do conhecimento de seu usuário em relação à empresa e, a partir de interpretações, utiliza-a na solução de problemas [...]”. De natureza econômico-financeira, física e de produtividade, “[...] a informação contábil tem como consequência a ratificação ou alteração da opinião de seus usuários a respeito das atividades da empresa.”

2.2.1 Qualidade da informação nas Ciências Contábeis

Em alusão aos fundamentos defendidos por renomados autores da literatura das Ciências Contábeis (HENDRIKSEN; BREDÁ, 1999; IUDÍCIBUS, 2006), Moreira e

Colauto (2010, p. 160) lembram que a “Contabilidade, como ciência social, se desenvolve com objetivo de atender as demandas de informação requeridas pelos diferentes tipos de usuários.” Para Hendriksen e Breda (1999), as mudanças no ambiente onde a Contabilidade está inserida suscitam diversos aspectos relativos à teoria, tais como: o momento no qual as receitas e despesas serão reconhecidas; sobre qual base se dará a mensuração dos ativos e também **quais informações devem ser evidenciadas nas demonstrações contábeis**. É por essa razão que, segundo Ijiri (1975), a Contabilidade deve seguir certas regras e adaptar-se às mudanças ambientais, para não correr o risco de ser mal interpretada no seu processo de comunicação e em seu objetivo de ser útil para orientar decisões (MOREIRA; COLAUTO, 2010).

Segundo a abordagem da Informação e a Teoria Positiva da Contabilidade, dados financeiros e relatórios contábeis têm a sua importância aumentada no contexto de tomada de decisões à medida que as organizações ficam mais complexas. A perspectiva contábil baseada na informação, mais conhecida como *information approach* (abordagem da informação) é assim denominada porque considera a Contabilidade como um meio de transmissão de informação vinculada à Teoria da Comunicação. Nessa ótica, a Contabilidade preocupa-se com a utilidade da informação contábil para investidores e outros usuários, um pragmatismo direcionado para a Teoria Positiva da Contabilidade (LOPES, 2002; YAMAMOTO, 2005; YAMAMOTO; SALOTTI, 2006).

Analizada sob a ótica da Teoria Matemática da Comunicação que envolve os elementos: mensagem, emissor, canal, receptor e destinatário (SHANNON; WEAVER, 1949), a Contabilidade, segundo Dias Filho (2000), deve preocupar-se, sobretudo, com a eficácia da sua linguagem em relação à quantidade de informação assimilada e ao volume de alternativas que tais informações possibilitam ao usuário descartar. Segundo o referido autor, a informação contábil possibilita a redução de incertezas. Assim, a validade da informação contábil pode ser determinada pela diferença do nível de incerteza do usuário antes e depois de receber a mensagem. Vem daí a importância de que as informações contábeis sejam revestidas de atributos que permitam conferir-lhe maior grau de qualidade de forma a efetivamente serem úteis aos seus usuários.

2.2.2 Estrutura conceitual básica da contabilidade

A estrutura conceitual básica da Contabilidade é definida na literatura contábil como sendo a composição, o arcabouço, a intimidade do edifício contábil (IUDÍCIBUS, 2004; LOPES; MARTINS, 2005). A partir da criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em outubro de 2005, a estrutura conceitual básica da contabilidade passou a ser baseada no arcabouço teórico (*Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*) do *International Accounting Standard Board* (IASB) substituindo a estrutura do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon). Em lugar dos postulados, princípios e convenções, a estrutura do CPC apresenta os pressupostos básicos e as características qualitativas da informação contábil. Aprovada em março de 2008 por meio da Resolução 1.121/08 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a referida Norma teve sua numeração e sigla alteradas pela Resolução CFC 1.329/11 em março de 2011 passando à denominação de NBC T 1 para NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Embora tenha sido novamente alterada em dezembro de 2011 pelo Pronunciamento Conceitual Básico (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), vigente atualmente no Brasil, e por isso detalhadamente tratada em tópico posterior, julga-se importante discutir ainda sobre os fundamentos desta Estrutura Conceitual aqui neste tópico do estudo. Isso porque foram justamente as bases dessa Estrutura Conceitual que nortearam a preparação e divulgação das informações contábeis até 31 de dezembro de 2010 e, dessa forma, importantes aspectos ainda podem ser analisados e discutidos no que se refere aos atributos de qualidade de informação nela contidos; como se poderá observar na análise de conteúdo das entrevistas realizadas, apresentadas no capítulo de Resultados desta tese.

Um dos principais componentes da Estrutura Conceitual da Contabilidade são as Características Qualitativas da Informação Contábil atualmente denominadas de Características Qualitativas da Informação Contábil-Financeira Útil.

2.2.2.1 Características qualitativas da informação contábil segundo a antiga estrutura conceitual

Hendriksen e Breda (1999) definem as características qualitativas como as propriedades da informação que são necessárias para torná-la útil. Segundo os autores, a utilidade da Contabilidade como sistema de informação depende de sua capacidade de informar aos vários grupos de interesse associados à empresa. Para Lopes e Martins (2005, p. 114), as características específicas da informação contábil podem ser relacionadas aos usuários ou às decisões tomadas.

A Estrutura Conceitual vigente no Brasil até dezembro de 2010 estabeleceu as características qualitativas como os atributos que tornam as demonstrações contábeis úteis para os usuários possuindo, para tanto, quatro características qualitativas principais: (i) compreensibilidade; (ii) relevância; (iii) comparabilidade; e (iv) confiabilidade.

A Confiabilidade foi definida como a garantia de que a informação está razoavelmente livre do erro e da polarização, e representa o que se propõe a representar. Nesse sentido, uma informação pode ser relevante, mas a tal ponto não confiável em sua natureza ou divulgação, que o seu reconhecimento pode potencialmente distorcer as demonstrações contábeis (IASB, 2001; CPC 2008). De acordo com o CPC (2008) e IASB (2001) cinco atributos devem estar presentes na informação para que esta possa ser confiável:

- (i) Representação Adequada – a informação contábil deve representar adequadamente as transações e outros eventos que ela diz representar.
- (ii) Primazia da Essência sobre a Forma – transações e eventos devem ser contabilizados e apresentados considerando a sua substância e realidade econômica (essência), e não somente pela sua forma legal (forma).
- (iii) Neutralidade – informações contábeis devem ser neutras, e não apresentar vieses que possam induzir as decisões dos usuários.
- (iv) Integridade – os fatos devem ser contabilizados na sua integridade, ou seja, de forma completa.

- (v) **Prudência** – informação confiável exige o uso da prudência, também denominada Conservadorismo, que é a prática contábil de antecipar perdas, mas nunca antecipar ganhos.

As demais características qualitativas: Compreensibilidade, Relevância e Comparabilidade e seus respectivos atributos considerados pela Estrutura Conceitual para a qualidade da informação contábil são explicitadas com maiores detalhes no Quadro 7, a seguir, elaborado com base no que estabelece o CPC e a Resolução CFC n. 1.121/08.

Quadro 7 - Características qualitativas das demonstrações contábeis

Compreensibilidade
Uma qualidade essencial das informações apresentadas nas demonstrações contábeis é que elas sejam prontamente entendidas pelos usuários. Para esse fim, presume-se que os usuários tenham um conhecimento razoável dos negócios, atividades econômicas e contabilidade e a disposição de estudar as informações com razoável diligência.
Relevância
Para serem úteis, as informações devem ser relevantes às necessidades dos usuários na tomada de decisões. As informações são relevantes quando podem influenciar as decisões econômicas dos usuários, ajudando-os a avaliar o impacto de eventos passados, presentes ou futuros ou confirmando ou corrigindo as suas avaliações anteriores. <ul style="list-style-type: none"> As funções de previsão e confirmação das informações são inter-relacionadas. Materialidade - A relevância das informações é afetada pela sua natureza e materialidade. Uma informação é material se a sua omissão ou distorção puder influenciar as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas demonstrações contábeis.
Confiabilidade
Para ser útil, a informação deve ser confiável, ou seja, deve estar livre de erros ou vieses relevantes e representar adequadamente aquilo que se propõe a representar . <ul style="list-style-type: none"> Livre de Erros e Vieses Relevantes - Uma informação pode ser relevante, mas a tal ponto não confiável em sua natureza ou divulgação que o seu reconhecimento pode potencialmente distorcer as demonstrações contábeis; Representação Adequada - Para ser confiável, a informação deve representar adequadamente as transações e outros eventos que ela diz representar; Primazia da Essência sobre a Forma - Para que a informação represente adequadamente as transações e outros eventos que ela se propõe a representar, é necessário que essas transações e eventos sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade econômica, e não meramente sua forma legal; Neutralidade - Para ser confiável, a informação contida nas demonstrações contábeis deve ser neutra, isto é, imparcial. As demonstrações contábeis não são neutras se, pela escolha ou apresentação da informação, induzirem a tomada de decisão ou julgamento, visando atingir um resultado ou desfecho; Prudência - Prudência consiste no emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos ou receitas não sejam superestimados e que passivos ou despesas não sejam subestimados; Integridade - Para ser confiável, a informação constante das demonstrações contábeis deve ser completa, dentro dos limites de materialidade e custo. Uma omissão pode tornar a informação falsa ou distorcida e, portanto, não-confiável e deficiente em termos de sua relevância.
Comparabilidade
Os usuários devem poder comparar as demonstrações contábeis de uma entidade ao longo do tempo, a fim de identificar tendências na sua posição patrimonial e financeira e no seu desempenho. Os usuários devem também ser capazes de comparar as demonstrações contábeis de diferentes entidades a fim de avaliar, em termos relativos, a sua posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mutações na posição financeira.
Limitações na Relevância e na Confiabilidade das Informações
<ul style="list-style-type: none"> Tempestividade - Quando há demora indevida na divulgação de uma informação é possível que ela perca a relevância. Para fornecer uma informação na época oportuna pode ser necessário divulgá-la antes que todos os aspectos de uma transação ou evento sejam conhecidos, prejudicando assim a sua confiabilidade. Por outro lado, se para divulgar a informação a entidade aguardar até que todos os aspectos se tornem conhecidos, a informação pode ser altamente confiável, porém de pouca utilidade; Equilíbrio entre Custo e Benefício - O equilíbrio entre o custo e o benefício é uma limitação de ordem prática, ao invés de uma característica qualitativa. Os benefícios decorrentes da informação devem exceder o custo de produzi-la; Equilíbrio entre Características Qualitativas - Na prática, é frequentemente necessário um balanceamento entre as características qualitativas. Geralmente, o objetivo é atingir um equilíbrio apropriado entre as características, a fim de satisfazer aos objetivos das demonstrações contábeis; Visão Verdadeira e Apropriada - Demonstrações contábeis são frequentemente descritas como apresentando uma visão verdadeira e apropriada (<i>true and fair view</i>) da posição patrimonial e financeira, do desempenho e das mutações na posição financeira de uma entidade.

Fonte: Elaborado pela autora com base no pronunciamento contábil

Para melhor entendimento e visualização apresenta-se no Quadro 8, a seguir, uma síntese das Características Qualitativas da Informação Contábil em vigor no Brasil até dezembro de 2010.

Quadro 8 - Síntese das características qualitativas da informação contábil (CFC 1.121/08)

Características Qualitativas da Informação Contábil (IASB - CPC/CFC)			
Compreensibilidade	Relevância	Confiabilidade	Comparabilidade
	Valor preditivo Valor confirmatório Materialidade	Livre de erros e vieses relevantes Representação adequada Primazia da essência sobre a forma Neutralidade Prudência Integridade	
Limitações na Relevância e na Confiabilidade das Informações Tempestividade, Equilíbrio entre Custo e Benefício, Equilíbrio entre Características Qualitativas e Visão Verdadeira e Apropriada (<i>true and fair view</i>)			

Fonte: Elaborado pela autora

2.2.3 Comparativo entre qualidade da informação na CI e nas CC com base na antiga estrutura conceitual – Resolução CFC 1.121/08

Neste tópico apresenta-se uma análise comparativa entre as Características Qualitativas das Informações Contábeis segundo a antiga Estrutura Conceitual (válida até dez/2010) e os atributos e dimensões de qualidade da informação utilizados como referência nos estudos da Ciência da Informação. Para facilitar a análise, primeiramente elaborou-se o Quadro 9, no qual são listados os atributos e dimensões de qualidade presentes nos estudos da Ciência da Informação com os devidos destaques dos termos utilizados pelos autores mais citados nos estudos sobre qualidade da informação nessa área do conhecimento.

Quadro 9 - Atributos de qualidade da informação na Ciência da Informação

<i>Atributos</i>	WANG e STRONG (1996), WANG; ZIAD e LEE (2000), LEE et al. (2002) e PIPINO; LEE e WANG (2002) apud MATTIODA e FAVARETTO (2006)	HUANG, LEE e WANG (1999)	PAIM, NEHMY e GUIMARÃES (1996)	DE SORDI, 2008
Acessibilidade (<i>accessibility</i>)	x	x (Acesso)	x	x (Disponibilidade)
Acurácia (<i>accuracy</i>)	x	x	x (Precisão)	x (Veracidade)
Confiabilidade	x (Reputação)	x (Reputação)	x	x
Integridade / Completeza / Perfeição (<i>completeness</i>)	x	x (Completeness)	x (Completeza)	Integridade
Quantidade de informação apropriada (<i>appropriate amount</i>)	x	x (Quantidade de dados)	x (Abrangência)	x (Escopo)
Valor Agregado (<i>value-added</i>)	x	x	x (Pertinência)	x (Pertinência /Agregação de Valor)
Credibilidade (<i>believability</i>)	x	x	x (Validade)	
Interpretabilidade (<i>interpretability</i>)	x	x	x (Significado através do tempo)	
Relevância (<i>relevancy</i>)	x	x	x	
Segurança no acesso (<i>access security</i>)	x	x (Segurança)		x (Confidencialidade / Privacidade)
Temporalidade / Oportunidade (<i>timeliness</i>)	x		x (Atualidade)	x (Atualidade / Temporalidade)
Facilidade de manipulação / operação (<i>ease of manipulation / operation</i>)	x	x (Facilidade de Uso)		
Ineditismo / Raridade			x (Novidade)	x (Originalidade)
Objetividade (<i>objectivity</i>)	x	x		
Representação concisa (<i>concise representation</i>)	x	x		
Representação consistente (<i>consistent representation</i>)	x	x		
Contextualização				x
Eficácia			x	
Facilidade de entendimento (<i>ease of understanding</i>)	x			
Identidade				x
Redundância			x	

Fonte: Elaborado pela autora

Como pode ser visualizado no Quadro 9, apesar de pequenas diferenças na nomenclatura dos termos, os aspectos relacionados à Acessibilidade (acesso), Acurácia (precisão/veracidade); Confiabilidade (reputação); Integridade (completeza/completude/perfeição); Quantidade de informação apropriada (quantidade de dados/abrangência/escopo) e Valor agregado (pertinência/agregação de valor) são mencionados como atributos de qualidade da informação por todos os autores mais citados como referência nos estudos sobre qualidade da informação na Ciência da Informação. Credibilidade, Interpretabilidade (significado através do

tempo), Relevância, Segurança (confidencialidade/privacidade) e Temporalidade (oportunidade/atualidade) são atributos mencionados por quase todos os autores. Já os atributos Eficácia, Identidade, Facilidade de Entendimento e Redundância são mencionados, isoladamente, por apenas um de cada grupo de autores que embasam os estudos da qualidade em Ciência da Informação conforme mostra o Quadro 9.

O que se pode observar dessa análise é que nos estudos na Ciência da Informação também não existe consenso sobre quais atributos e dimensões podem ser utilizadas para qualificar a informação. Fica evidente, no entanto, a predominância do modelo de qualidade proposto por Wang e Strong (1996) revisado por Huang, Lee e Wang (1999) e adaptações posteriores que propõem o agrupamento dos atributos de qualidade da informação em quatro categorias, a saber: Intrínseca, Acessibilidade, Contextual e Representativa. Assim, na categoria Intrínseca, incluem-se os atributos: Acurácia, Credibilidade, Objetividade e Reputação da informação; a categoria Acessibilidade engloba não somente o próprio atributo Acessibilidade como também a Segurança no acesso à informação; a categoria Contextual é composta pelos atributos Completeza, Quantidade apropriada, Relevância, Temporalidade e Valor Agregado. Já a categoria Representatividade recebe os atributos Facilidade de Entendimento, Facilidade de manipulação, Interpretabilidade, Representação Concisa e Representação Consistente. Em síntese, tais agrupamentos e categorizações envolvem os seguintes atributos de qualidade da informação:

- Confiabilidade;
- Veracidade;
- Imparcialidade;
- Reputação;
- Acessibilidade;
- Completeza;
- Temporalidade;
- Compreensibilidade;
- Interpretabilidade;
- Facilidade de uso;
- Consistência;

- Concisão.

Procedendo-se uma análise comparativa entre as Características Qualitativas da Informação Contábil que consubstanciam a qualidade da informação nas Ciências Contábeis (CC) segundo a Estrutura Conceitual vigente até 2010 e os atributos e dimensões da qualidade da informação que embasam os estudos na Ciência da Informação (CI), é possível observar similaridades e também diferenças entre os atributos utilizados para qualificar a informação nas duas áreas de conhecimento.

Os dados mostrados no Quadro 10, a seguir, permitem constatar que a totalidade das características principais pertencentes às Características Qualitativas da Informação Contábil são mencionadas como atributos ou dimensões da qualidade da informação pelos autores que embasam os estudos na Ciência da Informação. Entretanto, o atributo “Compreensibilidade” pertencente ao grupo das principais características da qualidade da informação nas Ciências Contábeis, considerado imprescindível para que as informações contábeis sejam efetivamente úteis, aparece neste estudo como um atributo de qualidade mencionado por apenas um dos grupos de autores na Ciência da Informação. Tal constatação causa estranheza considerando que, na CI, o atributo compreensibilidade equivale a “potencial de vir a ser apropriado pelo usuário” e está na base do conceito de Informação segundo Le Coadic (1996) e Smit e Barreto (2002).

Quadro 10 - Comparativo entre atributos de qualidade da informação nas CC (CFC 1.121/08) e na CI

Atributo de qualidade da informação (antiga Estrutura Conceitual)	Características Qualitativas da Informação Contábil (da antiga estrutura conceitual)	Estudos na Ciência da Informação
Compreensibilidade	Característica Principal da qualidade da informação	Atributo de qualidade da informação considerado apenas por um dos grupos de autores da CI. (potencial de qualidade para ser “apropriado” pelo usuário/tem a ver com forma e conteúdo)
Relevância	Característica Principal da qualidade da informação	Atributo de qualidade da informação considerado pela grande maioria dos autores da CI.
Confiabilidade	Característica Principal da qualidade da informação	Atributo considerado por todos os autores da CI. Também denominado “Reputação”.
Comparabilidade	Característica Principal da qualidade da informação	Atributo não mencionado nos estudos da CI. Porém, levando em conta apenas o formato da informação, seria equivalente ao atributo “Representação Consistente” considerado por apenas alguns autores da CI. (Pode ser relacionado também a “termos equivalentes” em linguagens documentárias)
Valor preditivo	Atributo da Característica Principal “Relevância”	Atributo inexistente nos estudos de CI, mas equivalente ao atributo “potencial para agregar Valor”, também denominado “Valor agregado”
Valor confirmatório	Atributo da Característica Principal “Relevância”	Atributo não mencionado nos estudos de CI, mas equivalente ao atributo “Valor agregado” para confirmação a uma suposição ou dúvida do usuário.
Materialidade	Atributo da Característica Principal “Relevância”	Atributo não mencionado nos estudos da CI, mas inerente à sua concepção como estrutura significante portátil no tempo e no espaço.
Livre de erros e vieses relevantes	Atributo da Característica Principal “Confiabilidade”	Atributo não mencionado na CI, mas equivalente ao atributo denominado “Acurácia” ou “Precisão” considerado por todos os autores.
Representação adequada	Atributo da Característica Principal “Confiabilidade”	Atributo não mencionado nos estudos da CI, mas equivalente ao atributo denominado “Acurácia” ou “Precisão” considerado por todos os autores. Pode ser entendido como atributo inerente às questões de representação temática e descritiva.
Primazia da essência sobre a forma	Atributo da Característica Principal “Confiabilidade”	Atributo não mencionado nos estudos da CI, mas inerente ao conceito de informação para a CI.
Neutralidade	Atributo da Característica Principal “Confiabilidade”	Atributo inexistente nos estudos da CI. Porém na CI a informação é sempre intencionalmente selecionada em função de um público e o significado depende do contexto.
Prudência	Atributo da Característica Principal “Confiabilidade”	Atributo inexistente nos estudos da CI.
Integridade	Atributo da Característica Principal “Confiabilidade”	Atributo de qualidade da informação considerado por todos os autores da CI. Também denominado de “Perfeição”, “Compleitude” e “Completeza”
Tempestividade	Atributo das “Limitações na Relevância e Confiabilidade”	Atributo considerado pela maioria dos autores da CI. Também chamado de “Temporalidade”, “Oportunidade” e “Atualidade”.

Fonte: Elaborado pela autora

Observa-se ainda que a “Confiabilidade” é o único atributo de qualidade da informação que parece ter o mesmo grau de importância nas Ciências Contábeis e na Ciência da Informação. Da mesma forma, o atributo “Relevância”, que na Ciência da Informação é mencionado pela grande maioria dos autores, nas Ciências

Contábeis faz parte do grupo das características principais da qualidade da informação. Embora seja considerado como atributo principal também na CI, a Relevância não foi mencionada por todos os autores que fundamentam os estudos na CI.

“Comparabilidade”, que nas Ciências Contábeis pertence ao grupo das principais Características Qualitativas da Informação Contábil e se refere essencialmente ao conteúdo das informações em relação aos critérios pelos quais são elaboradas, na Ciência da Informação é um atributo de qualidade que se refere prioritariamente às possibilidades de equivalência entre significados a partir de formas diferentes da informação. Convém destacar, entretanto, que na CI não há como separar forma de conteúdo. O que existe é uma relação de “equivalência entre termos” utilizada na construção de linguagens documentárias (*tesauros*) para facilitar a atividade de indexação e pesquisa/recuperação por parte de usuários. Nas Ciências Contábeis a comparabilidade das informações é necessária para fins de análise entre informações de empresas diferentes ou da mesma empresa em períodos diversos. Na CI, a comparabilidade está relacionada aos “conteúdos equivalentes” que são pré-definidos, sendo, portanto, um atributo importante para aumentar o potencial de busca/recuperação e essencial na “construção de vocabulários controlados”.

No que se refere aos atributos de qualidade pertencentes a cada uma dessas características de qualidade da informação contábil consideradas primárias ou principais, é possível observar que muitos atributos, apesar de essenciais para a CI, não são explicitados e mencionados nos estudos sobre qualidade da informação na referida área do conhecimento. É o caso dos atributos: Materialidade, Neutralidade, Prudência e Primazia da Essência sobre a Forma. Levando em conta que tais atributos de qualidade estão na base do conceito de Informação para a CI, entende-se como redundante a sua inclusão como atributos de qualidade da informação na CI, justificando-se, portanto, a inexistência de menção a esses atributos nos estudos da Ciência da Informação. Outros atributos, no entanto, pertencentes a essa mesma categoria, apesar de aparecerem com terminologias diferentes nos estudos da Ciência da Informação, podem ser considerados similares aos atributos pertencentes às características qualitativas principais da informação contábil. É o caso dos atributos: “Valor preditivo”, “Valor confirmatório” e “Livre de erros e vieses relevantes”, conforme mostrado no Quadro 9.

Por outro lado, analisando-se os atributos e dimensões de qualidade da informação que embasam os estudos sobre tema na Ciência da Informação, apresentados com detalhes anteriormente no Quadro 9, verifica-se que atributos importantes para qualificar a informação nos estudos da Ciência da Informação não são considerados para a determinação da qualidade da informação nas Ciências Contábeis. Com exceção dos atributos “Acessibilidade”, “Ineditismo/Raridade”, “Facilidade de manipulação/operação” e “Segurança no acesso” que não se aplicam para a determinação da qualidade das informações contábeis, observa-se que, na composição das Características Qualitativas da Informação Contábil, também não estão contemplados os seguintes atributos: “Quantidade de Informação Apropriada”, “Credibilidade”, “Interpretabilidade”, “Objetividade” e sobretudo a “Redundância”, explicado com maiores detalhes em parágrafo posterior.

A despeito do entendimento de alguns autores levar a concluir que os aspectos relacionados ao atributo “Quantidade da Informação Apropriada” poderiam ser incorporados à característica qualitativa “Integridade” e que “Credibilidade” poderia ser equiparada ao atributo “Representação Adequada”, que “Interpretabilidade” poderia equivaler à característica qualitativa “Compreensibilidade” e que “Objetividade” seria equivalente ao atributo “Livre de erros e vieses relevantes”, observam-se diferenças entre as terminologias adotadas para designar os referidos atributos, bem como modificações sutis na descrição dos aspectos avaliados em cada um desses atributos de qualidade.

Entretanto, o atributo “Redundância”, mencionado nos estudos da Ciência da Informação, não tem similar nas Características Qualitativas da Informação Contábil. Nenhuma característica de qualidade da informação contábil contempla esse critério de atribuição de qualidade à informação. Embora não seja um atributo componente do modelo de Wang e Strong (1996), considera-se que seja um aspecto muito importante a ser considerado para a determinação da qualidade da informação contábil. Levando em conta que “Redundância”, diferentemente da conotação negativa e contrária do termo nas Ciências Contábeis, na literatura da Ciência da Informação é considerada como um atributo de qualidade da informação que diz respeito aos diferentes formatos pelos quais a informação deve ser disponibilizada de forma a ser relevante e útil, entende-se que deveria ser uma característica a ser considerada para a qualidade da informação contábil, devendo, portanto, ser incluída nas Características Qualitativas da Informação Contábil.

As análises realizadas permitiram constatar que não há um *framework* definido para os estudos de qualidade da informação na Ciência da Informação diferentemente das Ciências Contábeis onde o *framework* denominado Estrutura Conceitual da Contabilidade que engloba as Características Qualitativas da Informação Contábil serve de diretriz para a elaboração e divulgação das informações contábeis.

Contudo, há de se mencionar que, neste tópico do trabalho, não foram consideradas as pesquisas sobre “Qualidade em Serviços de Informação”, uma vez que o objetivo foi o de investigar apenas os atributos inerentes à Informação (produto). Entretanto, este critério deverá ser revisto em estudos posteriores, pois como observam Fujino e Jacomini (2007), na perspectiva do usuário da CI, a dimensão qualitativa do serviço prestado é intrinsecamente relacionada ao produto e vice-versa.

Ainda no que se refere ao atributo Relevância, considera-se de fundamental importância destacar o entendimento de Saracevic (1996, p.57) quando ressalta o fato de que, no campo da Ciência da Informação, “Por muito tempo, o principal critério para se focar a eficácia foi a relevância e/ou utilidade da informação. Mas, mais recentemente, tem-se escutado apelos por outros critérios - como qualidade, seletividade, veracidade, síntese, e/ou impacto da informação.” O autor comenta que apesar de sistemas de informação abrangentes terem sido estabelecidos em muitos campos para controlar a explosão informacional, uma percepção crescente por parte de usuários frustrados ainda pode ser observada. Para Saracevic (1996, p. 57)

A orientação para o desenvolvimento de bases de conhecimento (sintetizadas, avaliadas, continuamente atualizadas e ligadas de forma variada a acervos de conhecimento ou manuais eletrônicos) está baseada de forma inequívoca nessa percepção e assertiva. Do mesmo modo o são as idéias de sistemas seletivos de informação (concentrados apenas nas melhores revistas ou fontes de um determinado campo ou área) ou sistemas fornecedores de informações de qualidade ou informações de valor para o processo decisório de altos escalões gerenciais. A mudança das demandas e dos critérios de eficácia estão dando ímpeto ao desenvolvimento de novos produtos em sistemas de informação.

Observa-se que, nessa reflexão de Saracevic (1996, p. 57), o sistema de informação contábil é um tipo de sistema seletivo de informação especialmente quando o autor se refere a “sistemas fornecedores de informações de qualidade ou informações de valor para o processo decisório de altos escalões gerenciais.” Tal

constatação serve para corroborar ainda mais a importância do estudo empreendido no desenvolvimento desta tese. Com base nos argumentos de Saracevic (1996), entende-se como necessário não somente o conhecimento das demandas atuais da informação contábil, mas também e, sobretudo, a revisão dos critérios de eficácia da informação oferecida pela contabilidade deve pautar o desenvolvimento e propostas de melhorias ao sistema de informação contábil.

2.2.4 Qualidade da informação contábil a partir da Nova Estrutura Conceitual

2.2.4.1 Processo de revisão da estrutura conceitual

Durante o ano de 2011, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) empreenderam esforços na Revisão do Pronunciamento Conceitual Básico visando a convergência às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* em consonância com as IFRS.

Importante destacar o alerta do próprio CPC lembrando que o *International Accounting Standards Board – IASB* continua em pleno processo de atualização de sua Estrutura Conceitual e que a condução desse projeto se faz em fases. De forma que

À medida que um capítulo é finalizado, os itens relevantes da Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, que foi emitida originalmente pelo IASB em 1989, vão sendo substituídos. Quando o projeto da Estrutura Conceitual for finalizado, o IASB terá um único documento, completo e abrangente, denominado Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (*The Conceptual Framework for Financial Reporting – CFC*, 2011, p. 6).

Em julho de 2013, o *International Accounting Standards Board (IASB)* publicou para consulta pública um documento de discussão para explorar possíveis mudanças da Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros. O documento denominado “*Discussion Paper - A Review of the Conceptual Framework for Financial Reporting*” esteve aberto para discussão até o dia 14 de janeiro de 2014, sendo que a Sessão 9 do referido documento do IASB aborda discussão sobre

- (a) a abordagem do IASB para o Capítulo 1 O Objetivo de Uso Geral Relatórios Financeiros e Capítulo 3 as características qualitativas da informação financeira útil da Estrutura Conceitual vigente. O IASB não pretende reconsiderar fundamentalmente o conteúdo desses capítulos. No entanto, o IASB irá fazer alterações a esses capítulos se o trabalho no restante do Quadro Conceitual destacar a necessidade de esclarecer ou emendar áreas dentro desses capítulos
- (b) as preocupações que alguns levantaram com a forma como estes capítulos lidam com as questões de administração, confiabilidade e prudência. (IFRS FOUNDATION, 2013)

Segundo o próprio IASB a Estrutura Conceitual estabelece os conceitos que fundamentam a preparação e apresentação das demonstrações financeiras e identifica os princípios a serem usados pelo IASB quando desenvolve e revisa suas IFRS. O IASB entende que, embora o quadro conceitual atual tenha permitido que se desenvolvesse IFRS de alta qualidade que tem melhorado os relatórios financeiros, ele não cobre, no entanto, algumas áreas importantes e por isso a necessidade de orientação de atualização (IFRS FOUNDATION, 2013).

Por essa razão, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda alerta que a revisão da Estrutura Conceitual realizada no ano de 2011 refere-se apenas aos primeiros dois capítulos que o IASB aprovou como resultado da primeira fase do projeto de revisão da Estrutura Conceitual: o capítulo 1 - Objetivo da elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro com propósito generalizado e o capítulo 3 - Características qualitativas da informação contábil-financeira útil. Lembra ainda que o capítulo 2 tratará de um conceito para a entidade que divulga a informação e o capítulo 4 conterá o texto remanescente da antiga Estrutura Conceitual.

2.2.4.2 Estrutura conceitual vigente no Brasil - estrutura conceitual para elaboração e apresentação de Relatório Contábil-Financeiro – Resolução CFC 1.374/11

A partir da promulgação, em dezembro de 2011, da nova Estrutura Conceitual atualmente em vigor no Brasil, a qualidade da informação nas Ciências Contábeis está agora respaldada por um conjunto de parâmetros denominado Características Qualitativas da Informação Contábil-Financeira Útil, pertencentes à atual Estrutura

Conceitual para Elaboração e Apresentação de Relatório Contábil-Financeiro. Como já visto em tópicos anteriores, existe, portanto, um *framework*, um agrupamento sistematizado, com atributos e características de qualidade da informação claramente definidos e estabelecidos pelos órgãos normatizadores da contabilidade para serem observados pelos produtores das informações contábeis quando da elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. O referido *framework* pretende ser um guia de orientação geral para a elaboração e divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros para usuários externos visando à qualidade das informações geradas e divulgadas pela contabilidade.

Do ponto de vista da Ciência da Informação, não há, contudo, uma garantia de que tais atributos sejam suficientes para conferir qualidade à informação contábil produzida e divulgada como esperado pelos órgãos normatizadores que os estabeleceram e tampouco que, ainda que considerada a sua suficiência, estivesse a qualidade da informação contábil sendo efetivamente atingida.

De forma que as Características Qualitativas da Informação Contábil-Financeira Útil que norteiam a elaboração e divulgação de informações na contabilidade pertencem à Estrutura Conceitual para a Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro estabelecida como uma das Normas Brasileiras de Contabilidade de cunho técnico e de orientação geral. A referida norma, denominada NBC TG – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral teve a sua redação alterada pela Resolução CFC n. 1.374/11 em 16 de dezembro de 2011 para ajustar-se ao Pronunciamento Conceitual Básico (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.2.4.2.1 Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro

Conforme já mencionado no tópico anterior, em dezembro de 2011, a Resolução n. 1.121/08 que respaldava a antiga Estrutura Conceitual da contabilidade foi revogada sendo substituída pela Resolução CFC n. 1.374/11 com vistas a ajustar-se à nova redação dada pelo Pronunciamento Conceitual (R1) do Comitê de

Pronunciamentos Contábeis (CPC) que tem por base *The Conceptual Framework for Financial Reporting* (IASB – BV 2011 *Blue Book*).

A nova Estrutura Conceitual passou então a denominar-se NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Apesar de ter sido divulgada em 08 de dezembro de 2011, a Resolução CFC n. 1.374/11 determina a sua aplicação para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Além de uma breve introdução e também de dois tópicos onde se apresenta a sua finalidade, *status* e alcance, a atual Estrutura Conceitual (Resolução CFC n. 1.374/11) é composta por quatro capítulos que contemplam:

1. Objetivo da elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro de propósito geral;
2. Entidade que reporta a informação;
3. Características qualitativas da informação contábil-financeira útil;
4. Estrutura Conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: texto remanescente.

As mudanças introduzidas pela nova Estrutura Conceitual vigente no Brasil foram elaboradas a partir de projeto conjunto entre o IASB e o FASB (*US Financial Accounting Standards Board*) e apresentam alterações significativas em relação à antiga Estrutura Conceitual, especialmente no que se refere aos usuários preferenciais das informações contábil-financeiras e às características qualitativas da informação contábil-financeira útil. Diferentemente da Estrutura Conceitual anterior no qual as informações contábil-financeiras eram primariamente destinadas a todos os potenciais usuários, a atual Estrutura Conceitual deixa claro que “[...] as informações contidas nos relatórios contábil-financeiros se destinam primariamente aos seguintes usuários externos: investidores, financiadores e outros credores, sem hierarquia de prioridade.” (Resolução CFC n. 1.374/11). Esta alteração reforça a necessidade de compreendermos as necessidades de informação desse novo usuário, considerando principalmente seus contextos de uso. Destaca-se na referida Estrutura Conceitual que “O objetivo da elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro de propósito geral constitui o pilar da Estrutura Conceitual”. Assim, ao tratar do objetivo,

utilidade e limitações do relatório contábil-financeiro de propósito geral, o item OB2 da referida Estrutura Conceitual estabelece:

O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação (*reporting entity*) que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada de decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade. (CFC. Resolução CFC n. 1.374/11)

Alterações significativas foram feitas no Capítulo 3 da referida Estrutura Conceitual que trata das Características Qualitativas da Informação Contábil-Financeira Útil conforme pode ser observado com mais detalhes no tópico seguinte.

2.2.4.2.2 Características Qualitativas da Informação Contábil-Financeira Útil

A Estrutura Conceitual denominada NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro estabelece que

[...] as características qualitativas da informação contábil-financeira útil [...] identificam os tipos de informação que muito provavelmente são reputadas como as mais úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e em potencial, para tomada de decisões acerca da entidade que reporta com base na informação contida nos seus relatórios contábil-financeiros (informação contábil-financeira) (RESOLUÇÃO CFC n. 1.374/11, p.11)

Ainda de acordo com a nova Estrutura Conceitual, as características qualitativas da informação contábil-financeira útil devem ser aplicadas não somente à informação contábil-financeira fornecida por meio das Demonstrações Contábeis, mas também a toda informação contábil-financeira fornecida por outros meios.

Com as modificações realizadas, na nova versão da Estrutura Conceitual (Resolução CFC n. 1.374/11) atualmente em vigor no Brasil, as Características Qualitativas da Informação Contábil-Financeira Útil foram divididas em dois grupos, cada um contendo os atributos de qualidade a ele relacionados:

- a) Características qualitativas fundamentais (*fundamental qualitative characteristics – relevância e representação fidedigna*), consideradas as mais críticas;
- b) Características qualitativas de melhoria (*enhancing qualitative characteristics – comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade*), consideradas menos críticas, mas altamente desejáveis

No Quadro 11, a seguir, apresenta-se uma síntese da nova Estrutura Conceitual da contabilidade.

Quadro 11 - Características qualitativas da informação contábil-financeira útil (CFC 1.374/11)

Características Qualitativas da Informação Contábil-Financeira Útil (IASB – CPC/CFC)			
Características Qualitativas Fundamentais <i>(fundamental qualitative characteristics)</i> Características mais críticas			
Relevância		Representação Fidedigna	
<ul style="list-style-type: none">• Valor preditivo• Valor confirmatório		<ul style="list-style-type: none">• Completa• Neutra• Livre de erro	
Características Qualitativas de Melhoria <i>(enhancing qualitative characteristics)</i> Características altamente desejáveis			
Comparabilidade	Verificabilidade	Tempestividade	Compreensibilidade
<ul style="list-style-type: none">• Consistência• Uniformidade			<ul style="list-style-type: none">• Clareza• Concisão

Fonte: Elaborado pela autora

Apresentam-se, a seguir, as definições dadas a cada uma das características qualitativas e correspondentes atributos de qualidade da informação componentes das Características Qualitativas da Informação Contábil-Financeira Útil pertencentes à atual Estrutura Conceitual da contabilidade segundo o CPC (2011) e CFC (2011, Resolução CFC n. 1.374/11, p. 12-17).

Relevância é definida na atual Estrutura Conceitual como a característica qualitativa fundamental da informação contábil-financeira que a torna capaz de fazer

diferença nas decisões a serem tomadas pelos usuários. Para ser relevante, tendo a capacidade de fazer diferença nas decisões, a informação contábil-financeira deve necessariamente possuir dois atributos de qualidade (Resolução CFC n. 1.374/11):

- Valor preditivo – a informação contábil-financeira tem valor preditivo se puder ser utilizada como dado de entrada em processos empregados pelos usuários para prever futuros resultados;
- Valor confirmatório - a informação contábil-financeira tem valor confirmatório se retro-alimentar – servir de *feedback* – avaliações prévias (confirmá-las ou alterá-las).

De acordo com a nova Estrutura Conceitual da contabilidade, os atributos de qualidade da informação contábil-financeira “valor preditivo” e “valor confirmatório” estão inter-relacionados por considerar-se que a informação que possui valor preditivo geralmente possui também valor confirmatório.

Representação fidedigna é definida na atual Estrutura Conceitual como a característica qualitativa fundamental que permite que a informação contábil-financeira seja útil tanto em sua capacidade de representar um fenômeno relevante como também de representar com fidedignidade a realidade que se propõe representar. Portanto, para que seja representação perfeitamente fidedigna, retratando com fidedignidade a realidade, a informação contábil-financeira necessita revestir-se de três atributos de qualidade (Resolução CFC n. 1.374/11):

- Completa – o retrato da realidade econômica completo deve incluir toda a informação necessária para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado, incluindo todas as descrições e explicações necessárias.
- Neutra – um retrato neutro da realidade econômica é desprovido de viés na seleção ou na apresentação da informação contábil-financeira. Um retrato neutro não deve ser distorcido com contornos que possa receber dando a ele maior ou menor peso, ênfase maior ou menor ou qualquer outro tipo de manipulação que aumente a probabilidade de a informação contábil-financeira ser recebida pelos seus usuários de modo favorável ou desfavorável.

- Livre de erro – significa que o retrato da realidade econômica está livre de erros, não havendo erros ou omissões no fenômeno retratado e que o processo utilizado, para produzir a informação reportada, foi selecionado e foi aplicado livre de erros. Porém, um retrato da realidade econômica livre de erros não significa algo perfeitamente exato em todos os aspectos.

Comparabilidade - característica que melhora a utilidade da informação contábil por permitir que os usuários identifiquem e compreendam similaridades e diferenças entre itens contidos nas informações reportadas pela entidade comparando-os com informações similares sobre outras entidades ou sobre a própria entidade em períodos diferentes. No entanto, o item QC25 da própria Estrutura Conceitual ressalta que “Muito embora um fenômeno econômico singular possa ser representado com fidedignidade de múltiplas formas, a discricionariedade na escolha de métodos contábeis alternativos para o mesmo fenômeno econômico diminui a comparabilidade.” A característica qualitativa de melhoria “Comparabilidade” pressupõe que a informação contábil-financeira para ser comparável deve possuir os seguintes atributos de qualidade (Resolução CFC n. 1.374/11):

- Consistência – atributo de qualidade da informação que auxilia no alcance do objetivo da comparabilidade, uma vez que se refere ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades. É a característica qualitativa que permite que coisas iguais pareçam iguais e coisas diferentes pareçam diferentes.
- Uniformidade – atributo de qualidade da informação que auxilia no alcance do objetivo da comparabilidade, uma vez que permite que coisas iguais pareçam iguais e coisas diferentes pareçam diferentes.

Verificabilidade - característica qualitativa que melhora a utilidade da informação contábil porque ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe a representar. Significa que diferentes observadores, cômicos e independentes, podem chegar a um consenso quanto à representação fidedigna do retrato de uma realidade econômica em particular ainda que não cheguem necessariamente a um completo acordo. Pode

ser direta ou indireta. Informações não passíveis de verificações diretas exigem a divulgação das premissas subjacentes, os métodos de obtenção da informação e outros fatores e circunstâncias que suportam a informação.

Tempestividade – característica que melhora a utilidade da informação contábil por possibilitar que a informação esteja disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões. Segundo a Estrutura Conceitual da contabilidade, a informação mais antiga geralmente é a que tem menos utilidade, embora algumas informações possam ter o atributo tempestividade prolongado quando necessárias para a identificação e avaliação de tendências pelos usuários.

Compreensibilidade – característica qualitativa que melhora a utilidade da informação contábil por possibilitar que a informação seja classificada, caracterizada e apresentada de forma a se tornar compreensível. A característica qualitativa compreensibilidade pressupõe que a informação contábil-financeira possua os seguintes atributos de qualidade (Resolução CFC n. 1.374/11):

- Clareza – atributo de qualidade imprescindível para que a característica qualitativa de melhoria da informação contábil-financeira “compreensibilidade” seja atingida.
- Concisão - atributo de qualidade imprescindível para que a característica qualitativa de melhoria da informação contábil-financeira “compreensibilidade” seja atingida.

Entendeu-se como oportuno, a partir deste ponto, elaborar uma nova análise comparativa, agora entre os atributos de qualidade da informação componentes das Características Qualitativas da Informação Contábil-Financeira Útil, contidas na nova Estrutura Conceitual atualmente vigente no Brasil, e os atributos, dimensões e categorias utilizados para qualificar a informação e determinar a qualidade da informação na Ciência da Informação a fim de identificar eventuais similaridades e/ou diferenças entre os atributos e dimensões de qualidade da informação adotados nas duas áreas do conhecimento.

Esta nova análise comparativa tomando por base a nova Estrutura Conceitual é fundamental para a compreensão das manifestações dos entrevistados, uma vez que, como se verá mais adiante, o atributo Confiabilidade que existia na Estrutura Conceitual CFC 1.121/08 vigente até dezembro de 2010 foi suprimido nesta nova

Estrutura Conceitual (CFC 1.374/11). Ocorre que este parece ser o aspecto de qualidade da informação mais considerado pelos analistas entrevistados, como poderá ser observado no capítulo de Resultados desta tese. E, ainda que na nova Estrutura Conceitual (CFC 1.374/11) tenha sido inserido o atributo “Representação fidedigna” renominando o atributo anterior “Confiabilidade”, entende-se como pertinente a nova análise comparativa em razão também das demais modificações dos atributos de qualidade da informação segundo a nova Estrutura Conceitual. No âmbito da CI, a importância está relacionada à identificação dos atributos de qualidade mais citados na área. Visando facilitar a compreensão das mudanças promovidas apresenta-se no Quadro 12, a seguir, uma análise comparativa entre a Estrutura Conceitual (CFC 1.121/08) vigente até dezembro de 2010 e a atual Estrutura Conceitual (CFC 1.374/11 R1 CPC 00).

Quadro 12 - Análise comparativa entre a antiga e nova Estrutura Conceitual da contabilidade

Antiga Estrutura Conceitual (vigente até 31/12/2010)	Nova Estrutura Conceitual – R1 CPC 00 (vigente a partir de 01/01/2011)
Compreensibilidade	Compreensibilidade
	Clareza Concisão
Relevância	Relevância
Valor preditivo Valor confirmatório Materialidade	Valor preditivo Valor confirmatório
Confiabilidade	Representação Fidedigna
Livre de erros e vieses relevantes Representação adequada Primazia da essência sobre a forma Neutralidade Prudência Integridade	Completa Neutra Livre de erro
Comparabilidade	Comparabilidade
	Consistência Uniformidade
	Verificabilidade
	Tempestividade

Fonte: Elaborado pela autora

2.3 Atributos e dimensões de qualidade da informação na Ciência da Informação

Como, na elaboração do quadro referencial teórico, não foi possível identificar um *framework* sistematizado sobre qualidade da informação na CI, tal como o existente nas Ciências Contábeis, entendeu-se como necessário retomar e completar a revisão e atualização do referencial teórico já construído para o embasamento inicial deste estudo utilizando também procedimentos bibliométricos, com vistas a identificar os atributos mais citados nos estudos da área de CI.

O *corpus* de análise foi constituído pelos estudos nacionais sobre qualidade da informação recuperados da Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), período 1996 a 2012. Para o levantamento das fontes realizou-se a busca por palavras-chave e também por título. Na opção de busca pelo título dos trabalhos foram recuperados 293 (duzentos e noventa e três) artigos nos quais os termos qualidade e informação apareceram conjuntamente. Porém, alterando-se a busca pelas palavras-chave “qualidade da informação” obteve-se somente 13 (treze) artigos. Assim, optou-se por fazer a busca usando-se as palavras-chave qualidade da informação sem aspas, chegando-se a um total de 56 (cinquenta e seis) trabalhos. Foram analisados os resumos de cada um desses artigos e observou-se que muitos deles, embora tratassem do tema qualidade, não focavam diretamente o tema qualidade da informação objeto deste estudo. Assim, chegou-se a 16 (dezesesseis) artigos focando especificamente o tema qualidade da informação.

Acrescentou-se também a esse *corpus* de análise uma dissertação de Mestrado (AROUCK, 2011) por considerar-se sua relevância e total pertinência para este estudo, uma vez que o autor realizou uma extensa revisão de literatura sobre o tema em questão tratando justamente sobre os atributos de qualidade da informação.

De forma que o *corpus* de análise deste tópico do estudo ficou composto por 16 (dezesesseis) artigos da base BRAPCI e mais uma Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação defendida em 2011, a saber: Greef e Freitas (2012), Arouck (2011), Arouck (2001), Assis e Moura (2012), Amaral e Sousa (2011), De Sordi e Meireles (2011), Abib (2010), De Sordi e Meireles (2009), Calazans e Costa (2009),

De Sordi (2009), Albuquerque, Bastos e Lino (2009), Calazans (2008), De Sordi, Meireles e Grijo (2008), Oleto (2006), I. L. Lopes (2004), Nehmy e Paim (1998), Paim, Nehmy e Guimarães (1996). Foram considerados estudos que focassem especificamente o tema qualidade de informação mencionando atributos, dimensões ou categorias de qualidade utilizadas para qualificar a informação, ainda que em contextos diferentes.

A partir do estudo e análise detalhada de cada um desses trabalhos, identificamos e relacionamos todos os atributos, categorias e dimensões de qualidade mencionados pelos autores nacionais em seus estudos, bem como os autores internacionais. Os atributos, dimensões e categorias de qualidade da informação levantados foram transcritos em planilhas do aplicativo Excel para serem mais bem organizados e sintetizados.

Após o levantamento geral, realizou-se uma classificação por ordem alfabética e, posteriormente, os termos sinônimos e/ou semelhantes, com significados similares foram sendo agrupados em uma mesma categoria com base na literatura pesquisada. Depois de classificados e organizados, os dados foram sintetizados primeiramente em um quadro geral com todos os atributos e dimensões de qualidade mencionados nos estudos nacionais da CI que serviram de base a esta pesquisa. Nesse quadro geral, optou-se por manter todos os termos e nomenclaturas encontrados nos artigos analisados para qualificar a informação, ainda que se tenha feito o agrupamento dando destaque ao termo mais recorrente. Tal escolha foi intencional visando contribuir para que estudos posteriores possam se orientar para possíveis classificações e agrupamentos de termos similares ou com significados semelhantes, uma vez que recorrentemente aparecem com nomenclaturas diferentes ou, em outras situações, são agrupados de forma diversa nos estudos realizados. Assim, ao se optar por esta forma de classificação e organização espera-se contribuir com estudos posteriores sobre o tema de modo a facilitar a análise dos atributos de qualidade da informação utilizados nos estudos da CI.

Posteriormente, foram elaborados quadros e gráficos com a síntese dos agrupamentos de atributos de qualidade mais citados nos estudos nacionais sobre qualidade de informação no campo da CI.

Por fim, foi elaborado um quadro comparativo com os atributos de qualidade da informação mais citados nos estudos da CI e os atributos das Características

Qualitativas da Informação Contábil-Financeira Útil pertencentes à Estrutura Conceitual da Contabilidade, a partir do qual se analisam as similaridades e diferenças entre os atributos e dimensões qualificadoras da informação nos dois campos do conhecimento: CC e CI. São esses que embasam os resultados e análises apresentadas no Capítulo 4 desta tese.

O Quadro 13, a seguir, mostra uma síntese do levantamento realizado identificando os fundamentos teóricos que embasam os estudos sobre qualidade da informação no campo da Ciência da Informação, especialmente os que tratam especificamente de atributos e dimensões de qualidade da informação.

Quadro 13 - Fundamentos teóricos que embasam os estudos nacionais sobre qualidade da informação no campo da CI

Autores / Ano	Fundamento utilizado para análise da qualidade da informação
AROUCK (2011)	Dimensões e atributos de qualidade da informação propostos com base em revisão da literatura em língua inglesa.
GREEF e FREITAS (2012)	Dimensões e atributos de qualidade da informação propostos por Silva (2003) e De Sordi (2008) com base em Huang, Lee e Wang (1999)
ASSIS e MOURA (2012)	Dimensões e atributos de qualidade da informação propostos por Eppler e Wittig (2000) e critérios de avaliação de qualidade da informação para Web propostos por Parker et al. (2006)
DE SORDI e MEIRELES (2011)	Dimensões e atributos de qualidade da informação propostos por De Sordi (2008) com base em Huang, Lee e Wang (1999)
AMARAL e SOUSA (2011)	Dimensões e atributos de qualidade da informação propostos por De Sordi (2008) com base em Huang, Lee e Wang (1999)
ABIB (2010)	Dimensões e atributos de qualidade da informação propostos por Pipino, Lee e Wang (2002)
CALAZANS e COSTA (2009)	Dimensões e atributos de qualidade da informação propostos Lee et al. (2002)
DE SORDI e MEIRELES (2009)	Dimensões e atributos de qualidade da informação propostos por De Sordi (2008) com base em Huang, Lee e Wang (1999)
DE SORDI (2009)	Dimensões e atributos de qualidade da informação propostos por Eppler (2006)
ALBUQUERQUE, BASTOS e LINO (2009)	Dimensões e atributos de qualidade da informação propostos por Knight e Burn (2005) com base em Marchand (1990), Wang e Strong (1996), Alexander e Tate (1999) e outros.
DE SORDI, MEIRELES e GRIJO (2008)	Análise somente da dimensão confiabilidade a partir Huang, Lee e Wang (1999)
CALAZANS (2008)	Revisão de literatura: conceitos e aplicações de qualidade da informação: Marchand (1989), Ginman (1989), Olaisen (1989), Wang e Strong (1996), Huang, Lee e Wang (1999), Wand e Wang (1996), Lee, Strong e Kalin (2002), Liu e Chi (2002), Gackowski (2004, 2005), Nehmy (1996), I. L. Lopes (2004), Oleto (2006) e outros
OLETO (2006)	Dimensões e atributos de qualidade da informação propostos por Paim, Nehmy e Guimarães (1996) com base em Casanova (1990)
LOPES (2004)	Crítérios indicadores da qualidade da informação em saúde na Web propostos pela AHCPR-HSWG (Hiti) e atributos e dimensões de qualidade da informação propostos por Olaisen (1990), Marchand (1990) e Kahn, Strong e Wang (1997)

Autores / Ano	Fundamento utilizado para análise da qualidade da informação
AROUCK (2001)	Dimensões e atributos de qualidade da informação com base em metodologia de avaliação de qualidade de serviço proposta por DeLone e McLean (1992) e outros
NEHMY, PAIM (1998)	Dimensões e atributos de qualidade da informação propostos por Marchand (1990) e classificações de Repo (1989) e Olaisen (1990)
PAIM, NEHMY e GUIMARÃES (1996)	Dimensões e atributos de qualidade da informação baseados na proposta de Marchand (1990) e classificações de Repo (1989), Olaisen (1990)

Fonte: Elaborado pela autora

Visando facilitar a análise comparativa a ser realizada posteriormente, elaborou-se uma síntese que pode ser vista no Quadro 14, no qual são listados os atributos e dimensões de qualidade identificados nos estudos nacionais da CI com os devidos destaques para os diferentes termos utilizados pelos autores e a frequência com que foram citados.

Quadro 14 - Atributos de qualidade citados na literatura nacional da CI

Quantidade de termos similares e sinônimos	Atributos de qualidade	N. de vezes em que é citado
3	Relevância [<i>Relevancy</i> , Relevante]	32
3	Exatidão [Precisão, Precisa]	29
8	Atualidade [<i>Timeliness</i> , Temporalidade, Atualização, Atualizada, Atual, <i>Currency</i> , Currência]	27
4	Completeza [<i>Completeness</i> , Completude, Completa]	22
3	Confiabilidade [Confiança, Confiável]	21
4	Oportunidade [Oportuna, Temporalidade, Tempestividade]	17
8	Apresentação [Aparência, Arranjo, Disposição, Ordem, Design, Estética, Concepção gráfica]	17
4	Acessibilidade [<i>Accessibility</i> , Acessível, Acesso]	14
6	Quantidade apropriada [<i>Amount of data</i> , Quantidade de dados, Quantidade de informação, Quantidade, Volume]	13
3	Abrangência [Escopo, Amplitude]	11
3	Objetividade [<i>Objectivity</i> , Objetiva]	11
1	Utilidade	11
2	Clareza [Clara]	10
4	Interpretabilidade [<i>Interpretability</i> , Interpretável, Facilidade de interpretação]	10
2	Concisão [Concisa]	9
2	Credibilidade [<i>Believability</i>]	9
3	Segurança (<i>Security</i> , Segura)	9
2	Acurácia [<i>Accuracy</i>]	8
5	Reputação [<i>Reputation</i> , Reputabilidade, Fidedignidade, Fidedigna]	8
3	Valor agregado [Agregação de valor, Adição de valor]	8

Quantidade de termos similares e sinônimos	Atributos de qualidade	N. de vezes em que é citado
1	Validade	8
3	Consistência [<i>Consistency</i> , Consistente]	7
2	Legibilidade [Legíveis]	7
1	Veracidade	7
1	Importância	6
3	Novidade [Ineditismo, Raridade]	6
4	Significado no tempo [Significado através do tempo, Significância, Significativa]	6
4	Compreensibilidade [<i>Understandability</i> , Compreensividade, Compreensível]	6
5	Corretude [Correção, Correta, Livre de Erros, <i>Free of error</i>]	5
5	Facilidade de manipulação [<i>Easy of manipulation</i> , Fácil de manipular, Fácil de utilizar, Facilidade de uso]	5
2	Formato [Forma]	5
1	Representação	5
1	Suficiência	5
3	Representação concisa [<i>Concise representation</i> , Concisão de representação]	4
3	Representação consistente [<i>Consistent representation</i> , Consistência de representação]	4
2	Originalidade [Singularidade]	4
3	Facilidade de entendimento [Fácil de entender, Entendimento]	4
3	Imparcialidade [Neutra, Sem viés]	4
3	Audiência [Orientação pela audiência, Focadas no usuário]	4
1	Adequação	4
1	Pertinência	4
1	Tempo de resposta	4
1	Valor percebido	4
2	Contextualização [Contexto]	3
1	Disponibilidade	3
1	Privacidade	3
1	Eficácia	3
2	Eficiência [Eficiente]	3
2	Integridade [Integral]	3
1	Valor informativo	3
1	Valor instrutivo	3
1	Confidencialidade	2
1	Redundância	2
2	Simplicidade [Simples]	2
2	Coesão [Coerência]	2
1	Existência	2
1	Identidade	2
1	Flexibilidade	2
2	Aceitação [Aceitável]	2
1	Usabilidade	2

Quantidade de termos similares e sinônimos	Atributos de qualidade	N. de vezes em que é citado
1	Valor real	2
2	Navegabilidade [Navegável]	2
2	Nível de detalhe [Detalhamento]	2
1	Conteúdo	2
1	Fonte	2
156	Total de atributos citados mais de uma vez	
41	Atributos de qualidade mencionados uma única vez	1
197	Total de atributos citados	

Fonte: Elaborado pela autora com base no estudo da literatura indexada na BRAPCI

Analisando-se os dados mostrados no Quadro 14 é possível observar que nos estudos na Ciência da Informação também não existe consenso sobre os termos que podem ser utilizados para nominar os atributos e dimensões para qualificar a informação, havendo, portanto, uma diversidade de termos e nomenclaturas para qualificar uma mesma dimensão ou aspecto da qualidade da informação.

Neste estudo, que teve por base a literatura nacional da CI, foram encontrados 197 (cento e noventa e sete) termos diferentes sendo que, destes, 156 (cento e cinquenta e seis) foram mencionados mais de uma vez. Apenas 41 (quarenta e um) apareceram uma única vez. Fica evidente pelos dados mostrados no Quadro 14 e Gráficos 1 e 2 (a seguir) que “Relevância” é o atributo mais recorrentemente citado nos estudos da CI, tendo sido mencionado 32 (trinta e duas) vezes nos estudos nacionais sobre o tema. “Exatidão” com seu equivalente “Precisão” é o segundo atributo com maior número de menções nos estudos nacionais da CI aparecendo citado por 29 (vinte e nove) vezes. “Atualidade”, e seus termos correspondentes “*Timeliness*”, “Temporalidade” e demais similares, alcança o terceiro lugar na lista dos atributos mais citados nos estudos nacionais da CI aparecendo mencionado por 27 (vinte e sete) vezes. Em quarto e quinto lugares, respectivamente, aparecem os atributos “Completeza” com 22 (vinte e duas) citações e o atributo “Confiabilidade” com 21 (vinte e uma) menções.

Na sequência aparecem os atributos “Oportunidade/Temporalidade” e “Apresentação” e seus equivalentes, ambos com 17 (dezessete) citações. Em seguida se destacam os atributos “Acessibilidade” (14 menções) e “Quantidade apropriada” (13 citações). Os atributos de qualidade da informação “Abrangência/Escopo”, “Objetividade” e “Utilidade” foram mencionados 11 (onze)

vezes nos estudos nacionais da CI. Já os atributos “Clareza” e “Interpretabilidade” apareceram citados por 10 (dez) vezes cada um. Os demais atributos citados nos estudos nacionais da CI e suas respectivas frequências podem ser mais bem visualizados nos Gráficos 1 e 2 apresentados a seguir.

No Gráfico 1 são mostrados todos os atributos de qualidade da informação mencionados mais de uma vez nos estudos nacionais da CI já agrupados sob as nomenclaturas mais recorrentes e no Gráfico 2 apresenta-se uma síntese dos atributos mais citados nos estudos nacionais da CI, destacando-se aqueles que foram mencionados por mais de três vezes nos trabalhos analisados.

Gráfico 1 - Atributos de qualidade de informação citados nos estudos nacionais da CI
 Fonte: Elaborado pela autora

Como destacado anteriormente, no Gráfico 1 podem ser visualizados todos os atributos de qualidade da informação mencionados mais de uma vez nos estudos nacionais da CI analisados nesta pesquisa, já agrupados sob as nomenclaturas e

termos mais recorrentes nos trabalhos analisados. A mesma observação se faz para o Gráfico 2 onde também são apresentados os atributos de qualidade da informação já agrupados por seus termos e nomenclaturas mais recorrentes. A diferença é que no Gráfico 2 são mostrados apenas os atributos e dimensões de qualidade da informação citados mais de três vezes nos estudos nacionais da CI.

Gráfico 2 - Atributos de qualidade da informação mais citados na literatura nacional da Ciência da Informação

Fonte: Elaborado pela autora

O que novamente se destaca nesta análise são os principais atributos de qualidade da informação no campo da CI. Os atributos de qualidade mais citados nos estudos nacionais da CI foram: Relevância, Exatidão/Precisão, Atualidade, Completeza, Confiabilidade, Oportunidade/Tempestividade, Apresentação/Aparência, Representação Consistente/Consistência, Acurácia/Veracidade, Acessibilidade, Quantidade apropriada, Representação concisa/Concisão, Valor agregado/Pertinência, Abrangência/Esopo, Objetividade, Utilidade, Validade/Integridade, Clareza, Interpretabilidade, Credibilidade, Segurança, Reputação/Fidedignidade e Legibilidade. Todos esses atributos receberam mais de seis menções nos estudos analisados. Estes resultados diferem dos achados de Arouck (2011) que teve por base a literatura em língua inglesa, especialmente no que se refere ao atributo “Relevância” que, no referido estudo, aparece com apenas 2 (duas) ocorrências e nesta pesquisa aparece como o atributo de qualidade mais citado na literatura nacional da CI. Outras diferenças foram

também observadas em relação aos resultados do estudo de Arouck (2011), porém menos significativas.

Tomando por base o levantamento realizado no campo da CI, apresenta-se a seguir uma análise comparativa com os atributos pertencentes às Características Qualitativas da Informação Contábil-Financeira Útil da nova Estrutura Conceitual da Contabilidade.

2.4 Análise comparativa entre os atributos e dimensões de qualidade da informação nas Ciências Contábeis e na Ciência da Informação

Quadro 15 - Análise comparativa entre os atributos de qualidade da informação da CI e seus equivalentes na nova estrutura conceitual da contabilidade (Res. 1.374/11)

N. de vezes em que é citado	Atributos de qualidade da informação que embasam os estudos nacionais da Ciência da Informação	Equivalência com os atributos de qualidade pertencentes às Características Qualitativas da Informação Contábil-financeira Útil - Estrutura Conceitual da contabilidade -
32	Relevância	Relevância - característica qualitativa fundamental da informação contábil, considerada como uma das mais críticas.
29	Exatidão/Precisão	<u>Inexistente e não aplicável</u> no campo da Contabilidade em virtude de os relatórios contábil-financeiros serem baseados em estimativas, julgamentos e modelos e não em descrições ou retratos exatos, muito embora a Estrutura Conceitual estabeleça os conceitos sob os quais tais estimativas, julgamentos e modelos devam ser amparados. (OB11. Estrutura Conceitual, p. 8)
27	Atualidade	Atributo de qualidade <u>inexistente</u> na Estrutura Conceitual. Segundo alguns autores da CI, pode ser equivalente ao atributo Tempestividade - característica qualitativa de melhoria da informação contábil-financeira, considerada menos crítica, mas altamente desejável.
22	Completeza	Equivalente ao atributo de qualidade "Completa" da característica qualitativa fundamental "Representação fidedigna", considerado essencial para que a informação contábil-financeira represente com fidedignidade a realidade retratada, o fenômeno que se propõe a retratar.
21	Confiabilidade	Atributo de qualidade <u>inexistente</u> na Estrutura Conceitual vigente. Na antiga Estrutura Conceitual era considerada uma das principais características de qualidade da informação. Na nova Estrutura Conceitual foi redenominada de "representação fidedigna".
17	Oportunidade/Tempestividade	Tempestividade - característica qualitativa de melhoria da informação contábil-financeira, considerada menos crítica, mas altamente desejável.
17	Apresentação/Aparência	Atributos de qualidade da informação não considerados na Estrutura Conceitual da contabilidade. Não existe na Estrutura Conceitual nenhum atributo de qualidade que se refira especificamente à forma

N. de vezes em que é citado	Atributos de qualidade da informação que embasam os estudos nacionais da Ciência da Informação	Equivalência com os atributos de qualidade pertencentes às Características Qualitativas da Informação Contábil-financeira Útil - Estrutura Conceitual da contabilidade –
		e apresentação da informação. Não há nada explícito na Estrutura Conceitual da contabilidade que remeta a algum atributo de qualidade da informação relacionado à apresentação, aparência ou forma da informação produzida e divulgada. Apenas no tópico QC12 da atual Estrutura Conceitual que trata da característica qualitativa fundamental "Representação fidedigna", ressalta-se que os relatórios contábil-financeiros representam um fenômeno econômico em palavras e números.
16	Representação consistente/ Consistência	"Consistência" - atributo de qualidade da informação pertencente à característica qualitativa de melhoria " <u>Comparabilidade</u> " considerado auxiliar para o alcance do objetivo da "Comparabilidade" das informações contábil-financeiras.
15	Acurácia / Veracidade	Atributos de qualidade da informação <u>inexistente</u> na Estrutura Conceitual da contabilidade. Porém pode ser considerado como pertencente à característica qualitativa fundamental "Representação fidedigna".
14	Acessibilidade	Atributo de qualidade da informação <u>inexistente</u> na Estrutura Conceitual da contabilidade. Não há na Estrutura Conceitual qualquer menção ao aspecto da acessibilidade da informação contábil-financeira.
13	Quantidade apropriada	Atributo de qualidade da informação <u>inexistente</u> na Estrutura Conceitual da contabilidade. Porém pode ser considerado como pertencente ao atributo de qualidade "Completa" da característica qualitativa fundamental "Representação fidedigna".
13	Concisão / Representação concisa	"Concisão" - atributo de qualidade da característica qualitativa de melhoria " <u>Compreensibilidade</u> ". Juntamente com o atributo de qualidade " <u>Clareza</u> " são considerados na Estrutura Conceitual da contabilidade como importantes para tornar a informação compreensível.
12	Valor agregado / Pertinência	Equivalente aos atributos de qualidade " <u>Valor preditivo</u> " e " <u>Valor confirmatório</u> " pertencentes à característica qualitativa fundamental " <u>Relevância</u> ", importantes para que a informação contábil-financeira seja capaz de fazer diferença nas decisões.
11	Abrangência / Escopo	Atributo de qualidade da informação <u>inexistente</u> na Estrutura Conceitual da contabilidade. Porém pode ser entendido como parte integrante do atributo de qualidade "Completa" pertencente à característica qualitativa fundamental "Representação fidedigna", uma vez que o contexto no qual as informações contábeis foram geradas e divulgadas deve ser reportado nos relatórios contábil-financeiros.
11	Objetividade	<u>Inexistente e não aplicável</u> no campo da Contabilidade pelo fato de os relatórios contábil-financeiros serem baseados em estimativas, julgamentos e modelos e não em descrições ou retratos exatos, muito embora a Estrutura Conceitual estabeleça os conceitos sob os quais tais estimativas, julgamentos e modelos devam ser amparados. (OB11. Estrutura Conceitual, p. 8)
11	Utilidade	Não é considerado um atributo de qualidade e nem uma característica qualitativa da informação na Estrutura Conceitual da contabilidade, mas, a finalidade, o objetivo da elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro de propósito geral, ou seja, das informações contábil-financeiras. Tais objetivos são considerados como o pilar da Estrutura Conceitual.
11	Validade/ Integridade	Atributo de qualidade da informação <u>inexistente</u> na Estrutura

N. de vezes em que é citado	Atributos de qualidade da informação que embasam os estudos nacionais da Ciência da Informação	Equivalência com os atributos de qualidade pertencentes às Características Qualitativas da Informação Contábil-financeira Útil - Estrutura Conceitual da contabilidade -
		Conceitual da contabilidade.
10	Clareza	"Clareza" - atributo de qualidade da característica qualitativa de melhoria "Compreensibilidade". Juntamente com o atributo de qualidade "Concisão" são considerados na Estrutura Conceitual da contabilidade como importantes para tornar a informação compreensível.
10	Interpretabilidade	Atributo de qualidade da informação <u>inexistente</u> na Estrutura Conceitual da contabilidade. Porém, ao tratar da característica qualitativa de melhoria "Compreensibilidade", os itens QC31 e QC32 da referida Estrutura Conceitual reconhecem que certos fenômenos por serem inerentemente complexos não são facilmente compreendidos; e que os relatórios contábil-financeiros são destinados a usuários com conhecimento razoável de negócios e atividades econômicas e que mesmo esses poderão ter necessidade de buscar ajuda de especialistas para a compreensão da informação sobre algum fenômeno econômico complexo.
9	Credibilidade	Atributo de qualidade da informação <u>inexistente</u> na Estrutura Conceitual da contabilidade.
9	Segurança	Atributo de qualidade da informação <u>inexistente</u> na Estrutura Conceitual da contabilidade.
8	Reputação/ Fidedignidade	"Representação fidedigna" - característica qualitativa fundamental para que a informação contábil-financeira seja útil.
7	Legibilidade	Atributo de qualidade da informação <u>inexistente</u> na Estrutura Conceitual da contabilidade. Porém, ao tratar da característica qualitativa de melhoria "Compreensibilidade", os itens QC31 e QC32 da referida Estrutura Conceitual reconhecem que certos fenômenos por serem inerentemente complexos não são facilmente compreendidos; e que os relatórios contábil-financeiros são destinados a usuários com conhecimento razoável de negócios e atividades econômicas e que mesmo esses poderão ter necessidade de buscar ajuda de especialistas para a compreensão da informação sobre algum fenômeno econômico complexo.
6	Importância	Atributo de qualidade da informação <u>inexistente</u> na Estrutura Conceitual da contabilidade.
6	Novidade/ Ineditismo	Atributo de qualidade da informação <u>inexistente</u> na Estrutura Conceitual da contabilidade. Ressalte-se que, em muitos casos, os relatórios contábil-financeiros possuem maior valor confirmatório considerando a defasagem de tempo entre a ocorrência de um determinado fato ou evento econômico e o reconhecimento e divulgação à sociedade. Segundo a OB6 da Estrutura Conceitual da contabilidade, os relatórios contábil-financeiros de propósito geral não atendem e não podem atender a todas as informações de que os usuários primários da contabilidade (investidores, credores) necessitam, os quais precisam considerar informações pertinentes de outras fontes. Assim, em muitas situações, quando a informação contábil-financeira é divulgada incorpora aspectos que já são do conhecimento dos usuários por meio de outras fontes. Outro aspecto importante a ressaltar é que um dos atributos de qualidade da característica qualitativa fundamental "Relevância" é justamente o atributo "Valor confirmatório" por seu potencial de servir de <i>feedback</i> confirmando ou alterando avaliações prévias com base em informações obtidas por meio dos relatórios contábeis ou por outras

N. de vezes em que é citado	Atributos de qualidade da informação que embasam os estudos nacionais da Ciência da Informação	Equivalência com os atributos de qualidade pertencentes às Características Qualitativas da Informação Contábil-financeira Útil - Estrutura Conceitual da contabilidade -
		fontes.
6	Significado no tempo	Atributo de qualidade da informação <u>inexistente</u> na Estrutura Conceitual da contabilidade.
6	Compreensibilidade	<p>“Compreensibilidade” - característica qualitativa de melhoria da utilidade da informação contábil-financeira. Porém os itens QC31 e QC32 que tratam especificamente dessa característica qualitativa da informação na Estrutura Conceitual reconhecem que certos fenômenos por serem inerentemente complexos não são facilmente compreendidos. Ressaltam, entretanto, que embora a exclusão de tais fenômenos dos relatórios pudessem tornar as informações mais compreensíveis, a sua inclusão na totalidade é preferível para não comprometer a completude das informações evitando assim sua potencial distorção. Evidencia-se ainda que os relatórios contábil-financeiros são destinados a usuários com conhecimento razoável de negócios e atividades econômicas e que mesmo esses poderão ter necessidade de buscar a ajuda de especialistas para a compreensão da informação sobre algum fenômeno econômico complexo.</p> <p>De modo que ainda que o atributo “compreensibilidade” tenha sido incluído na Estrutura Conceitual, ao que parece, tal atributo é preterido em relação às demais características qualitativas da informação.</p>
5	Corretude / Livre de erros	O atributo "Livre de erro" é apresentado na Estrutura Conceitual da contabilidade como um dos atributos de qualidade da informação pertencentes à característica qualitativa fundamental "Representação fidedigna". Juntamente com os atributos "Completa" e "Neutra" é considerado como atributo essencial para que a informação contábil-financeira represente com fidedignidade a realidade retratada, o fenômeno que se propõe a retratar.
5	Facilidade de manipulação	Atributo de qualidade da informação <u>inexistente</u> na Estrutura Conceitual da contabilidade.
5	Confidencialidade/ Privacidade	Atributos de qualidade da informação <u>inexistentes e não aplicáveis</u> no campo da Contabilidade pelo fato de as informações contábil-financeiras serem destinadas a usuários externos, devendo, portanto, ser essencialmente públicas.
5	Formato / Forma	Atributos de qualidade da informação <u>inexistentes</u> na Estrutura Conceitual da contabilidade. Não existe na Estrutura Conceitual nenhum atributo de qualidade que se refira especificamente à forma ou formato da informação. Não há nada explícito na Estrutura Conceitual da contabilidade que remeta a algum atributo de qualidade da informação relacionado a formato ou forma da informação produzida e divulgada. Apenas no tópico QC12 da atual Estrutura Conceitual que trata da característica qualitativa fundamental "Representação fidedigna", ressalta-se que os relatórios contábil-financeiros representam um fenômeno econômico em palavras e números.
5	Suficiência	Atributo de qualidade da informação <u>inexistente</u> na Estrutura Conceitual da contabilidade. Porém pode ser considerado equivalente ao atributo de qualidade "Completa" pertencente à característica qualitativa fundamental "Representação fidedigna".
4	Originalidade/ Singularidade	Atributo de qualidade da informação <u>inexistente</u> na Estrutura Conceitual da contabilidade.

N. de vezes em que é citado	Atributos de qualidade da informação que embasam os estudos nacionais da Ciência da Informação	Equivalência com os atributos de qualidade pertencentes às Características Qualitativas da Informação Contábil-financeira Útil - Estrutura Conceitual da contabilidade -
4	Audiência/ Focadas no usuário	Atributo de qualidade da informação <u>inexistente</u> na Estrutura Conceitual da contabilidade.
3	Facilidade de entendimento	Equivalente à característica qualitativa de melhoria "Compreensibilidade" da Estrutura Conceitual da contabilidade. Porém ao tratar da característica qualitativa de melhoria "Compreensibilidade" os itens QC31 e QC32 da referida Estrutura Conceitual reconhecem que certos fenômenos são inerentemente complexos e por isso não facilmente compreendidos e que os relatórios contábil-financeiros são destinados a usuários com conhecimento razoável de negócios e atividades econômicas e que mesmo esses poderão ter necessidade de buscar ajuda de especialistas para a compreensão da informação sobre algum fenômeno econômico complexo.
4	Adequação	Atributo de qualidade da informação <u>inexistente</u> na Estrutura Conceitual da contabilidade.
4	Valor percebido	Atributo de qualidade da informação <u>inexistente</u> na Estrutura Conceitual da contabilidade.
4	Tempo de resposta	Atributo de qualidade da informação <u>inexistente</u> na Estrutura Conceitual da contabilidade.
3	Contextualização	Atributo de qualidade da informação <u>inexistente</u> na Estrutura Conceitual da contabilidade. Porém pode ser entendido como parte integrante do atributo de qualidade "Completa" pertencente à característica qualitativa fundamental "Representação fidedigna", uma vez que o contexto no qual as informações contábeis foram geradas e divulgadas deve ser reportado nos relatórios contábil-financeiros.
3	Disponibilidade	Atributo de qualidade da informação <u>inexistente</u> na Estrutura Conceitual da contabilidade. Porém pode-se considerar que faz parte da característica qualitativa de melhoria "Tempestividade".
3	Eficácia	Atributo de qualidade da informação <u>inexistente</u> na Estrutura Conceitual da contabilidade. Porém é mencionado no tópico QC18 da referida Estrutura Conceitual quando se orienta sobre o processo mais eficaz e efetivo para aplicação das características qualitativas fundamentais de forma que as informações sejam ao mesmo tempo relevantes e fidedignas.
3	Eficiência	Atributo de qualidade da informação <u>inexistente</u> na Estrutura Conceitual da contabilidade. Porém é mencionado no tópico QC18 da referida Estrutura Conceitual quando se orienta sobre o processo mais eficaz e efetivo para aplicação das características qualitativas fundamentais de forma que as informações sejam ao mesmo tempo relevantes e fidedignas.
3	Valor informativo	Equivalente aos atributos de qualidade "Valor preditivo" e "Valor confirmatório" pertencentes à característica qualitativa fundamental "Relevância", importantes para que a informação contábil-financeira seja capaz de fazer diferença nas decisões.
3	Valor instrutivo	Equivalente aos atributos de qualidade "Valor preditivo" e "Valor confirmatório" pertencentes à característica qualitativa fundamental "Relevância", importantes para que a informação contábil-financeira seja capaz de fazer diferença nas decisões.
2	Redundância	Atributo de qualidade da informação <u>inexistente</u> na Estrutura Conceitual da contabilidade.

N. de vezes em que é citado	Atributos de qualidade da informação que embasam os estudos nacionais da Ciência da Informação	Equivalência com os atributos de qualidade pertencentes às Características Qualitativas da Informação Contábil-financeira Útil - Estrutura Conceitual da contabilidade -
2	Simplicidade [Simples]	Atributo de qualidade da informação <u>inexistente</u> na Estrutura Conceitual da contabilidade. Ao tratar da característica qualitativa de melhoria "Compreensibilidade" os itens QC31 e QC32 da referida Estrutura Conceitual reconhecem que certos fenômenos por serem inerentemente complexos não são facilmente compreendidos; e que os relatórios contábil-financeiros são destinados a usuários com conhecimento razoável de negócios e atividades econômicas e que mesmo esses poderão ter necessidade de buscar ajuda de especialistas para a compreensão da informação sobre algum fenômeno econômico complexo.
2	Coesão [Coerência]	Atributo de qualidade da informação <u>inexistente</u> na Estrutura Conceitual da contabilidade.

Fonte: Elaborado pela autora

A análise comparativa entre os atributos e dimensões de qualidade da informação que subsidiam os estudos nacionais sobre o tema no campo da Ciência da Informação (CI) e os atributos de qualidade da informação contidos na Estrutura Conceitual da contabilidade denominados Características Qualitativas da Informação Contábil-Financeira Útil que norteiam os pressupostos de qualidade da informação nas Ciências Contábeis (CC), previstos na estrutura conceitual NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL - Res. CFC 1.374/11 permite observar que, apesar de similaridades, existem diferenças significativas entre os atributos utilizados para qualificar a informação nas duas áreas de conhecimento.

Os dados apresentados no Quadro 15 evidenciam que, apesar de muitos atributos de qualidade pertencentes às características qualitativas da informação contábil-financeira útil aparecerem listados - com a mesma nomenclatura ou com termos equivalentes - entre os atributos de qualidade da informação mais citados nos estudos nacionais da CI (conforme já apresentado no Quadro 14), observam-se diferenças significativas no grau de importância dado pelas duas áreas do conhecimento aos referidos atributos e dimensões de qualidade da informação. Constata-se que a característica qualitativa "Relevância" é o único atributo de qualidade que recebe o mesmo grau de importância nas duas áreas do conhecimento. Já a característica qualitativa "Representação fidedigna" considerada de fundamental importância para a utilidade da informação contábil-financeira, característica qualitativa da qual decorrem os atributos de qualidade considerados os

mais críticos para que a informação contábil-financeira seja efetivamente útil, aparece na 21^a. posição da lista dos atributos mais citados na literatura nacional da CI, tendo sido citado apenas oito vezes. Vê-se, portanto, que há uma diferença significativa no grau de importância dada a esse atributo de qualidade da informação nas duas áreas do conhecimento.

Da mesma forma, a característica qualitativa “Compreensibilidade” pertencente ao grupo das características de melhoria da qualidade da informação contábil-financeira, considerada menos crítica, mas altamente desejável para que as informações contábeis sejam efetivamente úteis, aparece em 27^o lugar na lista dos atributos de qualidade mais citados nos estudos nacionais da CI, tendo sido mencionado apenas seis vezes. Porém, se for acrescentada a esse atributo de qualidade a frequência de menções dada aos atributos de qualidade “Clareza” e “Representação Concisa/Concisão” chega-se a um total de vinte e nove menções, ficando esse possível agrupamento de atributos de qualidade entre os três primeiros mais citados na literatura nacional da CI. Tal resultado condiz com os pressupostos de qualidade da informação na CI, uma vez que, nesse campo do conhecimento, o atributo compreensibilidade equivale a “potencial de vir a ser apropriado pelo usuário” e está na base do conceito de Informação segundo Le Coadic (1996) e Smit e Barreto (2002).

“Comparabilidade” que, nas Ciências Contábeis, pertence ao grupo das características qualitativas de melhoria da informação contábil-financeira e se refere essencialmente ao conteúdo das informações em relação aos critérios pelos quais são elaboradas e divulgadas, na Ciência da Informação é um atributo de qualidade que se refere prioritariamente ao formato da informação. Convém destacar, entretanto, que na CI não há como separar forma de conteúdo. Parte-se do pressuposto que a comunicação é baseada no signo linguístico, composto por significante (forma gráfica) e significado (imagem evocada), os quais formam um todo indissolúvel. Assim, a CI trabalha com aspectos terminológicos para criar redes de “equivalência entre termos” utilizada na construção de *tesauros* e vocabulários controlados, para facilitar a pesquisa por parte de usuários e a atribuição de significados correspondentes.

Nas Ciências Contábeis, a comparabilidade das informações é necessária para fins de análise entre informações de empresas diferentes ou da mesma empresa em períodos diversos. Na CI, a comparabilidade está relacionada aos

“termos equivalentes” que são pré-definidos, sendo, portanto, um atributo importante para a construção de vocabulários controlados, utilizados na indexação com o objetivo de aumentar o potencial de busca/recuperação relevantes para o usuário. No que se refere aos atributos de qualidade pertencentes a cada uma dessas características de qualidade da informação contábil-financeira consideradas fundamentais e mais críticas, é possível observar que muitos atributos, apesar de essenciais para a CI, não são explicitados e mencionados nos estudos sobre qualidade da informação na referida área do conhecimento. É o caso dos atributos: Verificabilidade, Materialidade. Levando em conta que tais atributos de qualidade estão na base do conceito de Informação para a CI, entende-se como redundante a sua inclusão como atributos de qualidade da informação, justificando-se, portanto, a inexistência de menção a esses atributos nos estudos da Ciência da Informação. Outros atributos, no entanto, pertencentes a essa mesma categoria, apesar de aparecerem com terminologias diferentes nos estudos da Ciência da Informação, podem ser considerados similares aos atributos pertencentes às características qualitativas principais da informação contábil. É o caso dos atributos: “Valor preditivo”, “Valor confirmatório”, conforme mostrado no Quadro 14.

Por outro lado, analisando-se os atributos e dimensões de qualidade da informação da Ciência da Informação, apresentados com detalhes no Quadro 14, verifica-se que atributos importantes para qualificar a informação nos estudos da Ciência da Informação não são considerados para a determinação da qualidade da informação nas Ciências Contábeis. Com exceção dos atributos “Objetividade”, “Ineditismo/Raridade”, “Facilidade de manipulação/operação” e “Segurança no acesso” que não se aplicam para a determinação da qualidade das informações contábeis, observa-se que, na composição das Características Qualitativas da Informação Contábil-Financeira Útil, também não estão contemplados os seguintes atributos: “Acessibilidade”, “Disponibilidade”, “Quantidade de Informação Adequada”, “Credibilidade”, “Interpretabilidade” e, sobretudo, a “Redundância”. Apesar do entendimento de alguns autores levar a concluir que os aspectos relacionados ao atributo “Quantidade da Informação Adequada” poderiam ser incorporados à característica qualitativa “Integridade” e que “Credibilidade” poderia ser equiparada ao atributo “Representação Adequada”, que “Interpretabilidade” poderia equivaler à característica qualitativa “Compreensibilidade”, observam-se diferenças entre as terminologias adotadas para designar os referidos atributos, bem

como modificações sutis na descrição dos aspectos avaliados em cada um desses atributos de qualidade.

Entretanto, o atributo denominado “Redundância”, mencionado nos estudos da Ciência da Informação, não tem similar nas Características Qualitativas da Informação Contábil. Nenhuma característica de qualidade da informação contábil contempla esse critério de atribuição de qualidade à informação. Embora não seja um atributo componente do modelo de Wang e Strong (1996), considera-se que seja um aspecto muito importante a ser considerado para a determinação da qualidade da informação contábil. Levando em conta que esse atributo refere-se aos diferentes formatos pelos quais a informação deve ser disponibilizada de forma a ser relevante e útil, entende-se que deveria ser uma característica a ser considerada para a qualidade da informação contábil, devendo, portanto, ser incluída nas Características Qualitativas da Informação Contábil.

A análise comparativa entre as Características Qualitativas da Informação Contábil-Financeira Útil e os atributos e dimensões da qualidade da informação que embasam os estudos nacionais da Ciência da Informação permitiram identificar similaridades, mas ressaltaram também diferenças significativas entre os aspectos e dimensões considerados para atribuir qualidade à informação nas duas áreas do conhecimento. Entre as similaridades observadas constatou-se que a qualidade da informação nas duas áreas aborda a informação como produto e, na perspectiva do usuário da informação, para quem esta é destinada. Constatou-se que quase a totalidade das Características Qualitativas fundamentais e de melhoria para a utilidade da informação contábil-financeira estão de alguma forma também sendo consideradas nos estudos que tratam da qualidade na Ciência da Informação, sendo algumas específicas para o contexto de uso da informação contábil e não mencionadas na CI por fazerem parte da base do conceito de Informação na CI. Já em relação aos atributos de qualidade da informação componentes das características qualitativas fundamentais, constatou-se que, apesar de terminologias diferenciadas, muitos podem ser considerados equivalentes considerando-se a similaridade das definições dos aspectos que pretendem medir. Porém, muitos atributos considerados importantes para a determinação da qualidade da informação nos estudos da Ciência da Informação não são considerados nas Características Qualitativas da Informação Contábil-Financeira Útil. Alguns efetivamente não se aplicam no contexto da qualidade da informação contábil. Outros, entretanto, como o atributo “Redundância”, apesar de

representar importantes aspectos a serem considerados na apresentação e entrega da informação, ainda não são contemplados e incluídos nas Características Qualitativas da Informação Contábil-Financeira Útil. A sua inclusão no arcabouço da Estrutura Conceitual como mais um dos componentes das Características Qualitativas da Informação Contábil seria recomendável.

Por outro lado, os resultados deste estudo permitiram constatar também que as dimensões, características e atributos de qualidade da informação utilizados como base nos estudos da Ciência da Informação são geralmente apresentados como simples listas de atributos corroborando os achados de Eppler e Wittig (2000). Conforme mencionado anteriormente, a despeito das tentativas de aplicação do modelo proposto por Wang e Strong (1996) e posteriores adaptações sugeridas por Huang, Lee e Wang (1999), autores que embasam a grande maioria dos estudos sobre a qualidade da informação no campo da CI, não existe ainda na Ciência da Informação um *framework* definido para a determinação da qualidade da informação. Tal situação pode ser constatada pela diversidade de atributos e dimensões de qualidade consideradas em cada um dos estudos, não havendo nem mesmo um consenso em relação a atributos e dimensões de qualidade considerados em um mesmo contexto, qual seja a área da Ciência da Informação. Uma possível explicação para essa situação leva em conta o fato de os atributos serem intrínsecos à definição do conceito de informação na CI diferentemente da Informação contábil que é definida em função do seu uso.

Considerando a posição de Eppler e Witing (2000) sobre a importância de um *framework* geral para a avaliação da qualidade da informação em contextos semelhantes, fica evidente que esforços devem ser feitos no sentido de se buscar na Ciência da Informação a consolidação de um *framework* geral que pudesse servir como referência na análise da qualidade da informação nessa área do conhecimento.

Contudo, conforme mencionado anteriormente, nas análises realizadas nesta parte do estudo, também não foram considerados os estudos sobre “Qualidade em Serviços de Informação”, uma vez que o objetivo foi o de investigar apenas os atributos inerentes à Informação (produto).

Tendo em conta que muitos dos problemas relacionados aos produtos e serviços de informação estão relacionados a problemas decorrentes do desequilíbrio entre o produtor e o consumidor da informação, apresenta-se, no tópico a seguir, uma breve síntese dessa importante problemática com base na literatura da CI.

2.5 Desequilíbrios entre produtor e consumidor da informação

Tomando por base a literatura da Ciência da Informação que embasa este estudo, pode-se entender que problemas, desequilíbrios e/ou conflitos poderão ocorrer entre o produtor e o usuário de informação se os pressupostos teórico-metodológicos que devem nortear a concepção de todo e qualquer produto e serviço de informação não forem adequadamente considerados e seguidos.

Um levantamento preliminar, com base na literatura da CI, consta no Quadro 16, a seguir, no qual se apresentam, a título de exemplo, com vistas à discussão e análise posterior, alguns desses problemas, suas causas e origens e também o potencial da própria CI para a sua resolução. Tais questões, embora essenciais para minimizar conflitos entre produtor e consumidor da informação, foram abordados apenas por dois autores: Lara e Conti (2003) e Fujino (2000; 2004; 2007). Ressalte-se, entretanto, que, apesar de termos identificado apenas estes autores na nossa amostra, a partir dos termos adotados para pesquisa, ambos tomam como base reflexões de Aldo Barreto (1994, 1999) a respeito das tensões entre o contexto da produção dos estoques de informação e o contexto do consumidor da informação. Assim, no campo de autores, indicamos as citações conforme aparecem nos textos analisados, remetendo os conteúdos ao autor citado.

Quadro 16 - Problemas e desequilíbrios entre produtor e consumidor da informação

Problemas e Desequilíbrios entre produtores e consumidores da informação	Autores	Potencial da CI para Resolução
<p>“[...] a produção de acervos de informação é orientada por uma racionalidade técnica e produtivista, voltada para a esfera do privado, sem um compromisso com a produção do conhecimento; enquanto que a realidade em que se pretende que a informação atue e transforme é multifacetada e formada por núcleos sociais heterogêneos, com competências textuais e cognitivas diferenciadas.</p> <p>Nesta sociedade [...] a informação é acumulada em estoques de constituição contínua e agrega-se em uma estrutura ou repositório fixo, cujo volume e crescimento variam de forma linear, enquanto que o tempo necessário ao consumidor de informação para a assimilação exige uma reflexão consciente e seu posicionamento entre o conhecimento pretérito e as expectativas do futuro, não sendo possível a concepção de um começo ou fim absolutos.”</p> <p>(BARRETO, 1999, p.2 apud FUJINO, 2007, p.229-230)</p>	<p>BARRETO (1999, p.2) apud FUJINO (2007, p. 229-230)</p>	<p>“Este novo ambiente exige, a nosso ver, uma nova concepção para os Serviços de Informação fundamentados na revisão dos seus conceitos de tempo e espaço para a proposição de um modelo de mediação em que os fluxos de informação são intensificados para estimular a socialização dos conhecimentos que abrisse oportunidade para que estes saberes pudessem estabelecer maior sintonia com o campo da aplicação.”</p> <p>(FUJINO, 2007, p.230)</p>
<p>Papel institucional da universidade “[...] sempre esteve relacionado ao trato da informação visando a produção do conhecimento. Nesse sentido, a preocupação com a circulação do conhecimento sempre esteve associada ao processo de comunicação necessário à manipulação da informação, pelo pesquisador, no seu processo de criação, portanto, a questão da linguagem esteve restrita à comunicação entre pares. Entretanto, mesmo essa relação já é mediada pelo sistema documentário que se utiliza de métodos para a construção desses estoques de conhecimentos e de instrumentos para viabilizar seu acesso.</p> <p>No caso da cooperação com a empresa, outra variável de caráter lingüístico se acrescenta, tornando ainda mais complexo o processo de comunicação entre os dois atores (universidade e empresa) via sistema documentário que, em suma, é aquele criado para viabilizar a circulação da informação sobre o conhecimento já produzido, uma vez que o usuário de</p>	<p>FUJINO (2007, p. 230-231)</p>	<p>“[...] cabe questionar como administrar o potencial informacional dos inúmeros repositórios e fontes presentes neste contexto, de forma a maximizar as várias possibilidades de aprendizado mútuo entre a empresa e a universidade.</p> <p>Este questionamento induz a uma nova visão sobre a função do Serviço de Informação – SI como mediador entre usuário e fontes, e exige o conhecimento das características do contexto de produção e consumo da informação. No caso dos SI criados para facilitar o processo de cooperação U-E, a dinâmica da mediação adquire outra dimensão, já que o processo de transferência da informação ocorre entre dois atores de culturas distintas e a absorção da informação só ocorrerá se houver</p>

Problemas e Desequilíbrios entre produtores e consumidores da informação	Autores	Potencial da CI para Resolução
empresa e, mais particularmente o da MPE, se vale da língua natural para seus processos de comunicação. (FUJINO, 2007, p.230-231)		plena adequação entre emissor e receptor da mensagem.” (FUJINO, 2007, p.231)
<p>“A possibilidade de fracasso do processo comunicacional, que ocorre no momento em que o usuário manifesta sua demanda ao SIT, é uma das preocupações dos SI no contexto da cooperação U-E.</p> <p>[...] Por outro lado, quando este usuário é representado por um mediador do Serviço de Informação, é preciso considerar também o grau de competência e familiaridade do mediador para decodificar a linguagem do sistema documentário disponível na universidade</p> <p>[...] o grau de formalização da linguagem influi diretamente na capacidade do grupo de usuários em compreendê-la. Quanto maior a formalidade, menos o grupo é capaz de utilizá-la.” (FUJINO, 2007, p.232-233)</p>	<p>FUJINO (2007, p. 232-233)</p> <p>FUJINO (2004)</p>	<p>“Como uma das funções da linguagem documentária é propiciar a mediação para o conhecimento, o vocabulário utilizado na construção das linguagens depende do tipo de usuário considerado pelo Sistema Documentário, de forma a realizar a ponte entre os dois tipos de léxico: do produtor e do usuário.”</p> <p>(FUJINO, 2007, p.232-233)</p>
<p>“Os resultados das pesquisas (FUJINO, 2000, 2004) confirmaram que as linguagens documentárias construídas ou as adotadas revelam, como era de se esperar, a preocupação com o usuário especialista que conhece a terminologia específica de suas respectivas áreas.</p> <p>[...] no que se refere aos aspectos específicos deste trabalho, identificou-se o uso da língua de especialidade e a ‘síndrome do catálogo’ como barreiras principais à comunicação com a empresa. Essa síndrome se manifesta na estruturação das principais fontes de informação, a exemplo da ‘base de especialistas e especialidades’ e a do ‘cadastro da oferta de serviços tecnológicos’ [...]” (FUJINO, 2007, p.245)</p>	<p>FUJINO (2000)</p> <p>FUJINO (2004)</p> <p>FUJINO (2007, p. 245)</p>	<p>“[...] se a melhoria das relações com a empresa constitui-se em objetivo a ser alcançado pela universidade [...] é importante investir na criação de instrumentos que permitam superar a barreira imposta pelas diferenças entre a linguagem do sistema documentário adotado na Universidade e a linguagem do micro e pequeno empresário e/ou do consultor do DT.” (FUJINO, 2007, p.245)</p>
<p>“A dificuldade de acesso às páginas da Internet reflete a cultura organizacional acadêmica, baseada em áreas de conhecimento, e é fundamentada naquilo que a universidade julga poder oferecer à sociedade.</p> <p>O problema é que a oferta é elaborada em</p>	<p>FUJINO (2007, p. 248-249)</p>	<p>“[...] mostrar a importância de Serviços de Informação no contexto da cooperação universidade-empresa, focando nos aspectos relativos à sua gestão, especialmente o fluxo de informação e o potencial usuário a quem o conhecimento é</p>

Problemas e Desequilíbrios entre produtores e consumidores da informação	Autores	Potencial da CI para Resolução
<p>forma compreensível somente para seus pares.</p> <p>O uso da Internet como instrumento privilegiado de divulgação da produção científica e principalmente tecnológica para a sociedade tem sido aquém do potencial que o meio de comunicação permite, pois a disponibilização das informações obedece também ao modelo ofertista linear da academia, sem preocupação explícita com o potencial usuário que, neste caso particular, é sem dúvida alguma a empresa.”</p> <p>(FUJINO, 2007, p.248)</p>		<p>dirigido.</p> <p>Aponta para a necessidade de considerar as diferenças culturais entre os atores envolvidos na cooperação por um lado, e, por outro lado, as barreiras de linguagem decorrentes dessas culturas diferentes.</p> <p>[...] conclui que os Serviços de Informação e os Escritórios de Transferência de Tecnologia devem atuar como elementos de mediação entre a Universidade e a Empresa, provendo instrumentos adequados de comunicação, via linguagens de equivalência para o sistema documentário ou a linguagem de especialidade, a partir da linguagem natural.</p> <p>No caso da arquitetura dos sites, é importante considerar a organização da informação de acordo com o potencial usuário e não de acordo com o sistema ofertista linear.</p> <p>[...] é necessário que os objetivos e as metas do Serviço de Informação, sejam compartilhados em uma parceria entre instituições de ensino e pesquisa e empresas. Mesmo que um objetivo seja mais importante para um dos parceiros do que para o outro, é preciso haver um acordo e ambos trabalharem juntos no alcance deste objetivo.”</p> <p>(FUJINO, 2007, p. 248-249)</p>
<p>“As atividades de disseminação formuladas pelos serviços e produtos, em geral e, sobretudo, governamentais, buscam, quase sempre, a ‘democratização da informação’.</p> <p>O conceito, porém, tem sido desgastado pelo uso, particularmente quando se verifica que as decisões sobre quais informações e em que formato divulgá-las são permeadas</p>	<p>(LARA; CONTI, 2003, p.2-3)</p>	<p>“É claro que cada instituição tem um público mais freqüente que compartilha do mesmo universo cultural e simbólico e cujas necessidades informacionais convergem aos objetivos institucionais, mas o uso de segmentações tradicionais que ignoram a complexidade de formação de vínculos</p>

Problemas e Desequilíbrios entre produtores e consumidores da informação	Autores	Potencial da CI para Resolução
<p>por julgamentos unilaterais.</p> <p>As instituições nem sempre se questionam sobre o que produzem, sobre a relação entre seus produtos e as necessidades de informação, sobre as formas de disponibilização utilizadas e, em especial, sobre seus públicos.”</p> <p>“E se o termo ‘democratização da informação’ gradativamente desaparece dos discursos públicos e é substituído pelos de ‘cidadão’ ou ‘sociedade civil’, tal fato não vem necessariamente acompanhado de uma análise quanto a seu significado efetivo.”</p> <p>“No campo de ação da disseminação das informações estatísticas, pode-se dizer que, de certo modo, as agências disseminam para seus pares, de modo que seus atuais usuários estão no mesmo estamento social, têm voz, podem realizar uma interlocução com os responsáveis pela oferta da informação.</p> <p>Como quem não tem voz não reclama (ou mesmo que a tenha nem sempre possui os meios para fazê-lo), não é preciso muito esforço para identificar de onde advém a impressão de que o acesso às informações está universalizado, porque se entende que o ‘dever’ foi cumprido.</p> <p>Na realidade, porém, o universo de usuários é dessa forma e não de outra, porque nem todas as pessoas estão preparadas para receber informação (ou pelo menos a informação que está sendo divulgada e a sua forma), como nem sempre as informações divulgadas são as que as pessoas desejam.</p> <p>Pode-se dizer, portanto, que as agências estatísticas nem sempre estão suficientemente atentas quanto ao universo de usuários potenciais. É aí que uma ação de formação de públicos, em sentido amplo e renovado como já se sugeriu, pode fazer sentido.</p> <p>[...]</p> <p>As políticas de informação e de disseminação correm o perigo de ser desenvolvidas exclusivamente numa perspectiva orientada da emissão para a recepção.”</p>		<p>compromete as ações de disseminação que visam a transferência e a aplicação.” (LARA; CONTI, 2003, p.3)</p> <p>Lara e Conti (2003, p.4) comentam que:</p> <p>“Teixeira Coelho (1997:324), [...] referindo-se às políticas culturais, menciona a preocupação em relação à formação do público, que pode ser estendida à definição de políticas de informação.</p> <p>A formação do público (ou para nós, dos públicos) passa pela homogeneização de juízos de valor, reações e usos que atuam como denominadores comuns entre as pessoas que o constituem.</p> <p>Ignorar as nuances que conformam os vários públicos é, na melhor das hipóteses, continuar a conceber o usuário moldado à semelhança da instituição veiculadora de informações, isto é, um modelo moderno e iluminista.</p> <p>O esforço na identificação dos gêneros de usuários e de suas necessidades tem, como implicação, a possibilidade da própria revisão de conteúdos disseminados ou mesmo produzidos, cuja ignorância ou indiferença reforça o dirigismo e corrobora a estagnação.”</p> <p>O grande problema da disseminação é a criação de condições para facilitar o fluxo de informações para propiciar o conhecimento. E ele reside na linguagem, ou mais especificamente, nas linguagens, que requer, antes de tudo, a existência de elos de significação entre produção e recepção. Não se pode confundir, porém, os meios com as mensagens.</p>

Problemas e Desequilíbrios entre produtores e consumidores da informação	Autores	Potencial da CI para Resolução
		<p>Ao par da crítica à circunscrição do problema da disseminação a seus aspectos tecnológicos e informáticos, também não se deve esquecer que os meios são distintos e devem ser utilizados considerando suas especificidades.</p> <p>Do mesmo modo, cada meio (ou suporte informacional) é caracterizado por linguagem própria. Assim como para cada tipo de usuário há uma linguagem e uma informação, cada meio é mais (ou menos) apropriado para diferentes tipos de informação.”</p> <p>A modificação dessa situação pressupõe considerar as alterações já apontadas e, por conseguinte, observar o espectro multivariado de seus públicos.</p> <p>(LARA e CONTI, 2003)</p>

Elaborado pela autora com base na literatura da CI

Tais problemas/desequilíbrios/conflitos, bem como as propostas da CI para solucioná-los serão mais bem discutidos e aprofundados em tópico posterior neste estudo.

As reflexões aqui apresentadas sobre as tensões entre o contexto da produção dos estoques de informação e o contexto do consumidor da informação que levam a desequilíbrios e conflitos entre produtor e o usuário da informação para serem discutidas no campo das Ciências Contábeis exigem que se apresente, ainda que forma sucinta, os meios que a contabilidade utiliza para comunicar, para divulgar as informações que produz. O conjunto principal de relatórios utilizados para a evidenciação contábil é apresentado no tópico a seguir.

2.6 Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são os principais meios utilizados para a evidenciação contábil. Entendida como a exposição resumida e ordenada pela qual os diversos usuários obtêm conhecimento de uma organização e também como a divulgação transparente, de quantidade e qualidade suficientes para suprir as necessidades dos usuários, a evidenciação está ligada aos objetivos da contabilidade que visam garantir informações para os diferentes usuários. (IUDÍCIBUS, 2004).

De acordo com o CPC 00 (CFC 2011, p.18) “As demonstrações contábeis são parte integrante das informações financeiras divulgadas por uma entidade.” O mesmo pronunciamento explicita ainda que, normalmente, o conjunto completo de demonstrações contábeis inclui:

- o balanço patrimonial
- a demonstração do resultado
- a demonstração das mutações na posição financeira (demonstração dos fluxos de caixa, de origens e aplicações de recursos, ou alternativa reconhecida e aceitável),
- a demonstração das mutações do patrimônio líquido,
- notas explicativas e
- outras demonstrações e material explicativo que são parte integrante dessas demonstrações contábeis.

O mesmo pronunciamento estabelece ainda que as demonstrações contábeis englobam também

- notas explicativas,
- quadros suplementares e
- outras informações

Destaca ainda que tais complementos de informação “Podem também incluir quadros e informações suplementares baseados ou originados de demonstrações contábeis que se espera sejam lidos em conjunto com tais demonstrações.” (CFC, 2011, p.18)

Isso porque, segundo o referido pronunciamento, tais explicações e detalhamentos “[...] poderão conter informações adicionais que sejam relevantes às necessidades dos usuários sobre itens constantes do balanço patrimonial e demonstração do resultado.”

O referido pronunciamento ressalta, no entanto, que “As demonstrações contábeis não incluem, entretanto, itens como relatórios da administração, relatórios do presidente da entidade, comentários e análises gerenciais e itens semelhantes que possam ser incluídos em um relatório anual ou financeiro.” (CFC, 2011, p.18)

Atualmente, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade também vigentes no Brasil, são as seguintes as Demonstrações Contábeis obrigatórias:

1. Balanço Patrimonial (BP) - (obrigatório pelo art. 178 da Lei 6.404/76);
2. Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) – (obrigatória pelo art. 187 da Lei 6.404/76)
3. Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) – (obrigatória pelo art. 186 da Lei 6.404/76)
4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) – (obrigatória pela Deliberação da CVM n. 59, de 22/12/1986)
5. Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) – (obrigatória pelo art. 176 da Lei 6.404/76 e facultativa a partir da Lei 11.638/07)
6. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) – (não obrigatória pela Lei 6.404/76 e exigida pela Lei 11.638/07 para as companhias fechadas com Patrimônio Líquido superior a 2 milhões de reais)
7. Demonstração do Valor Adicionado (DVA) – (não obrigatória pela Lei 6.404/76 e exigida pela Lei 11.638/07 para as sociedades anônimas de capital aberto)
8. Notas Explicativas (NE) – (obrigatória pelo art. 176 da Lei 6.404/76)
9. Relatório da Administração (RA) – (obrigatório pelo art. 133 da Lei 6.404/76)
10. Parecer dos Auditores para Companhias Abertas – (amparado no art. 177 da Lei 6.404/76).

As formas de evidenciação podem ser diferentes para as sociedades de capital fechado e sociedades de capital aberto. No caso das sociedades de capital fechado, ainda que tenham o capital dividido em ações, não há obrigatoriedade para que divulguem suas demonstrações em meios eletrônicos, mas devem publicá-las no Diário Oficial seguindo os princípios e legislação vigentes. Já para as sociedades de capital aberto as exigências são mais rigorosas uma vez que há obrigatoriedade

para que disponibilizem as demonstrações contábeis em meios eletrônicos e de fácil acesso tanto no sítio da Comissão de Valores Mobiliários como também na Bolsa de Valores de São Paulo obedecendo rigorosamente as normas de publicação, de acordo com os princípios e leis em vigor.

Em relação aos relatórios e demonstrações contábeis exigidos pela CVM para as companhias de capital aberto, a apresentação e discussão é feita no tópico a seguir.

2.7 Relatórios contábeis obrigatórios para companhias abertas

Por meio do Ofício Circular/CVM/SEP/n. 01/2003 de 06 de março de 2003, encaminhado aos diretores de Relações com Investidores das companhias listadas, a CVM, com base em pontos verificados no ano anterior após análise dos documentos e informações prestadas e nas exigências feitas por aquele órgão às companhias abertas, estabeleceu orientações às companhias abertas sobre aspectos procedimentais a serem observados quando do encaminhamento das informações periódicas e eventuais, bem como de consultas à CVM. Segundo o referido ofício:

A observação às recomendações a seguir relacionadas contribuirá para minimizar eventuais desvios e, conseqüentemente, reduzir a necessidade de formulação de exigências.

a) IAN – INFORMAÇÕES ANUAIS

O formulário de Informações Anuais (IAN) deve ser entendido como um documento dinâmico sobre a evolução dos negócios da empresa e não estático, vinculado a determinado exercício social, em que pese o fato de ser fixada uma data para sua apresentação ano a ano.

Nesse sentido, a Instrução CVM n.º 351/2001 alterou a redação do artigo 16 da Instrução CVM n.º 202/93, que dispõe sobre o registro de companhia para negociação de seus valores mobiliários em Bolsa de Valores, no mercado de balcão organizado ou no mercado de balcão, e sua atualização, enfatizando a necessidade de alteração do formulário IAN sempre que ocorrerem quaisquer fatos que modifiquem as informações já prestadas.

Portanto é fundamental que as companhias abertas atentem para a necessidade de reapresentar o IAN, de forma espontânea, sempre que se verificarem alterações societárias cujas informações sejam requeridas no formulário, em especial, informações sobre a composição dos membros do conselho de administração, sobre eventuais alterações estatutárias, sobre mudanças na composição acionária (acionistas com mais de 5% de participação no capital votante).

Cabe salientar que, no caso de registro de emissão pública de valores mobiliários, as informações inseridas no prospecto de emissão devem também fazer parte do IAN, devendo o mesmo ser reapresentado espontaneamente quando da solicitação do mencionado registro.

Ressaltamos que a data final para a entrega do formulário IAN é 31 de maio do ano em curso, tal como estabelecido no inciso IV do art. 16 da Instrução CVM n.º 202/93, com a redação dada pela Instrução CVM n.º 351/01, sendo improrrogável, porquanto não existe autorização expressa na legislação para que se autorize, sob quaisquer motivos, pedido de prorrogação de prazo de entrega do formulário.

Alertamos que a companhia aberta que não mantiver seu registro atualizado, nos termos do art. 13, 16 e 17 da Instrução CVM n.º 202, está sujeita à multa cominatória diária, segundo os valores relacionados na tabela constante do art. 18 da mencionada Instrução.

b) ITR – INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As projeções empresariais eventualmente apresentadas no formulário IAN devem ser objeto de um acompanhamento sistemático no formulário de Informações Trimestrais (ITR). Dessa forma, se a companhia fez projeções sobre os seus negócios no IAN, a concretização ou não das etapas planejadas deve constar do ITR, já que o formulário é também um instrumento de acompanhamento para os investidores sobre o andamento de projetos da companhia.

Ressaltamos que o prazo para a entrega dos formulários ITR está estabelecido no inciso VIII da Instrução CVM n.º 202/93, e no art. 1º, inciso V, da Instrução CVM n.º 245, sendo improrrogável, porquanto não existe autorização expressa na legislação para que se autorize, sob quaisquer motivos, pedidos de prorrogação de prazo de entrega do formulário.

Alertamos que a companhia aberta que não mantiver seu registro atualizado, nos termos do art. 13, 16 e 17 da Instrução CVM n.º 202, está sujeita à multa cominatória diária, segundo os valores relacionados na tabela constante do art. 18 da mencionada Instrução.

c) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – DF's

As alíneas "a" e "b", do inciso I, do artigo 16 da Instrução CVM nº 202/93 estabelecem os prazos de entrega das demonstrações financeiras à CVM.

Essas demonstrações financeiras deverão ser enviadas por intermédio do sistema Informações Periódicas e Eventuais (IPE) - Dados Econômicos Financeiros – Demonstrações Financeiras anuais objeto de publicação.

Salientamos, que as demonstrações financeiras a serem enviadas pelo IPE devem ser acompanhadas do relatório da administração e do parecer do auditor independente, em um único arquivo no formato doc ou pdf, não se confundindo com eventuais publicações em forma resumida do demonstrativo.

3 METODOLOGIA

3.1 Desenvolvimento da pesquisa

O presente estudo foi realizado com base nos passos adotados por Fujino (1993) fundamentados na proposta de Selltiz et al. (1974, p.62) para os quais a pesquisa se desenvolve em três etapas:

- 1) uma resenha da ciência social afim e de outras partes pertinentes na literatura;
- 2) um levantamento de pessoas que tiveram experiência prática com o problema a ser estudado;
- 3) uma análise de exemplos que estimulem a compreensão. (SELLTIZ et al., 1974, p.62)

Considerando ainda as circunstâncias do objeto de estudo, a presente pesquisa é fundamentada na classificação de Selltiz et al. (1974), e pode ser encaminhada no sentido de um estudo exploratório, selecionando usuários das demonstrações contábeis, que sirvam de base para a identificação e caracterização das questões relativas ao uso da informação no desenvolvimento de suas atividades. Para Koche (1997, p. 126) a pesquisa exploratória tem grande utilização nas ciências sociais especialmente nos casos que não apresentam um sistema de teorias e conhecimentos desenvolvidos, sendo, portanto, “[...] necessário desencadear um processo de investigação que identifique a natureza do fenômeno e aponte as características essenciais das variáveis que se quer estudar.” O autor ressalta, no entanto, que neste tipo de estudo “[...] não se trabalha com a relação entre as variáveis, mas com o levantamento da presença das variáveis e da sua caracterização quantitativa e qualitativa.”

Apesar de predominantemente exploratório, o presente estudo, de acordo com proposta de Fujino (1993, p.43), para o estudo de usuários “[...] assume também alguns aspectos descritivos, à proporção que relata situações e eventos de uma dada área de interesse, e procura observar algumas hipóteses de trabalho como pressupostos de análise.”

Isso porque, segundo Triviños (2008, p.122) “O ambiente, o contexto no qual os indivíduos realizam suas ações e desenvolvem seus modos de vida fundamentais, tem um valor essencial para alcançar das pessoas uma compreensão mais clara de suas atividades.”

Ainda com base nos procedimentos metodológicos propostos por Fujino (1993), levando em conta que o propósito do estudo é o de observar relações existentes em um grupo de usuários das informações contábeis, onde a natureza qualitativa das informações é frequente e há um considerável número de variáveis envolvidas, optou-se, como marco de orientação, pela pesquisa qualitativa. Embora o marco de orientação do estudo seja dado pela pesquisa qualitativa, ressalta-se, a concordância com o pressuposto de Triviños (2008, p. 118) sobre a inexistência de oposição entre pesquisa qualitativa e quantitativa uma vez que “Toda pesquisa pode ser, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa”. Isso porque, “Ambas buscam evidências (observáveis, empíricas), a partir das quais constroem explicações e generalizações sobre o mundo natural. Sob esse prisma, ambas são ciência empírica, diferindo apenas quanto ao método de coleta e consideração dos dados.” (VOLPATO, 2010, p.46).

Para Triviños (2008, p. 125) apesar de não ser possível definir a pesquisa qualitativa de forma absoluta, em razão da impossibilidade de satisfazer os requisitos das três bases teóricas que a sustentam: estrutural funcionalista, fenomenológica e materialista dialética, esta categoria de pesquisa, denominada de qualitativa, pode ser caracterizada por meio de peculiaridades essenciais que justificam a sua existência, em termos dos seus traços fundamentais, quais sejam: “[...] sua tendência definida, de natureza desreificadora dos fenômenos, do conhecimento e do ser humano; e por outro, relacionada com aquela, a rejeição da neutralidade do saber científico.” Para o autor “A pesquisa qualitativa com apoio teórico na fenomenologia é essencialmente *descritiva*.” Nesse tipo de pesquisa, “[...] as descrições dos fenômenos estão impregnadas dos significados que o ambiente lhes outorga [...]”. Já a pesquisa qualitativa do tipo histórico-estrutural, dialética, além de também partir da descrição, tenta captar não somente “[...] a aparência do fenômeno, como também a sua essência. Busca, porém, as causas da existência dele, procurando *explicar* sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça por intuir as conseqüências que terão para a vida humana.” (TRIVIÑOS, 2008, p.128-129)

Assim, no que se refere à abordagem do problema, a presente pesquisa circunscreve-se dentro da abordagem qualitativa também caracterizada por Richardson (1999) como a tipologia de estudos que permite não somente descrever determinado problema, mas também analisar e classificar processos, possibilitando assim, segundo Raupp e Beuren (2003) análises mais profundas do fenômeno estudado através da observação de características não contempladas pelo estudo quantitativo. Uma síntese da situação-problema e estrutura analítica da presente pesquisa podem ser melhor visualizadas a seguir.

3.2 Situação-problema e estrutura analítica da pesquisa

Figura 7 - Situação Problema (Contexto da Pesquisa)

Fonte (figura 7 e 8): Elaborado pela autora

Figura 8 - Estrutura analítica do trabalho

3.3 Recortes teóricos

3.3.1 Na Ciência da Informação

O presente estudo fundamenta-se nos pressupostos teórico-metodológicos da Ciência da Informação enquanto campo do conhecimento reconhecidamente circunscrito a uma comunidade científica orientada, segundo Rabello (2012, p.28),

[...] por problemas informacionais específicos, no âmbito de instituições informativo-documentais, e por epistemologias, quadros teóricos, métodos, conceitos, terminologias de especialidade [...] em grande medida comensuráveis, mesmo à luz das particularidades regionais de pesquisa enfocadas.

Nesse sentido, o autor ainda destaca que

[...] Sob esse espectro, realizam-se investigações em programas de pós-graduação, institutos de pesquisa, etc., cujos quadros epistêmicos referentes poderão ser validados ou questionados – no âmbito das epistemologias específica e particular – independentemente da nacionalidade ou da designação dada à ciência no plano disciplinar. (RABELLO, 2012, p.28)

Considerando ainda a movimentação das narrativas dos estudos sobre o campo da Ciência da Informação entre os enfoques epistemológicos: Específico, Particular e Global apresentados por Rabello (2012, p. 25) com base em Japiassu, o presente estudo foi norteado pela Epistemologia Global da Ciência da Informação. Isso porque, além de embasar-se nos argumentos e enfoque teórico-práticos e interdisciplinaridade apresentados por Araujo (2010), fundamenta-se também no Quadro da dimensão interdisciplinar da informação na CI proposto por Capurro e Hjørland (2007) e ainda no Quadro da dimensão categórica do documento na CI estudado por Rabello (2009).

Tais embasamentos decorrem do estudo de Rabello (2012, p.1) que visando apresentar os espaços de produção dos esforços teóricos no campo da CI mostra as perspectivas de análise e lugares de observação de onde são produzidas narrativas no campo da CI trazendo um quadro teórico com explicações e/ou controvérsias teóricas que ilustram a busca pela construção disciplinar da CI. Para atingir esse

propósito o autor utilizou categorias de análise com base nas epistemologias específica, particular e global, de Hilton Japiassu, as quais permitiram a identificação da posição do sujeito, epistemólogo, frente ao objeto estudado, no caso, a CI, conforme mostrado no Quadro 17 a seguir.

Quadro 17 - Mobilidade das narrativas sobre a CI entre enfoques

Sentido da argumentação (argumento principal/vetor em <i>italico</i>)
A u t o r - d a t a	Enfoques	Argumentos	Epistemologia Específica	Epistemologia Particular	Epistemologia Global
	López Yepes (1995)		<i>Integração disciplinar da CI</i>	-	Enfoques históricos, interdisciplinares e teórico-práticos da CI
	Capurro (2003)		-	<i>Estrutura paradigmática da CI</i>	Enfoques teórico-epistemológicos
	Rendón Rojas (2005)		-	<i>Estrutura do programa de investigação da CI</i>	Enfoques teórico-epistemológicos
	Araújo (2010)		-	<i>Epistemologia orientadora</i>	Enfoques teórico-práticos e interdisciplinaridade
	Capurro e Hjørland (2007)		Enfoques teórico-práticos e interdisciplinaridade	Epistemologias orientadoras	<i>Quadro da dimensão interdisciplinar da informação na CI</i>
	Rabello (2009)		Enfoques teórico-práticos e interdisciplinaridade	Epistemologias orientadoras e natureza do conceito científico	<i>Quadro da dimensão categórica do documento na CI</i>
	Saldanha (2010)		-	<i>Estudos de organização dos saberes como constituidores do campo</i>	Quadro das macro-tradições epistemológicas dos estudos de organização dos saberes
	González de Gómez (2002)		-	Epistemologias orientadoras	<i>Modelos sócio-técnicos da informação</i>
	Tálamo e Smit (2007)		<i>Enfoques teórico-práticos e integração disciplinar da CI</i>	-	Enfoques teórico-epistemológicos da dimensão pós-moderna da ciência

Fonte: RABELLO (2012, p.25)

- Estudos de usuários, Comportamento Informacional, Modelo de Estudo de Usuários

Neste quesito foi utilizado o procedimento teórico-metodológico que aqui denominamos de modelo de estudo de usuários de serviços de informação como proposto por Fujino (1993), baseado em cenário construído a partir do contexto de uso da informação pelos usuários. Assumiu-se que os pressupostos teórico-metodológicos utilizados pela autora ao enfatizar que o conhecimento dos aspectos da realidade vivenciada pelos usuários é fundamental para a compreensão de suas expectativas e, conseqüentemente, para o planejamento de um serviço que deve ter como objetivo básico a satisfação desse público-alvo. Assim, a aplicação do referido modelo no contexto dos usuários do sistema de informação contábil possibilitou a detecção de elementos que permitiram definir com maior segurança que dados são relevantes para a tomada de decisão dos usuários no contexto e nas condições de uso. Isso porque, segundo os fundamentos do modelo a identificação de elementos qualitativos sob a perspectiva do próprio usuário deve “[...] contribuir para o estabelecimento de critérios de referência para a discussão dos indicadores de eficácia para um Sistema de Informação” (FUJINO, 1993, p. 10). É que se buscou também para o sistema de informação contábil, especificamente no que se refere ao presente estudo.

3.4 Universo, população e amostra

Do universo dos usuários da contabilidade, a população foco do presente estudo foi representada pelo grupo de usuários composto pelos Analistas de Mercado e Profissionais de Investimento. Desses, foram priorizados os Analistas de Investimento por representarem os Investidores. A escolha desse público como os sujeitos da pesquisa é intencional levando em conta o fato de os Investidores terem sido eleitos como usuários preferenciais da contabilidade também na legislação brasileira, com a adoção das IFRS – *International Financial Reporting Standards*, normas internacionais de contabilidade. Complementa-se a justificativa da escolha por serem os profissionais, cujas funções e responsabilidade estão intimamente relacionadas ao uso e produção de informação. Para elaboração do instrumento de coleta de dados foram analisadas as categorias de ações/atividades desenvolvidas

por esses profissionais nas diferentes etapas do processo de análise de investimentos, conforme relatado na literatura abaixo.

3.4.1 Caracterização dos sujeitos da pesquisa – usuários entrevistados

3.4.1.1 O profissional de investimentos

Segundo dados da Associação Nacional dos Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais (APIMEC):

Os profissionais típicos de investimento são pessoas formadas em administração de empresas, economia, ciências contábeis, engenharia ou direito, que trabalham em instituições financeiras, *asset management companies*, seguradoras, fundos de pensão e empresas de consultoria.

Regra geral, são analistas de valores mobiliários, administradores de portfólio, analistas de *project finance*, gerentes de *corporate finance*, gerentes de *underwriting* de renda fixa e variável, *business planning* e profissionais de direção das instituições para as quais trabalham.

De acordo com Rudge e Cavalcante (1993) “Embora a atividade do analista seja essencialmente única - determinar o valor correto para um ativo objeto de investimento - são consideradas as suas diferentes aplicações: operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras, administração de fundos mútuos de investimento, *underwriting* (lançamento público de ações), subscrição de ações, fusões e aquisições etc.”

Detalhando o entendimento sobre as habilidades, atividades e importância desse profissional e o papel que representa no mercado de capitais Boff, Procianny e Hoppen (2006, p. 170) lembram que o analista de investimento

Assim como outros profissionais ligados à prestação de serviços, possui diversas habilidades voltadas para o uso e a produção de informações, com o objetivo principal de fazer recomendações acerca de uma empresa ou setor avaliado. Como sua principal atividade busca identificar boas oportunidades de investimento, o analista trabalha como um intermediário de informações, conciliando os interesses dos ofertantes e dos tomadores de recursos. Embora seja um trabalho cooperativo, que depende de uma

rede de relações pessoais e institucionais, a análise é, geralmente, realizada de forma individual.

Os autores ainda destacam que

O analista de investimentos insere-se num contexto de mudanças, principalmente porque o mercado de capitais no Brasil tem alterado seu perfil nas últimas décadas. A diminuição do ambiente especulativo e o ingresso de investimentos estrangeiros no país exigiram melhor estrutura do setor e a necessidade de mais profissionalismo na análise de investimentos.

No tocante à complexidade e dinamismo do ambiente onde atua o analista de investimento e a importância da informação para o desempenho de suas atividades, Boff, Procianoy e Hoppen (2006, p. 170) assim se posicionam

No contexto do mercado de capitais, o ambiente de informações é complexo e dinâmico. A informação desempenha papel fundamental para orientar as decisões e ações dos analistas. O mercado é reflexo das expectativas dos investidores. Os recursos são aplicados naquelas ações de empresas que indicam desempenho futuro satisfatório, ou seja, tenham possibilidade de gerar ganhos de capital ou de dividendos para seus investidores. Para prever o desempenho das empresas, os analistas adquirem informações, fazem projeções e inferências para desenhar tendências futuras. Entretanto, há fatores limitadores na análise, como disponibilidade, atualidade, formato e integridade das informações. Embora devesse ser esta a regra básica de um mercado desenvolvido e eficiente, nem todos os analistas têm acesso às mesmas informações, ao mesmo tempo, da mesma maneira. Além disso, há diferentes interpretações individuais para as mesmas informações, produzindo resultados diferentes. [...]

Boff, Procianoy e Hoppen (2006) desenvolveram um estudo de campo de natureza qualitativa com vistas a mapear o processo de uso da informação por analistas de investimentos e verificar a existência de diversidade ou padronização nos seus procedimentos e decisões. O estudo acompanhou a atividade de 27 analistas de nível sênior durante a avaliação de uma empresa chegando às seguintes constatações:

Mapeamento do Processo de Análise de Investimentos

A primeira fase da pesquisa evidenciou, de forma geral, o processo de análise de investimentos. Essa atividade obedece a um conjunto diversificado de ações, pois a análise inicial não segue, necessariamente, uma rotina estruturada. Por outro lado, foi possível identificar um caráter cíclico nas ações dos analistas que aponta para alguma padronização.

A Diversidade da Análise

A primeira ação, que dá início ao processo, é a identificação de uma oportunidade de investimento. Isso pode ocorrer de diversas maneiras: a área de administração de fundos do banco ou um investidor solicita uma avaliação, o analista identifica uma oportunidade a partir de um fato econômico ou político, o preço aparentemente atrativo das ações de uma empresa ou um setor em crescimento etc. Essa é uma característica marcante do trabalho de análise de investimentos. A origem da análise pode ser reativa (como solicitações de investidores) ou pró-ativa (fazer associações e avaliar os impactos causados por fatos relevantes).

A segunda ação é o planejamento da análise. O analista confronta a situação identificada com o seu conhecimento e experiência, para decidir que informações são necessárias. Os procedimentos variam muito, pois dependem do estilo do analista, do seu acesso às fontes, da complexidade das informações disponíveis e da tarefa a ser executada.

A opção por obter informações no início do processo evidencia a necessidade de buscar referências externas para adquirir maior conhecimento para a análise. Esse procedimento tem sido comprovado por várias pesquisas (ver, por exemplo: Choo & Auster, 1993; Dervin, 1992; Newell & Simon, 1972; Taylor, 1986); ele é determinado por fatores cognitivos, embora existam também componentes afetivos e situacionais envolvidos.

Obtidas as informações, o analista deve então interpretá-las. Essa atividade também está relacionada com o estilo do analista e com o grau de complexidade e relevância da informação. O estilo determina a forma como são interpretadas as informações. A complexidade e relevância dependem de como cada analista as percebe.

Depois de interpretadas, as informações são utilizadas para a atividade principal do analista: avaliar a empresa. Essa avaliação não acontece num momento específico, mas durante todo o processo. As atividades ao longo do processo contribuem para confirmar ou modificar sua opinião inicial e diminuir o grau de incerteza de sua decisão.

A fase final do processo é a decisão do analista sobre o investimento. Normalmente, essa decisão é apresentada na forma de um relatório. Nele, o analista propõe uma posição sobre o investimento e justifica a decisão, com argumentos, números, estimativas, comparações etc.

Caráter Cíclico do Processo de Análise de Investimentos

Depois de interpretar as informações e montar um quadro de referência do que foi analisado, é provável que existam lacunas a serem preenchidas e dúvidas sobre informações que não foram compreendidas. Nesse caso, uma segunda coleta de informações se faz necessária. Esse ciclo pode repetir-se várias vezes, de acordo com o estilo e o interesse do analista e também o objetivo e a importância da análise.

O analista, agente principal do processo, realiza um conjunto de ações durante a avaliação - busca, seleção, processamento, interpretação e comparação de informações - para gerar o produto de seu trabalho.

A Figura 9 apresenta a seqüência de ações típicas que representa o mapeamento do processo de análise de investimentos realizado neste estudo. As ações descritas podem ser repetidas várias vezes, até que o analista tome a decisão sobre o investimento. (BOFF; PROCIANOY; HOPPEN, 2006, p. 174-176)

Legenda (ações do analista):

- 1 Identifica uma oportunidade de investimento no mercado
- 2 Confronta a situação com o seu conhecimento e experiência
- 3 Planeja a análise identificando as informações que possui e quais são necessárias
- 4 Inicia a análise com informações e parâmetros internos ou busca informações externas
- 5 Seleciona e interpreta as informações (sobre o negócio, a empresa e o mercado)
- 6 Compara as informações e utiliza-as para fazer projeções e avaliar a empresa
- 7 Busca novas informações e continua a análise
- 8 Toma a decisão e elabora um relatório de recomendação sobre o investimento

Figura 9 - Mapa do processo de análise de investimentos

Fonte: BOFF; PROCIANOY; HOPPEN (2006, p.176)

Segundo os autores (2006, p. 176), “A diversidade e o caráter cíclico não são excludentes. Entretanto pode-se dizer que a diversidade é baseada nas diferentes características de cada profissional. Já os ciclos tendem à padronização, uma seqüência de ações que ocorre independentemente do perfil do analista.”

Porém em editorial da Revista Mercado de Capitais 06 (2012), Lucy Sousa, presidente da APIMEC alerta que “Qualquer erro ou maquiagem nas informações fornecidas pelo mercado afetará as previsões e recomendações feitas pelos analistas, pois ele trabalhou com dados inadequados. Foi o que ocorreu na crise de 2008.” (REVISTA MERCADO DE CAPITALIS, 2012, Lucy Sousa, presidente da APIMEC, p.14 e 16).

3.4.1.2 Contexto de atuação do profissional de investimentos

A APIMEC - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais - Apimec Nacional foi criada em junho de 1988, com a finalidade de congrega todas as Apimecs Regionais - Distrito Federal, Minas Gerais,

Nordeste, Rio de Janeiro, São Paulo e Sul. A Apimec Nacional funciona como uma confederação das Apimecs e concentra suas atividades na certificação dos profissionais, representação política institucional frente ao governo e entidades representativas congêneres do mercado, no intercâmbio internacional com outras confederações de profissionais. Desenvolve estudos e pesquisas visando o desenvolvimento do mercado de capitais e a capacitação dos profissionais.

O mercado de capitais é um dos segmentos do Sistema Financeiro Nacional. Visando um melhor entendimento e compreensão da composição e funcionamento desse importante sistema, a própria Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em seu portal destinado ao investidor, assim esclarece:

O sistema financeiro pode ser definido como o conjunto de instituições, produtos e instrumentos que viabiliza a transferência de recursos ou ativos financeiros entre os agentes superavitários (poupadores) e os agentes deficitários (tomadores) da economia. (CVM, Portal do Investidor, 2013, p.1)

Em relação aos mercados componentes do Sistema Financeiro Nacional a CVM diz que

O Sistema Financeiro Nacional é segmentado em quatro grandes "mercados", que são:

√ Mercado monetário: é o mercado onde se concentram as operações para controle da oferta de moeda e das taxas de juros de curto prazo com vistas a garantir a liquidez da economia. O Banco Central do Brasil atua neste mercado praticando a chamada Política Monetária.

√ Mercado de crédito: atuam neste mercado diversas instituições financeiras e não financeiras prestando serviços de intermediação de recursos de curto e médio prazo para agentes deficitários que necessitam de recursos para consumo ou capital de giro. O Banco Central do Brasil é o principal órgão responsável pelo controle, normatização e fiscalização deste mercado.

√ Mercado de capitais: tem como objetivo canalizar recursos de médio e longo prazo para agentes deficitários, através das operações de compra e de venda de títulos e valores mobiliários, efetuadas entre empresas, investidores e intermediários. A Comissão de Valores Mobiliários é o principal órgão responsável pelo controle, normatização e fiscalização deste mercado.

√ Mercado de câmbio: mercado onde são negociadas as trocas de moedas estrangeiras por reais. O Banco Central do Brasil é o responsável pela administração, fiscalização e controle das operações de câmbio e da taxa de câmbio atuando através de sua Política Cambial. (CVM, Portal do Investidor, 2013, p.1)

Tratando especificamente do Mercado de Capitais, ambiente onde este estudo foi desenvolvido, a CVM em seu portal do investidor, esclarece que o

Mercado de capitais: tem como objetivo canalizar recursos de médio e longo prazo para agentes deficitários, através das operações de compra e de venda de títulos e valores mobiliários, efetuadas entre empresas, investidores e intermediários. A Comissão de Valores Mobiliários é o principal órgão responsável pelo controle, normatização e fiscalização deste mercado. (CVM, Portal do Investidor, 2013, p.1)

Esclarecendo sobre o Mercado de Valores Mobiliários, a CVM expõe que

O mercado de valores mobiliários é o segmento do sistema financeiro que viabiliza a transferência de recursos de maneira direta entre os agentes econômicos. Nesse mercado, as instituições financeiras atuam como prestadoras de serviço. O risco de uma possível inadimplência dos tomadores de recursos é dos próprios investidores. As operações são, em geral, de médio e longo prazo, e os títulos negociados são valores mobiliários. As operações que ocorrem no mercado de valores mobiliários, bem como seus participantes, são regulados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As companhias abertas, por exemplo, necessitam de recursos financeiros para realizar investimentos produtivos, tais como: construção de novas plantas industriais; inovação tecnológica; expansão da capacidade; aquisição de outras empresas ou mesmo o alongamento do prazo de suas dívidas. Os investidores, por outro lado, possuem recursos financeiros excedentes, que precisam ser aplicados de maneira rentável e valorizar-se ao longo do tempo, contribuindo para o aumento de capital do investidor.

Existem companhias de diferentes portes, com necessidades financeiras variadas. Ao mesmo tempo, investidores podem aplicar com o objetivo de obterem retorno financeiro no curto, médio ou longo prazo, e com diferentes níveis de risco.

Para compatibilizar os diversos interesses entre companhias e investidores, estes recorrem aos intermediários financeiros, que cumprem a função de reunir investidores e companhias, propiciando a alocação eficiente dos recursos financeiros na economia. O papel dos intermediários financeiros é harmonizar as necessidades dos investidores com as das companhias abertas.

Por exemplo, uma companhia que necessita captar recursos para investimentos, se desejar fazê-lo através do mercado de capitais, deve procurar os intermediários financeiros, que irão distribuir seus títulos para serem oferecidos a diversos investidores, possibilitando mobilizar o montante de recursos requerido pela companhia. Esses intermediários financeiros irão orientar a companhia sobre a melhor alternativa de financiamento, isto é, alternativas para que a companhia possa se financiar. (CVM, Portal do Investidor, 2013, p.1-2)

3.4.1.3 Ferramentas utilizadas pelos analistas para a realização de suas atividades

Entre as ferramentas mais utilizadas pelos analistas para o desenvolvimento de suas atividades estão alguns sistemas compostos por grandes bancos de dados que visam facilitar o trabalho destes profissionais. Entre estes, destacam-se, no Brasil, os sistemas Economática e o Bloomberg.

O sistema Economática é concebido como uma ferramenta para análise de investimento em ações utilizada por analistas das maiores instituições financeiras do mundo. De acordo com informações obtidas na página da Economática que se diz líder em sistemas para análise de investimentos

O sistema Economática é uma ferramenta extremamente potente e amigável para análise de ações e de fundos de investimento. Trata-se de um conjunto de avançados módulos de análise que operam sobre uma base de dados de grande abrangência e de alta confiabilidade.

Nossos usuários são analistas de corretoras, bancos, *asset managers* independentes, fundações de previdência, universidades, áreas de relação com investidores e investidores particulares.

A Economática foi fundada em 1986 e tem sólida presença nos Estados Unidos, Brasil, México, Chile, Argentina, Peru, Colômbia, Venezuela.

Em relação à Base de dados do sistema para análise de ações a empresa assim se posiciona

O sistema Economática para análise de ações é a ferramenta preferida pelos analistas profissionais para o acompanhamento do mercado de ações e análise de empresas. O sistema oferece informações sobre todas as empresas listadas em bolsa dos Estados Unidos¹, Brasil, Argentina, Chile, México, Perú, Colômbia e Venezuela. O usuário pode contratar a base de dados completa ou incluir somente o(s) país(es) de seu interesse. A base de dados constitui-se de histórico de vários anos de:

- Demonstrativos financeiros trimestrais;
- Cotações diárias das ações;
- Proventos (dividendos, splits, etc);
- Nome e participação dos principais acionistas².

Usando os dados primários acima o sistema calcula indicadores de vários tipos:

- Indicadores financeiros (rentabilidade sobre o patrimônio, endividamento, etc);
- Indicadores fundamentalistas (P/L, EV/Ebitda, dividend yield, etc);
- Indicadores estatísticos (beta, volatilidade, liquidez, sharpe, etc);

- Indicadores de análise gráfica (IFR, stocástico, bollinger, etc).

Os dados podem ser apresentados em várias moedas ou ajustados por vários índices de inflação. Estão disponíveis também séries históricas de indicadores macroeconômicos (inflação, câmbio, juros, etc).

As séries históricas de cotações são apresentadas ajustadas por proventos (dividendos, splits, etc). Se o usuário desejar é possível também acessar a série com valores originais, ou seja, sem ajustes por proventos

O sistema Economática também possui uma Base de dados para análise de fundos de investimento que possui segundo a empresa as seguintes características

O sistema Economática para análise de fundos de investimento é um instrumento extremamente potente e flexível que permite ao analista examinar com profundidade um determinado fundo bem como fazer varreduras em um universo de milhares de fundos. O sistema oferece informações sobre fundos do Brasil, Argentina, Chile, México e Perú. O usuário pode contratar a base de dados completa ou incluir somente o(s) país(es) de seu interesse.

A base de dados constitui-se de histórico de vários anos de:

- Séries diárias de valor da cota, patrimônio líquido, captação¹ e quantidade de cotistas;
- Características do fundo: taxa de administração, nome da empresa gestora, classificação do fundo, etc;
- Composição da carteira do fundo com o nome de cada ativo e valor aplicado¹;
- Indicadores estatísticos: volatilidade, índice de Sharpe, VAR, prêmio, máximo drawdown, etc.

Os dados podem ser apresentados em várias moedas ou ajustados por vários índices de inflação.

Estão disponíveis também séries históricas de indicadores macroeconômicos (inflação, câmbio, juros, etc).

¹ Dados não disponíveis para alguns países

Já a Bloomberg é considerada um dos principais provedores mundiais de informação para o mercado financeiro tendo seus terminais de informações presentes em quase todos os bancos, corretoras e seguradoras no mundo. Entre seus produtos está o Bloomberg Professional Service que reúne dados analíticos em tempo real, notícias, ferramentas de comunicação e de execução (compra e venda de ações, títulos, moedas), além de séries históricas de dados macroeconômicos. Empresa global e líder no mercado de informações financeiras e negócios, pretende possibilitar a tomada de decisão mais rápida, e inteligente. Os serviços oferecidos envolvem segundo a empresa uma plataforma integrada multimercado:

A Bloomberg foi fundada em 1982 com uma missão: trazer transparência para os mercados financeiros e de capitais por meio do acesso às informações. A Bloomberg de hoje – com mais de 15.000 funcionários em 192 escritórios localizados em 72 países em todo o mundo – continua crescendo com foco na mesma missão inicial. Temos como objetivo principal conectar profissionais de negócios, finanças e governo a uma rede global e dinâmica de informações, notícias, pessoas e ideias, permitindo que decisões sejam tomadas de maneira mais rápida e eficaz.

O serviço Bloomberg Professional é o nosso principal produto. O terminal consolida informações sobre diferentes classes de ativos – de renda fixa a ações, câmbio a commodities, derivativos a investimentos imobiliários. Ele integra as informações em tempo real e dados históricos e pode ser acessado através de seu computador ou dispositivo móvel.

Juntamente com este poderoso conjunto de informações, você tem acesso a todas as notícias, análises, ferramentas de risco e carteiras, ferramentas de comunicação, gráficos, plataformas de negociação eletrônica e o atendimento que você precisa para colocar o conhecimento em ação.

O sistema Bloomberg permite também a criação de dados consolidados em monitores personalizados com o produto denominado Launchpad™ para baixar “[...] dados históricos e em tempo real para o Microsoft Excel, para criar análises e relatórios personalizados enquanto lê notícias, análises financeiras, acessa e-mails e assiste à Bloomberg Television, tudo desde a tela do seu computador.”

Sobre o negócio, a empresa assim se posiciona:

O principal negócio da Bloomberg é entregar informações estratégicas e dados a seus clientes em um mundo onde informação é fundamental e fatos tem um valor exponencial. Produzimos notícias exclusivas, dados e análise que permitem que nossos clientes decidam antes e melhor. Possuímos a maior rede privada do mundo – o serviço Bloomberg Professional®. Com mais de 315.000 assinantes, nossa lista de clientes inclui 85% das instituições listadas na Fortune 500, a Casa Branca e o Vaticano.

3.5 Estratégias de coleta de dados

Com base nos procedimentos teórico-metodológicos adotados por Fujino (1993, p.56), para estudo de usuários em contextos específicos, a estratégia de coleta de dados deste estudo foi definida em função: a) do caráter qualitativo da pesquisa; b) da dimensão das informações a serem coletadas e; c) da necessidade de contextualização do objeto de estudo.

Assim, os dados foram coletados por meio de entrevistas em profundidade e também com base em questionários com questões abertas e fechadas com uma

amostra da população dos analistas financeiros e profissionais de investimento do mercado de capitais, importante grupo de usuários da informação contábil, pertencentes ao estrato de usuários denominado ‘agentes de mercado de ações investidores ou intermediários’ conforme Guagliardi (1987). Este grupo é considerado pela literatura o segmento mais frágil de usuário de informação pelo fato de dificilmente influenciar na administração da empresa. As entrevistas foram realizadas com analistas representantes dos setores das empresas listadas na BM&FBovespa. Buscou-se assim avaliar a relevância e a qualidade das informações contábeis para esse importante grupo de usuários, a partir da identificação do tipo de informação utilizada para o desenvolvimento de suas atividades, fontes e canais utilizados para acesso das referidas informações e ainda as barreiras e dificuldades enfrentadas pelos usuários na análise das informações presentes nas demonstrações contábeis, visando tomada de decisão em situações específicas. A escolha da amostra teve por base os setores das empresas de capital aberto listadas na BM&FBovespa. Buscou-se analistas que representassem todos os diferentes setores listados com o propósito de representatividade da referida amostra. O processo da escolha da amostra consistiu primeiramente na identificação da classificação setorial utilizada pela BM&FBovespa que utiliza em sua classificação uma lista de setores, subsetores e segmentos das empresas listadas conforme mostra o Quadro 18 a seguir.

Quadro 18 - Setores e subsetores das empresas listadas na BM&FBovespa

Setor	Subsetor	Segmento
Bens Industriais	Comércio	Máquinas e Equipamentos Material de Transporte
	Equipamentos Elétricos	Equipamentos Elétricos
	Máquinas e Equipamentos	Armas e Munições Máq. e Equip. Construção e Agrícolas Máq. e Equip. Hospitalares Máq. e Equip. Industriais Motores, Compressores e Outros
	Material de Transporte	Material Aeronáutico e de Defesa Material Ferroviário Material Rodoviário
	Serviços	Serviços Diversos

Construção e Transporte	Construção e Engenharia	Construção Civil Construção Pesada Engenharia Consultiva Intermediação Imobiliária Materiais de Construção Serviços Diversos
	Transporte	Exploração de Rodovias Serviços de Apoio e Armazenagem Transporte Aéreo Transporte Ferroviário Transporte Hidroviário Transporte Rodoviário
Consumo Cíclico	Comércio	Eletrodomésticos Produtos Diversos Tecidos, Vestuário e Calçados
	Diversos	Aluguel de carros Programas de Fidelização Serviços Educacionais
	Hoteis e Restaurantes	Hotelaria Restaurante e Similares
	Mídia	Jornais, Livros e Revistas Produção e Difusão de Filmes e Programas Publicidade e Propaganda
	Tecidos, Vestuário e Calçados	Acessórios Calçados Fios e Tecidos Vestuário
	Utilidades Domésticas	Eletrodomésticos Móveis Utensílios Domésticos
	Viagens e Lazer	Bicicletas Brinquedos e Jogos Parques de Diversão Produção de Eventos e Shows
Consumo não Cíclico	Agropecuária	Agricultura
	Alimentos Processados	Açúcar e Alcool Alimentos Diversos Café Carnes e Derivados Grãos e Derivados Laticínios
	Bebidas	Cervejas e Refrigerantes
	Comércio e Distribuição	Alimentos Medicamentos
	Diversos	Produtos Diversos
	Fumo	Cigarros e Fumo
	Produtos de Uso Pessoal e de Limpeza	Produtos de Limpeza Produtos de Uso Pessoal

	Saúde	Medicamentos e Outros Produtos Serv.Méd.Hospit..Análises e Diagnósticos
Financeiro e Outros	Exploração de Imóveis	Exploração de Imóveis
	Holdings Diversificadas	Holdings Diversificadas
	Intermediários Financeiros	Bancos Outros Intermediarios Financeiros Soc. Arrendamento Mercantil Soc. Crédito e Financiamento
	Outros	Outros
	Previdência e Seguros	Corretoras de Seguros Seguradoras
	Securitizadoras de Recebíveis	Securitizadoras de Recebíveis
	Serviços Financeiros Diversos	Gestão de Recursos e Investimentos Serviços Financeiros Diversos
Materiais Básicos	Embalagens	Embalagens
	Madeira e Papel	Madeira Papel e Celulose
	Materiais Diversos	Materiais Diversos
	Mineração	Minerais Metálicos Minerais Não Metálicos
	Químicos	Fertilizantes e Defensivos Petroquímicos Químicos Diversos
	Siderurgia e Metalurgia	Artefatos de Cobre Artefatos de Ferro e Aço Siderurgia
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Equipamentos e Serviços Exploração e/ou Refino
Tecnologia da Informação	Computadores e Equipamentos Programas e Serviços	Computadores e Equipamentos Programas e Serviços
Telecomunicações	Telefonia Fixa	Telefonia Fixa
	Telefonia Móvel	Telefonia Móvel
Utilidade Pública	Água e Saneamento	Água e Saneamento
	Energia Elétrica	Energia Elétrica
	Gás	Gás

Fonte: Elaborado pela autora

Posteriormente, realizou-se o levantamento de todas as empresas listadas nos diferentes setores, subsetores e segmentos da Bovespa. Em seguida, acessando diretamente da página da BM&FBovespa identificaram-se as empresas listadas em cada setor, subsetor e segmento verificando-se dois aspectos: 1. as que possuíssem ações ativas na bolsa e as que tivessem a cobertura de analistas. Verificou-se que muitas das empresas listadas na bolsa de valores não possuem a cobertura de analistas. De forma que, atendidos os dois primeiros critérios já citados, ou seja, das empresas que atendessem as referidas condições em cada setor, subsetor ou segmento, o filtro de escolha das empresas realizou-se pela utilização de mais dois critérios: as que tivessem um maior número de cobertura de analistas e se atendido esse critério, optou-se quando possível por aquelas empresas nas quais o pesquisador já tivesse feito observações diretas por ocasião da reuniões públicas realizadas para a divulgação de resultados para os analistas e profissionais de investimento do mercado de capitais. Tal escolha teve como propósito a possibilidade da triangulação dos dados conforme sugere a literatura da Ciência da Informação quando argumenta sobre a validade de diferentes critérios e técnicas para a coleta de dados, dando ênfase à triangulação para a validação da pesquisa.

Após levantados e organizados todos os dados levantados das empresas listadas em cada setor, subsetor e segmento na BM&FBovespa, elaborou-se uma planilha detalhada com todas essas informações e também com os dados de contato dos analistas que fazem a cobertura das mesmas. Com base nesses dados deu-se início ao processo de contato para a solicitação das entrevistas. Primeiramente foram feitos convites por e-mail no qual se explicava o propósito da pesquisa, o tempo de duração previsto para a entrevista e destacando a importância da participação dos analistas para a realização do estudo. Não havendo nenhum retorno de nenhum dos e-mails enviados, optou-se por fazer o contato direto via telefone com os referidos analistas. Dificilmente se falava com o próprio analista, uma vez que outros membros da equipe ou uma secretária acabava atendendo a ligação. As tentativas de contato via telefone continuavam até que quando se conseguia falar com o analista, explicava-se rapidamente o propósito da pesquisa e fazia-se a solicitação para a entrevista pedindo-se autorização para novo envio de e-mail com maiores detalhes. A grande maioria dos analistas concordava em receber maiores detalhes por e-mail e assim reenviava-se a mensagem anteriormente enviada com a solicitação formal da entrevista. O retorno foi bastante

demorado na maioria dos casos. Com raras exceções, para a grande maioria dos analistas foram necessários novos e insistentes contatos até que se conseguisse o referido agendamento. Muitos ainda aceitavam a entrevista mas não diziam a data e local. Alguns agendamentos, entretanto, foram facilitados em razão dos contatos possibilitados durante as reuniões públicas das empresas e obtidos também em eventos da área do mercado de capitais dos quais o pesquisador participou. Nesses casos, o contato foi bastante facilitado e o acesso ao pesquisado foi bem mais rápido e sem necessidade de muitos esforços para o agendamento da entrevista.

3.6 Técnicas de entrevista utilizada

Com base em roteiro de entrevista semi-estruturado, foram realizadas entrevistas em profundidade usando a técnica de entrevista denominada *Probing Questions*, ou seja, questões de sondagem. Nessa técnica de entrevista a sondagem é usada para incentivar a conversação sem influenciar a resposta. Para questões abertas utilizam-se dois tipos de sondagem: sondagem para maior clareza ou esclarecimentos ou para informações adicionais.

Sondagem para maior clareza – Necessária porque perguntas abertas tendem a ser muito gerais. Em razão disso os entrevistados tendem a responder de maneira geral, e de usar adjetivos gerais para descrever situações e opiniões. Assim, o teste para a clareza é muitas vezes uma questão de pedir uma resposta mais específica, ou uma explicação de um termo.

Sondagem para a completude (informações adicionais) – Neste caso, ainda que uma resposta clara tenha sido obtida, o entrevistador deve sondar para obter respostas adicionais para a questão. A melhor maneira de fazer isso é repetindo a questão de fundo como parte de um pedido de mais informações. Caso seja necessário, cada resposta adicional deve ser sondada para maior clareza.

É importante notar que estes são dois tipos muito diferentes de sondagem. O entrevistador deve continuar investigando para respostas adicionais até que o entrevistado indique que não tem mais nada a dizer sobre o assunto.

Com base então no roteiro de entrevista e na técnica de entrevista *Probing Questions*, convidava-se o entrevistado a discorrer livremente sobre a sua atividade habitual de análise, destacando que tipo de informações normalmente utiliza, a quais

fontes e canais normalmente ele recorre e ainda sobre as principais dificuldades e barreiras eventualmente enfrentadas para acesso e uso dessas informações. De forma que feita essa questão geral, o entrevistado discorria livremente sendo que o pesquisador somente intervia quando necessário para clarear algum ponto mencionado pelo pesquisado ou para aprofundar algum aspecto por ele mencionado ou ainda para pedir maiores detalhes ou informações adicionais sobre o ponto abordado conforme os fundamentos da técnica *Probing Questions*. Para garantir consistência do instrumento de coleta de dados foram realizadas entrevistas de pré-teste no ano de 2012 e também no período de julho e agosto de 2013 e que incluíram 07 (sete) entrevistados que não faziam parte do universo pesquisado, mas que atuam na área.

Assim, sem considerar as entrevistas de Pré-teste e de validação do instrumento de pesquisa, foram realizadas 17 (dezesete) entrevistas em profundidade com representantes dos diferentes setores das empresas listadas na BM&FBovespa.

Quadro 19 - Lista das empresas, cujos analistas, foram entrevistados e setores cobertos

Data	Empresa	Setores que fazem cobertura
10/10/13	Banco Fator	Construção e Transporte / Construção e Engenharia / Materiais de Construção Consumo Cíclico / Viagens e Lazer / Produção de Eventos e Shows Tecnologia da Informação / Programas e Serviços /
19/11/13	BB Investimentos	Consumo Cíclico / Diversos / Programas de Fidelização Consumo Cíclico / Mídia / Jornais, Livros e Revistas
19/11/13	BB Investimentos	Bens Industriais / Material de Transporte / Material Rodoviário Bens Industriais / Máquinas e Equipamentos / Máq. e Equip. Industriais Construção e Transporte / Transporte / Transporte Rodoviário Consumo Cíclico / Diversos / Aluguel de carros
27/11/13	BES – Banco Espírito Santo	Consumo não Cíclico / Bebidas / Cervejas e Refrigerantes
18/10/13	Citigroup	Construção e Transporte / Construção e Engenharia / Construção Civil
10/09/13	Coinvalores Corretora	Bens Industriais / Máquinas e Equipamentos / Motores, Compressores e Outros Bens Industriais / Serviços / Serviços Diversos Construção e Transporte / Transporte / Transporte Rodoviário
06/09/13	Concórdia Corretora Valores	Bens Industriais / Máquinas e Equipamentos / Motores Compressores e Outros
28/11/13	Credit Suisse	Bens Industriais / Material de Transporte / Material Rodoviário Bens Industriais / Material de Transporte / Material Aeronáutico e de Defesa Consumo Cíclico / Diversos / Aluguel de carros Consumo Cíclico / Diversos / Programas de Fidelização Construção e Transporte / Transporte / Transporte Rodoviário Construção e Transporte / Transporte / Transporte Aéreo Construção e Transporte / Transporte / Exploração de Rodovias Construção e Transporte / Transporte / Serviços de Apoio e Armazenagem

08/10/13	Empiricus Corretora	Construção e Transporte / Construção e Engenharia / Construção Civil Construção e Transporte / Construção e Engenharia / Materiais de Construção
11/07/13	Geração Futuro Brasil Plural	Petróleo, Gás e Biocombustíveis Varejo de especialidades Logística / Concessões Bens de Capital / Infraestrutura
08/10/13	Magliano Corretora	Bens Industriais/Maquinas e Equipamentos/Motores, Compressores e Outros Bens Industriais/Material de Transporte/Material Rodoviário Construção e Transporte/Construção e Engenharia/Construção Civil Construção e Transporte/Transporte/Exploração de Rodovias Consumo Cíclico/Diversos/Serviços Educacionais Consumo Não Cíclico/Alimentos Processados/Alimentos Diversos Financeiro e Outros/Serviços Financeiros Diversos/Gestão de Recursos e Investimentos Financeiro e Outros/Previdência e Seguros/Seguradoras Materiais Básicos/Mineração/Minerais Metálicos Materiais Básicos/Siderurgia e Metalurgia/Siderurgia Petróleo, Gás e Biocombustíveis Utilidade Pública/Água e Saneamento
08/10/13	Magliano Corretora	Bens Industriais/Maquinas e Equipamentos/Motores, Compressores e Outros Bens Industriais/Material de Transporte/Material Rodoviário Construção e Transporte/Construção e Engenharia/Construção Civil Construção e Transporte/Transporte/Exploração de Rodovias Consumo Cíclico/Diversos/Serviços Educacionais Consumo Não Cíclico/Alimentos Processados/Alimentos Diversos Financeiro e Outros/Serviços Financeiros Diversos/Gestão de Recursos e Investimentos Financeiro e Outros/Previdência e Seguros/Seguradoras Materiais Básicos/Mineração/Minerais Metálicos Materiais Básicos/Siderurgia e Metalurgia/Siderurgia Petróleo, Gás e Biocombustíveis Utilidade Pública/Água e Saneamento
28/08/13	O Estrategista (Valor Econômico)	Consumo Cíclico/Utilidades Domésticas Construção e Transporte Construção e Transporte / Construção e Engenharia / Construção Civil Construção e Transporte / Transporte / Transporte Rodoviário Financeiro e Outros Petróleo, Gás e Biocombustíveis Tecnologia da Informação Telecomunicações Telecomunicações / Telefonia Fixa / Telefonia Fixa Telecomunicações / Telefonia Móvel / Telefonia móvel Utilidade Pública/Água e Saneamento
26/08/13	Raymond James	Consumo Cíclico / Comércio / Tecidos, Vestuário e Calçados Financeiro e Outros/Intermediários Financeiros
07/10/13	Rotschild	Financeiro e Outros/ Serviços Financeiros Diversos/ Gestão de Recursos e Investimentos
13/09/13	SLW Corretora	Consumo não Cíclico / Alimentos Processados / Carnes e Derivados
27/08/13	XP Investimentos	Financeiro e Outros/ Serviços Financeiros Diversos/ Gestão de Recursos e Investimentos

Fonte: Elaborado pela autora

3.7 Estratégias de análise de dados

As entrevistas gravadas foram transcritas manualmente. Para a análise dos dados coletados por meio das entrevistas fez-se uso da análise de conteúdo que segundo Bardin (1977, p. 42) consiste em

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Assim, ao domínio da análise de conteúdo, pertencem segundo o autor (1997, p. 42),

[...] todas as iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas parciais mas complementares, consistam na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão desse conteúdo, com o contributo de índices passíveis ou não de quantificação, a partir de um conjunto de técnicas, que embora parciais, são complementares.

A finalidade desta abordagem segundo Bardin (1977, p.42) é “[...] efetuar deduções lógicas e justificadas, referentes à origem das mensagens tomadas em consideração (o emissor e o seu contexto, ou, eventualmente, os efeitos dessas mensagens.”

Para a utilização dessa técnica, o pesquisador ou analista, segundo o termo utilizado por Bardin (1977, 42-43),

[...] possui à sua disposição (ou cria) todo um jogo de operações analíticas, mais ou menos adaptadas à natureza do material e à questão que procura resolver. Pode utilizar uma ou várias operações, em complementaridade, de modo a enriquecer os resultados, ou aumentar a sua validade, aspirando assim a uma interpretação final fundamentada.

Ainda de acordo com Bardin (1977, p.42): “Qualquer análise objetiva procura fundamentar impressões e juízos intuitivos através de operações conducentes a resultados de confiança.” Para o autor o objeto da análise de conteúdo é a palavra, ou seja, o aspecto individual e atual (em ato) da linguagem. O autor ainda diz que diferentemente da lingüística, a análise de conteúdo “[...] toma em consideração as significações (conteúdo), eventualmente a sua forma e a distribuição destes

conteúdos e formas (índices formais e análise de co-ocorrência).” Bardin ainda afirma que “[...] a análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça.”

Essa, portanto, foi a técnica escolhida para análise do conteúdo das entrevistas realizadas por julgar-se como a técnica mais adequada para se levantar as significações, as distribuições e formas presentes nas falas dos analistas pesquisados.

4 APLICAÇÃO DOS CONCEITOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL

A) Caracterização do contexto da Contabilidade

Para a aplicação dos conceitos teórico-metodológicos e epistemológicos da Ciência da Informação na análise crítica do sistema de informação contábil, objeto desta tese, entende-se como necessário antes fornecer uma visão ainda que simplificada do contexto e ambiente onde se insere o sistema de informação contábil. Para tanto, inicialmente, apresenta-se, na Figura 10 a seguir, uma simplificação de onde se situam os fatos contábeis que dão origem a todo o processo componente do sistema de informação contábil que envolve desde a sua identificação e análise do fato até a sua correspondente divulgação na forma de informação pública por meio das Demonstrações Contábeis e relatórios adicionais.

Com base na ilustração é possível verificar que os fatos contábeis - que se constituem como a matéria prima de entrada no sistema de informação contábil - são gerados de transações e eventos decorrentes das atividades realizadas pelas unidades/departamentos/núcleos de uma empresa ou organização.

Figura 10 - Contexto da Contabilidade

Fonte: Elaborado pela autora

Os fatos contábeis originados das transações e eventos ocorridos na realização das atividades de departamentos, núcleos ou unidades de uma organização dão origem ao fluxo do processo do sistema de informação contábil que envolve as seguintes etapas: identificação e análise do fato; mensuração; reconhecimento/registro e sua correspondente divulgação. Na Figura 11 e 12, a seguir, apresenta-se uma síntese do fluxo/etapas do processo contábil.

Figura 11 - Fluxo processo contábil

Fonte: Elaborado pela autora

Figura 12 - Etapas processo contábil

Fonte: Elaborada pela autora com base na literatura

Em todas as etapas do processo contábil existe em maior e menor grau a necessidade de julgamento do gestor (diretor, *controller* ou contador) para a aplicação das normas e princípios contábeis. Isso porque a própria norma preceitua-se como geral não considerando especificidades de aplicação para cada caso em

particular sendo apresentada apenas como orientadora da aplicação dos princípios e normas contábeis. Assim, são diferentes os critérios pelos quais um elemento contábil pode ser mensurado e diferentes os momentos nos quais pode ser reconhecido e também divulgado. E ainda se será ou não divulgado. Uma síntese dessa situação é apresentada no Quadro 20, apresentado a seguir:

Quadro 20 - Síntese do processo contábil, escolhas contábeis e mecanismos de controle e incentivos

Processo Contábil	Escolhas Contábeis (Brechas legais e normativas)	Mecanismos de Controle e Incentivos
1. IDENTIFICAÇÃO (análise)	Julgamento do contador (gestor) para analisar e classificar o fato ou evento a ser mensurado, reconhecido e divulgado	<ul style="list-style-type: none">• Auditoria Interna• Auditoria Externa (Independente)• Governança Corporativa• Órgãos reguladores• Órgãos fiscalizadores• Competidores e Concorrência• Mercado• Sociedade
2. MENSURAÇÃO (avaliação)	Diferentes <u>critérios</u> de avaliação	
3. RECONHECIMENTO (registro)	Diferentes <u>momentos</u> para o reconhecimento	
4. DIVULGAÇÃO (evidenciação)	Diferentes <u>formas</u> e <u>naturezas</u> de divulgação <ol style="list-style-type: none">1. Divulgação obrigatória2. Divulgação voluntária	

“As Normas Brasileiras de Contabilidade convergidas às normas internacionais trazem significativos benefícios, especialmente no que tange à uniformização dos procedimentos e critérios de avaliação adotados quando comparados com os dos demais países. No cenário econômico mundial, com a adoção das IFRS, o Brasil se internacionaliza por meio das empresas e dos grandes negócios. Os Pronunciamentos Técnicos e as Interpretações e Orientações Técnicas que compõem a presente edição representam o resultado do esforço despendido pelo CPC no processo de convergência das normas brasileiras ao padrão internacional.” (CFC, 2011, p.3)

Esta **Estrutura Conceitual** aborda:

(a) o objetivo das demonstrações contábeis;

(b) as características qualitativas que determinam a utilidade das informações contidas nas demonstrações contábeis;

(c) a definição, o reconhecimento e a mensuração dos elementos que compõem as demonstrações contábeis; e

(d) os conceitos de capital e de manutenção do capital.

Os pressupostos básicos: o regime de competência e a continuidade (CPC 00, CFC, 2011, p.10)

- Um pressuposto básico para a elaboração das Demonstrações Contábeis é o da apropriação das receitas e das despesas, com suas mutações nos ativos e passivos e, conseqüentemente, no patrimônio líquido, com fundamento nos momentos em que seus fatos geradores contábeis ocorrem, e não apenas quando de seus reflexos no caixa. Isso caracteriza o Regime de Competência. Por outro lado, esses fatos geradores devem estar fundamentados economicamente, mas respaldados em fluxos de caixa já acontecidos ou em pagamentos e recebimentos por acontecer, mas desde que estes últimos sejam derivados de fatos geradores já ocorridos. O Regime de Competência exige também a confrontação das despesas com as receitas a que se relacionam.
- O outro pressuposto é o de que as Demonstrações Contábeis são preparadas sob o pressuposto da Continuidade das atividades da entidade; se esse pressuposto não estiver presente, os conceitos básicos estipulados por esta Estrutura precisam ser modificados e a devida divulgação precisa ser dada.

Fonte: Elaborado pela autora com base na literatura

Tal flexibilidade na interpretação e aplicação das normas e princípios contábeis permite, que de forma legal, o gestor faça escolhas com base em seu julgamento. Essas escolhas envolvem a decisão sobre qual critério de mensuração

adotar, em qual momento reconhecer e ou divulgar determinado fato ou evento ou ainda se determinado evento deve ou não ser divulgado. Embora existam normas de orientações gerais a respeito e em alguns casos também se estabeleçam orientações específicas, e ainda, a despeito da existência dos mecanismos de controle existentes, tais escolhas geram reflexos e impactos nas informações geradas e divulgadas pela contabilidade. Há estudos na literatura das Ciências Contábeis (MARTINEZ, 2001; SILVA, 2008) que identificam, inclusive, o denominado “Gerenciamento de Resultados” estratégia de gerenciamento das informações contábeis, baseado na escolha intencional dos gestores para a manipulação dos resultados fazendo uso das brechas legais que lhe são permitidas para maquiar os resultados contábeis. No Quadro 21 pode-se visualizar com mais detalhes esta situação.

Quadro 21 - Detalhamento do processo contábil, escolhas contábeis e mecanismos de controle e incentivos

Processo Contábil	Escolhas Contábeis (Brechas legais e normativas)	Mecanismos de Controle e Incentivos
IDENTIFICAÇÃO (Análise, Classificação)	<ul style="list-style-type: none"> • dificuldades inerentes à identificação das transações ou outros eventos a serem avaliados ou à identificação e aplicação de técnicas de mensuração e apresentação <p>Julgamento profissional para analisar a situação e as normas específicas para a identificação, classificação e análise dos eventos e fatos a serem mensurados, registrados e evidenciados. Dependendo da situação não haverá o registro contábil, mas, tão somente a evidenciação/divulgação do fato nas Notas Explicativas ou demonstrações complementares.</p> <p>Segundo o CPC 00 (CFC, 2011, p.20) “A maioria das informações contábeis está sujeita a algum risco de ser menos do que uma representação fiel daquilo que se propõe a retratar. Isso pode decorrer de dificuldades inerentes à identificação das transações ou outros eventos a serem avaliados ou à identificação e aplicação de técnicas de mensuração e apresentação que possam transmitir, adequadamente, informações que correspondam a tais transações e eventos. Em certos casos, a mensuração dos efeitos financeiros dos itens pode ser tão incerta que não é apropriado o seu reconhecimento nas demonstrações contábeis; por exemplo, embora muitas entidades gerem, internamente, ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura ao longo do tempo (goodwill), é usualmente difícil identificar ou mensurar esse ágio com confiabilidade. Em outros casos, entretanto, pode ser relevante reconhecer itens e divulgar o risco de erro envolvendo o seu reconhecimento e mensuração.”</p> <p>Os limites no exercício dos julgamentos são abordados pelo CPC 00 (CFC, 2011, p.20-21) que ao conceituar o atributo Prudência assim se posiciona: “Os preparadores de demonstrações contábeis se deparam com incertezas que inevitavelmente envolvem certos eventos e circunstâncias, tais como a possibilidade de recebimento de contas a receber de liquidação duvidosa, a vida útil provável das máquinas e equipamentos e o número de reclamações cobertas por garantias que possam ocorrer. Tais incertezas são reconhecidas pela divulgação da sua natureza e extensão e pelo exercício de prudência na preparação das demonstrações contábeis. Prudência consiste no emprego de um certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos ou receitas não sejam superestimados e que passivos ou despesas não sejam subestimados. Entretanto, o exercício da prudência não permite, por exemplo, a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas, a subavaliação deliberada de ativos ou receitas, a superavaliação deliberada de passivos ou despesas,</p>	<p>Auditoria Interna</p> <p>Auditoria Externa (Independente)</p>

Processo Contábil	Escolhas Contábeis (Brechas legais e normativas)	Mecanismos de Controle e Incentivos
	<p>pois as demonstrações contábeis deixariam de ser neutras e, portanto, não seriam confiáveis.”</p> <p>Tratando da identificação da transação o CPC 30 (CFC, 2011, p.693): “13. Os critérios de reconhecimento neste Pronunciamento são geralmente aplicados separadamente a cada transação. Não obstante, em certas circunstâncias pode ser necessário aplicar os critérios de reconhecimento aos componentes separadamente identificáveis de uma única transação com o objetivo de refletir a substância da transação. Um exemplo de tal situação ocorre quando o preço da venda de um produto inclui valores identificáveis, correspondentes a serviços a serem executados posteriormente. Para esses casos, tais valores são diferidos e reconhecidos como receita durante o período em que o serviço vier a ser executado. Inversamente, os critérios de reconhecimento são aplicados a duas ou mais transações conjuntas quando elas estejam ligadas de tal maneira que o efeito comercial não possa ser compreendido sem visualizar as transações como um todo. Por exemplo: a entidade pode vender bens e, ao mesmo tempo, firmar um contrato separado para recomprá-los em data posterior, invalidando assim a essência da transação. Em tais casos, as duas transações são tratadas conjuntamente.”</p> <p>Exemplo: Classificação de um ativo “Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade. Repare-se que a figura do controle (e não da propriedade formal) e a dos futuros benefícios econômicos esperados são essenciais para o reconhecimento de um ativo. Se não houver a expectativa de contribuição futura, direta ou indireta, ao caixa da empresa, não existe o ativo.”</p> <p>Exemplo: Reconhecimento “As definições anteriormente mencionadas não indicam quando os ativos, passivos, receitas e despesas são reconhecidos contabilmente. Esse processo depende, fundamentalmente, da Probabilidade de Realização de Benefício Econômico Futuro e da Confiabilidade nessa Mensuração, além de outros fatores. Se não houver a provável realização desses benefícios, ou se eles não puderem ser confiavelmente mensurados, não há como reconhecer ativos e receitas. Também há a obrigatoriedade de serem prováveis as entregas de ativos para o reconhecimento dos passivos e das despesas. É necessária sempre a presença de um custo ou de um valor confiáveis.</p>	
MENSURAÇÃO (Avaliação)	<ul style="list-style-type: none"> • Diferentes alternativas, critérios bases de avaliação/mensuração de ativos <ol style="list-style-type: none"> 1. Custo histórico, atualizado monetariamente ou não; 2. Custo corrente (reposição); 3. Valor líquido de realização 4. Valor presente dos futuros benefícios econômicos <p>De acordo com os itens 25, 26 e 27 do CPC 00 (CFC, 2011, p. 11): “25. Esta Estrutura Conceitual reconhece que os elementos patrimoniais podem ser reconhecidos pelo custo histórico, atualizado monetariamente ou não, custo corrente (reposição), valor líquido de realização ou valor presente dos futuros benefícios econômicos. O custo histórico é a base mais comumente adotada, em combinação com as demais para certas situações. 26. A escolha da base mais adequada depende do conceito de capital a ser mantido pela entidade. Quando o relevante é a manutenção do capital financeiro (monetário), lucro é o que excede o capital financeiro aportado pelos proprietários. Esse conceito leva, normalmente, à adoção do custo histórico para os elementos patrimoniais e à inclusão, no resultado, das variações de preços de determinados elementos. 27. Quando o relevante é a manutenção do capital físico, lucro é o que excede à manutenção da capacidade física inicial do período. Nesse caso, as variações de preços dos ativos, por exemplo, são consideradas ajustes ao capital, e não lucro, como é o caso das reavaliações de ativos destinados ao uso.”</p> <p>De acordo com o CPC00 (CFC 2011, p.9): “Em outras situações também se vêem nesta Estrutura diversas alternativas, como quando se discutem os critérios de avaliação ou bases de mensuração de ativos como no item 100. A menção a diversas alternativas não permite que simplesmente a entidade ou o profissional contábil escolham qualquer critério em cada situação específica. É necessário analisar-se a situação e as normas específicas para se decidir por qual base de mensuração em cada situação real.”</p> <p>Mensuração dos elementos das demonstrações contábeis O CPC 00 (CFC, 2011, p. 28-29) assim estabelece: “99. Mensuração é o</p>	Auditoria Interna Auditoria Externa Governança Corporativa Órgãos Reguladores Órgãos fiscalizadores Governo

Processo Contábil	Escolhas Contábeis (Brechas legais e normativas)	Mecanismos de Controle e Incentivos
	<p>processo que consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados no balanço patrimonial e na demonstração do resultado. Esse processo envolve a seleção de uma base específica de mensuração.</p> <p>100. Diversas bases de mensuração são empregadas em diferentes graus e em variadas combinações nas demonstrações contábeis. Essas bases incluem o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) Custo histórico. Os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição, podendo ou não ser atualizados pela variação na capacidade geral de compra da moeda. Os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias (por exemplo, imposto de renda), pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa que serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações, podendo também, em certas circunstâncias, ser atualizados monetariamente. (b) Custo corrente. Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa que teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data do balanço. Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data do balanço. (c) Valor realizável (valor de realização ou de liquidação). Os ativos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa que poderiam ser obtidos pela venda numa forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos seus valores de liquidação, isto é, pelos valores em caixa e equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações da entidade. (d) Valor presente. Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado, do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado, do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da entidade. <p>101. A base de mensuração mais comumente adotada pelas entidades na preparação de suas demonstrações contábeis é o custo histórico. Ele é normalmente combinado com outras bases de avaliação. Por exemplo, os estoques são geralmente mantidos pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização, os títulos e ações negociáveis podem em determinadas circunstâncias ser mantidos a valor de mercado e os passivos decorrentes de pensões são mantidos pelo valor presente de tais benefícios no futuro. Além disso, em algumas circunstâncias entidades usam a base de custo corrente como uma resposta à incapacidade do modelo contábil de custo histórico enfrentar os efeitos das mudanças de preços dos ativos não-monetários." CPC 00 (CFC, 2011 p.28-29)</p>	
RECONHECIMENTO (Registro)	<ul style="list-style-type: none"> • Diferentes momentos para o reconhecimento das receitas e despesas <p>De acordo com o CPC 00 (CFC, 2011, p. 10): "Um pressuposto básico para a elaboração das Demonstrações Contábeis é o da apropriação das receitas e das despesas, com suas mutações nos ativos e passivos e, conseqüentemente, no patrimônio líquido, com fundamento nos momentos em que seus fatos geradores contábeis ocorrem, e não apenas quando de seus reflexos no caixa. Isso caracteriza o Regime de Competência. Por outro lado, esses fatos geradores devem estar fundamentados economicamente, mas respaldados em fluxos de caixa já acontecidos ou em pagamentos e recebimentos por acontecer, mas desde que estes últimos sejam derivados de fatos geradores já ocorridos. O Regime de Competência exige também a confrontação das despesas com as receitas a que se relacionam."</p> <p>Ainda de acordo com o CPC 00 (CFC, 2011, p. 18): "A fim de atingir seus objetivos, demonstrações contábeis são preparadas conforme o regime contábil de competência. Segundo esse regime, os efeitos das transações e outros eventos são reconhecidos quando ocorrem (e não quando caixa ou outros recursos financeiros são recebidos ou pagos) e são lançados nos registros contábeis e reportados nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem. As demonstrações contábeis preparadas pelo regime de competência informam aos usuários não somente sobre transações passadas envolvendo o pagamento e recebimento de caixa ou outros recursos financeiros, mas também sobre obrigações de pagamento no futuro e sobre recursos que serão recebidos</p>	<p>Auditoria Interna</p> <p>Auditoria Externa</p>

Processo Contábil	Escolhas Contábeis (Brechas legais e normativas)	Mecanismos de Controle e Incentivos
	<p>no futuro. Dessa forma, apresentam informações sobre transações passadas e outros eventos que sejam as mais úteis aos usuários na tomada de decisões econômicas."</p> <p>O CPC 30 (CFC, 2011, p.691) assim se manifesta: "A questão primordial na contabilização da receita é determinar quando reconhecê-la. A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados. Este Pronunciamento identifica as circunstâncias em que esses critérios são satisfeitos e, por isso, a receita deve ser reconhecida. Ele também fornece orientação prática sobre a aplicação desses critérios."</p>	
EVIDENCIAÇÃO (Divulgação)	<p>Diferentes formas e naturezas de divulgação</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Divulgação obrigatória 2. Divulgação voluntária <p>O CPC 00 (CFC, 2011, p. 16) assim estabelece:</p> <p>"Esta Estrutura Conceitual trata das demonstrações contábeis para fins gerais (daqui por diante designadas como "demonstrações contábeis"), inclusive das demonstrações contábeis consolidadas. Tais demonstrações contábeis são preparadas e apresentadas pelo menos anualmente e visam atender às necessidades comuns de informações de um grande número de usuários. Alguns desses usuários talvez necessitem de informações, e tenham o poder de obtê-las, além daquelas contidas nas demonstrações contábeis. Muitos usuários, todavia, têm de confiar nas demonstrações contábeis como a principal fonte de informações financeiras. Tais demonstrações, portanto, devem ser preparadas e apresentadas tendo em vista essas necessidades. Estão fora do alcance desta Estrutura Conceitual informações financeiras elaboradas para fins especiais, como, por exemplo, aquelas incluídas em prospectos para lançamentos de ações no mercado e ou elaboradas exclusivamente para fins fiscais. Não obstante, esta Estrutura Conceitual pode ser aplicada na preparação dessas demonstrações para fins especiais, quando as exigências de tais demonstrações o permitirem.</p> <p>7. As demonstrações contábeis são parte integrante das informações financeiras divulgadas por uma entidade. O conjunto completo de demonstrações contábeis inclui, normalmente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • o balanço patrimonial • a demonstração do resultado • a demonstração das mutações na posição financeira (demonstração dos fluxos de caixa, de origens e aplicações de recursos ou alternativa reconhecida e aceitável), • a demonstração das mutações do patrimônio líquido, • notas explicativas e • outras demonstrações e material explicativo que são parte integrante dessas demonstrações contábeis. <ul style="list-style-type: none"> • Podem também incluir quadros e informações suplementares baseados ou originados de demonstrações contábeis que se espera sejam lidos em conjunto com tais demonstrações. Tais quadros e informações suplementares podem conter, por exemplo, informações financeiras sobre segmentos ou divisões industriais ou divisões situadas em diferentes locais e divulgações sobre os efeitos das mudanças de preços. • As demonstrações contábeis não incluem, entretanto, itens como relatórios da administração, relatórios do presidente da entidade, comentários e análises gerenciais e itens semelhantes que possam ser incluídos em um relatório anual ou financeiro." <p>O mesmo CPC 00 (CFC, 2011, p.18) estabelece: "As demonstrações contábeis também englobam notas explicativas, quadros suplementares e outras informações. Por exemplo, poderão conter informações adicionais que sejam relevantes às necessidades dos usuários sobre itens constantes do balanço patrimonial e da demonstração do resultado. Poderão incluir divulgações sobre os riscos e incertezas que afetem a entidade e quaisquer recursos e/ou obrigações para os quais não exista obrigatoriedade de serem reconhecidos no balanço patrimonial (tais como reservas minerais). Informações sobre segmentos industriais ou geográficos e o efeito de mudanças de preços sobre a entidade podem também ser fornecidos sob a forma de informações suplementares."</p>	<p>Auditoria Interna</p> <p>Auditoria Externa (Independente)</p> <p>Governança Corporativa</p> <p>Órgãos reguladores</p> <p>Órgãos fiscalizadores</p> <p>Competidores Concorrência</p> <p>Mercado</p> <p>Sociedade</p>

Fonte: Elaborado pela autora com base na literatura

4.0 Resultados e discussão

4.1 Resultados da pesquisa de campo piloto (pré-teste)

Objetivando colher mais dados e informações sobre o universo de atuação dos analistas do mercado de capitais, sujeitos deste estudo, e também visando a realização de um pré-teste da primeira versão do roteiro de entrevista para verificar a adequação do referido instrumento de coleta de dados, realizou-se uma primeira entrevista com a então Presidente da APIMEC Nacional Lucy Sousa que, gentilmente aceitou o convite para a participação nesta importante etapa da pesquisa. Os resultados da entrevista são apresentados a seguir.

RELATÓRIO DE ENTREVISTA

Entrevistada: LUCY SOUSA – Presidente da Apimec-Nacional

Data da entrevista: 08 de novembro de 2012

Local: Escritório Lucy Sousa - Pinheiros

Duração: 14h00 às 14h40 = 40m

Registro manual com anotação das respostas

I. Apresentações e objetivo da entrevista

Após agradecimentos pela gentileza da entrevistada em participar da pesquisa e de uma breve apresentação sobre o estudo ressaltai a importância da sua colaboração tendo em vista o objetivo principal da entrevista: Validação do instrumento de coleta de dados, em termos de adequação das questões, viabilidade da aplicação e também para apoio ao acesso aos entrevistados. Argumentando sobre a dificuldade de acesso aos potenciais pesquisados (analistas) considerando a resistência que possivelmente terão para responder ao instrumento de coleta de dados de natureza qualitativa com questões abertas, Lucy Sousa pergunta sobre o número de participantes que serão necessários. Respondo que para isso eu preciso ter resposta à primeira questão:

II. Transcrição das respostas

1. Qual o número de analistas no Brasil? Existe uma estatística?

R) São 1.300 analistas certificados (analistas que trabalham no mercado como consultores e analistas habilitados para exercer a atividade). Desse conjunto de analistas certificados, 700 são credenciados ativos, trabalhando com a informação

para emitir regularmente ou esporadicamente Relatório de Análise e Opinião de Investimento.

2. Esse é o nome que se dá ao produto gerado pela atividade do analista? Qual o nome correto?

R) Análise e Recomendação de Investimento. (Inclusive tenho um aqui que acaba de sair. Posso deixar com você. Esse é o produto da atividade do analista) Seria bom ver a Instrução Normativa 483 da CVM que regula a profissão. Está tudo lá.

Pesquisadora: Sim. Eu tenho uma cópia aqui comigo.

3. Lucy, uma das principais questões que nos intriga é saber qual a efetiva utilidade das informações contábeis para o analista. Das informações necessárias ao trabalho do analista, quanto é informação contábil?

R) Olha eu não tenho como precisar quanto. O que posso dizer é que a base toda para o trabalho do analista é informação contábil. É em cima do resultado contábil que o analista realiza todo o seu trabalho. Os resultados para investimento, todos os indicadores múltiplos usados, derivam da informação contábil. A informação contábil é a base.

Pesquisadora: Então, a informação contábil é realmente útil para o analista...

R) Absolutamente útil. A informação contábil e econômica é absolutamente útil para análise.

4. Do conjunto das Demonstrações Contábeis divulgadas, quais são as informações que efetivamente o analista utiliza para a realização do seu trabalho?

R) Primeiro o analista olha para as contas de resultado para projetar o futuro ... para o Curto Prazo – análise e comunicação de investimentos... vai olhar o resultado; segundo, o endividamento e terceiro, o fluxo de caixa. Se olhar o preço-alvo (preço-justo) foca o fluxo de caixa.

5. Os analistas trabalham sozinhos ou em equipe?

R) Em equipe. Grandes equipes, em alguns casos. Veja o exemplo do Banco Itaú nesse relatório que te entreguei. Veja que são dois responsáveis, analistas sênior, que assinam o relatório, mas a equipe toda é bem grande. São muitos profissionais envolvidos no trabalho. Porém nas pequenas corretoras isso é diferente.

6. E cada analista da equipe faz uma parte do trabalho, uma etapa do processo? Ou iniciam e concluem todo o processo?

R) Fazem o processo todo. Do começo ao fim. São especializados por setores. Porém nas corretoras pequenas um mesmo analista pode trabalhar com diferentes setores.

7. Como vocês analistas avaliam a qualidade da informação divulgada nas Demonstrações Contábeis? Que elementos vocês consideram para avaliar se a informação tem qualidade ou não?

R) Nós partimos da ideia de que a informação divulgada é correta porque é auditada, supervisionada pela CVM, por seguir padrões de órgãos reguladores, fiscalizadores, boas práticas de governança corporativa e o maior rigor depois dos

escândalos financeiros. Em razão disso, as empresas melhoraram muito a qualidade das informações, a manipulação caiu em desuso, a CVM está mais atenta e os investidores e analistas mais experientes e experts, as empresas estão negociando mais fora do Brasil e por isso devem seguir regras mais rigorosas como a SOX (Lei Sarbanes Oxley), o ambiente portanto é de maior rigor, as IFRS exigem mais notas explicativas, de forma que não passam mais falhas, a responsabilidade dos auditores aumentou, os auditores estão mais rigorosos. Principalmente depois dos escândalos financeiros. Exemplo: Arthur Andersen após caso Enron. Os analistas olham também quem está auditando. Auditores e auditorias mais robustas passam mais credibilidade.

8. Qual a sua percepção sobre a quantidade de informações contábeis divulgadas?

R) É até excessiva. As Notas Explicativas são muito prolixas. Colocam tudo... esperam que os analistas vejam tudo. Mas não há tempo..... Poderiam ser mais concisas, sem prolixidade, mais objetivas. Analistas não lêem tudo. Veem apenas os números... eles têm noção.... se tiver problemas... se observarem algum problema aí sim lêem com mais profundidade.... Os analistas só lêem tudo se a Cia é nova, na abertura do capital, apenas para a elaboração do Relatório de Início de Cobertura, quando feito pela primeira vez. Depois que já conhece a empresa, só lê se entender que é necessário.

9. Mas então, considerando que o analista não irá ler todo o volume de informação divulgada, mesmo assim você considera necessário que se divulgue tanta informação?

R) Mesmo assim é necessário que se divulgue tudo. Pode ser mais enxuto, mais concisa, porém, sem perder o conteúdo.

10. Qual a sua percepção sobre o Relatório Global? O que você pensa sobre a possibilidade de todas as informações estarem integradas em um único relatório?

R) Defendemos a idéia. O relatório sócio-ambiental começa a ser requerido nas empresas. Antes apenas informações econômico-financeiras eram requeridas, agora as ambientais também. Temos até um artigo na Revista APIMEC deste mês sobre o assunto. Ver em nosso site.

11. Qual a sua sugestão sobre a melhor forma de contatar os analistas para esta pesquisa?

R) Primeiro posso te indicar alguns analistas chave que poderão contribuir bastante. Depois, acho que a melhor forma é você ir nas reuniões da APIMEC. Se tiver o questionário podemos fazer uma chamada na reunião para que os analistas presentes colaborem. Posso te apresentar alguns analistas. Acho difícil que respondam um questionário com questões abertas enviadas por e-mail. Talvez se você pensasse em questionário fechado, ficaria mais fácil, teria mais possibilidade de retorno. Um questionário eletrônico com link. Acho que pode tentar levantar os dados nas reuniões da APIMEC nos contatos que fizer. Vamos esperar a eleição da APIMEC e a passagem do feriado e então depois do dia 20 eu farei o link dos contatos para as primeiras entrevistas.

A participação nas reuniões da APIMEC no ano de 2011 e 2012 possibilitou o contato e acesso a alguns analistas e investidores individuais que também se dispuseram a colaborar participando do pré-teste da pesquisa. Embora a versão definitiva do roteiro de entrevistas tenha se modificado, será possível observar pelos resultados da pesquisa de campo definitiva, que muitos dos resultados obtidos já nessa entrevista piloto e também nos pré-testes realizados com a primeira versão de um questionário, estão presentes nas entrevistas em vários aspectos abordados pela pesquisa, tais como: peso e importância das informações contábeis, principais demonstrações e relatórios utilizados, percepção sobre a quantidade de informações fornecidas ao mercado e ainda sobre o uso efetivo dos relatórios contábeis.

As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados, mas, por questões éticas, não são identificados os analistas entrevistados ou as empresas por eles citadas. Cada analista recebeu um código e, no caso de empresas citadas nas referidas entrevistas, foram mantidas apenas menção à atividade do analista, uma vez que não é objetivo deste estudo avaliar desempenho de analistas ou de empresas.

4.2 Apresentação e análise dos resultados

Apresentam-se a seguir os resultados obtidos por meio da análise de conteúdo das entrevistas realizadas com os analistas e profissionais de investimentos do mercado de capitais. A análise de conteúdo foi realizada de forma manual, sem o uso de ferramentas tecnológicas como sistemas ou softwares de apoio, adotando-se os procedimentos propostos e sugeridos por Bardin (1977). Para a determinação dos pontos e aspectos a serem analisados tomou-se por base os aspectos de investigação propostos no roteiro de entrevista semi-estruturada utilizado como norte na condução das entrevistas, a saber:

I. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE ATIVIDADE DE UM ANALISTA

- Finalidade da atividade
- Principais fases e respectivas atividades do serviço desenvolvido
- Problemas enfrentados e soluções adotadas

- Detalhamento das informações requeridas em cada fase (tipo, natureza, formato de apresentação, confiabilidade, temporalidade, etc.)
- Fontes utilizadas e principais dificuldades no acesso / obtenção da informação

II. OBSERVAÇÕES SOBRE A ÁREA DE INFORMAÇÃO

- Fontes de informação às quais o usuário mais recorre (formais/informais; internas/externas; públicas/privadas)
- Informações de maior interesse para o usuário
- Maiores barreiras/dificuldades enfrentadas pelo usuário no acesso / uso de informações
- Expectativas em relação ao sistema de informação contábil
 - Forma
 - Conteúdo
 - Abrangência
 - Grau de detalhamento
 - Tipo de informações
 - Periodicidade

Assim, os itens de análise, ou categorias de análise centraram-se prioritariamente nos aspectos acima mencionados e acrescentados de aspectos relacionados ao propósito do estudo em investigar a qualidade da informação contábil para a atividade dos analistas do mercado de capitais, quais sejam:

1. Processo de atividade do analista do mercado de capitais
2. Tipo de informações demandadas para o contexto de uso da informação contábil na atividade do analista do mercado de capitais
3. Fontes e canais utilizados para a obtenção e acesso a essas informações
4. Demonstrações Contábeis utilizadas na atividade do analista
5. Dificuldades e barreiras enfrentadas para a obtenção, acesso e uso dessas informações
6. Percepção de qualidade da informação contábil pelos analistas do mercado de capitais
7. Critérios de qualidade da informação, em termos de forma e conteúdo, para os analistas do mercado de capitais
8. Sugestões para melhoria da qualidade das informações contábeis

Aspectos importantes relacionados à qualidade das informações contábil-financeiras divulgadas ao mercado de capitais, que não haviam sido previstos quando da elaboração do instrumento de coleta de dados da pesquisa, apareceram nas entrevistas e portanto foram acrescentados como categorias a serem analisadas, quais sejam:

9. Impacto das IFRS na qualidade das informações contábeis
10. Impacto da Governança Corporativa na qualidade das informações contábeis
11. Impacto da responsabilidade civil de gestores da empresa na qualidade das informações contábeis
12. Impacto da idoneidade dos gestores na qualidade das informações divulgadas
13. Fatores de desconfiança nas informações prestadas pelas empresas
14. Necessidade de validação das informações divulgadas ao mercado de capitais

4.2.1 Processo de atividade dos analistas

4.2.1.1 Como o analista descreve a atividade que desenvolve

<p>Modelo de projeção das companhias que vai acompanhar (11)</p>	<p>Intermediação, ponte entre empresas e investidores.</p> <p>... não sou eu que vou fazer a análise final e nem vou tomar uma decisão de investimento. Mas eu tenho contato direto com os investidores que fazem isso. ... agora eu estou vendo do outro lado muito do que o investidor demanda.</p> <p>... eu, de uma certa forma, por estar nesse meio do caminho, eu <u>tenho essa percepção do que, um pouco do que o investidor procura e também as dificuldades que às vezes são encontradas</u> (02).</p>	<p>Ele tem o modelo dele já, na sua planilha Excel, que ele faz [...] a projeção dele.</p> <p>Tem o seu [modelo] e em algumas casas como a Bloomberg, e essa Capital IQ e tal, ela faz o consenso de mercado. [...] faz a média e gera o consenso de mercado. (13)</p>	<p>Não existe <u>análise econômica financeira de uma empresa que na essência, é o que a gente faz</u>, sem as informações contábeis (16)</p>
<p>Meu foco é o mercado de ações e mercado de ações tem que, então, <u>acompanhar empresas de capital aberto</u> que publicam obrigatoriamente seus resultados, seus balanços de forma pública.</p> <p>[...] O analista, ele tem que fazer todo um <u>acompanhamento da empresa, em termos, de como está a situação da empresa, como ela está se desenvolvendo, quais os desafios que elas estão enfrentando</u> (06)</p>	<p>A gente faz muita análise comparativa de empresa</p> <p>Na verdade a gente faz análise fundamentalista e setorial. (14)</p>	<p><u>A gente tem uma preocupação que é no fundo, é a análise em si</u>. Por quê? Eu preciso gerar... os meus clientes <u>precisam ganhar dinheiro e sentir que eu sou útil</u>. Então eu não tenho preocupação com fazer uma cobertura formal, eu <u>preciso gerar boas ideias pras pessoas ganharem dinheiro</u> (08)</p>	

Observa-se que os analistas ao se referirem à atividade que desenvolvem destacam a “construção de modelo de projeção” com base no acompanhamento das empresas de capital aberto que divulgam suas informações de forma pública. Alguns detalham que tal acompanhamento envolve conhecer a situação da empresa, como esta se desenvolve e quais os desafios que enfrentam. Um dos entrevistados destacou o seu papel de intermediário, como ponte entre investidores e empresas. Outro referiu-se à atividade desenvolvida como sendo “análise econômico-financeira das empresas”. Além da descrição da atividade como sendo “análise comparativa de empresa”, houve também quem destacasse que realiza “análise em si” menos preocupada com a quantidade de coberturas formais e mais com a geração de “boas idéias” para que seus clientes possam ganhar dinheiro.

4.2.1.2 Processo de atividade do analista

<p>Construção do modelo de projeção (12)</p>	<p>modelagem ou projeção do que esperar daquela empresa (09)</p> <p>Projeções e Modelagem (11)</p> <p>Então a primeira coisa é, tudo bem, <u>ele ter acesso à informação</u>, primeiro é importante a empresa fornecer informações, <u>seja quais forem</u>. Só que num segundo momento, o trabalho do investidor vai ser <u>validar a informação</u>. (02)</p>	<p>Ele tem o modelo dele já, na sua planilha Excel, que ele faz [...] a projeção dele. (16)</p>	<p>[...] aquele balanço, ele é a entrada da minha projeção, tá? A minha projeção, é baseada [...] vou dar o input inteiro pelo balanço. (05)</p> <p>Nós <u>desenvolvemos um modelo, um modelo de projeção. É a modelagem, que a gente fala</u>. Então depois que saiu o IFRS todo mundo tem uma <u>planilha especial pra dar conta disso</u>. Então é uma planilha permanente, toda vez que sai o trimestral a gente atualiza. Então <u>abre uma projeção, a gente todo mês atualiza essa projeção, nos relatórios todo mês as projeções são atualizadas</u>... (05)</p> <p>Aí o que você tem? Faz o <u>melhor possível pra atender a tua necessidade</u> e casar as duas coisas, <u>faz o lançamento e o balanço bater, projetar um balanço coerente e daí um fluxo de caixa coerente pra você botar no modelo de precificação</u>. (05)</p> <p>O sistema a gente acaba fazendo na raça, né, no Excel. Mais é contabilidade. Então por exemplo, eu vou projetar a conta imobilizado, depreciação, eu tenho que saber a contrapartida da conta.</p> <p>Então essa é a parte de lançamento, que a gente fala, <u>a parte de alimentação da planilha. Fazer os lançamentos contábeis e o balanço bater lá na frente</u>. (05)</p> <p><u>A outra parte é a parte do valuation</u>. Então essa planilha vai fazer o que? Ela vai alimentar, ela faz N lançamentos, uma centena de lançamentos, esses lançamentos vão gerar os fluxos de caixa. <u>Aí vem a parte do valuation</u>. Então eu vou pegar esse fluxo de caixa e vou usar a metodologia lá de valuation, CAPM, WACC e vou fazer a <u>precificação</u>. (05)</p>
--	---	---	--

<p>O analista de investimento, ele vai pegar esse balanço [...] vai buscar saber como está a saúde financeira da empresa no momento, se ela melhorou em relação ao passado e qual a expectativa pro futuro. (15)</p> <p>Já que o analista tem que recomendar a compra ou a venda de uma ação; a compra, a manutenção ou a venda de uma ação, ele tem que estar muito atualizado em relação ao passado, presente e sua expectativa futura tem que estar alinhada pra você não induzir ninguém a erro. (06)</p> <p>[...] a cada resultado trimestral dos press releases que eles divulgam, o analista, ele faz um modelo de avaliação da empresa onde ele projeta fluxos de caixa futuros da empresa. Então a cada trimestre quando sai o press release da empresa, ele atualiza aquilo. Quanto foi o faturamento, o que aconteceu nesse faturamento, porque que ela vendeu mais, qual foi o preço médio, se os custos aumentaram num período ou se reduziram... você ajusta aquele trimestre, ao seu modelo de valuation, pra você poder ir alinhando a projeção do ano e também alinhando a sua projeção pros próximos anos. Então é fundamental você ter o balanço pra ter referencial. (06)</p> <p>[press release] tem informações que ajudam o analista a desenvolver seu trabalho, a afinar sua opinião, dentro desse modelo que ele vai aprimorando a cada trimestre em cima daquelas regras de acadêmicas básicas: você faz um fluxo de caixa, traz a valor presente, então você encontra um preço justo. (09)</p> <p>Aí você olha o preço em bolsa, "Opa, tem upside, tem espaço. Já foi, vende então, ainda tem mais um espacinho, mantém. Opa, em bom potencial, compra." (06)</p>	<p>[...] o processo, eu acho que ele é, pelo menos pra gente aqui, ele é menos científico do que... mas eu não acho que o pessoal faz normalmente assim, sabe? Porque a gente não está...</p> <p>Quando você está num banco de investimento, por exemplo, você tem uma certa obrigação de produzir, "Ah, você tem que cobrir tantas empresas desse setor." Então aquilo vira meio que estruturado e mais científico desse ponto de vista, "Ah, eu preciso cobrir as empresas incorporadoras."</p> <p>A gente tem uma preocupação que é no fundo, é a análise em si. Por quê? Eu preciso gerar... os meus clientes precisam ganhar dinheiro e sentir que eu sou útil.</p> <p>Então eu não tenho preocupação com fazer uma cobertura formal, eu preciso gerar boas ideias pras pessoas ganharem dinheiro.</p> <p>Então não é um negócio assim, "Preciso cobrir todas as empresas do setor imobiliário brasileiro." Não. Nem produzir 10 relatórios.</p> <p>Dar uma boa ideia pro cara já... Então não tem tanto essa coisa de uma pesquisa... esse negócio de "Você precisa pesquisar sobre farmácias." Não.</p> <p>E aí o processo se dá das maneiras mais variadas possíveis, sabe? Você vai, sei lá, você...desde uma coisa assim, um gestor que liga e diz: "Gostei muito do...". Como é que surge uma ideia, sabe? É difícil você formalizar isso porque surge assim... você está vendo uma ação variar, subindo muito, "Caramba, eu não conheço essa ação. Ela está subindo. Será que não vale a pena estudar isso aqui?". Aí você vai estudar e isso é uma forma.</p> <p>[...] A gente acredita muito nessas coisas tácitas, assim, nessa coisa de ... tentativa e erro e aí você tenta um negócio, não dá, mas... você tenta um negócio pensando uma coisa e a coisa não foi por esse lado, mas ela foi pra uma outra bem legal também. Então análise também é isso. Às vezes você está estudando a empresa X, mas fala "Nossa, por outro lado como que a empresa Y é boa!" Então assim, a gente deu não só fraude na empresa X mas descobriu como a empresa Y era legal também, porque acabou comparando. (08)</p>
--	--

Ao se referirem ao trabalho de análise que realizam, foi possível capturar que o processo pelo qual desenvolvem a sua atividade compreende a construção e manutenção do modelo de projeção, também denominado "modelagem" ou simplesmente "projeção". Esse modelo geralmente é desenvolvido pelo próprio analista com a utilização de uma planilha permanente do aplicativo Excel. De forma que cada analista possui o seu modelo de projeção. O processo em si envolve a alimentação desse modelo de projeção com as informações que o analista julga relevantes para o tipo de análise que realiza e de acordo com o modelo de projeção por ele desenvolvido. Assim, consideram que o primeiro ponto é ter acesso à informação entendendo que "primeiro é importante a empresa fornecer informações, sejam quais forem", ainda que posteriormente tais informações necessitem ser validadas. Relatam que o Balanço é a base de entrada para essa projeção, afirmando que todo o *input* para a projeção é baseado nos dados do Balanço.

Confirma-se, portanto, o efetivo uso do Balanço Patrimonial na atividade do analista. Ratifica-se assim a importância de uma das mais importantes Demonstrações Contábeis para a atividade do analista, o Balanço Patrimonial.

O processo envolve, primeiramente, a criação desse modelo de projeção, alimentado inicialmente com os dados fornecidos por meio do Balanço Patrimonial, o qual é permanentemente atualizado com as informações periódicas fornecidas pelas empresas. Na sequência do processo de análise, os analistas elaboram o modelo de avaliação, denominado usualmente de *valuation*, da empresa que está sendo analisada projetando assim os seus fluxos de caixa futuros. Posteriormente traz esses fluxos de caixa a valor presente e então encontra o preço que considera justo para o valor daquela empresa.

Ao se referirem à atualização do modelo de projeção a grande maioria dos analistas pesquisados menciona o uso do **Press-Release** também denominado de “Release de Resultados” como fonte de informação para a atualização do seu banco de dados. Esse é um tipo de relatório adicional, facultativo, fornecido pelas empresas, não estando incluído entre as Demonstrações Contábeis obrigatórias, não sendo, portanto, auditado. Como já explicitado na fundamentação teórica desta tese, esse relatório embora não seja uma obrigação da companhia, é uma peça de comunicação com o mercado e tem por objetivo contextualizar os resultados apresentados e prover maior entendimento do negócio ao disponibilizar comentários da administração e outros dados importantes não constantes das Demonstrações Contábeis obrigatórias e documentos societários.

Observa-se aqui o uso efetivo de um relatório, o **Press-Release** (Release de Resultados), que não faz parte do conjunto das Demonstrações Contábeis obrigatórias e que, portanto, não segue um formato padronizado e não é elaborado segundo os parâmetros e preceitos do CPC 00 que trata da Estrutura Conceitual da Contabilidade e que estabelece o framework de qualidade da informação. É um relatório fortemente embasado em previsões feitas a partir de expectativas da Administração da empresa em relação ao seu desempenho futuro, situação essa que sempre é destacada na parte final do relatório como forma de alertar aos usuários sobre a natureza das informações fornecidas e talvez visando salvaguardar a empresa quanto aos resultados do uso de tais informações para a tomada de decisões.

4.2.1.3 Funções que o analista deve desempenhar

Escrever relatório (11)	Investidor: modelagem ou projeção do que esperar daquela empresa (13)
Relacionar-se com clientes (01)	Projeções e Modelagens (15)

Quando se referem às funções que deveriam desempenhar, os analistas entrevistados mencionam que além da modelagem ou projeção dos resultados esperados das empresas que acompanham, suas funções incluem, obviamente, a elaboração de um relatório, o Relatório de Recomendação conforme abordado na fundamentação teórica desta tese. Um dos analistas destacou que sua principal função é relacionar-se com os clientes, atividade esta que ficou bastante facilitada após a introdução das tecnologias de suporte para a alimentação automatizada de seus modelos de projeção com a adoção dos softwares que capturam as informações diretamente dos bancos de dados conforme será apresentado nos itens tratados no tópico 4.2.1.4 a seguir.

4.2.1.4 Divisão de trabalho entre a equipe de analistas

Então tem setores afins. [...] o meu analista de petróleo ele vai fazer petroquímico, fazer químico. Analista de consumo vai fazer varejo, vai fazer têxtil, vai fazer... **a gente tenta ligar as cadeias.** Mas como abriu muito por causa dos IPOs de dois meses pra cá, então **tem analista que tem dois segmentos que não são tão, não coadunam tanto.** Mas, por exemplo, o analista que faz construção, ele faz concessões públicas também. [...] Pode ter uma ligação, mas... **A gente tenta casar famílias por ramo de atividade.** [...] Então os analistas coordenam setores. Então sou eu, 4 analistas que coordenam os grupos deles e dois assistentes. E a terceira assistente é administrativo ela cuida da parte de relatório, certificado e relatório da Apimec, essas coisas mais burocráticas do departamento, pega notícia pra gente, entendeu? (05)

Quando comentam sobre suas atividades, os analistas também mencionam a existência de equipe e a forma como a divisão de tarefas é realizada. Na existência de equipe, o trabalho é normalmente segmentado por setores de acordo com cadeias que se coadunem por ramo de atividade similares. Ressaltam, porém, que

após o aumento do número das *Initial Public Offering* (IPO), a primeira Oferta Pública de Ações, quando normalmente as empresas estreiam na Bolsa de Valores, essa segmentação nem sempre tem sido possível, fazendo com que um mesmo analista possa ter que se responsabilizar pelo acompanhamento de segmentos que nem sempre se coadunam.

4.2.1.5 *Start* para o início do processo: aspecto que desencadeia a necessidade da busca por informações

<p>Quando você decide “agora vou acompanhar essa companhia porque</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. faz parte do meu universo de cobertura ou do setor que eu vou analisar...”, 2. ou se você está em alguma operação específica sobre a companhia X, 3. ou você quer olhar a concorrente da empresa X pra ter uma ideia de como elas se comparam <p>(01)</p>	<p>O meu papel é colocá-los em contato com as empresas, eventualmente, que a gente <u>julgue que tem uma relevância</u> naquele momento ou que <u>valem a pena aquele investidor olhar, com uma visão mais macro</u>, ou eventualmente também <u>expor uma determinada companhia</u> que a gente perceba que tem alguma coisa interessante pra mostrar pro mercado ou que é pouco conhecida. (02)</p> <p>Analista Sell side [...] o analista que vai <u>buscar aquilo que ele considera bons casos de investimento pra poder analisar</u> e ele vai fazer um pouco do trabalho que o investidor institucional faz. (12)</p> <p>[...] <u>que ele acha que pode ter um potencial</u>. Só que como é que ele acha? <u>Com base na informação da empresa. Então a informação da empresa é sempre o ponto de partida</u>. Por isso que ela é obrigatória e relevante (02)</p>
<p><u>E aí o processo se dá das maneiras mais variadas possíveis</u>, sabe? Você vai, sei lá, você...desde uma coisa assim, um gestor que liga e diz: “Gostei muito do...”. <u>Como é que surge uma ideia, sabe? É difícil você formalizar isso</u> porque surge assim... você está vendo uma ação variar, subindo muito, “Caramba, eu não conheço essa ação. Ela está subindo. <u>Será que não vale a pena estudar isso aqui?</u>”. Aí você vai estudar e isso é uma forma. (07)</p>	
<p>[empresas] que ele <u>acha que pode ter um potencial</u>. Só que como é que ele acha? <u>Com base na informação da empresa. Então a informação da empresa é sempre o ponto de partida</u>. Por isso que ela é obrigatória e relevante. (07)</p>	
<p>[Ponto de partida para análise]: Empresas comparáveis (01)</p>	

No que se refere às atividades que desenvolvem, foi possível compreender o ponto de início, o ponto que deflagra o processo de análise, ou seja o aspecto inicial, o aspecto gerador de todo o processo de análise, o aspecto que deflagra a necessidade da busca de informação. Esse é um aspecto importante a ser considerado segundo os pressupostos e fundamentos da Ciência da Informação quando se refere ao comportamento informacional dos usuários especialmente no

que move o usuário para a necessidade de busca por informação. Assim, observou-se que o start, o ponto de partida para o processo de busca de informações na atividade do analista do mercado de capitais pode ser determinado pelo estudo que precisa fazer em razão de:

1. Estar acompanhando a empresa regularmente
2. Operação específica de determinada empresa
3. Comparação do concorrente em relação à empresa que já acompanha
4. potencial que ele enxerga em alguma empresa com base nas informações disponíveis;
5. comparação que eventualmente esteja fazendo no estudo de uma empresa que já segue e que o leva a perceber a potencialidade de outra;
6. empresas que julguem ter relevância para serem olhadas mais de perto
7. empresas que precisam de maior exposição ao mercado
8. aquilo que consideram bons casos de investimento

Um dos analistas entrevistados, descrevendo a variedade de formas pelas quais esse processo pode acontecer, destaca a dificuldade de se formalizar exatamente como acontece o surgimento da necessidade de busca por informações, que ele chama de surgimento de ideia, assim se posicionando.

E aí o processo se dá das maneiras mais variadas possíveis, sabe? Você vai, sei lá, você...desde uma coisa assim, um gestor que liga e diz: “Gostei muito do...”. **Como é que surge uma ideia, sabe? É difícil você formalizar isso** porque surge assim... você está vendo uma ação variar, subindo muito, “Caramba, eu não conheço essa ação. Ela está subindo. **Será que não vale a pena estudar isso aqui?**”. Aí você vai estudar e isso é uma forma. (07)

4.2.2 Tecnologias utilizadas pelos analistas

4.2.2.1 - Tecnologias utilizadas para a construção do modelo de análise

<p>Excel - com funções que faz a projeção, formas [...] Economática Bloomberg</p> <p>Fact Set – software mais sofisticado. Permite linkar o excel com o seu próprio modelo. Super caro. Nem todos tem. (01)</p> <p>Softwares para construção de banco de dados. Fornecem a informação mais mastigada. Fornecem informações setoriais também. Atualização constante do banco de dados. (01)</p> <p>Todos buscam na CVM e/ou nos demonstrativos financeiros publicados. Tem como fonte direta os demonstrativos das companhias (01)</p>
Excel – planilha (03)
<p>Economática</p> <p><u>Nós desenvolvemos um modelo de projeção. É a modelagem,</u> que a gente fala. Então depois que saiu o IFRS todo mundo tem uma <u>planilha especial pra dar conta disso.</u> Então <u>é uma planilha permanente, toda vez que sai o trimestral a gente atualiza.</u> Então abre uma projeção, a gente todo mês atualiza essa projeção, nos relatórios todo mês as projeções são atualizadas... (05)</p> <p>[...] Eu criei. Antigamente, assim, você tinha só praticamente um analista que fazia isso, que fazia a planilha que todo mundo comprava dele. Nós também tínhamos uma planilha. Depois, <u>com o tempo, os bancos desenvolveram seus próprios modelos de acordo com a necessidade e nós desenvolvemos o nosso também.</u>(05)</p> <p>Então <u>a invenção é nossa, a planilha é nossa, a patente é nossa, a gente que fez, montou.</u> Muitas vezes você faz isso aí, até informalmente, ele faz um curso de projeção, quer dizer, vai lá e monta. Tem cara que é bom no Excel [...] Porque você tem que fazer uma planilha que <u>faça duas coisas basicamente: lançamentos contábeis, então eu tenho que saber partida por partida, minha planilha é isso, eu ponho o balanço lá, se eu estou projetando o duplicatas, ela tem que fazer o lançamento certinho,</u> entendeu? Conta caixa, resultado, tem que alimentar a conta de receita, tem que alimentar a conta de caixa, tem que projetar linha prazo por prazo, entendeu? Aí a variação que essa conta vai afetar no fluxo de caixa indireto, direto, tudo isso aí a gente faz. (05)</p> <p>[...] <u>O sistema a gente acaba fazendo na raça, né, no Excel... mais é contabilidade.</u> Então por exemplo, eu vou projetar a conta imobilizado, depreciação, eu tenho que saber a contrapartida da conta. Então essa é a parte de lançamento, que a gente fala, <u>a parte de alimentação da planilha.</u> Fazer os lançamentos contábeis e o balanço bater lá na frente. <u>A outra parte é a parte do valuation.</u> Então essa planilha vai fazer o que? Ela vai alimentar, ela faz N lançamentos, uma centena de lançamentos, <u>esses lançamentos vão gerar os fluxos de caixa.</u> Ai vem a parte do valuation. Então eu <u>vou pegar esse fluxo de caixa e vou usar a metodologia lá de valuation, CAPM, WACC e vou fazer a precificação.</u> [...] Quase todo mercado trabalha com DCF, o desconto de caixa, fluxo de caixa descontado. Mas cada um faz... é aquilo que eu falei. Tem gente que pega a planilha da gente e copia. Sai daqui o moleque vai pra outro lugar e leva a planilha. Essas coisas acontecem pra caramba. (05)</p> <p><u>É uma planilha de Excel.</u> Antigamente tinha esse negócio de fazer cópia... hoje todo mundo vai, faz um curso e faz uma planilha. Aí o que você tem? <u>Faz o melhor possível pra atender a tua necessidade e casar as duas coisas, faz o lançamento e o balanço bater, projetar um balanço coerente e daí um fluxo de caixa coerente pra você botar no modelo de</u></p>

<p>precificação. [...] eu capturo da Economática. Então eu posso fazer só a mão ou pegar da Economática. Então a Economática soltou o balanço lá, eu coloco uma planilha, copio e colo aqui, ela reclassifica da forma que eu quero. (05)</p>		
<p>Econômática Bloomberg</p> <p>Fact Set – mais sofisticado. Permite linkar o excel com o seu próprio modelo</p> <p>Fornecem a informação mais mastigada.</p> <p>Fornecem informações setoriais também. Atualização automática das informações</p> <p>Todos buscam na CVM e/ou nos demonstrativos financeiros publicados.</p> <p>(01)</p>	<p>Econômática</p> <p>Capital IQ</p> <p>Bloomberg</p> <p>Fornecem Balanços Ativos</p> <p>(03)</p>	<p>A gente acaba contratando. Então tem a Economática [...] a base da Economática</p> <p>(15)</p>

Nas entrevistas, ficou evidente a predominância das tecnologias de apoio utilizadas para a realização do trabalho de análise, algumas mais simples e outras mais sofisticadas. Destaque-se o uso predominante do aplicativo Excel para a construção e desenvolvimento das planilhas permanentes que utilizam e que servem de base para o modelo de projeção, para a modelagem que desenvolvem e utilizam para a realização de seu trabalho de análise das empresas que acompanham e das demais empresas que decidem estudar como oportunidades de investimentos.

Em relação aos bancos de dados, sistemas e softwares utilizados para a captura automática de informações para a alimentação de suas planilhas permanentes do modelo de projeção que utilizam, todos mencionaram o sistema, a base de dados da Economática e da Bloomberg. Alguns mencionaram também a Capital IQ e uma analista diz utilizar também a FacSet um software mais sofisticado que permite o link entre os bancos de dados com a planilha permanente em Excel do modelo desenvolvido pelo analista. Por ser caro, nem todos possuem. A vantagem desses sistemas e grandes bancos de dados segundo os analistas é que além das informações econômico financeiras eles fornecem também informações setoriais e entregam a informação mais mastigada e ainda atualizam automaticamente todas as informações sempre que ocorrer alguma alteração ou nova entrada de dados. Fornecem balanços ativos, segundo os entrevistados.

Importante ressaltar o grau de confiabilidade que os analistas mostram ter em relação a esses banco de dados uma vez que todos capturam as informações contábil-financeiras diretamente de fontes oficiais, especialmente da CVM.

4.2.2.2 Como era o processo de análise antes das tecnologias

Construção de histórico de no mínimo 5 anos de informação importando manualmente os dados. Ficava uma semana somente planilhando. Antes do Excel fazia tudo manualmente, no papel com HP. Era trabalho braçal. (01)

Interessante observar o que os analistas mencionam sobre o processo de análise antes do advento das tecnologias. Os dados históricos eram importados manualmente o que demandava um tempo grande somente no preenchimento da planilha. E antes ainda das planilhas com o auxílio do aplicativo Excel, o trabalho todo era feito de forma braçal.

4.2.2.3 Vantagens da automação

Mão na roda. (01)
Clica e atualiza. (01)

Sobra mais tempo para interagir com os clientes. (11)

Maior parte do tempo agora lidando com o investidor para gerar receitas ou para gerar idéias. (01)

Hoje estagiário faz a busca em bancos de dados já prontos: Bloomberg, Economática e Fac Set (01)

Redução de 50% a 70% do tempo demandado antes. (01)

De forma que com o advento da tecnologia, tanto a planilha do Excel, como os grandes bancos de dados automatizados, possibilitou para os analistas uma redução de 50% a 70% do tempo que antes demandava para a realização do trabalho de análise, visto que hoje a captura dos dados pode ser realizada até mesmo por um estagiário, e não necessariamente pelo analista como era antes,

sobrando tempo agora para a interação com os clientes, com os investidores para gerar receitas e ideias.

4.2.3 Fontes de informação - onde os analistas buscam as informações

4.2.3.1 Principais fontes de informação

Demonstrações Financeiras: ITR, DFP e mais recentemente o FR (01)
<p>O investidor, independente da fonte que ele use de informações, na realidade, <u>ele vai recorrer a todas as fontes possíveis existentes e que ele tenha acesso pra tentar fazer o cruzamento de informações, de forma a validar as premissas</u> que ele adota quando ele vai fazer uma modelagem ou quando ele vai fazer uma projeção do que esperar daquela empresa</p>
<p>Se for entrar na [empresa] que o analista nunca viu, acho que o primeiro, era o IAN [Informações Anuais] e agora seria o Formulário de Referência. Então se a pessoa nunca viu nada, acho que ela pegaria primeiro esses dois. O IAN... no caso o IAN não existe mais, mas seria o Formulário de Referência. E pegaria também o último press release, no caso e o último ITR ou DFP, né? De repente se for trimestre o ITR, se for fim de ano o DFP, né? (03)</p>
<p>Então assim, a gente acessa desde o balanço patrimonial, então ativo, passivo e patrimônio líquido, fluxo de caixa, demonstração de resultados e com certeza a gente olha as DFP's, as ITR's pra analisar as notas explicativas. Porque uma coisa são os números expressos nas tabelas. Outra coisa, a essência, o que afeta esses números, o que fizeram eles aumentarem ou reduzirem, a transição do balanço. O fluxo de caixa conta um pouco essa história, mas na essência, nem tudo é objetivo quando você olha pro fluxo de caixa. Então a gente acessa a nota explicativa pra ver se dentro da nota explicativa existe alguma abertura que dê mais clareza. Além disso, por exemplo, o cronograma de endividamento, quais são os indexadores da dívida, isso geralmente está expresso na nota explicativa, não está registrado no balanço da empresa, onde ela tem lançado seus empréstimos, seus endividamentos. Também não está no fluxo de caixa onde ela está pagando, amortizando efetivamente dívida. Então assim, a gente precisa da nota explicativa. [...] informação numérica, CVM. Então, balanços, fato relevante, atas, tudo isso está lá. É uma fonte. Outra fonte é a parte de imprensa do site das empresas. É que às vezes na página de imprensa, você consegue obter informações que não estão na área de RI e não estão na CVM. Porque às vezes são informações que não são obrigatórias, mas que é interessante você conseguir. Outras fontes, quando a gente fala, por exemplo, de setores regulados, no site das agências reguladoras, que mais, páginas de associações, páginas de consultorias, organismos internacionais, páginas governamentais, por exemplo, sei lá, o Banco Central, página dos ministérios, tudo isso é fonte de informação. Tudo isso a gente consegue obter informação sobre a empresa, sobre o setor, sobre como é que está andando a regulação de determinado setor. (04)</p>

Balanço – O pessoal fala cabeça de planilha. Todo cabeça de planilha tem muito apego ao balanço. [...] Economista não tem muito apego a balanço. Mas analista e contador têm bastante apego, administrador e contador, sou administrador, na verdade, tenho muito apego a balanço.

Eu gosto, eu uso, **mas eu também relevo algumas outras informações**, entendeu? **Contra o balanço eu boto informação de imprensa, minha percepção, da onde eu puder pegar... porque o balanço é uma peça lá que pode estar manipulado.**

[...] eu capturo da Economática. Então eu posso fazer só a mão ou pegar da Economática. Então **a Economática soltou o balanço lá, eu coloco uma planilha, copio e colo aqui, ela reclassifica da forma que eu quero.**

(05)

[...] Sempre que uma empresa de capital aberto ela divulga **o press release, o resultado trimestral**, ela publica [...] **no site**, esse **press release**, esse documento, **falando sobre tudo**. Além disso tem uma **teleconferência** pros analistas, que eles vão estar apresentando as contas, o que aconteceu, o faturamento foi assim, ficou assado, custo, o resultado financeiro, o resultado final foi influenciado por isso, por aquilo, **sessão de perguntas e respostas** e tem **área de RI** lá que **também fica a disposição do analista pra ele tirar as dúvidas.**

(06)

[...] quando falo do **press release**, é um documento que a empresa solta pro analista, não é [...] porque ela solta um documento pra CVM [relatório ITR]. **O da CVM [ITR] sim, é mais aberto, tem mais detalhe.** Então o **press release** é mais pra você... **não dá pra você perder tempo num balanço completo numa teleconferência.** Ele [press release] tem informações que ajudam o analista a desenvolver seu trabalho, a afinar sua opinião, dentro desse modelo que ele vai aprimorando a cada trimestre. Em cima daquelas regras acadêmicas básicas, você faz um fluxo de caixa, traz a valor presente, então você encontra um preço justo. [...] **Então eu diria que é primordial o acesso as informações financeiras dentro do mercado financeiro**

(06)

A gente, assim, como primeira fonte, sempre tenta usar a **CVM**, porque assim, **confia que, de certa maneira, você teve que seguir um padrão comum.**

Mas a gente entra também no **site de relação com investidores** e vê os **press releases** e as **informações da própria companhia** pra entender as diferenças e **que tipo de reclassificação está sendo feita.** Mas **sempre como fonte primária, se a gente não vai aprofundar tanto detalhe, conta a conta, é a demonstração da CVM.**

Assim, assumindo que seria parte do papel do regulador **padronizar essas classificações de conta.** (07)

[...] o primeiro passo óbvio é... você vai no **site da empresa**, vai nos **resultados, nos balanços** e aí começa o processo tradicional de você...

primeiro ouve a empresa, marca uma reunião com a empresa, tenta conhecer e aí você vai falar com pessoas ligadas àquele setor também e você, dentro do seu círculo de relacionamento tenta pesquisar sobre as pessoas que gerem aquele negócio, da idoneidade delas.

[...] **A rede de relacionamento...** é sempre legal você falar com... **Se você é um analista sério você fala com outros analistas sérios**, principalmente fundos de investimento que tem, que você vê, sei lá os caras da [...] aquela que **está há 30 anos ganhando dinheiro em bom investimento em ações, esse cara deve ter alguma coisa pra te falar.** Se você puder falar com eles, ótimo. Então, **quando a gente pode a gente busca falar com eles.**

(08)

[*facilidade de acesso a essas fontes*]

[...] Gostaria de ter mais, mas também a gente não é muito grande. Talvez um dia. Alguma coisa a gente tem. Então **sempre que pode, fala.** Não é fácil porque eles são arrogantes. Porque eles ganharam muito dinheiro, acham que só eles sabem... então **ninguém que dividir muito... mas é uma fonte interessante.**

As **próprias empresas**, tem que falar com os **RI's**, mesmo eles sendo mentirosos ou não, tem que falar. Dão [*as informações*], **mas mentem também. Nem todos são acessíveis.** Aí falar da média é complicado, porque tem uns mega acessíveis, tem outros nada acessíveis....(08)

Em relação às principais fontes de informações utilizadas para a realização da atividade de análise, é possível observar que o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado e o Fluxo de Caixa são as demonstrações efetivamente

utilizadas pelos analistas. As Notas Explicativas foram também mencionadas pela grande maioria dos analistas como uma importante fonte de informação para a atividade de análise que desenvolvem. Em tópico posterior mostrar-se-á com mais detalhes o uso que fazem dessa importante peça contábil cujo teor é descritivo e visa complementar as informações numéricas constantes das demais Demonstrações Contábeis obrigatórias. O Press-Release também aparece mencionado por muitos analistas com uma das principais fontes de informação para a sua atividade de análise. Observamos, contudo, que esse relatório não faz parte do conjunto de Demonstrações Contábeis obrigatórias, não tendo um padrão para a sua elaboração e também não tendo exigência de auditoria para as informações ali prestadas.

Formulário de Referência (FR), formulário padronizado de acordo com os parâmetros da CVM, Informações Trimestrais (ITR), relatório divulgado trimestralmente pelas empresas e a Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP), demonstração divulgada anualmente, foram também mencionados como relatórios e demonstrações utilizadas para a atividade de análise pela grande maioria dos analistas .

Um dos analistas explicou sobre a diferença de uso dos relatórios ao analisar uma empresa que desconhece ou que está analisando pela primeira vez de outra que já acompanha e que precisa de informações apenas para atualizar seus dados. Mencionou a importância do uso do antigo relatório Informações Anuais (IAN), substituído atualmente pelo Formulário de Referência (FR) e também do Press-Release para o caso de uma empresa que o analista desconhece e o - Informações Trimestrais (ITR) e a Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) para as empresas que já estivesse acompanhando.

Ressalte-se aqui que nenhuma outra demonstração do conjunto de Demonstrações Contábeis obrigatórias foi mencionada pelos analistas do mercado de capitais quando se referem à atividade que desenvolvem e fontes utilizadas para a obtenção das informações.

Mencionaram ainda como principais fontes de informação para as suas atividades , a própria empresa, o departamento de Relações com Investidores (RI) e ainda a própria CVM. Considerando que nesta tese não se conseguiu separar fontes de informação de canais de informação, optou-se por manter os termos, tal como se expressaram, ora como fontes, ora como canais de informação. Contudo,

observamos que o fato de a própria empresa ser fornecedora dos dados, traz implícita a necessidade de estabelecer critérios de transparência na publicização desses dados.

Um destaque que pode ser dado já nesta primeira parte da entrevista diz respeito ao fato de terem mencionado como principal fonte de informação também a rede de relacionamentos de forma geral, mencionando especificamente outros analistas que considerem também sérios como importante fonte de informação. Havia o entendimento de que essas seriam prioritariamente fontes adicionais.

Além das teleconferências também mencionadas como fonte de informação, as informações de imprensa, que normalmente ficam fora da área de Relações com Investidores (RI) no site da empresa são, segundo um dos analistas, uma grande fonte de informações. Outras fontes mencionadas foram as que o analista entende que podem contribuir para obter informações sobre a empresa, sobre o setor e sobre o andamento da regulação dos referidos setores

Um aspecto também importante de ressaltar ao se referir ao Balanço Patrimonial como fonte de informação para as suas análises é quando o analista menciona o uso de outras fontes de informação (informações de imprensa, sua própria percepção e todas as demais informações que conseguir) justamente para confrontar com as informações obtidas pelo Balanço por considerar a possibilidade de manipulação dessa importante peça contábil

Eu gosto, eu uso, **mas eu também relevo algumas outras informações, entendeu? Contra o balanço eu bato informação de imprensa, minha percepção, da onde eu puder pegar... porque o balanço é uma peça lá que pode estar manipulado.** (05)

Essa mesma percepção aparece também na entrevista com outro analista quando diz usar todas as fontes de informações disponíveis visando o cruzamento e validação das mesmas

O investidor, independente da fonte que ele use de informações, na realidade, **ele vai recorrer a todas as fontes possíveis existentes e que ele tenha acesso pra tentar fazer o cruzamento de informações, de forma a validar as premissas** que ele adota quando ele vai fazer uma modelagem ou quando ele vai fazer uma projeção do que esperar daquela empresa (02)

Sobre a validação das informações tratar-se-á mais adiante de forma mais detalhada no tópico 4.2.6.3 em razão da relevância do assunto para a discussão do tema desta tese.

A seguir discorreremos sobre as fontes de informações adicionais utilizadas pelos analistas para o desenvolvimento de suas atividades.

4.2.3.2 Fontes de informação adicionais

1. Prospecto – muito rico em informações, rico em detalhes. Cobre uma série de temas: risco, fatores de risco, fatores de mercado, análise do ambiente competitivo, etc...
2. Formulário de referência – bem detalhado
3. Relatório Anual
4. Relatório de Sustentabilidade
- 5.DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas (01)

Mas pra ele [analista] entender o que está por vir, ele precisa falar com a empresa diretamente. Então é aí que ele vai pedir uma reunião com a empresa [...] pra ele entender

Então o primeiro passo, ele vai olhar as demonstrações, ele vai fazer o estudo dele, as conta dele, mas aí ele vai procurar a empresa.

Normalmente esse é o passo a passo. Então ele procura a empresa, vê se ele entendeu corretamente o porque daqueles resultados passados e o que ele pode esperar em termos de resultados futuros. E num terceiro momento ele vai procurar validar aquela informação, quer dizer, o entendimento dele e a informação que a empresa passou.

Ele pode tanto entrar em contato direto com o RI da empresa e falar: “RI, quero uma reunião.” Ou ele participa de uma conferência de um banco, ou alguma coisa assim, onde aquela empresa está presente e ele fala direto, ou ele pede pra corretora, ele pede pra uma determinada corretora: “Corretora, por favor, não tenho contato naquela empresa, gostaria de ter, estou estudando mais a fundo, você arruma uma reunião pra mim naquela empresa?” E até, eventualmente, ele consulta analistas de corretoras, de sell side, [...]. Só que assim, aí tem vários analistas [...] cada um com uma opinião distinta. Então o analista de buy side, que é o investidor final mesmo, ele vai fazer a lição de casa dele depois. [...] Tem diversas opiniões no mercado. Então ele vai passar, vai conversar com esses analistas pra ter uma ideia geral da percepção de cada um deles ou de alguns que ele confia mais e vai partir pra essa conversa direta com a empresa e eventualmente pra validação, que é o que eu falei, o trabalho que a gente mais faz aqui que é a validação com elos da cadeia

Os grandes investidores, os investidores institucionais, eles querem falar pelo menos com o diretor de RI ou o diretor financeiro, e que muitas vezes é a mesma pessoa. O ideal pra eles é falar ou com o diretor financeiro ou com o diretor presidente

(02)

E aí notícias da imprensa também, o Google pode ter alguma coisa [...] você bate lá e vai ver o que a imprensa falou da empresa nos últimos tempos e tal, pra posteriormente procurar falar com a empresa já com alguma base maior. Pra não falar tão cru.

Outro [relatório] também, pra empresas mais novas, né? Também é uma fonte interessante [...] ou que acessou o mercado há pouco tempo, são os prospectos, né? São úteis também. Mas aí mais pra empresa que ou abriu o capital há pouco tempo ou que tenha vindo a mercado captar alguma coisa, no curto prazo. [...] Ele é muito no estaque [...] Ele analisa um momento estático [...] Passa dois, três anos, aí perde um pouco o sentido [...]

(03)

Aí você tenta muitas vezes se comunicar com a empresa, solicitar informação através da área de relações com investidores que é a área que a gente tem mais contato. Se eles conseguem explicar ou podem abrir a

informação, eles fazem. Às vezes eles têm alguma dificuldade em explicar algumas posições. Eles colocam, por exemplo, controller da empresa, a área de contabilidade da companhia pra conseguir explicar pra gente o que são aqueles números

Então assim, ela [*corretora que trabalha com setores específicos*] contrata estudos de consultoria macro econômicos que vão dar as premissas. Ela vai avaliar como estão os benchmarks, como estão os projetos que estão sendo colocados no mercado, seus pares, mas não necessariamente ela vai ter... uma empresa inserida no setor de serviços, não tem total compreensão de como está funcionando, por exemplo, a indústria. De repente a indústria que tem uma correlação com o serviço que ela presta. Mas será que toda cadeia industrial?

Muitas vezes o analista, ele tem uma equipe, cada um cuida de subsetores. Então está acompanhando isso, está monitorando, você tem discussões estratégicas pra tentar entender como está o cenário e você tem troca de informações. Então, sei lá, um analista que tem alguns setores, ele está otimista porque ele está vendo... Aí outro analista vem e fala: "Olha, mas o setor que eu acompanho tem mostrado uma desaceleração dessa ordem, numa determinada demanda." Então essa demanda pode afetar setores que eu acompanho. Então assim, essa troca de informação acontece. Muitas vezes a gente faz reunião com empresas que são de um determinado ramo e eles perguntam pra gente: "O que vocês estão vendo? Como é que outros ramos da economia estão atuando? O que está acontecendo em outras atividades?" Então existe essa questão. Quando você é especializado demais numa determinada atividade, pode te faltar, fugir algumas coisas de que pra outras atividades já estejam... já está acontecendo, já está sentindo uma aceleração e que pra você ainda não chegou. Nem pra você, nem pro seu setor, nem ali no seu ramo de atuação, então...

Às vezes você tem eventos onde você tem outros analistas participando. Então assim, você acaba tendo perguntas diversas que acabam não deixando de ser uma troca de informação. Porque um determinado analista vê um ponto que você não estava observando. Se ele pergunta, aquilo já começa a te chamar atenção. E até mesmo a troca no mercado. Você não deixa de ter o network. Às vezes tem uma determinada empresa que você não acompanha, mas um outro analista acompanha. E aí você tenta coletar informações do mercado pra ver o que está acontecendo. [concorrência] Existe, não é tão aberta. Depende de um network.

[...] até porque a informação, ela é muito importante no mercado e assim, quem a tem, tem um diferencial. [...] Então nem sempre ela é compartilhada de forma aberta e assim, depende da sua cadeia de network, depende do seu relacionamento...

[...] Essa troca de informação, tanto entre analistas do mesmo setor como entre analistas de setores diversos, ela é uma troca importante sim.

[...] Você tem alguns eventos, algumas reuniões públicas que realmente elas são úteis. Você tem eventos, por exemplo, que as empresas levam mais executivos além da equipe de RI, eles levam executivos de outras áreas pra participar e você consegue atingir diretorias que de repente você só atingiria visitando a planta. E nem sempre você tem tempo pra ir visitar uma planta, nem sempre a empresa tem disponibilidade pra fazer essa abertura. Mas além disso, eu acho importante essas reuniões porque a gente consegue organizar, trazendo a empresa pra conversar com os investidores. Porque às vezes você consegue ter mais tempo da companhia pra te atender...

Visitas técnicas são importantes, conhecer a empresa, empresas produtivas, por exemplo, parque fabril, conseguir ter acesso a como funciona essa operação. Visualizar isso.

Conversar com os técnicos da companhia, tudo isso traz, com certeza agrega informação pra gente

[...] Aí você vai atrás da informação em outros lugares. Você vai ver se tem algum documento da empresa, em ata da reunião do conselho, se em ata da assembleia tem informações sobre aquilo.

[...] Outros, e outros, e outros, tudo quanto é relatório que a gente consegue ter acesso é útil. Às vezes você consegue encontrar informação sobre uma determinada coisa que não foi divulgada pro mercado, mas está na área de assessoria de imprensa.

Às vezes na área de institucional, você consegue achar informações que não estavam claras.

Hoje em dia, por exemplo, se fala muito em sustentabilidade, aí você pega, você tem um relatório de sustentabilidade, muita empresa divulga.

Mas às vezes, dentro da parte institucional da empresa, você às vezes consegue informações maiores sobre essas práticas, sobre essas políticas, sobre o que a empresa desenvolve.

(04)

Que às vezes eu posso ter, por exemplo, uma consultoria. Eu tenho uma consultoria que presta isso pra mim. [...] Então meu analista está começando a fazer o setor, ele liga pra saber a opinião dele sobre a empresa, sobre o setor.

Tem empresa que você consolida dados do setor. Tem empresa que é muito bem organizada, o setor é muito bem organizado. Então, por exemplo, setor de papel e celulose tem a (Empresa de Celulose B) com dados consolidados, setor siderúrgico, tem aquela... Instituto Siderúrgica Brasil, [IBS – Instituto Brasileiro de Siderurgia] alguma coisa assim. Então são coisas que você acaba pegando.

<p>"Visitas à campo", sempre que possível, né?</p> <p>É, o plano de ação. O que a empresa espera, assim, qual seria o plano dela ?[...] Se pudesse ter essa informação melhoraria horrores. [...] <u>A gente acaba perguntando isso pra eles [RI], eles acabam falando. Mas se viesse no balanço, não precisaria...</u></p> <p>(05)</p>
<p>[quando não encontra as informações que precisa nas demonstrações]</p> <p>Em geral a gente <u>usa o custo médio, faz uma análise mais superficial.</u></p> <p>Ou a gente <u>acessa a área de RI da companhia,</u> mas tem coisas que eles acabam não passando... [...] É que aqui, no nosso caso, especificamente, o cliente normalmente é a empresa, então a gente tem acesso a perguntar tudo o que falta.</p> <p>[...] <u>Consegue porque é meu cliente, né? A gente tem até acordo de confidencialidade. Então eu tenho acesso total aí eu complemento assim.</u></p> <p><u>Mas a gente depende muito dessas perguntas específicas pra companhia pra poder completar nossa análise.</u></p> <p><u>Quando a gente faz análise com 100% de informação pública, tem algumas carências,</u> principalmente na parte de dívidas.</p> <p>[...] aqui no caso, a gente tem um centro de informações [...] daí eles compram. Mas tem que comprar o relatório.</p> <p>(07)</p>
<p>[DRE e Balanço]Essas são as mais importantes, mas assim, nunca que a gente vai se balizar só por isso, né?</p> <p>Tem que ver a <u>qualidade da operação, conversar com quem puder conversar, com outros acionistas da empresa, principalmente os acionistas relevantes</u> que tem posição.</p> <p>[...] e <u>aí vai o que surge na hora.</u> [...] Aí calhou da gente conhecer o diretor financeiro da[...] Mas se eu conhecesse outra pessoa eu também...[...] <u>você está tomando referências,</u> você está conhecendo aquela pessoa. [...] <u>Você quer saber de todo mundo que puder dar referências sobre aquela empresa, quem está mais próximo... porque a empresa divulga o que ela quer divulgar,</u> [...] <u>Concorrentes... acionistas, concorrentes, ex funcionários</u> e aí também você vai ouvir essa cara com viés também, porque se ele foi mandado embora você tem que filtrar. Da mesma forma que a empresa tem que filtrar, <u>o que ele fala você também tem que filtrar. Então tem tudo isso.</u></p> <p><u>Você vai ler o histórico daquele gestor</u> [...] "O cara está há 30 anos fazendo incorporação imobiliária, só faz isso da vida. Aí beleza. Agora você vai ver um outro cara que já deu calote, processado pela justiça, aí você vê que a ação dele é ótima[...] é meio isso, meio preconceituosamente até, mas é o que você tem. [...] é o que se diz, mas... <u>principalmente depois do que aconteceu com incorporação, que a contabilidade se mostrou... assim, totalmente sem validade</u> e depois do que aconteceu também com a (Empresas petrolíferas A e B) e tal e que agora todo mundo vai falar assim "ah, era óbvio". Mas todo mundo comprou a (Empresa petrolífera A) todo mundo comprou. Caras de casas assim... mais tradicionais... [...] vistos como empresa séria, eles compraram ações da (empresa petrolífera B), por exemplo. Então, agora ninguém comprou, mas, assim, <u>na época parecia que ia dar certo. Por isso.</u> O cara estava há 50 anos na Petrobrás, achou petróleo pra todo mundo, achou pra ele, agora ele vai achar pros outros e aí não achou e <u>aí mostrou-se uma ética totalmente distorcida também. Vendeu ações antes de divulgar resultado ruim, colocou a irmã dele pra trabalhar ganhando 150 mil reais... então assim, um monte de absurdo, mas...e que eu fui descobrir só depois de 2 anos estudando[...]</u></p> <p>(08)</p>

Em relação às fontes de informação adicionais que o analista busca para realizar o seu trabalho, o contato direto com a empresa é a fonte de informação adicional mais freqüentemente utilizada. Após consultar e estudar as informações contidas nas demonstrações e relatórios publicados o analista ou o investidor procura a empresa para entender as causas dos resultados apresentados e para obter informações do que esperar em relação aos resultados futuros.

Essa constatação sugere que a forma como as demonstrações e relatórios são apresentados carecem de uma maior clareza e também de um maior detalhamento ou explicações mais adequadas sobre as variações ocorridas. Esse assunto será retomado nos tópicos que tratam das Notas Explicativas e também nos itens que discorrem sobre as principais dificuldades e barreiras enfrentadas para acesso, obtenção e uso das informações contábeis e também no tópico que trata das sugestões de melhorias para a qualidade das informações contábeis, tratados mais adiante.

Foram também mencionadas como fonte de informações adicionais as notícias de imprensa, as notícias e matérias acessadas pelo Google, os prospectos, as informações institucionais da empresa, os eventos públicos dos quais os analistas participam, as perguntas feitas por outros analistas em eventos públicos como as reuniões da Apimec e teleconferências e também os contatos e trocas de informações entre analistas internos da própria corretora, assim como analistas de fora da empresa que trabalham com o mesmo setor ou com outros setores que eventualmente tenham impacto no setor coberto por este analista.

As visitas técnicas à empresa constituem uma fonte de informação adicional bastante mencionada pelos analistas por entenderem que

Visitas técnicas são importantes, conhecer a empresa, empresas produtivas, por exemplo, parque fabril, conseguir ter acesso a como funciona essa operação. Visualizar isso. Conversar com os técnicos da companhia, tudo isso traz, com certeza agrega informação pra gente (04)

Dada a importância atribuída pelos analistas a esta fonte de informação adicional, discorrer-se-á com mais detalhes sobre a questão em tópico posterior.

Um dos analistas mencionou que vai atrás de informações em todos os lugares e fontes de informação a que tiver acesso por julgar útil todos os relatórios uma vez que pode encontrar uma informação importante que ainda não tenha sido divulgada ao mercado em outros relatórios ou mesmo documentos que não fazem parte do conjunto das demonstrações e relatórios usualmente divulgados pelas empresas. Além de atas de reuniões, atas de assembleias e demais documentos disponibilizados no site da empresa, cita como exemplo as informações importantes que acaba encontrando na área de assessoria de imprensa e na parte institucional da empresa

[...] Aí você vai atrás da informação em outros lugares. Você vai ver se tem algum documento da empresa, em ata da reunião do conselho, se em ata da assembleia tem informações sobre aquilo. [...] Outros, e outros, e outros, tudo quanto é relatório que a gente consegue ter acesso é útil. Às vezes você consegue encontrar informação sobre uma determinada coisa que não foi divulgada pro mercado, mas está na área de assessoria de imprensa. Às vezes na área de institucional, você consegue achar informações que não estavam claras. Hoje em dia, por exemplo, se fala muito em sustentabilidade, aí você pega, você tem um relatório de sustentabilidade, muita empresa divulga. Mas às vezes, dentro da parte institucional da empresa, você às vezes consegue informações maiores sobre essas práticas, sobre essas políticas, sobre o que a empresa desenvolve. (04)

Ainda sobre as fontes de informações adicionais utilizadas pelos analistas para a realização de suas atividades, ressalta-se novamente a busca por outras fontes de informação como checar a qualidade da operação, conversar com outros elos da cadeia onde a empresa está inserida, com os principais acionistas, concorrentes e até com ex-funcionários, com o intuito de validar as informações publicas disponibilizadas pela empresa pelos diferentes meios, sejam relatórios facultativos ou demonstrações obrigatórias.

[DRE e Balanço]Essas são as mais importantes, mas assim, nunca que a gente vai se balizar só por isso, né? Tem que ver a qualidade da operação, conversar com quem puder conversar, com outros acionistas da empresa, principalmente os acionistas relevantes que tem posição. [...] e aí vai o que surge na hora. [...] Aí calhou da gente conhecer o diretor financeiro da[...] Mas se eu conhecesse outra pessoa eu também...[...] você está tomando referências, você está conhecendo aquela pessoa. [...] Você quer saber de todo mundo que puder dar referências sobre aquela empresa, quem está mais próximo... porque a empresa divulga o que ela quer divulgar, [...] Concorrentes... acionistas, concorrentes, ex funcionários e aí também você vai ouvir essa cara com viés também, porque se ele foi mandado embora você tem que filtrar. Da mesma forma que a empresa tem que filtrar, o que ele fala você também tem que filtrar. Então tem tudo isso. (08)

Segundo um dos analistas buscam-se todas as fontes de informações adicionais possíveis, sobretudo de pessoas mais próximas, que possam dar referências sobre a empresa em análise, tendo em conta que, segundo ele, a empresa divulga o que quer. Infere-se certa desconfiança, falta de credibilidade no que a empresa divulga, justamente pelo problema apontado em nossa pesquisa sobre o conflito de interesses entre a empresa e potenciais usuários externos.

4.2.3.3 Outras fontes de informação adicionais

<p>Management da companhia Órgãos setoriais: ANAC, IDV, SECEX RI – porta de entrada. Mas no início de trabalho você tem que <u>ir além do relações com investidores</u>. Normalmente você pede pra conhecer o CFO ou algum outro diretor, o CEO, num segundo momento. (01)</p>
<p>Podem ser fornecedores, podem ser clientes, podem ser concorrentes [...] essa minha área de <i>salles</i> é justamente por esse trabalho que a gente faz de <u>buscar dar acesso ao investidor a esses outros elos da cadeia.</u> (02)</p>
<p>Então <u>pra fazer uma projeção</u>, você vai pegar <u>premissas macro econômicas</u> que você <u>tem na casa</u>, no nosso caso aqui, a gente tem uma <u>área de macro economia</u>. Então ele <u>faz as projeções macro</u>.</p> <p>Aquilo que são <u>micro</u>, que faz <u>parte do setor</u>, como uma relação de preço de petróleo aí você vai procurar desde <u>consultorias especializadas</u> em fazer projeção em cima disso até <u>organismos internacionais</u> que façam projeções desses dados. <u>E vai usar isso como base.</u> (04)</p>
<p>[...] <u>nós temos consultorias, macro econômicas, que a gente contrata também</u>, que são conhecidas no mercado. (05)</p>

Nas entrevistas foi possível identificar outros tipos de fontes de informações adicionais que utilizam para o desenvolvimento da atividade de análise, além de mencionarem as fontes de informações adicionais já descritas no tópico anterior (RI, fornecedores, clientes, concorrentes e demais elos da cadeia onde a empresa está inserida) foram também mencionados os órgãos setoriais, os managements da companhia (Diretores, *Chief Financial Office* - CFO, *Chief Executive Officer* - CEO), premissas macroeconômicas, consultoria especializadas e até organismos internacionais. Algumas corretoras possuem inclusive áreas específicas para o levantamento de informações de natureza macro-econômicas e as que não possuem acabam contratando consultorias especializadas para a realização dessa parte da tarefa.

4.2.3.4 Acesso às fontes – contato direto com as empresas

<p>Tranquilo para os analistas. Porque normalmente a companhia tem todo interesse que você faça um trabalho mais exato possível, com mais qualidade possível e aí eles dão acesso. (01)</p>
<p>[...] Isso <u>é caso a caso, de acordo com o RI, de acordo com a administração da companhia</u> e</p>

óbvio, [...] **não podemos exigir que todas tenham esse mesmo grau**, porque você tem **empresas em momentos diferentes**. [...] Se você pegar uma empresa que abriu o capital há 6 meses, ela **não vai ter o mesmo grau de maturidade na comunicação com o mercado** que uma empresa que tem o capital aberto há 10 anos. O que também não significa que uma empresa que tem capital aberto há 10 anos necessariamente tem uma comunicação melhor do que uma que abriu há 6 meses. **A gente vê empresa que abre capital muito mais preparada**, então já se preparou antes pra atender a demanda do mercado e empresas que abriram o capital na década de 70 porque tinha benefício fiscal e hoje em dia nem sabem porque têm o capital aberto. **Então o investidor, se tentar falar com eles lá, vai passar um ano tentando falar e não vai conseguir**. (02)

Então, tem dois tipos de analista, tem o **analista que trabalha pras gestoras**, tem analista que **trabalha pra corretora**.

Esse **da corretora, ele acaba tendo uma aproximação, em regra, aproximação maior com a empresa**. Porque ele cobre a empresa todos os trimestres, tem um preço alvo praquela ação, faz eventos com aquela empresa, faz café da manhã com investidores, então **a relação é mais próxima**. Então **esse com certeza vai falar com a empresa, com certeza. Se ele emitir um relatório ele vai falar ou com o diretor financeiro, que geralmente é o diretor de RI**. Com o presidente talvez não, mas **pelo menos com o diretor financeiro ele vai falar**. A maioria **vai ter interesse de falar pra se vender também**, então... principalmente se for de uma casa importante ou de uma corretora importante, então **com certeza a empresa vai ter interesse**. (03)

Nas gestoras, aí varia um pouco. Porque tem gestoras que **fazem investimentos mais oportunistas**. Então ele compra e vende muito rápido. Esse cara, **pode ser que ele nem chegue a falar com a empresa**. Ele monta ali uma posição naquelas ações que ele acha que está barato e tal. Mas **como é uma coisa de curto prazo ele pode nem chegar a falar com a empresa**. Agora, tem gestoras que tem uma visão mais a longo prazo, concentra as suas posições, **aí essas aí vão com certeza acabar falando, chega até a ter conselheiros até, se for o caso**. Tem tanta ação daquela empresa que acaba, pela lei das ações, **tendo direito a ter um conselho fiscal ou um conselho de administração. Aí essa aí vai entrar**. Então **varia um pouco o perfil de cada analista**. (03)

Ou a gente **acessa a área de RI da companhia**, mas tem coisas que eles acabam não passando... [...] É que aqui, no nosso caso, especificamente, o cliente normalmente é a empresa, então **a gente tem acesso a perguntar tudo o que falta**. [...] Consegue porque é meu cliente, né? A gente tem até acordo de confidencialidade. Então eu tenho acesso total aí eu complemento assim. **Mas a gente depende muito dessas perguntas específicas pra companhia pra poder completar nossa análise**. (07)

Dão [as informações], **mas mentem também. Nem todos são acessíveis**. Aí falar da média é complicado, porque **tem uns mega acessíveis, tem outros nada acessíveis**.... (08)

Conforme já descrito no tópico 4.2.3.2 o contato direto com a empresa foi uma das fontes de informação adicionais mais utilizadas pelos analistas no desenvolvimento de suas atividades. Ao sondar mais a fundo a questão, questionava-se o entrevistado sobre a facilidade ou não de acesso a esse tipo de fonte de informação. Alguns dos analistas afirmaram que esse acesso é bastante tranquilo em razão do interesse que a própria empresa tem na qualidade do trabalho realizado pelo analista

No entanto houve também quem afirmasse que nem todos os RIs são acessíveis e que mesmo que forneçam as informações, as vezes mentem.

Outros mencionaram que o acesso direto à empresa como fonte de informação adicional depende do grau de maturidade do RI e da própria administração da empresa, sendo que algumas até dificultam o acesso do investidor, especialmente aquelas que abriram capital nos anos 70 em razão de benefícios fiscais

Destaca-se ainda que a facilidade ou não de acesso direto à empresa como fonte de informação adicional está relacionado, ou depende tanto do tipo de investimento que se pretende fazer, se de curto ou de longo prazo, como também do perfil de analista e da empresa para a qual esse profissional trabalha, ou seja, se é analista que trabalha para gestoras ou analista que trabalha para corretoras.

Esse da corretora, ele acaba tendo uma aproximação, em regra, aproximação maior com a empresa. Porque ele cobre a empresa todos os trimestres, tem um preço alvo praquela ação, faz eventos com aquela empresa, faz café da manhã com investidores, então a relação é mais próxima. Então esse com certeza vai falar com a empresa, com certeza. Se ele emitir um relatório ele vai falar ou com o diretor financeiro, que geralmente é o diretor de RI. Com o presidente talvez não, mas pelo menos com o diretor financeiro ele vai falar. A maioria vai ter interesse de falar pra se vender também, então... principalmente se for de uma casa importante ou de uma corretora importante, então com certeza a empresa vai ter interesse. Nas gestoras, aí varia um pouco. Porque tem gestoras que fazem investimentos mais oportunistas. Então ele compra e vende muito rápido. Esse cara, pode ser que ele nem chegue a falar com a empresa. Ele monta ali uma posição naquelas ações que ele acha que está barato e tal. Mas como é uma coisa de curto prazo ele pode nem chegar a falar com a empresa. Agora, tem gestoras que tem uma visão mais a longo prazo, concentra as suas posições, aí essas aí vão com certeza acabar falando, chega até a ter conselheiros até, se for o caso. Tem tanta ação daquela empresa que acaba, pela lei das ações, tendo direito a ter um conselho fiscal ou um conselho de administração. Aí essa aí vai entrar. Então varia um pouco o perfil de cada analista. (03)

Porém, importante destacar o que mencionou um dos entrevistados que , embora possuam o acesso total ao RI da empresa, até pela relação que suas entidades eventualmente tenham com a empresa que está sendo analisada, ainda assim, nem sempre obtém a informação que necessitam para complementar o seu trabalho de análise.

[...] a gente acessa a área de RI da companhia, mas tem coisas que eles acabam não passando... [...] É que aqui, no nosso caso, especificamente, o cliente normalmente é a empresa, então a gente tem acesso a perguntar tudo o que falta. [...] Consegue porque é meu cliente, né? A gente tem até acordo de confidencialidade. Então eu tenho acesso total aí eu complemento assim. Mas a gente depende muito dessas perguntas específicas pra companhia pra poder completar nossa análise (07)

4.2.3.5 Acesso a outras fontes de informações adicionais

<p>[...] o acesso à essas fontes, muitas vezes, outras fontes, <u>não é simples. Então demanda conhecimento, a pessoa conhecer alguém que trabalha no setor ou que tenha alguma relação com agentes reguladores, como... o que mais, outras empresas relacionadas àquela cadeia, à mesma cadeia produtiva...</u> (02)</p>
<p style="text-align: center;">Rede de contatos</p> <p>Primeiro sorte, também. Às vezes você está na academia e está ali... um cara que é dono de uma siderúrgica. Aí você começa a conversar “E o aço, como é que está?” Aí o cara vai te dar o panorama “Putz, não vi essa semana o número de estoque tal, tal, tal...” Então é meio... e vai muito de... em quanto você está disposto também. É um negócio meio de... se você quer falar toda hora disso ou não. A gente aqui vive isso. Então...</p> <p>[<i>diferença que faz a rede de contatos</i>]. Faz, pra caramba. Exatamente. E às vezes na sorte, sabe? Às vezes você pega a melhor informação possível, não insider [<i>informação privilegiada</i>], não isso, que isso é bobagem, <u>mas sorte desse ponto de vista: você faz academia com o dono de um frigorífico que vem todo dia te falar assim “Nossa, a empresa M, você não sabe, meu, o que é isso?” E aí aquilo te desperta pra um negócio do tipo: “Nossa, será que essa empresa M é tão ruim mesmo?”</u></p> <p>E aí você vai estudar o balanço, aí você vê, aí você olha para a empresa M, aí você fala “Nossa, essa margem está muito alta frente aos concorrentes.” Mas a empresa N que é mais eficiente que <u>a empresa M é o mais eficiente?” [...] Então análise também é isso.</u></p> <p>Às vezes você está estudando a empresa M, mas fala “Nossa, por outro lado como a empresa N é boa!” Então assim, <u>a gente deu não só fraude na empresa M, mas descobriu como a empresa N era legal também, porque acabou comparando.</u></p> <p style="text-align: center;">(08)</p>

No que se refere ao acesso às outras fontes de informações adicionais, os entrevistados manifestaram dificuldade de acesso por demandar o conhecimento de pessoas relacionadas ao setor ou aos agentes reguladores ou ainda a outras empresas da mesma cadeia produtiva

Quando se referem especificamente ao acesso das redes de contato os entrevistados mencionam a atitude e disposição do analista em estar atento o tempo todo e o fator sorte como os facilitadores para a ocorrência ou não desse acesso para obtenção das melhores informações.

4.2.3.6 Importância do contato direto com a empresa como fonte de informação

Eles querem falar com a gestão. Porque é quem tem as decisões, quem tem um conhecimento geral da empresa. Porque no final das contas a decisão de investimento dele vai passar por confiar na administração da companhia.

Então se ele não confia que uma determinada administração é capaz de gerir aquele negócio, ele não vai investir na ação. Então ele pode falar “Não, o setor é promissor, a empresa é promissora, mas eu não confio na capacidade de execução da administração, então não vou investir.” Ou “Eu não acho que a administração está sendo clara o suficiente com os investidores. Eu acho que eles estão escondendo informação, eu acho que eles não estão tratando com igualdade os investidores, estão dando preferência pro controlador, quer dizer, controlador tem acesso à informação que eu não tenho... Então dependendo dessa percepção, pode ser um determinante pra ele investir ou não....(02)

Considerando que umas das fontes adicionais de informação mais citadas foi o contato direto com as empresas, por ocasião da entrevista tentou-se aprofundar as razões pelas quais esse contato direto é relevante para atividade que desenvolvem. Observa-se que entre as razões apontadas pelos analistas para a importância do contato direto com as empresas, especialmente com gestores, está o fato de considerarem em suas decisões de investimento também a sua percepção sobre a confiança ou não na gestão ou administração da empresa dado que são estes que tomam as decisões e possuem o conhecimento geral da empresa.

Assim, fica claro que o grau de confiança percebido pelo analista em relação a capacidade do gestor ou da administração da empresa em gerir o negócio, a capacidade de execução da administração, na clareza desses gestores na comunicação com os investidores, na equidade de tratamento dado aos investidores são as razões pelas quais os analistas consideram relevante o contato direto com a empresa para o desenvolvimento de suas atividades e a eventual recomendação ou não de investimento ou decisão de investimento no caso do investidor.

4.2.3.7 Importância das visitas técnicas, visitas à campo como fonte de informação e de observar de perto o que acontece com o negócio por meio de pesquisa de mercado (direta)

Porque é uma coisa, eu acho que... é uma coisa muito distinta você acompanhar o setor de longe. Na maior parte, os analistas têm formação em exatas, mas não necessariamente... por exemplo, você tem muitos engenheiros hoje que atuam como analista de investimento, mas não necessariamente eles atuaram no campo da produção. Então assim, tem noção de como funciona, sabe como deveria funcionar,

mas chegando na empresa, vendo realmente a atividade, você consegue perceber às vezes até se realmente a empresa é eficiente como ela diz. (04)

Às vezes você visita o parque de uma determinada empresa e visita outro, empresas que atuam no mesmo ramo, e você vê diferenças de atuação. No nível de produção você consegue entender porque aqui ele consegue ter uma economicidade numa determinada matéria-prima ou itens e aqui falta alguma coisa, porque aqui tem um controle maior que em outros ramos e aqui não. Então visitar, eu acho que assim, é muito importante. Mesma coisa que a gente fala de uma construtora. É muito subjetivo você falar: "Uma construção vai entregar não sei quantos apartamentos... do ramo econômico, numa determinada região da cidade." E você ir lá, ver o empreendimento, onde ele está instalado, como é que está a evolução da obra, se no canteiro de obra as pessoas estão usando os equipamentos de segurança de trabalho ou não, acompanhar, de repente, o nível de desperdício de material que está acontecendo naquela obra, pra ver se a empresa tem um controle maior ou não, a localidade... Então às vezes eles falam: "Estamos desenvolvendo o empreendimento." Aí você vai visitar, é muito afastado, sem infraestrutura viária, sem meio de transportes viáveis, aí você fala: "Poxa, mas eles estão lançando a planta disso, mas efetivamente, assim, quem vai conseguir comprar? Será que a precificação está correta?" Porque assim, será que as pessoas vão pagar um valor X por metro quadrado pra um lugar que está tão distante? Será que eles não vão ter que acabar abaixando o preço das suas unidades?

É diferente, né? Uma coisa é, sei lá, você pega um analista que mora na região dos Jardins e aí pega uma construtora que está fazendo um empreendimento lá no extremo da zona Norte. Será que a gente tem plena consciência do que é isso? Quer dizer, se a gente não for lá ver?

(04)

Então assim, eu, pelo menos a gente aqui preza muito essa questão do contato com a atividade. Às vezes a gente faz pesquisa de mercado. Na época da questão da concorrência entre empresas de cartões C e R, e a entrada da empresa G, a gente passava nos lojistas...você ia numa lojinha pagar alguma coisa você aproveitava pra perguntar: "Qual maquininha funciona melhor? Qual é o melhor sistema? Vocês gostam mais...? E aí, vocês têm interesse em colocar uma maquininha de uma outra? Não tem?" Você vai num almoço, determinada maquininha..."Dá muito problema? O sistema deles é muito ruim? Vocês já tiveram problema? Vocês veem que os outros lojistas reclamam?" (04)

Então assim, não deixa de ser uma pesquisa. Você consegue... Aí quando os números começam a aparecer, uma empresa perde mercado, ou ganha mercado, você consegue entender talvez um pouco... Ah, não está nos números. A empresa tem feito seu esforço comercial, tem planejamento, então por que está perdendo? De repente, você consegue achar. (04)

Ah, movimento de lojas. Sei lá, estamos longe de um período de final de coleção e as lojas já estão fazendo liquidação com 50% de desconto, não é estranho? Aí talvez seja a hora de ligar pro RI e perguntar: "Está acontecendo alguma coisa? Vocês já estão fazendo liquidação fora de temporada, o que aconteceu? A coleção não foi bem colocada? Teve algum problema?"

Você consegue, às vezes, na economia real, no dia a dia, enxergar algumas coisas.(04)

[precisa estar atento] 24 horas. Você está assistindo a novela, sei lá, passa um comercial, uma propaganda de uma empresa de cosmético que você sabe que tem capital aberto. Já pensa: "Poxa, no horário nobre, novela das oito... Elas vão gastar bastante com publicidade e propaganda nesse trimestre"[...] Então assim, tudo é informação. E quanto mais próximo da realidade da companhia você conseguir estar, claro que nunca vai ser 100%. (04)

Você não é uma consultoria de planejamento financeiro, onde a empresa te entrega tudo que ela tem, todos os números dela e diz: "O que vocês acham que a gente consegue fazer daqui 5 anos?" Nós não temos esse nível de informação. As nossas informações, elas são um pouco mais restritas, é aquilo que está público pra todo mundo, mas não tem um nível de abrangência de quem está dentro da empresa, de quem estrutura o planejamento da companhia. (04)

Então uma parte vem do nosso esforço de trabalho, da nossa capacidade de dedução e de conseguir levantar informações adicionais.

E as vezes pesquisa de campo, visita a operação da empresa...tudo isso ajuda muito. (04)

"Visitas à campo", sempre que possível, né? É importante. Você aprende muito quando vai conhecer uma planta... É porque às vezes a gente fica muito no mundo do papel, do balanço e aí o que acontece? A gente acaba se prendendo a números, frios. E você não tem noção. (05)

Então você fala assim: “Poxa...” Eu fui outro dia na planta da indústria K, lá em Parambi. Ah, a indústria K faz silos. Tá bom. Quando [...] você vai projetar aqui você vê histórico, ve a projeção crise de safra, tá. **Quando você visita a fábrica, você entende muito melhor** que ela tem uma capacidade, por exemplo, é o estado da arte em produção de silos, mas em marca de movimentação, de limpeza, ela já não é tão eficiente.

E tem uma parcela importante da atividade da empresa canalizada praquilo, para melhorar aquele processo. **Então onde ela pode tirar vantagem? Nessa operação que é menos eficiente na outra.** É muito interessante. Lá você tem a fábrica de... esqueci agora os outros itens lá, .. Máquina de movimentação, limpeza, tem 800 funcionários. Aí você vai na de silos, tem só 180. Aí você vai no estoque, almoxarifado, tem 180 também. **Então, quer dizer, o almoxarifado tem o mesmo número de gente que a fábrica de silos que é o principal carro chefe. Ou seja, eles têm deficiência aqui e aqui. Então o analista consegue observar isso.** [...] Assim, em duas unidades industriais diferentes, ele tem 4 vezes mais funcionários em uma unidade do que na outra. Então aqui está sendo mais ineficiente. [...] E essa daqui equivale ao número de funcionários que... a unidade de silos tem menos gente que o almoxarife. Sinal que aqui deve estar inchado, aqui está inchado e aqui já está no estado da arte. Então aqui ele pode tirar a diferença. [...]. (05)

Como visto no tópico 4.2.3.2 que tratou das Fontes de Informações adicionais utilizadas pelos analistas para o desenvolvimento de suas atividades de análise, as visitas técnicas, também citadas como visitas à campo ou visitas à operação da empresa, foram mencionadas pelos entrevistados como importante fonte de informação. Sondando mais a fundo as razões da importância dada pelos analistas a essa fonte de informação identificou-se que para o analista, acompanhar de perto o setor, ver o funcionamento real da atividade, observar a atuação da empresa no campo da produção, permite que ele perceba e confirme ou não a eficiência promulgada pela empresa e também diferenças de atuação entre empresas do mesmo ramo ou ainda detectar fatores no sistema produtivo da empresa que eventualmente estejam impactando em sua performance.

Destaque-se que por terem informações mais restritas e não possuírem o nível de abrangência de informações de quem está dentro da empresa, necessitam contar o esforço de trabalho que fazem e de sua própria capacidade de dedução e nesse sentido as pesquisas de campo ajudam

4.2.3.8 O que faz o analista quando não encontra as informações que necessita

Tem que ligar pra lá, né? Aí já não consegue falar... [com o RI da empresa] (03)

Depende. **Às vezes eu desisto, às vezes eu tento me virar com o que tem.** Tento eu conversar com eles [RI], assim, a gente debater sobre as informações públicas[...] E muitas vezes eu desisto e falo:

“Olha, eu tentei, mas se não tenho acesso à informação, sem informação não tem análise, então não vou recomendar pra você.”

Obviamente eu, assim como vários outros, fizeram coisa semelhante, ou não recomendaram, quem é analista, ou não investiram quem é investidor, **isso implica que normalmente essas ações afastadas do mercado de capitais são muito mais baratas do que as outras.**

Então esse é o caso, por exemplo, de empresas A e B que podia ser muito mais... Empresas C, D, E ..., várias outras empresas que poderiam...[...] Mais cética, mais afastada do mercado de capitais e isso se reflete numa... o que a gente chama de um valuation descontado por uma questão de... o cara... **ninguém vê aquilo barato porque a empresa não se mostra e se a empresa não quer se mostrar porque eu vou também ativamente...** (08)

[...] e às vezes é assim, as vezes isso é uma oportunidade também. Por exemplo, a empresa A está lá, é um desses casos, foi fundada há 200 anos, controlador, gestor também tem 83 anos, **não quer governança corporativa, nem sabe...** [...] **a empresa é ótima como empresa, provavelmente a empresa vai se alçar a um novo nível de governança corporativa,** hoje todo mundo no setor vale entre 18 vezes e 20 vezes lucro, ela vale 14 vezes lucro, por uma questão de governança, nesse momento a ação que está 14 vezes lucro, vai subir pra 18 vezes lucro. Então tem 30% aí de ganho em cima da empresa A **por uma questão de governança. Então esse ... também pode ser visto como oportunidade.**

(08)

[...] Justamente isso. [...] E se não vier... volto àquela questão: “E se eu estiver errado? Ah, pra baixo de 14 vezes lucro [...] de consumo não vai vir, então eu topo pagar 14 vezes lucro com tranquilidade. **E se vier o bônus da governança, show.** E se não vier, 14 vai virar 16, daí 10%, se vier, eu ganhei 40. [...]É, exatamente. Empresa F também [...] **tem a perspectiva de liberar pro novo mercado...**

Então... **a mudança de governança pode ser uma oportunidade. É um risco e uma oportunidade ao mesmo tempo. [...] É, porque as ações movem no novo, né? Ela não tem governança, então... ela já não tem governança, então ela não vai cair porque ela não tem governança, ela já não tem.** Agora, se ela não tem, **ela só tem a melhorar.** Então aquilo também é uma oportunidade. Se ela continuar.... O risco é que ela continue desse jeito. E ação parada, é normalmente isso que acontece.

(08)

Na sondagem realizada após o relato dos analistas à respeito das fontes de informações utilizadas para o desenvolvimento de suas atividades bem como sobre as eventuais dificuldades de acesso e obtenção dessas fontes de informações, buscou-se também compreender que atitude o analista normalmente toma quando não encontra a informação que precisa. Observa-se que as reações são diversas. Tem analista que insiste para falar com a empresa, falar com o departamento de RI. Outros comentaram que depende da situação: as vezes se viram com o que têm e outras vezes até desistem.

Observe-se que a desistência obviamente provoca um impacto negativo não somente para o trabalho do analista como também para a empresa que é punida pela não recomendação da ação pela impossibilidade de o analista completar a análise por falta de informações.

Por outro lado, alguns dos analistas encaram essa situação também como oportunidade.

Um aspecto interessante a ser observado é o que diz respeito ao fato de o analista ter mencionado a governança corporativa ao se referir às ações

empreendidas ante a não obtenção das informações. A falta de informações é vista como decorrência de a empresa ainda não possuir adequado nível de governança corporativa, apesar de sua boa performance perante o mercado. Tal menção sugere que o nível de governança corporativa parece mesmo provocar impacto no acesso e disponibilidade de informações fornecidas pelas empresas, bem como na diferença de postura das empresas em fornecer ou não tais informações. Essa inferência pode ser corroborada pela literatura que embasa o presente estudo uma vez que se considera que o nível de governança corporativa pode contribuir com um maior grau de transparência por parte das empresas que a adotam e portanto um maior nível de "disclosure", de divulgação de informações ao mercado de capitais.

4.2.3.9 Assimetria de informações – conflitos de interesse em relação às fontes de informação

Porque muitas vezes, o que acontece? Se você pensar, o mercado brasileiro, ele tem uma **característica** que muitas empresas tem **um controlador definido**, a grande maioria tem um **controlador definido**. E a grande maioria das empresas que tem um controlador definido, o controlador participa da administração da companhia. Então **além de ele ser acionista, ele é integrante da administração**. Então ele está ali no dia a dia. Então, quer você queira quer não, **ele sabe o que está se passando lá dentro**. E ele sabe com um grau **de profundidade que certamente não sabe aquele que não está participando da administração da companhia**. Então, se ficar, **se isso transparecer pro investidor como um conflito de interesse, ele vai se resguardar**. Quer dizer, no pior dos casos ele não vai investir, "Ah, eu não vou pôr meu dinheiro lá se eu achar que eu corro risco de ser prejudicado por uma decisão que é benéfica só pro controlador. (02)

É o que acontece, né? Que é o conflito de agência, né? Às vezes, como **geralmente o press release não é auditado, a administração bota mais floreio onde ele quer reforçar positivamente no press release**, né? Entendeu? Acaba acontecendo isso também. (03)

Um aspecto que chama a atenção quando os entrevistados discorrem sobre as fontes de informações diz respeito à sua percepção sobre a possibilidade de ocorrência de conflito de interesse por assimetria de informação e também o conflito de agência. Como mencionado anteriormente, cabe observar que neste estudo estamos focalizando o conflito de interesse decorrente de interesses da instituição provedora de informação e a necessidade de informação relevante para tomada de decisão por parte dos potenciais usuários. A questão do "conflito de agência",

oriundo da separação entre propriedade e controle, mencionado pelo analista, embora não seja objeto de discussão neste trabalho, merece ser mencionado por embutir questões de assimetria informacional. Um dos analistas menciona que a característica do mercado brasileiro, que permite que um determinado acionista possa também exercer a função de controlador definido da empresa participando da administração da mesma, pode gerar conflito de interesse pelo fato desse acionista possuir um grau de profundidade maior no conhecimento do que se passa dentro da organização

Então além de ele ser acionista, ele é integrante da administração. Então ele está ali no dia a dia. Então, quer você queira quer não, ele sabe o que está se passando lá dentro. E ele sabe com um grau de profundidade que certamente não sabe aquele que não está participando da administração da companhia. Então, se ficar, se isso transparecer pro investidor como um conflito de interesse, ele vai se resguardar. (02)

Já o conflito de agência foi mencionado quando um dos analistas referiu-se ao *press-release* como fonte de informação para a sua atividade de análise. Na percepção do analista o conflito de agência pode ser observado no “floreio” que a administração coloca ao elaborar o referido relatório para reforçar positivamente aspectos do seu interesse, uma vez que o referido relatório não passa por auditoria.

É o que acontece, né? Que é o conflito de agência, né? Às vezes, como geralmente o press release não é auditado, a administração bota mais floreio onde ele quer reforçar positivamente no press release, né? Entendeu? Acaba acontecendo isso também. (03)

Tais menções chamam a atenção pelo fato de se observar que ainda nos dias atuais, mesmo depois das mudanças ocorridas com a harmonização dos padrões contábeis brasileiros a níveis internacionais com o advento das IFRS, e mesmo com a consolidação das melhores práticas de governança corporativa nas empresas, podem ocorrer situações que se configurem como de conflito de interesses e conflito de agência na visão dos analistas entrevistados.

4.2.4 Canais de acesso às informações

<p>1. CVM – para empresas S/As de capital aberto. Busca de números financeiros.</p> <p>2. Jornais de grande circulação e</p> <p>3. Diário Oficial – para empresas S/As fechadas</p>
<p>A internet [...] Mas daí a internet... Tem alguns <u>serviços financeiros que disponibilizam</u>. (03)</p> <p>Por exemplo, você tem a <u>Economática</u>, você tem uma estrangeira que é <u>Capital IQ</u>, que é uma empresa da <u>Stanley Poor</u> também que tem <u>essa coisa de balanços ativos</u>. (03)</p> <p>CVM</p> <p>Site da empresa</p>
<p>Bom, a gente tem algumas <u>fontes obrigatórias que as empresas são de divulgar, desde a página de RI até a CVM</u>. (04)</p> <p>Então assim, tudo o que a empresa publica, ela tem que disponibilizar na CVM. (04)</p> <p>Então <u>entrando na CVM você tem acesso a qualquer do documento que a empresa seja obrigada a divulgar com base nas regras de sociedade anônima</u>. (04)</p>
<p>[...] eles mandam o balanço pra CVM, pra Bolsa, nos jornais... Então a gente tem acesso... (06)</p> <p>E a própria empresa fornece os resultados no <u>site</u>, na parte de <u>relações com os investidores</u>. (16)</p> <p>Olha, a maior facilidade que a gente tem hoje com a tecnologia, você tem isso no <u>site da empresa</u>. Mas ela está disponível. Ela sai nos <u>jornais</u>, ela está no <u>site da Bolsa</u>, você consegue isso na CVM. (06)</p> <p>Pra facilitar o andar da carruagem, porque a gente não pode perder tempo, <u>a gente já vai direto no site</u>. Lá tem arquivos, que você entrando lá, você vai pegar o que você quiser, <u>balanços passados, outros press releases</u>, você pode ir pra <u>teleconferência, o conference call</u>, vamos dizer assim. (06)</p>

Os analistas entrevistados manifestaram se também sobre os canais mais utilizados por eles na busca das informações para o desenvolvimento de suas atividades. A CVM foi o canal de informações mencionado por todos os analistas e normalmente como primeiro canal a ser mencionado. O site da empresa, a página da empresa na parte do Relações com Investidores (RI) foi o segundo canal mais citado. Mencionaram ainda que a busca pelas informações que necessitam para realizar suas atividades de análise também é feita em jornais, na internet e também nos serviços financeiros que disponibilizam balanços ativos tais como: Economática, Capital IQ e Stanley Poor.

4.2.5 Percepção sobre qualidade da informação

Neste tópico, apresentamos a percepção dos analistas entrevistados sobre diferentes aspectos relacionados à qualidade das informações divulgadas ao mercado de capitais.

4.2.5.1 Julgamento sobre riqueza de informações – boas informações

<p>Grau de detalhes</p> <p>Grau de cobertura de temas (10)</p>
<p>[...] a medida que você dá boas informações, quer dizer, você ajusta a expectativa do mercado, tanto pra mais quanto pra menos. [...] <u>Você já vai corrigindo a expectativa dele ao longo do tempo. Não deixa ele fazer aquela previsão que ele acha que vai ser uma maravilha e lá na frente não se concretiza</u>, ele se desaponta e pior, ele tem que prestar contas pra outras pessoas que colocaram, que acreditaram naquele modelo que ele fez também. Então ele vai ficar numa sai justa muito grande.</p> <p>Ajustar as expectativas, independente se for pra cima ou pra baixo. Então é muito comum as empresas fazerem pra cima, o pra baixo nem sempre. (02)</p>
<p>[...] porque o mercado correu pra todo mundo que apresentava boas informações de fato, aquelas cujas demonstrações financeiras, econômicas-financeiras eram condizentes de fato com a realidade.</p> <p>Aquelas que mentiam deliberada ou não sobre os resultados, essas foram castigadas. (08)</p>

Embora não tenha sido perguntado especificamente a respeito, uma vez que os analistas eram convidados a discorrer livremente sobre as informações que usam para o desenvolvimento de suas atividades, fontes e canais utilizados para acesso e obtenção dessas informações e também sobre as principais dificuldades e barreiras enfrentadas no acesso, obtenção e uso dessas informações, foi possível extrair das entrevistas o julgamento que fazem sobre o que consideram como boas informações, ou riqueza de informações. É possível observar que para os entrevistados, elementos como o Grau de detalhamento das informações, Grau de cobertura de temas, capacidade das informações fornecidas em ajustar as

expectativas de mercado e demonstrações econômico-financeiras condizentes com a realidade, são considerados elementos de “boas informações”, que indicam riqueza de informações.

São achados relevantes porque se referem a atributos que os próprios analistas mencionam como critérios do que julgam boas informações ou riqueza de informações, podendo-se inferir, portanto, como critérios de qualidade da informação. O interessante a se observar nos aspectos ou elementos mencionados pelos analistas para qualificar como “boa” uma informação ou para qualificar a “riqueza” de informações, é que apenas um dos elementos mencionado está relacionado a um atributo de qualidade de informação constante do framework da estrutura conceitual que trata da qualidade da informação contábil-financeira. Esse é o que considera “demonstrações econômico-financeiras condizentes com a realidade”(08) como boas informações o que na estrutura conceitual, seria equivalente ao atributo “representação fidedigna” considerada como uma das características qualitativas fundamentais da informação contábil e, portanto, uma das características de qualidade mais críticas segundo a Estrutura Conceitual da Contabilidade.

4.2.5.2 Tipo de informações que julga mais ricas

<p>Risco, fatores de risco, fatores de mercado, análise do ambiente competitivo, etc.</p>

Sondando mais a fundo o comentário feito pelos analistas quando se referiam de forma geral ao que julgam como “boas informações” ou “riqueza de informações”, indagou-se então que tipo de informações eles consideram mais ricas para o desenvolvimento de suas atividades. Dentre as informações que julgam mais ricas, mencionaram: Risco, Fatores de Risco, Fatores de Mercado e Análise de Ambiente Competitivo. Destaque-se que nenhuma dessas informações necessariamente consta das informações obrigatórias.

Um dos aspectos considerados essenciais para o desenvolvimento do presente estudo é identificar critérios utilizados para julgar a qualidade das informações contábeis divulgadas ao mercado. Como eles fazem prá avaliar se a informação divulgada tem qualidade ou não e com base em quais parâmetros o fazem. O quadro a seguir mostra um extrato da transcrição das entrevistas realizadas.

4.2.5.3 Critério de julgamento da qualidade das informações contábil-financeiras

Na verdade a consistência das informações, você só vai saber ao longo do tempo, né? Por exemplo, você começa a acompanhar uma companhia, fez todo o planilhamento, montou todo o histórico, aí você começa acompanhar. E se, vamos supor, todo trimestre a companhia reclassifica os anos anteriores, aí atrapalha muito porque você tem que...se você não atualiza os anos anteriores, aí a comparação de um ano com outro ano, quando você vai olhar evolução de imagem ou taxa de crescimento, fica tudo distorcido. Então tem muita companhia que fica todo trimestre reclassificando, atualizando informações históricas e isso atrapalha. Melhor as que são mais consistentes.
[...] é mais no detalhamento mesmo que você vê "Poxa, aqui um bom trabalho pra explicar."

(01)

Eu acho que acontece é muito isso..., por exemplo, como eu falei... tudo o que eu falei: as margens, retornos, endividamento. [...] Você vê... por exemplo, tem empresas que... tem várias empresas do mesmo setor. Aí tem empresas que fecham muito as linhas. Tipo, tem uma que pega outras despesas operacionais, ela vai botar, abrir exatamente o que foi. Outra que já fecha muito.

Quando a empresa começa a fechar demais... tem duas coisas: pode ser que ela esteja fechando pro concorrente não ver, aí não tem nada a ver com o analista, que é uma informação que ele acha que é relevante pro negócio dele, então ele esconde. As vezes pode ser pra tentar [...] enganar o analista também. Pra empresas que dão poucas informações, fecham muito... normalmente mostra uma qualidade pior [...].

(03)

Primeiro ela tem que te dar condições pra fazer uma avaliação mínima. Se aquela empresa está indo bem ou não, se ela é muito alavancada ou não, se ela consegue ter um diferencial dentro do mercado ou não, manter bons níveis de imagem. Então assim, os números, eles tem que... dá pra perceber sim, como eu falei, às vezes pelo nível de abertura. Às vezes você nem precisa ter tanta explicação. Um release, por exemplo, às vezes, ele nem precisa ter tantas páginas esmiuçando cada detalhe, mas se a demonstração de resultado que está ali tiver uma abertura maior de custos, despesas, você consegue mensurar se aquele resultado foi bom ou ruim.

(04)

Muitas vezes a empresa, por exemplo, abre informações e detalha uma determinada conta que teve uma variação de 50% de um trimestre pro outro. Mas aí você vai olhar, aquilo é 0,05 da margem a empresa. Então assim, ela gastou tanto tempo dando relevância praquela variação, mas necessariamente ela não é tão importante. Às vezes uma conta que variou 5%, ela consome 3,4 pontos da margem da companhia, ela é muito mais

<p><u>importante</u>, ela é uma conta que vinha sobre controle ou cadente, de repente subiu 5%.</p> <p><u>Essa conta é a que me interessa.</u></p> <p>(04)</p> <p><u>Se a empresa abre uma informação sobre isso ou se essa conta está aberta pra eu enxergar que na verdade o que ela perdeu de 10% de margem, 5 veio dessa linha, pra mim é mais importante.[...] Se ela explica isso ou se ela pelo menos abre. Porque se ela me abre essa conta, eu consigo visualizar que o maior problema veio disso.</u> E aí você vai tentar, ou em <u>contato com a empresa</u>, ou nas <u>notas</u>, ou no <u>release</u>, ou mesmo através de <u>informações setoriais</u> que você tem como <u>saber de onde veio aquele efeito</u>.</p> <p>(04)</p> <p>Assim, aquela entrada, <u>aquele balanço, ele é a entrada da minha projeção</u>, tá? A minha projeção, é baseada [...] <u>vou dar o input inteiro pelo balanço</u>. E aí, por exemplo, <u>eu quero tirar as minhas dúvidas</u> em relação aquela... está lá o imobilizado, quero pegar depreciação, quero ver financiamento...</p> <p><u>É pela nota explicativa que eu vejo se a qualidade é boa ou não.</u></p> <p>[...] <u>Pelo detalhamento.</u> [...] Dívida, endividamento. Abertura de endividamento, programa certinho [...] Investimento, a parte do imobilizado. <u>O detalhamento é que me dá clareza do processo. Impostos,</u> como é que está lá a situação...</p> <p>[...] <u>Traduz uma boa qualidade pelo detalhamento na nota explicativa.</u></p> <p>(05)</p>
<p><u>Esse negócio do valuation que os analistas fazem</u>, tanto o SellSide como o BuySide, mas com focos diferentes, com detalhes diferentes, quer dizer, <u>todos eles são modelos que são alimentados por premissas, expectativas e premissas econômicas.</u></p> <p>Então quando você quer ir lá atrás, no trimestre passado, você conversou com a empresa, <u>a empresa te deu uma sinalização, você criou tua expectativa</u>, quando vem o próximo, você "Opa, aqui está certo. Então aquela visão, na apresentação, que a empresa faz se confirmou." Ou não "Está totalmente errado o que ele falou pra mim." <u>Então você vai checando as coisas e vai conversando com a empresa:</u> "Você falou errado aqui...", "Não, mas mudou no mercado...". <u>Então isso tudo serve como coalização pro teu modelo.</u> Pra cada vez mais <u>o analista ter um modelo que se aproxima mais da realidade.</u> Ninguém acerta ao pé da letra, sempre tem uma diferença, <u>mas quanto mais você aprofunda o teu modelo, mais você vai ficando próximo.</u> E isso é importante porque você está recomendando um investimento pra pessoas, pros investidores. (06)</p>
<p>As informações, no geral são boas, <u>mas a falta de padrão gera uma insegurança em quem está analisando.</u></p> <p>Então você sempre <u>tem que ficar olhando detalhe a detalhe pra ter segurança de que aquilo está consistente</u> com o que você costuma trabalhar.</p> <p>Então eu acho que no geral elas são boas, mas <u>a falta de confiança de que segue o mesmo padrão</u> causa muito retrabalho, causa um trabalho adicional de checar linha a linha, entender as classificações.</p> <p>[...] Tem que olhar no detalhes. Detalhe a detalhe. <u>Às vezes até tinha, mas eu tinha que ler tudo pra ter certeza que estava no lugar certo as classificações.</u></p> <p>(07)</p> <p>[atributo de qualidade] Padrão.</p>
<p>Primeiro é tentar o contato direto com a pessoa e isso envolve tempo, <u>não tem muito jeito, assim.</u></p> <p><u>[...] Primeiro, não acredite em empresa que tudo está bem sempre. Tudo está bem não é verdade. Gosto do cara que fala mal sobre a empresa dele, porque a empresa dele tem problema como todas...</u></p> <p>Então a gente tem muita essa questão de... por exemplo, hoje tudo o que a empresa Z me falar, a empresa M me falar, eu não vou acreditar.</p>

Agora, eu estive com o pessoal da empresa P que... **eles sempre me falaram a verdade. Então a chance dele me falar a verdade na próxima vez, eu acho que é grande.** O cara só me falou verdades durante 3 anos, eu acho que ele vai me falar a verdade agora de novo. [...] Não no primeiro momento, **você vê com o passar do tempo. No começo você espera.** entendeu? Vou pagar pra ver, vou esperar. Ele está me falando que o próximo resultado vai ser desse jeito, vou ver. Aí vem do jeito que ele falou. Aí o cara te alerta pra um problema. Ele fala assim “Olha, aquele projeto não está muito legal.” Mas por que o cara está me avisando de uma coisa que é ruim? Sabe, o cara vai... **é um namoro também, aquele negócio vai te conquistando.**

Então não dá pra acreditar na primeira... você começou a analisar uma empresa, você olhou um divulgação de resultado... Principalmente nos setores que se permite uma certa flexibilidade contábil, que é o caso das incorporadoras, por exemplo, o resultado pode ser tudo o que elas quiserem.

(08)

Então, esse sistema do POC lá... não sei se você tem familiaridade com isso... [...] Então, a obra vai avançando e você vai reconhecendo receita conforme a obra avança. **Então a obra avançou 20%, você orça o custo em cima desses 20% e joga lá. Só que o orçado é uma coisa e o quanto você vai gastar efetivamente é uma outra totalmente diferente. Só que se ele quiser te mascarar durante 3 anos, ele vai jogando na DRE o custo orçado. Porque DRE é uma coisa, fluxo de caixa é outra. Então, dane-se a DRE, entendeu? (08)**

É mais uma questão de ver a qualidade da operação desse cara. [...] o cara, por vários trimestres manteve resultados não condizentes... o orçado estava completamente fora da realidade e aquelas margens brutas altas que eles vinham apresentando não diziam nada, era simplesmente um custo mentiroso. [...] Porque aí quando você entrega a obra, aí você casa o caixa, aí você fala assim “aquilo que eu orcei, **na verdade teve 1 bilhão de descasamento**”. (08)

Então é um problema importante esse das nuances contábeis dentro do setor de real state. (setor imobiliário)[...] Todo mundo que tem POC, e aí envolve tanto as incorporadoras quanto empresas de bens de capital, que assim, tem [...] um pedido longo pra fazer, que ele vai reconhecendo conforme o pedido vai andando também, esses caras todos tem esse problema do... **a margem pode ser o que quiser.** (08)

O problema é que hoje o mercado já está avisado desse problema. Então ninguém dá bola. Só que agora virou também o outro extremo. **O mercado simplesmente se lixa pras informações de demonstração de resultado das incorporadoras.** Ninguém olha muito mais preço sobre lucro, por exemplo. Porque lucro pode ser qualquer coisa, tanto pra baixo quanto pra cima.

Porque... todo mundo olha o que? **Fluxo de caixa, que o caixa não dá pra você mentir, o caixa é o caixa.** (08)

E olha o patrimônio, como você está remunerando esse patrimônio. Então virou uma... o IFRS nesse aspecto não mudou nada. Teve essa discussão, se ia mudar do POC ou não ia mudar do POC e resolveu continuar com o POC. [...] Conforme essa completude da obra. Então é isso, a obra vai avançando, avançou 30% a obra você reconhece 30 % daquela receita, independente de quanto você vendeu, não vendeu... (08)

[O mercado] **Investe em quem está apresentando bom resultado ao longo do tempo, quem não estourou orçamento, quem não mentiu orçamento.** [...] porque o **mercado correu pra todo mundo que apresentava boas informações de fato, aquelas cujas demonstrações financeiras, econômicas-financeiras eram condizentes de fato com a realidade.** Aquelas que mentiam deliberada ou não sobre os resultados, essas foram castigadas. (08)

Fidedignidade – representação fidedigna (inferido)

[o que entende por boas informações]

[...] O tempo te mostra, entendeu?

Porque, **como no caso de incorporadora, você mentiu a sua margem bruta.** Uma hora,

quando você entregar aquela obra, você é obrigado a fazer o casamento do caixa, aí ele estoura o orçamento. **Você mente por 3 anos. Essas mentiras começaram em 2007, 2008. Então em 2010 elas começaram a aparecer e aí quando começa a destruição total das incorporadoras em bolsa.** (08)

[...] É, demora. **Confiança é um negócio assim, pra perder é fácil, pra construir vai com o tempo.** [...] Mas **não uma confiança só de boca, uma confiança construída, confiança fundamentada.** Não é a toa que a empresa G vale 25 vezes lucro mesmo num cenário que não cresce. Os volumes do produto que ela fabrica estão estagnados ou até caindo e a empresa está caríssima em bolsa e vai ficar mais cara ainda **porque todo mundo confia, porque assim, esses caras vão gerar valor independente de qualquer cenário, porque eles estão ... há 20 anos... que eles vem superando estimativas de consenso** (08)

Observa-se pela análise que a confiabilidade e a credibilidade das informações divulgadas pelas empresas são fatores que os analistas consideram como relevante para julgar a qualidade das informações contábil-financeiras. Consideram relevante que a empresa transmita confiabilidade na informação que divulga preferencialmente por meio de uma comunicação simples e objetiva.

Note-se, ainda que para os analistas entrevistados, o atributo confiança é explicado como sendo confiança construída, confiança fundamentada, que se constrói ao longo do tempo com base no histórico das divulgações feitas pela empresa, checando a validade das indicações dadas, das sinalizações passadas pelas empresas ao mercado, ou seja se as previsões divulgadas se concretizaram ou não.

Importante também destacar comentários sobre a dificuldade de se certificar da existência da confiabilidade da informação que somente é confirmada ao longo do tempo e por isso quando recebem a informação têm como atitude “pagar prá ver”, esperam prá ver se aquilo que a empresa divulga se confirma ou não. Especialmente no caso de setores de atividades que segundo eles permitem um maior grau de flexibilidade contábil como o da incorporação imobiliária.

Esse, portanto, é também um aspecto corroborado pela literatura contábil que trata do assunto quando se refere ao valor confirmatório que as Demonstrações Contábeis possuem. Segundo a literatura, considerando que novas informações estão disponíveis as Demonstrações Contábeis quando posteriormente publicadas já não geram surpresas, tendo assim a sua importância como valor confirmatório das expectativas de mercado.

Outro parâmetro utilizado pelos analistas para julgar a qualidade da informação divulgada, diz respeito ao grau de detalhamento, o grau de abertura, o nível de abertura que as empresas fornecem quando divulgam suas informações.

Observe-se que alguns analistas inclusive mencionam em quais dos relatórios e demonstrações contábeis esse grau de detalhamento e grau abertura de contas é observado como indicativo de qualidade da informação. Na entrevista anterior o grau de abertura que o analista menciona refere-se à contas contábeis específicas da Demonstração de Resultado que é uma das Demonstrações Contábeis obrigatórias e para o analista o grau de detalhamento que indica qualidade da informação está relacionado diretamente às Notas Explicativas, relatório descritivo que também faz parte do conjunto das Demonstrações Contábeis obrigatórias divulgadas ao mercado.

Outro aspecto também mencionado pelos analistas como parâmetro que usam para julgar a qualidade das informações contábeis divulgadas refere-se especificamente à consistência das informações divulgadas. É a consistência das informações que permite, segundo um dos analistas entrevistados, a comparação entre um período e outro para acompanhar a evolução da imagem da empresa e/ou a sua taxa de crescimento.

Observa-se que a consistência aparece não somente como um aspecto de qualidade da informação percebida pelos analistas, mas também as consequências advindas da inconsistência das informações divulgadas, na forma de reclassificações recorrentes feitas pelas empresas. Essa questão será novamente retomada em tópico posterior, que trata dos aspectos de não qualidade da informação que foram mencionados nas entrevistas.

Outro fator observado pelos analistas diz respeito ao padrão adotado pelas empresas para a divulgação das informações. Observou-se que o fato de a empresa seguir um mesmo padrão para a divulgação das suas informações possibilitaria uma segurança para o analista em relação à consistência das informações divulgadas. Note-se que novamente aparece aqui o atributo consistência, ainda que esperado a partir do padrão de divulgação adotado pelas empresas.

Importante ressaltar novamente que a consistência de padrão de divulgação de informações adotado pelas empresas é um parâmetro utilizado para julgar a qualidade das informações mas também explicita nominalmente as consequências da sua inobservância para a atividade desenvolvida pelo analista.

O volume das informações divulgadas necessárias para o desenvolvimento da atividade desenvolvida pelo analista, foi também um aspecto mencionado por um dos analistas como parâmetro usado para julgar a qualidade das informações fornecidas pelas empresas. Note-se, entretanto, que o volume necessário é medida qualitativa e não quantitativa, uma vez que se relaciona com a expectativa do analista em relação à adequação dos dados para sua análise.

Em havendo a confirmação sobre a suficiência das informações fornecidas para a sua atividade de análise o analista então afirma usar outros parâmetros para avaliar a qualidade da informação. Verifica não somente se as informações fornecidas pelas empresas estão embasadas em fontes confiáveis e se também estão embasadas em premissas claras da administração. Após isso o analista ainda menciona ser necessário realizar uma comparação histórica para confirmar se as indicações fornecidas pela empresa ao mercado foram válidas, se as previsões anteriores foram concretizadas.

Interessante notar aqui que novamente o aspecto que envolve a análise histórica dos resultados efetivos da empresa em comparação com as previsões e premissas divulgadas aparece como um dos parâmetros considerados pelos analistas para julgar a qualidade das informações fornecidas pelas empresas para a sua atividade de análise. Considerando que por ser análise histórica envolve o fator tempo, pode-se inferir que no momento em que o analista recebe as informações, não teria como fazer um julgamento acertado sobre a qualidade daquelas informações.

Tentou-se então extrair os atributos de qualidade da informação que esses profissionais julgam relevantes para a sua atividade de análise. Alguns atributos de qualidade foram explicitados pelos próprios analistas no decorrer das entrevistas e outros foram inferidos por este pesquisador a partir dos comentários sobre os parâmetros que usam para julgar a qualidade da informação que recebem, conforme apresentado detalhadamente a seguir.

4.2.5.4 Atributos de qualidade da informação mencionados ou inferidos

<p>Consistência</p> <p>Grau de abertura das contas</p> <p>Grau de detalhamento</p> <p>Comparabilidade</p>
<p>Confiabilidade, Confiança, Confia (mencionadas 11 vezes)</p> <p>deixar claro [clareza]</p> <p>comunicação simples e objetiva [simplicidade, objetividade]</p> <p>Confiabilidade das fontes</p> <p>Clareza das premissas da administração</p> <p>Comparações com o histórico para confirmar a concretização das previsões</p> <p>Validade das indicações dadas pela empresa</p> <p>[...] vai chamar a atenção dele [analista] se a empresa dá <u>resultados consistentemente positivos, tem um histórico positivo de resultado</u>. (02)</p>
<p>Consistência</p> <p>A gente <u>acessa a nota explicativa pra ver se dentro da nota explicativa existe alguma abertura que dê mais clareza</u>.</p> <p>Abertura</p> <p>Clareza</p> <p><u>Nem sempre a nota explicativa é clara ou é abrangente no sentido de explicitar aquele fator.</u></p> <p>Clareza</p> <p>Abrangência</p> <p>E nessa desobrigação, nem sempre a informação vai estar ali <u>clara e transparente</u>.</p> <p>Clareza</p> <p>Transparência</p>
<p>Consistência</p> <p>Grau de abertura</p> <p>Padrão</p> <p><u>Os históricos não estão corrigidos. Então você perdeu totalmente a base de comparação nessa mudança</u>.</p> <p>Comparabilidade</p>
<p>Agora se o cara da empresa petrolífera fala “Olha, esse poço lá embaixo vai produzir 200 milhões de barris.” <u>ou você acredita ou você não acredita, entendeu? Não tem muito como você verificar o que ele está falando.</u></p> <p>(08)</p> <p>Confiabilidade (inferido)</p> <p><u>O cara só me falou verdades durante 3 anos, eu acho que ele vai me falar a verdade agora de novo.</u></p> <p>Confiabilidade (inferido)</p> <p>[...] Não no primeiro momento, <u>você vê com o passar do tempo. No começo você espera,</u> entendeu? Vou pagar pra ver, vou esperar. Ele está me falando que o próximo</p>

resultado vai ser desse jeito, vou ver. Aí vem do jeito que ele falou. Aí o cara te alerta pra um problema. Ele fala assim “Olha, aquele projeto não está muito legal.” Mas por que o cara está me avisando de uma coisa que é ruim? Sabe, o cara vai... é um namoro também, aquele negócio vai te conquistando. Então não dá pra acreditar na primeira... você começou a analisar uma empresa, você olhou um divulgação de resultado... Principalmente nos setores que se permite uma certa flexibilidade contábil, que é o caso das incorporadoras, por exemplo, o resultado pode ser tudo o que elas quiserem. (08)

Valor confirmatório (inferido)

Confiabilidade (inferido)

[...] porque o mercado correu pra todo mundo que apresentava boas informações de fato, aquelas cujas demonstrações financeiras, econômicas-financeiras eram condizentes de fato com a realidade. Aquelas que mentiam deliberada ou não sobre os resultados, essas foram castigadas. (08)

Fidedignidade – representação fidedigna (inferido).

E o segundo é, uma vez de posse da informação, das públicas, você pode confiar nelas? (08)

Confiabilidade

Porque a princípio você acredita que aquilo lá é real, fidedigno e tal, mas nem sempre tem se mostrado assim. (08)

Representação fidedigna

[...] Então você vê a dificuldade maior é essa: o quanto eu posso acreditar que aquilo ali ta ... (08)

Confiabilidade

[...] primeiro é conseguir a informação, e as empresas mais baratas são justamente as que são mais afastadas e é mais difícil obter (08)

Facilidade de acesso, acessibilidade

[...] depois o dado que eu obtive, eu posso confiar? (08)

Confiabilidade

[comparabilidade]

Muito importante porque [...] o que define barato ou caro também? O barato é algo que está descontado em relação a alguma outra referência. Essa mesa ela é...quanto ela custa? Eu não sei. Ela está barata ou cara? Eu não sei. Eu não sei quanto custa outras mesas. Então você tem que comparar. Ela custa 10 mil reais e tem uma outra melhor que custa 8. Ah, então ela está cara. Mas se uma outra custa 20... Então é...sozinhas as coisas não têm referência. O que interessa são os preços relativos (08)

Outros aspectos também mencionados pelos entrevistados como indicativos de qualidade das informações contábeis divulgadas, são apresentados a seguir.

4.2.5.5 Outros indicativos de qualidade da informação

<p>Óbvio que quando você pega uma empresa, por exemplo, você tem <u>duas companhias aéreas listadas</u>, de fato você tem hoje, a empresa H e a I né?. Aí <u>você sempre tende a comparar as duas</u>, né? É óbvio que <u>aquela que veio primeiro deu um tipo de abertura, aí a outra que veio depois ou deu uma abertura melhor ou pior.</u> Ou no mínimo igual. Aí fica comparando. (01)</p>
<p>[...] <u>quanto mais aberta for a informação, mas facilitado fica o trabalho do analista.</u> (04)</p>

Embora não fosse perguntado aos analistas sobre aspectos que possam indicar a não qualidade da informação, foi possível extrair das entrevistas alguns indicativos e aspectos que segundo os analistas pesquisados, denotam que a informação divulgada não tem qualidade, conforme apresentado a seguir.

4.2.5.6 Indicativos de não qualidade da informação

<p>Reclassificações, atualizações constantes das informações históricas. [01]</p>
<p>“Será que eu posso, primeiro, confiar nas informações que a empresa está passando?”Porque às vezes, a <u>empresa que enche muito linguíça</u>, fica a impressão pro investidor do outro lado que ela <u>está querendo esconder alguma coisa</u>. Está <u>falando demais pra não dizer o que precisa</u>. É essa impressão que fica. Então o cara começa a olhar com outros olhos: “Eu estou perdendo alguma coisa aqui. <u>Está me dando muito detalhe</u>. Mas por que ele <u>não é objetivo</u> nesse negócio? <u>Não mostra logo</u> qual é...<u>não fala objetivamente</u> qual é a visão da administração com relação a essa questão ou eventualmente <u>não me passa número ou projeção daquilo que eles estão levando em consideração</u> pra chegar nessa conclusão?”E a <u>partir desse momento o investidor vai buscar validar aquela informação</u>. Então ele vai <u>começar a procurar outras fontes</u> que não só a empresa e os relatórios da própria empresa. (02)</p> <p>[excesso de discurso sem embasamento- Inferido] [Falta de objetividade – Inferido]</p>
<p>[...] Tem algumas indústrias que tem [...] por exemplo, <u>algumas métricas especiais</u>, tipo, setor de incorporação o pessoal <u>olha muito o que chama em inglês de cash burning, que seria a queima de caixa, seria o aumento do endividamento ano contra período, né?</u> Então, por exemplo, a <u>indústria, a empresa, ela já sabe mais ou menos, o que que o mercado olha.</u></p>

Por exemplo **o setor incorporação olha muito velocidade de vendas**, que é o que? A venda dividida pelo estoque de imóveis mais os lançamentos do período. [...] Então assim, **como o cara já sabe mais ou menos o que o mercado olha, o press release, ele tenta florear um pouco**. Por exemplo, por isso que **vai ter muito o lucro líquido ajustado, entendeu? Pra tirar o não recorrente**. O press release acaba tendo uma flexibilidade maior. O cara quer vender você quando abre uma empresa, você está disputando o investidor, concorda? [...] Então **você tenta vender da melhor forma possível o peixe, né?** E aí você acaba fazendo isso. Tipo, **ele foca muito no press release pra prender os pontos que o mercado mais quer olhar**.

Às vezes dá pra perceber. Às vezes não tão claramente, mas dá pra perceber às vezes.

(03)

Mas de qualquer forma a gente tem uma **deficiência, tanto nos números que são lançados na tabela, porque você não tem uma abertura daquilo, quanto nas notas explicativas.**(04)

Destaque-se que entre os indicativos de que as informações divulgadas não possuem qualidade, os analistas mencionaram as constantes reclassificações e atualizações feitas pelas empresas em informações históricas divulgadas anteriormente ao mercado. Outro aspecto que observam como indicativo de não qualidade da informação está relacionado ao discurso excessivo da empresa que segundo um dos analistas passa a impressão de estar querendo esconder alguma coisa, “falando demais pra não dizer o que precisa”(02). Para o analista, o excesso de detalhe, a falta de objetividade, especialmente em relação à visão da administração quanto às informações divulgadas e também a falta de evidenciação dos fundamentos que sustentam as projeções feitas pela organização ao mercado também podem ser vistas com desconfiança pelos investidores levando-os a buscar a validação das informações divulgadas para se certificarem de sua fidedignidade.

Sobre o processo de validação das informações divulgadas ao mercado feita pelos investidores quando não confiam nas informações comunicadas pelas empresas, tratar-se á em detalhes no tópico 4.2.6.5 dada a importância e relevância do assunto para o propósito deste estudo.

Um outro indicativo de não qualidade da informação observado diz respeito a algumas métricas utilizadas como padrão em alguns setores de atividades específicos. Um dos entrevistados menciona um tipo de métrica utilizada no setor de incorporação que, segundo ele, faz com que a empresa sabendo de antemão que aspectos da informação o mercado normalmente olha, vai então usar de “floreios” nos relatórios facultativos ou não auditados, como o Press-Release, fazendo ajustes para retirar resultados não recorrentes. Para o analista a empresa então foca muito nesse relatório justamente por considerar a sua flexibilidade e assim “tenta vender

da melhor forma possível o peixe” (03), “pra prender os pontos que o mercado mais quer olhar”. (03)

Observa-se novamente que o Press-Release não faz parte do conjunto de Demonstrações Contábeis obrigatórias, não é auditado, e não necessariamente necessita ser elaborado segundo os fundamentos das Características Qualitativas das Informações Contábil-Financeiras Úteis.

Outra deficiência que observam nas informações divulgadas está relacionada à falta de abertura dos números apresentados. Da mesma forma que esse aspecto apareceu como critério de qualidade da informação quando existente de forma adequada, aqui a sua deficiência obviamente é vista como um indicativo de não qualidade da informação.

4.2.5.7 Percepção sobre as demonstrações e relatórios contábeis

<p>Ele [analista] <u>consegue parte das informações, mas muitas vezes, pra entender...</u> Nas demonstrações, o próprio nome diz, são demonstrações de resultado. A <u>demonstração</u>, ela... eu tinha um chefe que gostava de dizer, ela é o <u>“pratrasmente”</u>. A <u>demonstração olha o que já passou</u>. Então, aí, como em <u>todo prospecto de oferta</u> você é obrigado a colocar, até pelas exigências da CVM “os resultados passados ou a performance passada não é garantia de resultado futuro”. E <u>quando o analista está analisando o que importa pra ele é o que vem pela frente</u>. O que já foi, já foi. Ele já <u>não vai nem se beneficiar nem se prejudicar, já foi</u>. Então, óbvio que ele... <u>vai chamar a atenção dele se a empresa dá resultados consistentemente positivos, tem um histórico positivo de resultado</u>. Mas pra ele entender o que está por vir, <u>ele precisa falar com a empresa diretamente</u>. Então é aí que ele vai pedir uma reunião com a empresa ou ele vai pedir pra gente marcar uma reunião com a empresa, pra ele entender.(02)</p> <p>É esse tipo de trabalho que eles vão tentar. Então o <u>primeiro passo, ele vai olhar as demonstrações, ele vai fazer o estudo dele, as conta dele, mas aí ele vai procurar a empresa</u>. Normalmente esse é o passo a passo. <u>Então ele procura a empresa, vê se ele entendeu corretamente o porque daqueles resultados passados e o que ele pode esperar em termos de resultados futuros</u>. E <u>num terceiro momento ele vai procurar validar aquela informação</u>, quer dizer, o entendimento dele e a informação que a empresa passou. (02)</p> <p>[sobre as notas explicativas]</p> <p>Tem um <u>texto as vezes muito padronizado</u>, às vezes <u>não é tão claro</u>, por exemplo, acho que às vezes [...] <u>Não é tão simples assim você ter acesso a base acionária...</u> no press release muitas vezes nem tinha, às vezes não, tem, aliás. Então... <u>fica mal colocado, às vezes não está tão claro assim...</u> Um <u>texto chato também, né? Um texto chato de ler, né?</u> (03)</p> <p>[sobre as notas explicativas] [abertura, explicações sobre variações] [...] <u>não é obrigatório, mas seria interessante. Seria</u></p>

facilitador pro nosso trabalho. [...] Não todas, acho que nunca vai dar pra colocar tudo ali.

Mas assim, pelo menos transições importantes dentro das demonstrações, seria interessante que tivesse uma abertura maior. Você **tem empresas que têm notas explicativas muito modestas.** (04)

[...] Determinada conta evoluiu ou reduziu por conta da variação cambial. Ponto. Tá, você sabe que a variação cambial teve um efeito ali, mas você está vendo que o número teve uma variação muito maior do que só uma oscilação cambial. Ah, por conta da redução do CDI, da Selic. Tá, mas assim você sabe que a Selic não reduziu na mesma proporção que aquelas contas que você tem aberta, fazendo um cálculo você chegava numa estimativa. Então assim, **alguma coisa a mais aconteceu. E aí na nota explicativa traz isso. Foi por conta de variação monetária, ponto.** (04)

[sobre o formato]

Então, como eu falei, **qualquer tipo de informe da empresa, nem sempre ele é claro. A CVM obriga a divulgar, não obriga ter plena clareza do texto, explicações esmiuçadas. Ela manda comunicar. Agora se o comunicado vai ser bem feito, o fato relevante vai ser bem feito, se a nota explicativa está bem feita, é outra coisa. Aí é diferente.** (04)

[Balanço Patrimonial] Eu gosto, eu uso, mas eu também relevo algumas outras informações, entendeu? **Contra o balanço eu bato informação de imprensa, minha percepção, da onde eu puder pegar... porque o balanço é uma peça lá que pode estar manipulado.** [...] Tem balanço de banco aí que... quebrou a perna de todo mundo, né? [...] (05)

[facilidade ou não de perceber a manipulação]

Não, não, impossível. Até porque eu falei, passa pelo parecer do auditor, passa por tudo. Por exemplo, o caso do Banco P, né? **Inconsistência contábil quebra a perna de qualquer um...**

Banco C, Banco P ... (05)

[representam de maneira uniforme os fenômenos econômicos relevantes].

Eu sou um usuário, então eu tenho que usar da boa fé. (05)

[...] **É que o press release, ele “viesa”, ele tem viés,** entendeu? Por isso que eu falo, o press release é um balanço formal, praticamente. **Você destaca o que interessa, a empresa destaca ali o que interessa.** (05)

Já um ITR e DFP não. Ela precisa colocar as coisas como estão lá no formato. Eu gosto mais do ITR e DFP do que press release. Se você começar a ler só press release vai pensar: como a empresa ta bem, caramba! **Ela destaca a variação que ela acha interessante.** Ela pode ter uma queda de lucro de semestre à semestre. Mas num trimestre ela deu aumento de lucro, **ela destaca o trimestre e omite o semestre.** entendeu? **Então o press release é uma forma de fazer um balanço comercial.** (05)

Na nota explicativa. Sempre que uma empresa de capital aberto ela divulga **o press release, o resultado trimestral,** ela publica [...] no site, **esse press release,** esse documento, **falando sobre tudo,** além disso tem uma teleconferência pros analistas, que eles vão estar apresentando as contas, o que aconteceu, o faturamento foi assim, ficou assado, custo, o resultado financeiro, o resultado final foi influenciado por isso, por aquilo, sessão de perguntas e respostas e tem área de RI lá que também fica a disposição do analista pra ele tirar as dúvidas. [...] quando falo do **press release,** é um documento que a empresa solta pro analista, não é o [documento] que ela envia pra CVM. [...] **o da CVM sim, é mais aberto, tem mais detalhe.**

Então o press release é mais pra você... **não dá pra você perder tempo num balanço completo numa teleconferência.** Ele [press release] tem informações que ajudam o analista a desenvolver seu trabalho, a afinar sua opinião, dentro desse modelo que ele vai

aprimorando a cada trimestre. (06)

Em cima daquelas regras de acadêmicas básicas, você faz um fluxo de caixa, traz a valor presente, então você encontra um preço justo. Aí você olha o preço em bolsa, “Opa, tem upside, tem espaço. Já foi, vende então, ainda tem mais um espacinho, mantém. Opa, tem bom potencial, compra.” **Então eu diria que é primordial o acesso as informações financeiras dentro do mercado financeiro** e aí eu estou falando analista de crédito, analista de investimento, investidor, enfim, tudo que mexe com a parte de dinheiro. (06)

Eu sou vice presidente da APIMEC de São Paulo, a gente tem um Conselho Consultivo, que **a gente de tempos em tempos se reúne pra discutir melhoras dentro de um modelo de balanço**, dos CPC's e coisas do gênero. Então isso, eu enxergo assim, sempre tem pessoas que reclamam uma coisa, reclamam outra [...]. Eu entendo assim. **A mudança já foi muito importante pra... em termos de contabilidade**. Você transformar uma contabilidade que é equiparável com a contabilidade lá fora. Agora, tudo tem desenvolvimento, tudo fica em desenvolvimento, a coisa não para por aí. Teve uma evolução muito positiva mas vai continuar evoluindo conforme as necessidades que vão surgindo.
(06)

[Notas explicativas]

Depende da companhia. Depende muito da companhia. **Tem umas muito superficiais que deixam fora uns temas muito importantes e tem umas mais detalhadas.** Um negócio que sempre dá um problema muito grande é quando tem **dívida conversível** ou qualquer instrumento que é meio misto de equity e dívida. Você nunca sabe se ele vai estar classificado. Hoje em dia com o IFRS, está tudo como dívida, **mas você não sabe direito os termos de conversão, não tem uma exigência de prover detalhes.** (07)

[...] Depende. Não, muitas vezes nem na nota. Aí depende muito da companhia, da qualidade do release da companhia, **porque tem muitas notas explicativas que não são esclarecedoras.** [...] depende. Não tem assim um ramo específico. Depende muito da companhia. (07)

Normalmente as **empresas mais complexas, de estrutura de governança corporativa mais complexa tem uma qualidade de informação pior,** mas não é regra. Tem gente do novo mercado que tem release ruim. Depende. (07)

[...] **Em geral, as piores, as que menos dão informação são as piores de nível de governança.** Mas tem empresa do novo mercado com qualidade de release ruim também.
(07)

[...] Eu não acompanho de perto os prêmios. Mas **se você pegar o índice de governança da bolsa e olhar quem está dentro, não é todo mundo que tem uma alta qualidade de...** [...] Os prêmios, especificamente, eu não acompanho, mas **se olhar pelo índice de governança, não necessariamente é verdade.** (07)

[Qualidade das demonstrações]. É boa. Assim, você consegue extrair as informações, mas ainda tem alguns detalhes que não são exigidos de serem divulgados e que são muito importantes. (07)

[...] Por exemplo, quando você pega a linha lá, empréstimos e financiamentos, você não sabe, você não tem obrigação de divulgar linha à linha qual é o custo das linhas e se, assim... se tem... você pega lá, vai ter o que é curto prazo, o que é longo prazo e um custo médio e o que é moeda local e o que não é, mas **você não consegue ter um detalhamento de linha à linha.** (07)

Pelo menos as linhas mais relevantes de dívida da empresa, como é que você paga, se paga todo ano, se é semestral, como é o pagamento de juros... **E tem companhia que o fluxo de caixa dela é inconstante durante o ano. Então se ela tem pagamento semestral, pode ser um problema. Aí você não captura esse tipo de coisa entre o período e as**

<p><u>demonstrações.</u> (07)</p> <p>Você não sabe, por exemplo, uma <u>empresa que tem muita sazonalidade</u>, se ela tiver uma dívida que ela tem amortização tod? /?trimestre, pode ter um período que ela esteja ali com caixa curto pra pagar. <u>Então os detalhes de como é que amortiza as dividas e como é que é a taxa de juros e qual a frequência também de pagamento de juros, não são uma exigência de divulgação.</u> (07)</p>
<p>Prospecto – bastante rico em informações. Além dos demonstrativos cobre uma série de temas.</p> <p>FR – bem detalhado ITR – super padronizado. Meio amarrado. Uso somente para ler as notas explicativas Press release - organizado de uma forma mais fácil, mais palatável, mostrando de forma mais amigável os principais drivers da receita ou itens de custo. Mas não tem todas as notas explicativas</p>
<p><u>Release de Resultados</u> - importantíssimo. Os analistas esperam [...]Então, fechou o mercado, começa o pessoal, às vezes até antes: “Que horas vocês vão divulgar? Que horas vocês vão divulgar?” Ou seja, o que é esse divulgar? O divulgar é o <u>release de resultado.</u> Óbvio que sai o ITR, sai a DFP, que tem o <u>balanço completo, a DRE completa, mas o principal pro cara é o comentário.</u> Por quê? Porque ajuda ele a fazer uma leitura do resultado. Porque o resultado puro e simples ele olha lá e fala: “Legal.” Foi positivo, foi negativo, mas da onde veio isso?</p> <p>[...] Depois ele vai fazer conta, mas ele vai pegar o <u>balanço</u>, ele vai pegar o <u>DRE</u> e vai montar o <u>modelo</u> dele com base nisso. <u>Mas pra ele entender a lógica do negócio, ele precisa ir no release de resultado.</u> (02)</p>

Considerando que a percepção dos analistas e profissionais de investimentos do mercado de capitais sobre as Demonstrações e Relatórios Contábeis é uma questão importante para o presente estudo, buscou-se , quando da realização das entrevistas, também sondar mais a fundo a avaliação destes sobre esse quesito.

É possível observar que apesar de utilizarem as Demonstrações como uma primeira etapa do trabalho alguns analistas ainda possuem a visão de que as Demonstrações Contábeis somente mostram o passado, os fatos que já ocorreram. Como o foco do trabalho desses profissionais está relacionado à projeções futuras eles dizem que o uso das Demonstrações Contábeis é importante principalmente para verificarem se os históricos divulgados são consistentes. Os analistas também enxergam algumas demonstrações contábeis como sendo muito padronizadas, e por isso não tão claras e com um “texto chato” de ler. (02)

Apesar de num primeiro momento estudarem as Demonstrações Contábeis os analistas dizem que necessitam falar diretamente com a empresa para esclarecer as causas das variações dos números informados. Embora alguns tenham considerado a qualidade das demonstrações contábeis como sendo “boa”, entendem que em razão de não haver exigência legal tais relatórios não mostram

detalhes sobre algumas informações divulgadas que para a atividade do analista seriam relevantes. Sondando mais a fundo quais seriam esses detalhes e sobre quais informações estes se referiam, os analistas mencionaram as contas relativas a empréstimos, financiamentos e principalmente as do grupo de contas de investimentos que no mercado é mais conhecido pela sigla em inglês, CAPEX (*Capital Expenditure*).

Buscando ainda aprofundar sua percepção sobre se essa situação é observada em algum setor específico ou um tipo característico de empresa, ouviu-se de alguns entrevistados que empresas mais complexas com sistemas de governança corporativa mais complexos tendem a apresentar uma qualidade de divulgação pior. Alguns analistas ainda percebem a possibilidade de manipulação no Balanço conforme pode ser visto na síntese das entrevistas no tópico 4.2.5.8.

Pode-se extrair também as suas percepções sobre a quantidade das informações disponibilizadas conforme mostrado a seguir

4.2.5.8 Percepção sobre a quantidade de informações disponibilizadas

Às vezes a gente pega uma empresa dos Estados Unidos pra analisar, pra fazer uma comparação, por exemplo, se eu estou olhando a empresa de cosméticos N eu vou pegar a empresa de cosméticos A e o que eu sinto é que o nível de abertura lá fora é bem inferior até.

Óbvio que no relatório anual ele é igual, mas no trimestral eu acho inferior.
É, eu acho que a gente está bem em termos de como é que são evidenciadas ou detalhadas as informações

(01)

Quando você está projetando uma empresa, você tem que sim, olhar o máximo possível. Mas realmente, o volume de informações às vezes é muito grande e nem sempre ele é objetivo.

Às vezes você vai pegar uma empresa, por exemplo, que ela é uma empresa e concessão.

Aí você tem edital de leilão, são 200 páginas, 250, 300 páginas de edital.

Aí você tem que começar a conseguir estabelecer quais são os pontos principais do edital pra você conseguir, em um curto espaço de tempo, tentar, pelo menos, passar alguma impressão pro investidor.

É porque às vezes você recebe, o edital sai publicado no diário oficial de manhã, o mercado vai abrir às 10 da manhã. E aí nesse intervalo, entre você chegar no escritório e você tentar passar essa informação, você tem muito pouco tempo pra ler 300 páginas, 200 páginas com total precisão.

Então aí você começa a usar filtros.

Quais são as informações agora, de imediato, que são importantes pra eu conseguir passar pro investidor.

E aí você vai em cima desses filtros. E aí depois disso você vai fazer uma projeção da

<p>empresa.</p> <p>Ela ganhou aquela concessão? <u>Aí sim você vai esmiuçar o contrato pra tentar entender todos os pormenores e riscos daquele contrato pra empresa na projeção.</u></p> <p>(04)</p>
<p><u>Eu acho que tem muita informação lá que não é muito pertinente, entendeu?</u></p> <p><u>Acho que as empresas podem manipular um pouco isso. Elas põem lá um monte de coisa pra encher papel. Só que tem informação que eles acabam sintetizando. Talvez por uma questão de estratégia. Às vezes o concorrente de capital fechado e a empresa é de capital aberto, entendeu? <u>Então ele pode suprimir alguma coisa ... prá não dar muita informação pro concorrente.</u></u></p> <p>Na verdade no tempo da [...] quando era capital aberto, eles <u>suprimiram um monte de coisa</u>, né? Isso nos anos 90 e aí <u>acabavam omitindo informações que prá nós eram decisivas na projeção</u>.</p> <p>Mas faziam isso por causa do concorrente ...</p> <p>(05)</p>

As consequências da má qualidade das informações para a empresa que produz e divulga tais informações são vistas pelos analistas de diferentes maneiras conforme mostrado em detalhes no tópico a seguir.

4.2.5.9 Consequências da má qualidade da informação fornecida - para a empresa

<p>Acontece assim, <u>empresas no médio prazo que fazem isso, elas tendem a negociar por desconto pra outros.</u></p> <p>Então, por exemplo, o múltiplo preço por lucro [...] quanto menor, mais barato está a ação e quanto maior mais caro está.</p> <p><u>Essa empresa [...] que é mais reticente em se comunicar [...] ela tende a ter um desconto</u>. Que ela vai negociar com um múltiplo menor do que a outra.</p> <p><u>Então o mercado vai punir ela por aí</u>, eu acho.</p> <p>(03)</p>
<p>Obviamente eu, assim como vários outros, fizeram coisa semelhante, ou não recomendaram, quem é analista, ou não investiram quem é investidor, <u>isso implica que normalmente essas ações afastadas do mercado de capitais são muito mais baratas do que as outras</u> (08)</p> <p>[...] Mais cética, mais afastada do mercado de capitais e isso se reflete numa... o que a gente chama de um valuation descontado por uma questão de... o cara... <u>ninguém vê aquilo barato porque a empresa não se mostra e se a empresa não quer se mostrar porque eu vou também ativamente...</u> (08)</p>

As consequências da má qualidade das informações também tem impacto para os investidores. No tópico a seguir são apresentadas as percepções dos

analistas sobre o impacto que entendem existir para os investidores quando as empresas divulgam informações fora dos padrões de qualidade esperados.

4.2.5.10 Consequências da má qualidade da informação fornecida - para os investidores

Quer dizer, a CVM deveria cuidar pra que as informações fossem... [...] É, ela está cuidando, assim. Ela está vasculhando. O problema é que, o que ela vai fazer? Primeiro que a ação da empresa G já saiu de 15 pra 5. Então demorou tanto que agora já... que quem comprou ... o pequeno investidor que comprou a 15 e foi pra 5 se ferrou.
 [...] e o pequeno investidor as vezes perdeu às vezes a vida. O cara que comprou a ação da empresa H a 22, que foi a máxima dela e hoje está 20 centavos, assim, perdeu tudo. O cara que acreditou num sonho... não é brincadeira. É um negócio que às vezes mexeu com a vida do cara, com a família do cara, acabou com a vida do cara.
 (08)

4.2.5.11 Conflitos de agência, conflito de interesses e assimetria de informações

Porque muitas vezes, o que acontece? Se você pensar, o mercado brasileiro, ele tem uma característica que muitas empresas tem um controlador definido, a grande maioria tem um controlador definido. E a grande maioria das empresas que tem um controlador definido, o controlador participa da administração da companhia. Então além de ele ser acionista, ele é integrante da administração. Então ele está ali no dia a dia. Então, quer você queira quer não, ele sabe o que está se passando lá dentro. E ele sabe com um grau de profundidade que certamente não sabe aquele que não está participando da administração da companhia. Então, se ficar, se isso transparecer pro investidor como um conflito de interesse, ele vai se resguardar. Quer dizer, no pior dos casos ele não vai investir, "Ah, eu não vou pôr meu dinheiro lá se eu achar que eu corro risco de ser prejudicado por uma decisão que é benéfica só pro controlador. (02)

É o que acontece, né? Que é o conflito de agência, né? Às vezes, como geralmente o press release não é auditado, a administração bota mais floreio onde ele quer reforçar positivamente no press release, né? Entendeu? Acaba acontecendo isso também. (03)

Ainda que nada tivesse sido perguntado a respeito, nas entrevistas, foi possível extrair questões relacionadas a conflitos de interesse decorrentes do

conflito de agência especialmente no que se refere ao fato de as empresas no Brasil terem um controlador definido, que além de acionista é também o controlador. Essa situação acaba gerando conflito de interesses pelo fato deste controlador definido conhecer com mais profundidade o que se passa na empresa, gerando, por conseguinte, assimetria de informações entre os usuários da informação.

Note-se que apesar de um dos analistas ter mencionado o conflito de agência, a menção que faz da atitude da administração das empresas em reforçar positivamente informações em relatórios não auditados diz respeito ao que a teoria denomina de conflito de interesses, decorrente sim do conflito de agência, conforme tratado no embasamento teórico desta tese.

Embora não fosse um aspecto de observação definido a priori, não fazendo parte, portanto, do roteiro de entrevistas aspectos relacionados à confiança ou desconfiança que observam nas informações divulgadas ao mercado foram explicitados. Achou-se por bem então inserir este tópico para uma análise mais detalhada como apresentado a seguir e que aqui denominamos de fatores de confiança ou desconfiança nas informações divulgadas.

4.2.6 Fatores de confiança ou desconfiança nas informações divulgadas

4.2.6.1 Fatores de confiança nas informações

Outras empresas ele já confia mais. Tem empresas que ele fala: “Poxa, essa empresa eu acompanho há anos, eles nunca deram uma bola fora comigo.” Quer dizer, **todas as indicações que eles deram se concretizaram** ou pelo menos foi feito um esforço nessa linha, se não aconteceu foi por algum fator externo completamente justificável. Então, é por isso que eu digo, **a relação de confiança é importantíssima e vai determinar inclusive, vamos dizer assim, quão a fundo o investidor vai querer ir no sentido de comprovar aquelas informações.**(02)

Porque, por exemplo, setor petróleo, você não tem... sobre a (empresa petrolífera), por exemplo, que é o caso mais clássico. Se você tivesse se apoiado nas premissas da empresa e nas divulgações da empresa, você provavelmente teria se dado muito mal. Então é difícil também você... principalmente no setor...**você está no setor de consumo, não tem muito como o cara te mentir,** entendeu? [...] (empresa do varejo alimentício) é aquilo ali, você está vendo, você está... **não tem como o cara te mentir sobre o portfolio dele.** Você está vendo que ele está vendendo frango, [...] vendendo leite, isso é uma coisa. Agora se o cara da (empresa petrolífera) fala “Olha, esse poço lá embaixo vai produzir 200

milhões de barris.” ou você acredita ou você não acredita, entendeu? Não tem muito como você verificar o que ele está falando... (08) Aí você tenta, você vai falar com caras do setor, aí “Não, mas o [...] ele é ótimo....” Então tem alguns casos que viram uma questão de fé mesmo, entendeu?

Você... começa assim, você vai ver a empresa e aí você vai se cercar de informações, de... o quanto você pode tomar de referência, mas isso também não é garantia de muita coisa, principalmente nos setores de ...que envolve uma tecnicidade que obviamente a gente não tem acesso como financista. Setores geológicos e tal que dependem... de mineração, petróleo, por exemplo, são setores ultra técnicos e que a gente...

Hoje o que a gente adotou como prática é assim, só vamos recomendar se isso for um negócio for muito muito óbvio. Mas isso aprendemos na prática também.

A gente recomendou a (empresas petrolíferas) em determinados momentos e parte dos nossos clientes perdeu dinheiro com isso. Então isso é péssimo. (08) E foi uma... muito porque a gente acreditou em alguns momentos no que o management dizia.

E porque assim, algo que a gente errou e olhar pra trás é muito fácil [...] Esse cara tem 50 anos na (empresa estatal petrolífera), ele achou petróleo pra todo mundo, está falando que esse poço é ótimo, esse poço deve ser ótimo mesmo e eu não tenho como verificar. Porque ele é Phd, pós doc das melhores universidades do mundo, você que não estudou petróleo, você acha aquilo ali... faz algum sentido.

(08)

[credibilidade da pessoa, do gestor] Importa pra caramba.

[...] Exatamente. E tem que mostrar algum track-record, prático, assim.

Então, por exemplo, os caras da (empresa de construção) [...] o cara faz incorporação há 30 anos, ele tá ganhando há 30 anos dinheiro com isso, então é meio natural que aquele cara, assim, pelo negócio dele, ele entenda de fato, está gerando valor né.

Então é... a gente também procura isso quando a gente está fazendo as análises. (08)

Observa-se que a concretização das indicações fornecidas pelas empresas ao longo do tempo em suas divulgações anteriores é um fator de confiança nas informações divulgadas e que essa relação de confiança é estabelecida ao longo do tempo conforme já tratado em tópico anterior. Segundo os analistas é essa relação de confiança que irá determinar quão profundamente o investidor sentirá necessidade de validar, comprovar a veracidade daquela informação. Os analistas ainda comentam que no caso de setores e atividades onde não seja possível verificar, confirmar ou validar tais informações, tal como ocorre em setores mais simples como o setor de consumo, em alguns casos a confiança nas informações divulgadas acaba sendo “uma questão de fé”. O histórico do gestor, a credibilidade da pessoa do gestor, também parece ter um peso grande na confiança das informações divulgadas segundo os entrevistados. Em algumas situações ainda tentam visitar a empresa, se cercar de mais informações para obter maior confiança sobre as informações divulgadas e em outras, adotam como prática somente recomendar negócios que considerem óbvios.

4.2.6.2 Razões da desconfiança nas informações

Eu quero validar isso aí. Eu quero validar porque olha, o setor já passou por muitos altos e baixos, a gente já acreditou em muita coisa que não se concretizou, não quero ser pego de surpresa, não vou confiar cegamente nessa perspectiva que a empresa está passando. (02)

E cada vez mais, hoje em dia, a gente vê a demanda dos investidores por fazer esse trabalho, vamos dizer, de checagem das informações fornecidas. Por quê? Porque a informação que a empresa dá, bem ou mal, ela é pública e, vamos dizer, disponível pra todos. Vamos partir da premissa de que ela é disponível pra todos os investidores. Então, o diferencial de um investidor, principalmente pro investidor institucional, aquele que tem o fundo, ele precisa prestar conta pras pessoas que põem dinheiro naquele fundo, o diferencial dele vai ser ir no detalhe, conseguir fazer um previsão mais próxima à realidade, validando as premissas que ele está utilizando e se adiando, eventualmente, a movimentos de mercado que a empresa ainda não sinalizou ou não sinalizou adequadamente nos seus relatórios. (02)

Não que a gente não tenha que ter senso crítico pra às vezes falar: “Olha, não acho que a empresa consiga entregar. Acho que isso está um pouco superestimado.”

Às vezes, nem sempre [dá para perceber].

Às vezes você tem... assim como a empresa, você está trabalhando com um cenário macro, pra frente, que te faça compreender que realmente aqueles números são factíveis ou, pelo menos, imaginar que dá pra acontecer.

E aí lá na frente, a economia não anda como você esperava, como eram as projeções até um, dois anos atrás e aí mudam-se as premissas, aquilo acaba ficando superestimando. (04)

Isso acontece com a gente também. Mas sim, às vezes você consegue enxergar que tem um pouco mais de otimismo.

[...] porque quando você lê uma apresentação, as melhores apresentações já feitas talvez fossem da (empresa Y e da empresa Z), entendeu? E o nível de divulgação de informação também. [...] mega atualizados, sempre receptivos...

Quem que ganha sempre prêmio de melhor RI, prêmio transparência? É a empresa T. Por que a empresa T ganha? Porque ela tem a placa de amianto lá [...] ela produz telhas de amianto. E o amianto supostamente seria tóxico, tem uma discussão se ele é tóxico, se ele não é tóxico. (08)

Então quem está sob ameaça é o cara que tem que ser mais transparente. [...] Não é a toa que esse cara ganha todos os prêmios de RI. É porque ele está sob questionamento toda hora. Então por que o pessoal da (empresa Z e da empresa Y) atendia todo mundo, era legal com todo mundo? Justamente porque eles tinham portfolios que eram questionáveis. Então o maior acesso de informação é porque também o cara quer ... é um marketing. O relacionamento com o investidor ele é um marketing do mercado de capitais. E o que precisa de mais marketing? É cerveja e refrigerante, que é o que não presta, né? Cigarro, cerveja e refrigerante. Produto que é bom precisa de pouco marketing. [...] (08)

É, a gente está aprendendo isso agora, é um caso novo também. Essas empresas pré-operacionais e tal, também, mas assim, o que tem se mostrado, é que em determinados momentos, não é só o acesso à informação. Porque... principalmente essa informação que vem só na empresa que você não consegue checar. Quando você olhava as informações, aqueles poços de petróleo pareciam maravilhosos. E como você vai checar isso aí? Você vai mandar um... não tem como você fazer.

O prédio que está lá, construindo da (incorporadora C) você vai mandar o cara lá ver, você vai lá ver, tem uma noção sobre isso.

Agora se o cara que trabalhava para o empresário B chegasse e falasse “Olha, esse poço

lá na Bacia [identificação retirada] vai produzir tanto.” O que você vai fazer? Você vai mandar um mergulhador lá? Não tem o que você fazer. Então você precisa... **nesse caso a informação, ela é opaca por natureza, não adianta a empresa se esforçar. Não adianta você acreditar na empresa. A empresa pode tentar te passar o maior número de informação possível, mas ela não vai conseguir. Porque a informação, ela é opaca. A** incerteza sobre a qualidade dos poços, ela depende dos poços mesmo e não do que uma onda sísmica está te sugerindo. (08)

[...] **ou mesmo que você não acredite, você fala assim: tudo bem se ela estiver mentindo.**

Se ela estiver mentindo, essa ação que está 1 real vai pra 80 centavos. Mas já se ela estiver falando a verdade, de 1 real vai pra 10. (08)

Então assim... eu não estou acreditando nesse cara, mas vai que ele está certo...

[...] **E às vezes o mercado fica com esse negócio assim, “Ah, essa aqui está tranquila, a (auditoria Y) está auditando” [...] pra gente não. Primeiro porque todas elas têm problemas... É claro, em tese, é uma barreira a mais.** Você vê por exemplo, a (empresa A) que é auditada pela (empresa de auditoria de pequeno porte), **ai passa qualquer coisa**, né? Então aí a (auditoria Y e Z, grandes empresas de auditoria) ...daí você fala “Ah beleza, isso aqui tem alguma...**os absurdos vão ser menores.**” Mas, se você for conversar com dono de frigorífico ele fala “Você já viu esses caras auditando balanço? Eles contam meu boi 10 vezes.” **Porque o cara não sabe, o cara é contador, o cara é auditor.** Ele vai contar boi no pasto. Os fazendeiros sabem que aquele boi é aquele boi. Agora a gente vai lá e... **Não é que o cara é doloso, ele até gostaria, mas assim... E assim os financistas também são bem espertos. Ele conhece a empresa dele, ele sabe onde dá pra roubar, onde não dá pra roubar.**(08)

Então quando a gente fez a acusação... por exemplo, a empresa M **eu estou falando porque a CVM já falou que tem problema no balanço**, então... não estou falando que todas as nossas causas estão certas, mas algumas delas já comprovadamente estão. E quando a gente fez a acusação, ele foi fazer uma reunião, ele levou todos os sócios principais da (auditoria Y) e falou “Olha, estão aqui os sócios da (auditoria Y).” **Só que eles estão enrolados também porque eles não auditaram corretamente. Então os erros acontecem.** Eu não estou dizendo que a (auditoria Y) estava no esquema, não é isso, é que eu acho difícil pegar mesmo. **Porque a gente pegou meio na sorte também** e... (08)

[...] [Comparando] As duas empresas e de gente do setor falando “Meu, dá uma olhada, esses caras roubam pra caramba...” **Então olhando só assim o balanço, não parece.** Aí depois que você descobre fica óbvio, mas...[...] Ninguém tinha visto. (08)

Em relação aos aspectos que aqui denominamos de fatores de desconfiança nas informações, observa-se que alguns fatores podem levá-los a desconfiar das informações divulgadas pelas empresas. Um dos analistas mencionou que alguns erros graves no Balanço de determinada empresa, que inclusive gerou processo junto a CVM, somente foram descobertos por eles ao comparar informações divulgadas pela referida empresa com informações de outra empresa do mesmo setor por observarem que algumas margens estavam muito altas em relação ao concorrente considerado especialista no setor de atuação. Comentam ainda que o fato de a informação ter sido auditada não é garantia de não ocorrência de erros

considerando os casos dos problemas das empresas já mencionadas que haviam sido auditadas por empresas de auditorias conceituadas e cujas demonstrações já haviam inclusive passado pelo crivo da CVM. Segundo os analistas a auditoria em tese é apenas uma barreira a mais para a não ocorrência de erros, “os absurdos serão menores”, porém não garante que os erros intencionais ou não ocorram.

Outro aspecto que apontam para a ocorrência de erros e portanto fator de desconfiança das informações divulgadas é a falta de conhecimento dos contadores e, por conseguinte, dos auditores, em relação ao funcionamento e especificidades de determinadas atividades o que acaba levando a erros não intencionais quando da realização das auditorias e também o grau de conhecimento dos próprios empresários em relação ao seu negócio e decorrente disso as diferentes possibilidades que possuem para burlar as regras contábeis e legais.

4.2.6.3 Variação no grau da desconfiança nas informações

É característico e assim, a gente vê que, vamos dizer, que o grau de desconfiança varia em função da empresa que ele está vendo. Então, empresas que têm histórico ruim, no sentido de ter dito uma coisa e feito outra, de não ter respeitado o minoritários...essas aí, eles sem dúvida ele vai procurar fazer um trabalho de escavação muito maior. (02)

Pra esse investidor [Pessoa Física] inclusive do ponto de vista da informação, pura e simples que é dada pela empresa, isso se torna ainda mais relevante. Porque se você pensar, vamos dizer que essa é praticamente a única fonte que o investidor pessoa física tem. Ah, eu vou tomar uma decisão de investimento. O que eu vou fazer? Quero saber mais da empresa, onde eu vou? Vou no site da empresa, eu vou na informação que a empresa pôs na CVM...eu não tenho muitas outras ferramentas pra analisar isso, então no máximo eu vou ver, “Poxa, o que o analista da minha corretora está falando a respeito dessa empresa? O que eu estou vendo de notícia dessa empresa ou desse setor no jornal?” Mas no final das contas, o trabalho de validação da informação pelo investidor pessoa física, ele é mais difícil. Então digamos que a responsabilidade da companhia pra com o investidor de varejo, ela é maior. Porque ele vai acreditar mais cegamente naquilo que a empresa fala. (02)

O investidor institucional, pela própria disponibilidade dele [...] é pago pra fazer aquilo. Ele vai passar o tempo dele integral dedicado a cavar aquela informação, pesquisar, entender na vírgula o modelo, comprovar... (02)

O investidor pessoa física não. Ele tem a vida dele, ele tem o trabalho dele, simplesmente na hora da decisão, no máximo ele vai ver uma recomendação. Nem sempre tem recomendações sobre todas as empresas do mercado... (02)

Observa-se que existe uma variação no grau de desconfiança nas informações divulgadas em função da empresa que está sendo analisada. Essa variação de grau de desconfiança nas informações está diretamente ligada, segundo os entrevistados, ao histórico apresentado pela empresa em termos do que disse e do que efetivamente concretizou em relação ao que disse e também do respeito mostrado aos acionistas minoritários. Dependendo do histórico da empresa o analista ou o investidor buscará “fazer um trabalho de escavação muito maior” (02) para validar as informações que recebeu por meio das divulgações feitas ao mercado. Maiores detalhes sobre a validação das informações, prática essa que parece ser comum no mercado e que surpreende este pesquisador, serão apresentados no tópico 4.2.6.5 dada a relevância do assunto para o propósito do presente estudo.

Considerando que, segundo os pressupostos da CI, o conhecimento do comportamento informacional dos usuários é relevante para compreender como se dá o processo de busca, acesso e uso das informações nas atividades que realizam, no tópico a seguir são apresentadas observações a respeito das atitudes que os entrevistados tomam quando não confiam nas informações prestadas e divulgadas pelas empresas.

4.2.6.4 Como age quando não confia nas informações prestadas

[...] Primeiro fazer com o maior conservadorismo possível. Só vamos comprar isso aqui se estiver estupidamente barato.

E segundo é tentar uma abordagem assim “Olha, eu sei que eu posso perder, e não tem nenhum problema com isso...”. E aí vai naquele negócio, se eu errar, eu vou errar pouco.

[...] Então você tem consciência de que o erro faz parte do jogo. E dentro de um portfolio... e aí pode fazer assim, não tem problema perder, desde que dentro de um portfolio você tenha exposição a outros ganhos.

De 10 (empresa Y), uma talvez tivesse dado certo e essa uma talvez multiplicasse tanto que arrastasse todos os erros. Então é essa análise. (08)

Ou você busca uma simetria entre perdas e ganhos sabendo aqui “a minha chance de perder é muito grande” ou você fala assim “eu só topo comprar se estiver muito barato”.

[...] Mesmo se der tudo errado eu vou ter que... sabe, eu acho que... cientificamente... você fala “e se eu estiver errado?” Acho que essa é a postura mais adequada em relação a essas empresas. [...] Eu só tenho essa ideia na minha vida hoje (08)

[...] ou mesmo que você não acredite, você fala assim: tudo bem se ela estiver mentindo.

Se ela estiver mentindo, essa ação que está 1 real vai pra 80 centavos. Mas já se ela estiver falando a verdade, de 1 real vai pra 10.

Então assim, eu não estou acreditando nesse cara, mas vai que ele está certo...(08)

[...] a gente criou mecanismos que possibilitem a eles validarem as premissas e as informações que eles tomam por base pra fazer as projeções e as modelagens. (02)

Agora se o cara da (empresa Y) “Olha, esse poço lá embaixo vai produzir 200 milhões de barris.” **ou você acredita ou você não acredita, entendeu? Não tem muito como você verificar o que ele está falando. Aí você tenta, você vai falar com caras do setor,** aí “Não, mas o [...] ele é ótimo....” (08)

Então tem alguns casos que viram uma questão de fé mesmo, entendeu? Você... começa assim, você vai ver a empresa e aí você vai se cercar de informações, de... o quanto você pode tomar de referência, mas isso também não é garantia de muita coisa, principalmente nos setores de ...que envolve uma tecnicidade que obviamente a gente não tem acesso como financista. Setores geológicos e tal que dependem... de mineração, petróleo, por exemplo, são setores ultra técnicos e que a gente... Hoje o **que a gente adotou como prática é assim, só vamos recomendar se isso for um negócio for muito muito óbvio.** Mas isso aprendemos na prática também. (08)

A análise das entrevistas mostra que quando não acreditam nas informações divulgadas pelas empresas acabam tendo diferentes posturas. Alguns dizem que nesta situação buscam usar do maior conservadorismo possível somente recomendando compra caso a ação esteja muito barata. Adotam como prática recomendar somente quando consideram muito óbvio.

Alguns mencionam também que o fato de terem a “consciência de que o erro faz parte do jogo”(08) os leva a buscar trabalhar com um portfólio diferenciado de modo que caso perdas ocorram os resultados sejam minimizados com a exposição de outros ganhos. Assumindo que eventualmente as empresas possam estar “mentindo” em relação às informações que divulgam buscam então uma simetria entre eventuais perdas e ganhos. O erro a que o analista se refere está relacionado à possibilidade de considerar em suas projeções e conseqüentes recomendações informações divulgadas pela empresa que eventualmente acabem não se concretizando ou mesmo erros intencionais ou não verificados posteriormente nas informações anteriormente divulgadas e que tenham servido de base para as análises realizadas e projeções feitas pelos analistas.

Mas, a atitude primeira que alguns analistas dizem ter antes de fazer uso das informações é tentar checar a sua veracidade buscando referências, indo até a empresa para ver como funciona, tentando se cercar de informações e tomando referências embora segundo os entrevistados isso também não garanta que possam

acreditar nas informações divulgadas pelas empresas. Assim, os analistas criam mecanismos que possibilitem validar “[...] as premissas e as informações que tomam por base prá fazer as projeções e as modelagens.” (02)

Conforme já discutido no tópico “4.2.6.1 Fatores de confiança nas informações” apresentado anteriormente, os analistas mencionam que quando não possuem forma de verificar e confirmar as informações que a empresa divulga, especialmente aquelas relacionadas a projeções de produtividade e crescimento, de setores mais técnicos, a alternativa possível é acreditar. Acaba virando uma “questão de fé” como se expressa um dos analistas. É como um jogo. Pagam prá ver. Mesmo não acreditando pensam na possibilidade de que aquilo possa estar certo. Podem perder mas também podem ganhar. E então essa postura entra naquilo que o analista denomina de simetria entre perdas e ganhos e na eventualidade de perda, que esta seja a menor possível e diluída e minimizada pelos eventuais ganhos.

É possível inferir novamente aqui que alguns analistas somente irão acreditar nas informações contábil-financeiras divulgadas caso possam checar, confirmar, verificar a sua veracidade. Em não sendo possível tal verificação como visto anteriormente, vira uma “questão de fé” e de pagar prá ver, corre-se o risco. Acaba virando risco calculado. De forma que pode-se inferir sobretudo que as informações contábil-financeiras divulgadas carecem de credibilidade na visão dos analistas entrevistados. Ou seja, acreditar somente na informação contábil-financeira que possa ser checada, confirmada, parece ser uma evidência de que existe dúvida sobre a credibilidade das informações divulgadas pelas empresas ao mercado. E essa parece ser uma prática comum no mercado de capitais por parte dos usuários preferenciais da contabilidade, notadamente os investidores e seus representantes, os analistas, como já tratado em tópicos anteriores nesta tese.

Infere-se, portanto, que importantes atributos de qualidade da informação componentes das Características Qualitativas da Informação Contábil-Financeira-Util, não estão sendo percebidos pelos analistas do mercado de capitais, tais como: confiabilidade (da antiga estrutura conceitual) e representação fidedigna (da atual estrutura conceitual).

Como já visto no tópico anterior, os analistas não acreditando num primeiro momento nas informações divulgadas pelas empresas, buscam então, de diferentes formas, checar, confirmar, ou seja, validar tais informações. Alguns acabam criando

mecanismos que possibilitem validar “[...] as premissas e as informações que tomam por base pra fazer as projeções e as modelagens.” (02). No tópico a seguir são apresentadas as opiniões a respeito de como se desenvolve o trabalho de validação das informações prestadas pelas companhias.

4.2.6.5 Validação das informações prestadas pelas companhias

[...] a gente criou mecanismos que possibilitem a eles validarem as premissas e as informações que eles tomam por base pra fazer as projeções e as modelagens. (02)

Então, qual é o nosso trabalho? [...] vamos arrumar fornecedores pra essa empresa, por exemplo. Vamos conversar com um fornecedor ou um terceirizador de mão de obra e a gente chama esse cara e traz pra falar com o investidor, reuniões mesmo, presenciais, e o investidor frente à frente com esse fornecedor da empresa [...] (02)

[...] é um trabalho, em linhas gerais, de validação da informação prestada pela companhia.(02)

Isso é um trabalho muito mais comum de ser feito pelo investidor institucional, [...] o investidor de varejo, pessoa física, ele não costuma chegar nesse grau de profundidade [...] ele não tem tempo, ele não está dedicando o tempo dele exclusivamente pra isso, ele vai muito mais na informação geral disponível, a informação que a empresa disponibiliza. (02)

Na realidade, **quem faz a validação final é o próprio investidor.** O que a gente faz aqui é prover pro investidor o acesso à informação. Então não sou eu que vou dizer pra ele se a informação que a companhia está dando é boa ou é ruim. Eu posso, obviamente fazer uma avaliação superficial [...] nós vamos sim acompanhar alguns setores e, vamos dizer, recomendar de vez em quando [...]. Aí a gente dá acesso à informação, quer dizer, traz esses interlocutores que têm condições de dialogar com ele pra validar essas premissas, mas não sou eu que vou dizer a empresa está falando uma coisa que é verdade ou não. Eu vou deixar ele conversar com quem atende o negócio. (02)

Pra esse investidor [Pessoa Física] inclusive do ponto de vista da informação, pura e simples que é dada pela empresa, isso se torna ainda mais relevante. Porque se você pensar, vamos dizer que essa é praticamente a única fonte que o investidor pessoa física tem. Ah, eu vou tomar uma decisão de investimento. O que eu vou fazer? Quero saber mais da empresa, onde eu vou? Vou no site da empresa, eu vou na informação que a empresa pôs na CVM...eu não tenho muitas outras ferramentas pra analisar isso, então no máximo eu vou ver, “Poxa, o que o analista da minha corretora está falando a respeito dessa empresa? O que eu estou vendo de notícia dessa empresa ou desse setor no jornal?” Mas no final das contas, o trabalho de validação da informação pelo investidor pessoa física, ele é mais difícil. Então digamos que a responsabilidade da companhia pra com o investidor de varejo, ela é maior. Porque ele vai acreditar mais cegamente naquilo que a empresa fala. (02)

O investidor institucional, pela própria disponibilidade dele [...] é pago pra fazer aquilo. Ele vai passar o tempo dele integral dedicado a cavar aquela informação, pesquisar, entender na vírgula o modelo, comprovar...

(02)

O investidor pessoa física não. Ele tem a vida dele, ele tem o trabalho dele, simplesmente na hora da decisão, no máximo ele vai ver uma recomendação. Nem sempre tem recomendações sobre todas as empresas do mercado... (02)

Porque, por exemplo, setor petróleo, você não tem... sobre a (empresa Y), por exemplo, que é o caso mais clássico. Se você tivesse se apoiado nas premissas da empresa e nas divulgações da empresa, você provavelmente teria se dado muito mal. Então é difícil também você...principalmente no setor...**você está no setor de consumo, não tem muito como o cara te mentir,** entendeu? [...] Pão de Açúcar é aquilo ali, você está vendo, você está... **não tem como o cara te mentir sobre o portfólio dele.** Você está vendo que ele está vendendo frango, [...] vendendo leite, isso é uma coisa. Agora se o cara da (empresa Y) fala “Olha, esse poço lá embaixo vai produzir 200 milhões de barris.” **ou você acredita ou você não acredita, entendeu? Não tem muito como você verificar o que ele está falando.** Aí **você tenta, você vai falar com caras do setor,** aí “Não, mas o [...] ele é ótimo...”

(08)

Então tem alguns casos que viram uma questão de fé mesmo, entendeu? Você... começa assim, você vai ver a empresa e aí você vai se cercar de informações, de... o quanto você pode tomar de referência, mas isso também não é garantia de muita coisa, principalmente nos setores de ...que envolve uma tecnicidade que obviamente a gente não tem acesso como financista. Setores geológicos e tal que dependem... de mineração, petróleo, por exemplo, são setores ultra técnicos e que a gente... (08)

Hoje o **que a gente adotou como prática é assim, só vamos recomendar se isso for um negócio for muito muito óbvio.** Mas isso aprendemos na prática também. A gente recomendou a (empresa Y e a empresa Z) em determinados momentos e parte dos nossos clientes perdeu dinheiro com isso. Então isso é péssimo. E foi uma... muito **porque a gente acreditou em alguns momentos no que o management dizia.** E por que assim, algo que a gente errou e olhar pra trás é muito fácil [...] Esse cara tem 50 anos na (empresa petrolífera), ele achou petróleo pra todo mundo, está falando que esse poço é ótimo, esse poço deve ser ótimo mesmo e eu não tenho como verificar. Porque ele é Phd, pós doc das melhores universidades do mundo, você que não estudou petróleo, **você acha aquilo ali... faz algum sentido.** (08)

[*credibilidade da pessoa, do gestor*] Importa pra caramba. [...] Exatamente. E **tem que mostrar algum track-record, prático,** assim. Então, por exemplo, os caras da (Incorporadora Y) [...] o cara faz incorporação há 30 anos, ele ta ganhando há 30 anos dinheiro com isso, **então é meio natural que aquele cara, assim, pelo negócio dele, ele entenda de fato, está gerando valor né.** Então é... **a gente também procura isso quando a gente está fazendo as análises.** (08)

A análise das entrevistas mostra que o trabalho de validação das informações prestadas pelas companhias acontece de diferentes maneiras, mas sobretudo por meio de contato direto com interlocutores e outros entes pertencentes ao elo da cadeia onde a empresa está inserida. Entre estes estão os fornecedores da empresa, os terceirizadores de mão de obra e outras entidades ligadas a empresa que possam dialogar com os interessados para validar as informações prestadas pelas empresas.

Como mencionado por um dos analistas esse “[...] é um trabalho mais comum de ser feito pelo investidor institucional” (02) e exige um maior nível de profundidade

em relação às informações que recebem. É por isso um trabalho normalmente mediado por uma corretora ou empresa de consultoria financeira que viabiliza reuniões presenciais para o contato direto, colocando os investidores frente a frente com agentes inseridos e ligados à cadeia da empresa que prestou as informações que necessitam ser validadas, para que possam dialogar com quem atende aquele negócio.

Embora o contato seja mediado pela corretora ou empresa de consultoria que se encarregam então de prover o acesso a esse tipo de informações para os investidores, o analista lembra que ainda que possam fazer uma avaliação superficial das informações não são eles que dirão se a informação que a companhia está fornecendo é boa ou ruim, se é verdadeira ou não, porque “na realidade, quem faz a validação final é o próprio investidor”. (02)

O analista lembra ainda que esse trabalho mais profissional de validação de informação não é demandado pelo investidor pessoa física considerando que este, pela falta de tempo e por não ter dedicação exclusiva a atividade de investimentos, não costuma chegar nesse grau de profundidade em relação às informações divulgadas pelas empresas, utilizando portanto as informações gerais disponibilizadas pelas empresas.

Destaca ainda que para esse investidor, o investidor Pessoa Física, o trabalho de validação da informação é mais difícil. Para esse usuário então a relevância das informações fornecidas pelas empresas é ainda maior considerando “que essa é praticamente a única fonte” de informação que possui. Então se deseja tomar uma decisão de investimento acessa as informações disponibilizadas no site da empresa ou na CVM e não tendo outras ferramentas para analisá-las, para saber mais sobre a empresa, busca então ver as recomendações e análises dos analistas da sua corretora ou notícias da empresa ou do setor em jornais. Essa seria a sua forma de validação das informações, esse o nível e grau de validação das informações que consegue fazer dadas as circunstâncias de tempo e dedicação a atividade de investimentos para esse investidor de varejo. Assim, de acordo com o entrevistado, a responsabilidade da companhia com o investidor de varejo é maior “Porque ele vai acreditar mais cegamente naquilo que a empresa fala.”(02)

Diferentemente do investidor institucional, o grande investidor que por estar envolvido integralmente e ser pago para desenvolver a atividade terá um nível de

profundidade maior e maior interesse em validar as informações, cavando, pesquisando, entendendo e comprovando as informações.

O investidor institucional, pela própria disponibilidade dele [...] é pago pra fazer aquilo. Ele vai passar o tempo dele integral **dedicado a cavar aquela informação, pesquisar, entender na vírgula o modelo, comprovar...** (02)

O investidor pessoa física não. Ele tem a vida dele, ele tem o trabalho dele, simplesmente na hora da decisão, no máximo ele vai ver uma recomendação. Nem sempre tem recomendações sobre todas as empresas do mercado... (02)

Um outro aspecto investigado no estudo objeto desta tese, era compreender que informações os analistas utilizam prioritariamente para o desenvolvimento das suas atividades de análise e qual o grau de importância das informações contábil-financeiras nesse processo. Tais aspectos são abordados em detalhes nos tópicos a seguir.

4.2.7 Informações que utiliza para a atividade de análise

4.2.7.1 Grau de importância das informações contábeis para a atividade de análise

Olha, a informação contábil é muito importante. Ela é muito relevante porque **ela vai ser a base** pra análise e pra projeção que aquele investidor vai fazer. Então, vamos dizer que assim, **ela tem 50% de peso**. Por quê? Porque ela é a base. Se eu não tivesse a publicação do meu **balanço**, do meu **resultado**, não tinha ponto de partida pro investidor. **Só que ela sozinha não resolve**. Que é o que eu falei, a **informação contábil, ela te dá o passado, ela fala como foi**. Muito bem, você vai avaliar e falar: “Que bom, essa empresa gerou um lucro, muito bonito. Mas será que vai gerar esse ano de novo?” Pra responder essa pergunta ele vai ter que fazer todas essas outras perguntas. Ele vai ter que **entender a estratégia**, ele vai ter que **entender o mercado**, vai ter que **validar premissa** e aí é o complemento. Então, quer dizer, eu acho que as duas tem o mesmo peso. Mas o que é importante? (02)

O importante também é que a informação contábil dê clareza de como aquele resultado foi atingido. Não adianta falar: “Poxa, gerei um lucro maravilhoso aqui.” Mas o cara olha e fala assim: “Mas espere aí, o que é esse lucro? Esse lucro é recorrente? Não é recorrente? Esse lucro é resultado das operações efetivas da empresa ou é porque eu fiz uma operação financeira maluca que esse ano deu certo e me deu muito dinheiro?” É isso que quase quebrou, que chegou a quebrar muitas empresas em 2008. Empresas que tinham lucros maravilhosos advindos de operações financeiras, porque colocavam, faziam operações de derivativos exóticos, mas não tinham nada a ver com a atividade operacional

da companhia, mas que por muitos anos vieram dando dinheiro, “Poxa, estou melhorando meu lucro, está todo mundo feliz comigo, estamos ganhando bônus, legal.” Em determinado momento virou o mercado, a empresa quebrou. Então a informação contábil precisa transmitir esse tipo de informação.

Da onde está vindo esse resultado? Ou, o que está ajudando, o que está prejudicando esse resultado? (02)

Então assim, na verdade a informação contábil, ela é essência pro nosso trabalho. Não existe análise econômica financeira de uma empresa que na essência, é o que a gente faz, sem as informações contábeis. (04)

Qual é a importância desse balanço, desses resultados pro analista? O analista, ele tem que fazer todo um acompanhamento da empresa, em termos, de como está a situação da empresa, como ela está se desenvolvendo, quais os desafios que elas estão enfrentando, **tudo isso é apresentado pelo balanço.** (06)

E quando você tem um balanço completo, ele vai ter lá CPCs, vai ter todas as informações das contas, da evolução das contas [...] Então os dados contábeis são importantes e aí, no meu caso, que eu sou um analista SellSide [...]Então o caso do analista SellSide, que é o meu caso, eu tenho uma certificação, CNPI, né? Então eu assino os relatórios, os relatórios que eu publico são enviados pros clientes da corretoras, que são vários, por este fato eu tenho que ter certificação, além de eu poder sair na mídia e recomendar papel na mídia.
(06)

Então, o balanço, os dados de balanço pra você alimentar teu conhecimento, você está mantendo teu conhecimento da empresa, a cada resultado trimestral dos press releases que eles divulgam, o analista, ele faz um modelo de avaliação da empresa onde ele projeta fluxos de caixa futuros da empresa. Então a cada trimestre quando sai o press release da empresa, ele atualiza aquilo. Quanto foi o faturamento, o que aconteceu nesse faturamento, porque que ela vendeu mais, qual foi o preço médio, se os custos aumentaram num período ou se reduziram... **você ajusta aquele trimestre, ao seu modelo de valuation, pra você poder ir alinhando a projeção do ano e também alinhando a sua projeção pros próximos anos.** Então é fundamental você ter o balanço pra ter referencial. (06)

No tocante ao grau de importância das informações contábil-financeiras para a atividade, observa-se que, embora nem todos consigam estabelecer com precisão o peso destas para o desenvolvimento de suas atividades, é possível confirmar a importância dessas informações para a atividade de análise. Quase todos os entrevistados mencionam a importância das informações contidas no Balanço para que possam fazer o acompanhamento das empresas em termos de sua situação, do seu desenvolvimento e desafios que possa eventualmente estar enfrentando. Consideram essas informações importantes para o seu trabalho de análise e destacam a sua importância maior para o analista *Sell Side* que assina relatórios e elabora recomendações. Entendem que é fundamental ter o Balanço como referencial visto que é com base nessas informações que o analista constrói o seu

modelo de avaliação e depois com os resultados periódicos divulgados consegue ajustar e atualizar o modelo de avaliação da empresa, realinhando a projeção do ano e alinhando as projeções dos anos seguintes. De forma que entendem que os dados do Balanço permitem ao analista alimentar e manter o conhecimento da empresa.

Alguns analistas, no entanto, além de afirmar que a informação contábil é muito importante e relevante para a atividade que desenvolvem em razão de ser a base para a análise e para a projeção feita pelo investidor tentam inclusive quantificar o peso de tais informações para as suas atividades. Entendem que a informação contábil tem 50% de peso para a atividade de análise por ser a base, isto é, sem a publicação do Balanço e do Resultado não existe ponto de partida para o investidor. Alertam, no entanto, para o fato de que sozinhas tais informações não resolvem porque segundo eles tais informações mostram o passado, mostram como foi; e para a atividade de análise não basta que a empresa mostre um bom resultado, o analista quer entender se a empresa continuará tendo bons resultados e por isso precisa complementar as informações contábil-financeiras com informações sobre estratégia, com o entendimento do mercado e ainda validar as premissas. Entendem, portanto, que tanto as informações contábil-financeiras como as demais informações complementares que necessitam para o desenvolvimento de atividade de análise tem pesos iguais: 50%, porque se complementam.

As entrevistas possibilitaram ainda a identificação das Demonstrações Contábeis e relatórios contábil-financeiros que mais utilizam para a realização de suas atividades de análise, conforme apresentado a seguir.

4.2.7.2 Demonstrações e relatórios utilizados

É, a gente olha tudo na verdade porque a gente **tem que projetar balanço, demonstração de resultado** e a gente tem que projetar com o mesmo nível de detalhe que é disponibilizado pra gente.

A ideia é que o **press release** seja um espelho do meu modelo de projeção pra companhia. A gente tenta se aproximar ao máximo do que é disponibilizado no **press release**.(01)

Se a companhia, no **press release**, por exemplo, não dá o detalhamento de custos ou de despesas, não sou eu que vou querer projetar porque é basicamente uma missão impossível.

Porque, por exemplo, ela pode me falar num trimestre, **ai ela resolve não abrir mais a informação...** Antigamente o Supermercado P soltava resultado de vendas, desempenho mensalmente, ai percebeu que ninguém solta, né? O supermercado C, no Brasil, não é aberto e o supermercado W também não, **ai começou a soltar só trimestralmente e a nível América Latina.** (02)

Olha, é **um pouco o casamentos dos relatórios,** né? O DRE vai te mostrar o **resultado efetivo,** você vai ver se é um **resultado operacional,** se é um **resultado financeiro.** No **balanço** você vai enxergar **ativos** que eventualmente..., por exemplo, se a empresa **investiu** no derivativo exótico lá, isso deveria estar registrado no balanço da companhia de uma **forma clara** pro analista **saber o que é esse ativo** que a empresa está carregando. E, obviamente, as **notas explicativas** podem **trazer o detalhe.** Quer dizer, se você tem lá no balanço uma linha que fala que você tem ativos financeiros na companhia, você **precisa de algum detalhamento** no sentido de saber que ativo é esse. Se é um ativo líquido, se não é, qual o intuito praquela ativo, por que a empresa precisa ou não precisa ou por que ela acha bom aquilo. Então...e é muito importante, o que seria um **complemento das demonstrações contábeis,** o **release de resultados.** Quer dizer, que **não deixa de ser o comentário da administração em cima daqueles resultados.** Então lá é importante a empresa **detalhar da onde vieram aqueles resultados,** **quais são as expectativas,** porque aquilo está dessa maneira e não está daquela outra maneira. (02)

Se for entrar na [empresa] que o analista nunca viu, acho que o primeiro, era o **IAN** **[Informações Anuais]** e agora seria o **Formulário de Referência.** (03)

Então **se a pessoa nunca viu nada,** acho que ela pegaria primeiro esses dois. **O IAN** no caso o IAN não existe mais, mas seria o **Formulário de Referência.**

E pegaria também o último **press release,** no caso e o último **ITR** ou **DFP,** né?
De repente se for trimestre o **ITR,** se for fim de ano o **DFP,** né? (03)

Quando eu falo **DFP,** não só o **Balanço Patrimonial** e o **DRE,** também a **nota explicativa,** quer dizer, o **conjunto,** o **Relatório de Administração** também.

Aí **esse cara mais longo prazo de corretoras e essa gestora de longo prazo, ai olha tudo,** tá?
(03)

Então assim, a gente acessa desde o **balanço patrimonial,** então **ativo, passivo e patrimônio líquido,** **fluxo de caixa, demonstração de resultados e** com certeza a gente olha as **DFP's, as ITR's** pra analisar as **notas explicativas.**

Porque uma coisa são os números expressos nas tabelas.

Outra coisa, a essência, o que afeta esses números, o que fizeram eles aumentarem ou reduzirem, a transição do balanço.

O **fluxo de caixa** conta um pouco essa história, mas **na essência, nem tudo é objetivo** quando você olha pro fluxo de caixa.

Então a gente acessa a nota explicativa pra ver se dentro da nota explicativa existe alguma abertura que dê mais clareza.

Além disso, por exemplo, o **cronograma de endividamento, quais são os indexadores da dívida, isso** geralmente está expresso na **nota explicativa,** **não está registrado no balanço** da empresa, onde ela tem lançado seus empréstimos, seus endividamentos. **Também não está no fluxo de caixa onde ela está pagando, amortizando efetivamente dívida.**

Então assim, **a gente precisa da nota explicativa.**

(04)

Primeiramente, com certeza, é a parte financeira da companhia. **Balanço, fluxo de caixa, demonstração de resultado**

Ativo, passivo, patrimônio, tudo isso compõe o **balanço** da empresa, **balanço**

patrimonial. Fluxo de caixa e a demonstração de resultado. (04)

[Demais demonstrações contábeis] Às vezes ajudam em alguns aspectos, mas acho que mais do que isso as **notas explicativas, às vezes elas conseguem ajudar mais.** Porque às vezes você tem, sei lá, hoje me dá as empresas não são mais obrigadas a apresentar a **DOAR**, por exemplo.

Mas às vezes a empresa faz até **questão de ainda manter uma divulgação.** Mas de qualquer forma, **a transição do número, se ela não tiver às vezes uma clareza maior... e isso tem que vir dentro de uma explicação,** não adianta você ver a transição, **você sabe que ela está acontecendo, você sabe que tem um efeito sobre caixa, mas assim, da onde isso está partindo?**

E essa resposta vem da nota explicativa, às vezes. (04)

Todas. O **balanço**, os **demonstrativos de resultados**, de **fluxo de caixa**, as **notas explicativas**, isso é muito importante porque **você vai estar avaliando conta por conta**, que é o CPC, né?

Vai estar avaliando conta por conta para ajustar o seu modelo ao que está acontecendo. Por exemplo, você tem lá, uma empresa tem um endividamento. Então está lá no Balanço: dívida, endividamento. Daí você pensa: "Mas pô, esse endividamento, o que ele é? É moeda local, moeda estrangeira? Qual é a taxa disso.", pra você alinhar seu modelo. **Então você vai nas notas explicativas e lá vai estar aberto tanto em moeda estrangeira, tanto em moeda nacional e ali vai ter as taxas por modalidade e você vai alimentando seu modelo.** Então **é fundamental também as notas explicativas** porque [senão] fica muito genérico.. Você pega, por exemplo, uma empresa tem um endividamento de 100. 90 está com dólar. **Aí se você não tem essa informação** você vai trabalhar com 100 reais, [...] **vai te dar uma distorção terrível na sua projeção e você foge à realidade. Então quanto mais informação o analista tiver, mais vai ficar acurado o modelo do valuation.**

(06)

Todas são úteis. Você quando parte do valuation, você parte de um ano base, né? Tem **que partir do ano base, então você tem o relatório anual.** Então você vai pegar o **balanço anual**, você vai usar ele, a partir daí você faz as projeções trimestrais. O que é isso? **O press release;** aquele relatório trimestral que ela manda pra CVM [ITR] e aí **vai muito do modelo que o analista trabalha.**

Se ele fizer uma projeção, por exemplo, eu vou fazer uma projeção com base no ano x, né? A partir daí ele vai atualizando trimestralmente. Ou tem analista que não atualiza trimestralmente, ele atualiza anualmente. **Então olhando o relatório anual, ele vai ver o que ele errou...** Normalmente o **SellSide ele trabalha com o trimestral.** Então depende muito de caso pra caso, mas por isso que eu falei, **todas as informações são importantes.**

(06)

Prioritariamente é **balanço, demonstrativo de resultado e fluxo de caixa.**

Fluxo de caixa, na verdade, a gente só usa **pra pegar depreciação pra cálculo de EBITDA**, mas assim, ele não é tão... pras análises que a gente roda, ele acaba sendo consequência dos outros. Mas principalmente a depreciação. Porque assim, **EBITDA é uma coisa que analista olha muito.** Tanto a gente... qualquer analista financeiro, **porque é uma medida fácil de você pegar ali uma expectativa de fluxo de caixa.**

E aí não é um padrão do IFRS, é uma linha do EBITDA. Então a própria empresa não calcula. Então a gente sempre precisa calcular.

[...] **É pra isso que a gente usa o fluxo de caixa. Só pra isso. Pra pegar depreciação...**

Assim, a gente... em **relatório de administração**, a parte de texto a gente lê bastante e **usa até pra ver a visão da administração da companhia sobre a performance,** porque o resultado foi bom, ruim, quando algum número chama atenção, aí a gente lê.

(07)

[...] [notas explicativas] Bastante. **Até pela falta de padrão. Então você tem que ler sempre tudo.**

E tem muita coisa que às vezes está meio escondida, que fica fora do balanço e que está ali na nota.
 [...] É, por exemplo, você tem lá um intangível. Você não sabe o que é dedutível pra fins fiscais... **esse tipo de detalhe a gente pega na nota.** Ou se tem uma conta de provisão grande, o que é essa provisão...
 [...] As explicações
 (07)

Ah, **é a DRE. Mas assim, com ceticismo também, principalmente em incorporação, que DRE não quer dizer nada,** por esses problemas que a gente estava falando.
 E o **balanço** também pra gente ver questões de **alavancagem** principalmente.
Essas são as mais importantes, mas assim, nunca que a gente vai se balizar só por isso, né?
 Tem que ver a qualidade da operação, conversar com quem puder conversar, com outros acionistas da empresa, principalmente os acionistas relevantes que tem posição. (08)

Embora alguns analistas tenham mencionado que para realizar as suas atividades de análise utilizam “meio que um casamento de todos os relatórios” (02), a grande maioria dos entrevistados citou o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado (DRE) e o Fluxo de Caixa como as demonstrações e relatórios mais utilizados. As Notas Explicativas foram também citadas por quase todos os entrevistados. Note-se que as demonstrações mencionadas pelos entrevistados fazem parte do conjunto de Demonstrações Contábeis obrigatórias. Os resultados evidenciam, portanto, o efetivo uso das Demonstrações Contábeis obrigatórias para o desenvolvimento da atividade de análise dos analistas e profissionais de investimentos do mercado de capitais.

Entretanto, no que se refere especificamente à Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), julga-se importante destacar a opinião de um dos analistas ao mencionar o ceticismo que acabam tendo em relação à essa Demonstração Contábil quando analisam empresas que tenham como atividade a incorporação imobiliária. Segundo o analista, na atividade de incorporação a Demonstração de Resultado “não quer dizer nada”. As razões do ceticismo dos analistas ao uso da DRE nos setores de incorporação imobiliária serão tratadas posteriormente.

Por outro lado, entre os relatórios elaborados pelas empresas de forma facultativa, aqueles para os quais não existe obrigatoriedade legal de divulgação, o *Press Release* também denominado como *Release* ou *Release* de Resultados foi o relatório mencionado por quase todos os entrevistados como utilizado para o desenvolvimento de suas atividades de análise.

Lembre-se que esse relatório é um meio de divulgação de informações trimestrais que embora não seja obrigatória vem se tornando prática usual no Brasil

como forma de comunicação das companhias com o mercado. Não faz parte, portanto, do conjunto de Demonstrações e Relatórios Contábil-Financeiros e, por conseguinte, não necessita ser elaborado segundo os fundamentos das Características Qualitativas da Informação Financeira-Contábil Útil. Lembre-se ainda os comentários já feitos sobre a percepção dos analistas a respeito desse relatório em tópico tratado anteriormente, onde mencionam que as empresas “floreiam” mais nesse relatório, focam naquilo que desejam que o mercado olhe, justamente pelo fato de ser um relatório que permite uma maior flexibilidade por não ser obrigatório.

Foram mencionados também o extinto Informações Anuais (IAN) e o atual FR (Formulário de Referência) como relatórios utilizados para a atividade de análise. O ITR (Informações Trimestrais) e as DFP (Demonstrações Financeiras Padronizadas) a DOAR (Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos) e o Relatório da Administração também foram citados por alguns analistas.

Importante destacar ainda que alguns analistas comentaram que quando se trata de análise mais aprofundada, com objetivos mais de longo prazo, todas as Demonstrações e Relatórios serão utilizados. Segundo os entrevistados, há diferença também entre uma empresa que está sendo estudada pela primeira vez, quando está iniciando a cobertura e outra que o analista já acompanha. No primeiro caso, usa tudo, olha todas as demonstrações e relatórios. Depois quando já está acompanhando a empresa, faz uso prioritariamente das informações divulgadas trimestralmente apenas para ajustar o seu modelo de análise.

Um aspecto interessante que apareceu durante as entrevistas foi a constatação de que algumas Demonstrações e relatórios não são utilizadas pelos analistas para as suas atividades de análise. Ou ainda que o sejam, não são utilizados sempre, com a mesma frequência. Na sondagem realizada objetivando aprofundar a questão para identificar as razões do não uso de tais demonstrações chegaram-se a algumas constatações conforme apresentado a seguir.

4.2.7.3 Razões do não uso das demonstrações contábeis

É lógico que não vão ser todas [...] a nota explicativa [...] Não é tão simples[...] Então, acaba ... muita gente passa batido, né? Acaba não olhando... só quando interessa, né?(03)

Acho que muita gente acaba parando no press release, eu acho.
[...] porque, por exemplo, quando sai o resultado trimestral, normalmente sai de noite, e o cara tem um tempo muito curto pra escrever pra de manhã já mandar pro clientes, principalmente corretora, né? Então ele vai acabar focando muito no press release, a não ser que aconteça alguma coisa muito especial que ele vai buscar o ITR. (03)

Às vezes até o ITR demora um pouquinho mais pra sair. Então no resultado trimestral, eu acho que o foco fica muito em press release. Que é errado, mas... por causa... ai é o problema da indústria que eu acho que está errado. [...] eu acho que o nível da qualidade está caindo muito por isso também.

Dada essa coisa da pressa, que às vezes você tem duas, três empresas soltando relatório de noite. Você tem a noite e de manhã cedo você já tem que estar com o negócio pronto. Por quê? Porque já tem investidores na Europa que vão... são 4 horas da manhã aqui, já é o início da...em Londres, por exemplo, onde é o maior centro da Europa. Então o que acontece? Você vai ter que ter soltado esse negócio de noite, pra 4 horas da manhã o cara chegar no escritório dele lá, já ler. Então essa pressa faz o cara focar muito no press release. (03)

Quando ele está iniciando a cobertura aí ele vai olhar tudo o que eu falei. Quando vai olhar o resultado assim, de trimestre e tal, já conhece um pouco da empresa e tal, acaba focando muito no press release, que é um erro, né? Mas acaba acontecendo por causa da pressa, né (03)

Um dos analistas mencionou que as Notas Explicativas nem sempre são utilizadas. Segundo o entrevistado, alguns analistas acabam não olhando, muitos passam batido por essa Demonstração complementar. Para o analista, as Notas Explicativas somente serão “olhadas” quando interessa. Na sondagem realizada para identificar as razões do não uso das Notas Explicativas para a atividade de análise, observou-se que o não uso está relacionado ao tempo muito curto que o analista tem para analisar as demonstrações e escrever seu relatório, especialmente no caso de analistas de corretoras, e também por considerarem que essa não é uma demonstração simples. Por essas razões é que alguns analistas acabam parando no *Press Release*, segundo o pesquisado.

Outro relatório que dizem também não utilizar sempre na atividade de análise é o ITR (Informações Trimestrais) pelo fato de demorar mais pra sair. Novamente dizem que essa é a razão para o uso predominante do *Press Release* na suas atividades de análise.

No tópico a seguir são apresentadas observações a respeito das informações que buscam nas demonstrações e relatórios contábil-financeiros utilizados em suas atividades de análise e também as razões do uso de algumas demonstrações e relatórios para o desenvolvimento de suas atividades.

4.2.7.4 Informações que busca nas demonstrações e relatórios

<p>Demonstrações de Resultado Fluxo de Caixa Balanço</p> <p>Notas explicativas – não têm tanta.... para atualização. Para montar a projeção tem que ler tudo. Somente para <u>pegar detalhe do custo da dívida ou detalhes da abertura do custo ou detalhamento da receita,</u></p> <p>ITR – para atualização. Depois que já está acompanhando a empresa</p>
<p><u>balanço patrimonial</u> - ativo, passivo e patrimônio líquido (10)</p> <p><u>fluxo de caixa</u> (11)</p> <p><u>demonstração de resultados</u> (14)</p> <p>e com certeza a gente olha as <u>DFP's, as ITR's</u> pra analisar as <u>notas explicativas</u>. (04)</p> <p>Porque uma <u>coisa são os números expressos nas tabelas. Outra coisa, a essência, o que afeta esses números, o que fizeram eles aumentarem ou reduzirem, a transição do balanço.</u></p> <p>O <u>fluxo de caixa</u> conta um pouco essa história, mas <u>na essência, nem tudo é objetivo</u> quando você olha pro fluxo de caixa.</p> <p>Então a gente acessa a <u>nota explicativa</u> pra ver se dentro da nota explicativa existe alguma <u>abertura</u> que dê mais <u>clareza</u>.</p> <p>Além disso, por exemplo, o <u>cronograma de endividamento, quais são os indexadores da dívida</u>, isso geralmente está expresso na nota explicativa, não está registrado no balanço da empresa, onde ela tem lançado seus <u>empréstimos, seus endividamentos</u>. Também não está no fluxo de caixa onde ela está <u>pagando, amortizando efetivamente dívida</u>. Então assim, <u>a gente precisa da nota explicativa</u>. (04)</p> <p>[...] Mas de qualquer forma, <u>a transição do número, se ela não tiver às vezes uma clareza maior... e isso tem que vir dentro de uma explicação</u>, não adianta você ver a transição, você sabe que ela está acontecendo, você sabe que tem um efeito sobre caixa, <u>mas assim, da onde isso está partindo? E essa resposta vem da nota explicativa, às vezes</u>. (04)</p>
<p>Balanço – tudo. DR - também é tudo. Resultado Abrangente - às vezes vejo alguma coisa</p>

Mutações [DMPL] – Dividendos, juros sobre capital próprio
 Fluxo de caixa – depreciação, amortização, parte de financiamento/fluxo de financiamento
 no intervalo trimestral, investimento.
 Notas Explicativas – imobilizado, intangível, financiamentos
 Relatório da Administração - de vez em quando.

Fluxo de caixa, na verdade, a gente só usa pra pegar depreciação pra cálculo de EBITDA, mas assim, ele não é tão... pras análises que a gente roda, ele acaba sendo consequência dos outros. Mas principalmente a depreciação. Porque assim, EBITDA é uma coisa que analista olha muito. Tanto a gente... qualquer analista financeiro, porque é uma medida fácil de você pegar ali uma expectativa de fluxo de caixa. (07)

E aí não é um padrão do IFRS, é uma linha do EBITDA. Então a própria empresa não calcula. Então a gente sempre precisa calcular.

[...] É pra isso que a gente usa o fluxo de caixa. Só pra isso. Pra pegar depreciação... (07)

[...] É, por exemplo, você tem lá um intangível. Você não sabe o que é dedutível pra fins fiscais... esse tipo de detalhe a gente pega na nota. Ou se tem uma conta de provisão grande, o que é essa provisão... [...] As explicações (07)

Assim, a gente... em relatório de administração, a parte de texto a gente lê bastante e usa até pra ver a visão da administração da companhia sobre a performance, porque o resultado foi bom, ruim, quando algum número chama atenção, aí a gente lê. (07)

[Notas explicativas] Tem umas muito superficiais que deixam fora uns temas muito importantes e tem umas mais detalhadas. Um negócio que sempre dá um problema muito grande é quando tem dívida conversível ou qualquer instrumento que é meio misto de equity e dívida.

[...] você consegue extrair as informações, mas ainda tem alguns detalhes que não são exigidos de serem divulgados e que são muito importantes. (07)

[...] Por exemplo, quando você pega a linha lá, empréstimos e financiamentos, você não sabe, você não tem obrigação de divulgar linha à linha qual é o custo das linhas e se [...] você pega lá, vai ter o que é curto prazo, o que é longo prazo e um custo médio e o que é moeda local e o que não é, mas você não consegue ter um detalhamento de linha à linha. (07)

Pelo menos as linhas mais relevantes de dívida da empresa, como é que você paga, se paga todo ano, se é semestral, como é o pagamento de juros... E tem companhia que o fluxo de caixa dela é inconstante durante o ano. Então se ela tem pagamento semestral, pode ser um problema. Aí você não captura esse tipo de coisa entre o período e as demonstrações.

Você não sabe, por exemplo, uma empresa que tem muita sazonalidade, se ela tiver uma dívida que ela tem amortização todo trimestre, pode ter um período que ela esteja ali com caixa curto pra pagar. (07)

Então os detalhes de como é que amortiza as dívidas e como é que é a taxa de juros e qual a frequência também de pagamento de juros, não são uma exigência de divulgação (07)

Quando comentavam sobre as demonstrações e relatórios contábil-financeiros que utilizam para o desenvolvimento da atividade de análise, buscou-se

aprofundar um pouco mais a partir dos comentários que faziam quanto ao uso das referidas demonstrações, sondando para identificar quais informações esses profissionais buscam em cada relatório. Com isso tentou-se identificar, a partir do uso efetivo que fazem das demonstrações contábil-financeiras para a sua atividade, o tipo de informações contábil-financeiras efetivamente demandadas para a atividade do analista do mercado de capitais. E ainda que alguns analistas tenham afirmado usar a totalidade das informações contidas em algumas demonstrações, como no caso do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado (DRE) que muitos entrevistados disseram usar “tudo” ou “todo” e a despeito de alguns não terem especificado precisamente quais informações extraem de cada relatório, ainda assim essa sondagem permitiu extrair aspectos importantes sobre a questão uma vez que permite que também se observe o porque, as razões do uso de tais demonstrações e relatórios para a atividade de análise.

Assim, em relação às Notas Explicativas, que foi a demonstração mais citada pelos entrevistados, mencionaram utilizá-la, sobretudo, para atualização. Mencionaram que nessa demonstração buscam detalhes sobre custo da dívida, da abertura de contas ou detalhamento da receita. Outros mencionaram ainda buscar nessa demonstração informações sobre Imobilizado, Intangível, Financiamentos e também os detalhes e explicações sobre grandes Provisões. Um dos analistas mencionou ainda que um grande problema em termos de informações que buscam nas Notas Explicativas está relacionado a informações sobre dívidas conversíveis ou instrumentos que sejam mistos de equity e de dívida, cujos detalhamentos seriam importantes e acabam não sendo divulgados por não haver exigência legal para a sua divulgação.

Ao aprofundar a sondagem para identificar quais seriam essas informações importantes que não estão sendo divulgadas o analista referiu-se especificamente a falta de divulgação de informações detalhadas sobre os custos dos empréstimos e financiamentos visto que a exigência legal somente determina a divulgação das referidas informações, o prazo, o custo médio, mas não o detalhamento linha a linha como os analistas necessitariam para as suas análises. Disse ainda que informações relevantes sobre a dívida da empresa no tocante a forma e o período de pagamento tanto do principal como dos juros decorrentes são informações que ainda não constam das Notas Explicativas. Comentou também que informações sobre a amortização, sobre o pagamento da dívida e dos juros são ainda mais

difíceis de serem capturadas nas demonstrações de empresas que possuem muita sazonalidade ainda que algumas dessas informações sejam parcialmente divulgadas na Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC). Assim, detalhes da forma de amortização das dívidas e das taxas de juros e ainda sobre a frequência dos pagamentos de juros não são ainda divulgados por não haver exigência legal para a sua divulgação.

Afirmaram ainda utilizar as DFP (Demonstrações Financeiras Padronizadas) e o ITR (Informações Trimestrais) para analisar as Notas Explicativas, especialmente quando não observam clareza nas demonstrações e por isso buscam explicações para entender de onde partem os efeitos das transições evidenciadas nas demonstrações. Segundo os analistas uma coisa é o número divulgado, outra é aquilo que eles chamam de essência, o que pode ter afetado a transição no Balanço, ou seja, a causa desses números terem aumentado ou reduzido.

Essa mesma razão foi dada para o uso do Fluxo de Caixa segundo um dos entrevistados. Para o analista, o Fluxo de Caixa conta um pouco dessa história, mas pelo fato de nem tudo ser objetivo nessa demonstração, a resposta para a transição do número evidenciado no Balanço, vem às vezes das Notas Explicativas que mostra de onde os efeitos sobre o caixa estão partindo. De forma que o acesso às Notas Explicativas segundo o analista é feito para verificar se “existe alguma abertura que dê mais clareza”(04) sobre as causas do efeito das transições evidenciadas no Balanço.

Detalhando ainda mais sobre as informações que busca nas Notas Explicativas o analista entrevistado mencionou: cronograma de endividamento, indexadores da dívida e detalhamentos sobre a amortização efetiva das dívidas, além das aberturas de contas já mencionadas.

Ainda sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), grande parte dos entrevistados menciona fazer uso dessa demonstração para buscar informações sobre Depreciação, Amortização, parte de financiamento, fluxo de Financiamentos e Investimentos. Um outro analista disse usar essa demonstração somente para “pegar depreciação prá calculo de EBITDA”(07) uma vez que segundo o entrevistado, essa demonstração acaba sendo consequência dos demais relatórios.

O analista ainda menciona que o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (EBITDA), que em português significa "Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização", “é uma coisa que o analista olha

muito” por ser “uma medida fácil” de pegar a expectativa de fluxo de caixa. Lembra ainda que essa medida por não ser um padrão do IFRS acaba não sendo calculado obrigatoriamente pelas empresas ficando o cálculo a cargo do analista.

Quanto ao ITR (Relatório de Informações Trimestrais) mencionam utilizá-lo somente para atualização dos dados, depois de já estarem acompanhando a empresa e também para analisar as Notas Explicativas.

A Demonstração do Resultado Abrangente foi mencionada apenas por um dos entrevistados dizendo “as vezes vejo alguma coisa”. (05)

Em relação ao Relatório da Administração um dos analistas disse ver “de vez em quando” e outro mencionou que utiliza esse relatório para “ver a visão da administração da companhia sobre a performance, porque o resultado foi bom, ruim”. (07) Apesar de ter mencionado que lê bastante a parte do texto desse relatório, o analista também destacou que “quando algum número chama atenção, aí a gente lê”.

A Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é utilizada para buscar informações sobre dividendos e juros sobre capital próprio informou um dos entrevistados.

A respeito de informações que buscam nas demonstrações e relatórios contábil-financeiros é possível observar que as informações do Balanço Patrimonial, da Demonstração de Resultado e das Notas Explicativas são as mais demandadas para a atividade de análise. A informação mais utilizada do Fluxo de Caixa segundo os pesquisados é a relativa a Depreciação.

Inferese com base nessa análise que as demais informações contidas nessas demonstrações e nos demais relatórios que fazem parte do conjunto das Demonstrações Contábeis obrigatórias não estão sendo utilizadas pelos analistas do mercado de capitais, não sendo portanto úteis para a sua atividade de análise.

Tais evidências condizem com os resultados já apresentados no tópico que trata do uso das Demonstrações e relatórios contábil-financeiros apresentado anteriormente. É portanto uma forma de triangulação de dados.

No tópico a seguir apresenta-se um extrato sobre as informações que efetivamente utilizam para desenvolver as suas atividades de análise. Importante destacar que nem todas as informações que o analista utiliza para a realização da análise são necessariamente contábil-financeiras. Esta é a diferença deste tópico em relação aos anteriormente tratados nesta tese.

4.2.7.5 Informações que utilizam para realizar a análise

<p>Receita EBITDA Lucro Projeções de outros analistas Notas sobre dívidas Notas agências de rating Cotações</p>
<p>Então o foco tem sido muito em margem, aí <u>margem líquida, margem bruta, margem operacional.</u></p> <p>Um conceito que não é tão contábil [...] que é o EBITDA [...] margem EBITDA, retorno sobre o patrimônio líquido, o ROIC que é aquele o retorno sobre o capital investido, e aí múltiplos que aí não é bem contábil, P/L, preço/lucro, o EBTIDA, preço e valor patrimonial, o Dividend Yields que é o retorno dos dividendos... (03)</p> <p>Mas do <u>balanço</u> tem se olhado muito <u>retornos e margens. Muito foco nisso, assim.</u> E... acho que <u>isso é o que é mais olhado.</u> (03)</p> <p>Até acho que <u>falham um pouco em não olhar muito esse negócio de prazo médio de pagamento, prazo médio de recebimento, ciclo de caixa.</u> Isso <u>são informações importantes</u> que... o que acontece? O analista está muito sobrecarregado, então ele <u>acaba indo nessas coisas mais óbvias.</u> (03)</p> <p><u>Nível de endividamento</u> também, o <u>endividamento líquido sobre o patrimônio líquido sobre o EBITDA. Não é muito usado também</u> (03)</p>
<p>Primeiramente, com certeza, é a <u>parte financeira da companhia. Balanço, fluxo de caixa, demonstração de resultado.</u> É daí que a gente tem que começar. Traçar um histórico disso, como é que foi <u>a evolução de receita, de vendas, de nível de endividamento</u> da companhia nos últimos anos, conseguir traçar um histórico de toda essa <u>informação financeira da companhia</u> pra usar isso como base pra sua projeção. Acho que o primeiro ponto, com certeza é isso. [...] <u>É o histórico financeiro da empresa.</u> (04)</p> <p>[...] <u>Ativo, passivo, patrimônio,</u> tudo isso compõe o <u>balanço da empresa, balanço patrimonial. Fluxo de caixa e a demonstração de resultado.</u> (04)</p>
<p>[...] eles vão estar apresentando as contas, o que aconteceu, o <u>faturamento</u> foi assim, ficou assado, <u>custo, o resultado financeiro, o resultado final</u> foi influenciado por isso, por aquilo (06)</p>

Entre as informações que os analistas mencionaram utilizar para o desenvolvimento de suas atividades de análise, foram citadas as seguintes:

1. Receita (Vendas, Faturamento)
2. EBITDA (Margem EBITDA)
3. Lucro (Resultado Final)
4. Projeções de outros analistas
5. Notas sobre dívidas]
6. Notas de agências de rating
7. Cotações
8. Margens (Bruta, Operacional, Líquida)
9. Prazos médios (pagamento, recebimentos)
10. Ciclo de caixa
11. Nível de endividamento
12. Endividamento líquido sobre o Patrimônio Líquido (PL)
13. Endividamento sobre o EBITDA
14. Retorno sobre o Patrimônio Líquido
15. ROIC – Retorno sobre o capital investido
16. Múltiplos (Preço/Lucro, Preço/Valor Patrimonial)
17. Dividend Yields (Retorno de dividendos)
18. Custo
19. Resultado Financeiro

Alguns entrevistados ao se referirem às informações que utilizam para a realização de suas análises mencionam diretamente as próprias Demonstrações e relatórios contábil-financeiros.

Ressalte-se ainda que, embora tenha mencionado as informações sobre prazos médios (pagamentos e recebimentos), ciclo de caixa, nível de endividamento, endividamento líquido sobre o PL e sobre o EBITDA, um dos entrevistados comentou que embora importantes, julga que outros analistas falhem em não olhar tais informações por estarem sobrecarregados e por isso acabam ficando nas informações mais óbvias.

Identificou-se que tipo de informações os analistas julgam relevantes para a realização de suas atividades de análise conforme apresentado no tópico a seguir.

4.2.7.6 Informações que julgam relevantes

<p>As vendas, as margens, as despesas e o balanço mesmo, todo ativo e passivo</p> <p>Então a primeira coisa é, tudo bem, <u>ele ter acesso à informação</u>, primeiro é <u>importante a empresa fornecer informações, seja quais forem</u>. Então, as <u>informações financeiras</u>, as informações a respeito da <u>estratégia</u>, informação sobre as <u>expectativas de mercado</u> que ela tem. <u>Então a informação da empresa é sempre o ponto de partida</u>. Por isso que ela é obrigatória e relevante.</p> <p>Quer dizer, ele <u>não consegue adivinhar se a empresa é boa ou ruim, se o setor é bom ou ruim</u>. Ele vai fazer uma primeira idéia dando uma <u>olhada geral no setor</u>, nas condições de <u>regulação</u>, nas condições de <u>demanda no mercado</u>, como é que está <u>crescendo as vendas</u>, como é que está <u>demanda</u>, eventualmente em um setor onde <u>crédito é importante</u>, como é que as <u>taxas de juro</u> estão evoluindo...Então ele vai olhar o macro, olhar o <u>cenário macro econômico, o setor setorial e olhar pra empresa</u>, “Poxa, o que essa empresa está dizendo que é a <u>estratégia</u> dela? A estratégia dela tem dado bons <u>resultados</u>?” Então <u>ele sempre procura casar resultados com estratégia</u>. “Essa estratégia faz sentido, é racional do ponto de vista da dinâmica setorial que a gente enxerga? Ou dos fundamentos macro econômicos? É uma estratégia que tende a gerar resultados no longo prazo? Ou não, é uma coisa que deu certo nesse trimestre, mas no próximo o mercado já está todo diferente? Se ele continuar com essa estratégia ele vai quebrar a empresa?” Então esse tipo de dado (02)</p>
<p>[...] Traçar um histórico disso, como é que foi a <u>evolução de receita, de vendas, de nível de endividamento</u> da companhia nos últimos anos, conseguir traçar um histórico de toda essa informação financeira da companhia pra usar isso como base pra sua projeção. (04)</p> <p>Além disso, por exemplo, o <u>cronograma de endividamento, quais são os indexadores da dívida</u>, isso geralmente está expresso na nota explicativa, <u>não está registrado no balanço</u> da empresa, onde ela tem lançado seus <u>empréstimos, seus endividamentos</u>. Também não está no fluxo de caixa onde ela está <u>pagando, amortizando efetivamente dívida</u> (04)</p>
<p>Porque assim, <u>o que é importante pra mim? É avaliar [...] fonte e aplicação [...]</u> Porque o que faz a diferença? A <u>empresa fala a pesquisa de mercado eu projeto receita. Como é que está o cenário dela eu projeto custo</u>. Então <u>receita e custo é a primeira coisa que você faz na projeção, é a coisa mais importante</u>. Depois você vai partir pras <u>outras informações chaves numa projeção</u>. (05)</p> <p>Projeção é basicamente o seguinte: <u>receita, custo, investimento e financiamento. Sem essas quatro informações você não faz nenhuma projeção</u>. E aí tem uma quinta, por exemplo, que é <u>política de dividendos</u>... entendeu? <u>contingências fiscais</u>, coisas desse tipo, mas assim, <u>sem essas quatro informações você não faz uma projeção. A quinta a política de dividendos. Sem essas cinco informações voce não faz a projeção</u>. Sintética, você até faz. (05)</p>
<p>[...] <u>todas são relevantes</u>. Se de repente <u>eu não olho aqui, outro analista precisa olhar</u>. Então <u>depende do foco do [...] mercado financeiro, do que o analista, generalizando, precisa olhar</u>. Por exemplo, um analista de crédito, ele vai querer calcular indicadores que pra mim não são importantes. Assim, o <u>conjunto é importante pra todo mundo</u>, entendeu?</p> <p>[...] Não, <u>tudo é importante</u>. [...] porque se por exemplo, o analista de crédito, ele, pra ele fazer a conta do ativo circulante sobre o passivo circulante, se pra ele é bom pra fazer os</p>

indicadores de saúde financeira de crédito, pra mim não é, eu estou mais preocupado em olhar o futuro. Eu não vou fazer essa conta. **Quero saber como está a evolução do ativo e do passivo e o que tem dentro do ativo e o que tem dentro do passivo.** Então **toda a informação é importante** e como o mercado financeiro é muito ramificado, o que não é importante pra mim é importante pra outro, **o importante é que seja publicado.** (06)

[...] **não existe como eu falar isso pra mim é mais importante, isso não é.** Tudo é importante, entendeu? Não existe isso, “Olha, eu só quero o ativo e o passivo, quero o demonstrativo e só quero saber sobre a abertura de endividamento.” E o resto não vai publicar? **Tem que publicar tudo. Porque tudo é importante.** Se de repente me pedem..., vira e mexe um investidor me pergunta: “Como é que está a estrutura do capital da empresa tal?” Aí você tem que ir lá **ver quanto que ele tem de caixa, quanto ele tem de dívida de curto, dívida de longo.** Aí eu tenho que calcular em cima disso **a dívida líquida, relação dívida líquida e EBITDA,** como é que essa empresa está equiparada com seus pares, aqui, lá fora... Então não adianta falar isso pra mim é importante, o resto não é. Tudo é importante. (06)

Quando se referem às informações que julgam relevantes para a sua atividade de análise, observa-se que há os que dizem que “todas são relevantes”, “tudo é importante” afirmando que “o conjunto é importante pra todo mundo”(06) e que “toda a informação é importante” em razão da ramificação do mercado financeiro por entender que o que não é importante pra um pode ser para outro e por isso é “importante que seja publicado”. No entanto, esse mesmo analista mencionou informações como montante de caixa, dívida de curto prazo, dívida de longo prazo, dívida líquida, relação da dívida líquida e EBITDA.

Outros analistas, além de novamente mencionarem as Demonstrações Contábeis como um todo e grupos de contas do Balanço como Ativo e Passivo, citaram também vendas, margens e despesas. Outros ainda mencionaram informações financeiras, informações sobre estratégia, sobre expectativas de mercado. Foram mencionadas ainda informações sobre o setor, condições de regulação, condições de demanda no mercado, crescimento de vendas, cenário macro econômico e cenário setorial para só então olhar a empresa. Um dos entrevistados destaca a importância e relevância da informação sobre estratégia argumentando que o analista procura casar os resultados da empresa com a estratégia adotada. Por essa razão questiona se

Essa estratégia faz sentido, é racional do ponto de vista da dinâmica setorial que a gente enxerga? Ou dos fundamentos macro econômicos? É uma estratégia que tende a gerar resultados no longo prazo? Ou não, é uma coisa que deu certo nesse trimestre, mas no próximo o mercado já está todo diferente? Se ele continuar com essa estratégia ele vai quebrar a empresa? (02)

Foi possível ainda identificar as informações adicionais que buscam para realizar a sua atividade de análise.

4.2.7.7 Informações adicionais que buscam

<p>Dados específicos</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. principais clientes 2. principais fornecedores
<p>“Vi que seus resultados não estão tão bons, como você pretende melhora-los?” [...] “Qual é a <u>estratégia</u> que a companhia e a direção da companhia adota? Como que essa <u>estratégia</u> vai gerar resultado futuro? Essa <u>estratégia</u>, ela é bem definida? Ela está na cabeça de uma única pessoa ou ela é uma coisa que é aplicada pela empresa inteira? (02)</p> <p>[...] isso varia de setor pra setor. Pode ser <u>um indicador específico</u>, pode ser um <u>indicador operacional ou financeiro ou de endividamento</u>. (02)</p>
<p>Geralmente a empresa também fornece <u>estimativas oficiais</u> [...] (03)</p>
<p>Muita coisa a gente se baseia em cima <u>do fluxo de caixa</u>, de projeções que a gente faz de <u>fluxo de caixa a valor presente</u> e projeções que a gente tem <u>macro econômicas, projeções setoriais</u> pra avaliar a empresa, pra fazer essa questão de lançar o fluxo de caixa futuro e trazer ele a valor presente. [...] <u>Mas é que algumas informações, não que sejam essenciais, mas seriam interessante se você tivesse o acesso, se você soubesse como está</u>. Por exemplo [...] vamos supor uma <u>determinada garantia</u>. A empresa tem uma <u>dívida que está lastreada em dólar</u> [...] Mas aí ela tem uma <u>garantia que está lastreada em euro</u>. [...] Existe uma preocupação com o impacto do <u>resultado financeiro</u> pra companhia. [...] O efeito caixa só acontece quando a dívida é quitada ou no vencimento das parcelas. Mas aí você tem impacto no <u>resultado financeiro</u>, na linha final, que é determinante pra <u>distribuição de dividendos</u>. Às vezes a empresa, pra não ter essas oscilações no <u>resultado financeiro</u>, não preocupar seus investidores em relação ao pagamento de dividendo, <u>prefere realizar alguns pré pagamentos</u>. (04)</p> <p><u>Então assim, seria interessante essas aberturas</u>.</p> <p>Então assim, você saber, <u>muitas vezes a empresa declara que ela tem títulos em disponibilidade</u>, mas <u>você não sabe necessariamente qual é a carteira de títulos</u>. Às vezes você tem alguns títulos que estão valorizando, outros estão depreciando. [...] de qualquer forma isso traz um efeito pra <u>dentro do resultado</u>. Não pro fluxo de caixa, mas traz pro resultado. <u>Então assim, são coisas que seriam interessantes</u> [...] (04)</p> <p>Além disso, por exemplo, o <u>cronograma de endividamento, quais são os indexadores da dívida</u>, isso geralmente está expresso na nota explicativa, não está registrado no balanço da empresa, <u>onde ela tem lançado seus empréstimos, seus endividamentos</u>. (04)</p> <p>Também não está no fluxo de caixa onde ela está <u>pagando, amortizando efetivamente dívida</u> (04)</p>
<p>Impostos e contingências (06)</p>
<p>Inteligência setorial, de concorrência, posicionamento.</p> <p>[...] aqui no caso, a gente tem um centro de informações [...] daí eles compram. Mas tem que comprar o relatório (07)</p>

Entre as informações adicionais que buscam estão dados ou indicadores específicos tais como:

1. principais clientes
2. principais fornecedores
3. estratégia
4. indicadores operacionais, financeiros ou de endividamento
5. estimativas oficiais
6. abertura de garantias das dívidas
7. carteira de títulos em disponibilidade
8. cronograma de endividamento
9. indexadores das dívidas
10. impostos e contingências
11. inteligência setorial, de concorrência e de posicionamento

Um aspecto interessante a se destacar neste ponto é que em momento nenhum questionou-se os entrevistados sobre informações não utilizadas. Não fazia parte do roteiro de entrevistas que norteou a pesquisa de campo. Porém, no decorrer das entrevistas esses aspectos foram levantados pelos analistas conforme mostra o tópico a seguir.

4.2.7.8 Informações que não utilizam

[...] Algumas coisas que nessa análise, análise contábil mais tradicional, o mercado tem olhado, por exemplo, tem aquela análise horizontal vertical, né? Não se usa muito mais. (03)

Por exemplo, alguns índices [...] índice de liquidez, índice de liquidez corrente, seca, não se usa muito, assim. A não ser em um caso muito especial, uma crise [...] Mas tirando esses casos extremos, isso não tem sido muito usado. (03)

Até acho que falham um pouco em não olhar muito esse negócio de prazo médio de pagamento, prazo médio de recebimento, ciclo de caixa. Isso são informações importantes que... o que acontece? O analista está muito sobrecarregado, então ele acaba indo nessas coisas mais óbvias. (03)

Nível de endividamento também, o endividamento líquido sobre o patrimônio líquido sobre o EBITDA. Não é muito usado também. (03)

Então, **são estimativas mas a gente nem olha isso aí [...]** Então vamos supor, agora tem... como é que chama, **o impairmant**, coisa desse tipo, né? **Ali a gente não tem trabalhado muito com isso.**

[se faz diferença revelar os critérios utilizados] **Das estimativas não.** (05)

Entre as informações que não utilizam para o desenvolvimento de suas análises, os analistas citaram as conhecidas análise horizontal e análise vertical, os conhecidos índices financeiros: índice de liquidez corrente e seca, e as estimativas. No entanto, conforme já mostrado no tópico anterior, informações que consideram relevantes acabam não sendo utilizadas em razão da sobrecarga de trabalho, tais como: prazos médios (de pagamento e de recebimento), ciclo de caixa, nível de endividamento, endividamento líquido sobre o PL e sobre o EBITDA.

Outro aspecto interessante que apareceu durante as entrevistas diz respeito ao fato de existirem diferenças de uso das informações para o desenvolvimento da atividade de análise dependendo da visão da gestora em termos de prazo do investimento.

4.2.7.9 Diferenças de uso das informações

Por exemplo, **se for uma asset, uma gestora seja mais de curtoprazista**, digamos assim, **esse cara é capaz de ficar ali nos releases só**, nem chegar muito a fundo. Agora, **se for uma gestora que tem uma visão mais a longo prazo, que quer comprar, que quer casar com a ação**, digamos assim, **comprar pra manter, esse aí vai fazer um trabalho até de falar com fornecedores, clientes, entendeu? Competidores... aí faz um trabalho bem mais profundo, né? Aí vai olhar aquelas três: DFP, pres releases [...] ITR e FR.**

Com certeza vai olhar esses três [...] pareceres contábeis. (03)

Assim, segundo o analista, uma gestora com visão de curto prazo talvez não vá muito a fundo na busca de informações, podendo parar nos Releases de resultados. Já as gestoras com visão de longo prazo tendem a fazer um trabalho mais profundo, buscando informações não somente na Demonstração Financeira Padronizada (DFP), nos Press Releases, no Relatório de Informações Trimestrais (ITR) e no Formulário de Referência (FR) além ainda de falar com fornecedores,

clientes, competidores. Esse trabalho adicional para validar as informações já foi tratado em tópico anterior.

Como mencionado, constituiu também interesse do presente estudo investigar junto aos analistas e profissionais de investimento do mercado de capitais as principais barreiras e eventuais dificuldades que enfrentam na busca, acesso, obtenção e uso das informações que necessitam para o desenvolvimento de suas atividades. No tópico a seguir são apresentadas observações sobre esse quesito.

4.2.8 Dificuldades e barreiras

4.2.8.1 Dificuldades para acesso, obtenção e uso das informações

Tem que ficar trocando de um lugar para outro. [...] de um relatório para outro para obtenção das informações que necessita (01)

Informações que não estão em nenhum dos formulários. (Custo de abertura ou implantação de novas lojas ou centros de distribuição, custo de reforma de uma nova loja, tempo de maturação das lojas) (01)

Dificuldade é mais da forma como as informações são apresentadas.
Se ela é de uma forma mais, que a gente fala, “user friendly”, ou mais amigável, ou mais... que se **comunique bem com o banco de dados que a gente já montou**. Muita gente faz relatórios sei lá, mensal, utilizando as informações. Então aí pra ver como é que as informações se complementam. **Precisa adaptar e dá trabalho**. (01)

Não é todo setor que é organizado e que tem as informações disponíveis (01)

[...] ela **pode me falar num trimestre, aí ela resolve não abrir mais a informação...** porque não queria dar o ouro pro bandido. É ruim. Se a gente estava **acostumado com uma frequência, ter um tipo de informação...** Mais não ser pega de surpresa, mais no entendimento do dia a dia. Você conseguia efetivamente ver se estava tendo alguma alteração de tendência e **agora você tem que se esperar o trimestre inteiro pra poder identificar essa alteração**. Antes você conseguia ter... (01)

Se for **pegar os dados contábeis hoje, não tem muito problema**, né? Porque tem a **CVM**, tem a **própria empresa** geralmente tem... a empresa tem que ter um site, né? Então tem um local lá que é o Relação com investidores, né? Relação com investidores, bem, cada site é um site.

Você clica ali, vai ter lá 2012, daí todos os demonstrativos contábeis... Demonstrativos contábeis da CVM, está lá todos. (03)

Então não tem muito mais drama pra chegar nessas informações. (03)

O **que é difícil, que é o que eu falei antes, é falar com a empresa**. (03)

Porque na hora que está em período de silêncio, que está perto do resultado, que aquele CODIM até, fez uma nova, pode falar do resultado do trimestre, mas ela não pode falar sobre estratégia, coisas que não influenciam o curto prazo, né? (03)

Ela se resguarda e acaba não falando nada. [...] Com certeza [*prejudica*].
Isso é um negócio que vai demorar muito tempo ainda pra [...] pra melhorar [...] Porque assim, é cultural, **pra ela perceber que ela sendo mais proativa a ação dela vai melhorar [...]** (03)

Muitas vezes a gente **encontra sim dificuldades na informação prestada.** Desde a parte onde a gente olha o **balanço, existem aberturas de contas,** que com a utilização do IFRS não são mais obrigatórias, como receita bruta, por exemplo, na **demonstração lá no resultado não é mais obrigatório.** Como existem também contas que hoje o IFRS exige que no passado as empresas não demonstravam ou não ajustavam da forma que hoje o IFRS orienta. (04)

Mas de qualquer forma a gente **tem uma deficiência, tanto nos números que são lançados na tabela, porque você não tem uma abertura daquilo, quanto nas notas explicativas.** Então às vezes você encontra um número, você tem uma dúvida e aí você **vai atrás das notas explicativas na DFP pra tentar achar a justificativa daquilo.** Nem sempre a nota explicativa é clara ou é abrangente no sentido de explicitar aquele fator.
(04)

Às vezes, por exemplo, uma empresa tem uma dívida, aquela dívida ela entregou algum lastro, algum ativo como garantia da dívida, pra cobrir sei lá, 80, 90% da dívida pro credor.
Aí você vai na **nota explicativa pra tentar entender qual foi a garantia entregue.** Muitas vezes você não sabe efetivamente qual é a garantia.
Você sabe o valor, mas você **não sabe se é um título público, se é um imóvel, se é uma unidade de produção, você não faz ideia.** (04)

Algumas empresas são mais abrangentes, expõem. Algumas empresas divulgam um **fato relevante explicitando aquela linha de financiamento e aí citam, mas não necessariamente elas são obrigadas.**

E nessa desobrigação, **nem sempre a informação vai estar ali clara e transparente.**
Aí você tenta muitas vezes se comunicar com a empresa, solicitar informação através da área de relações com investidores que é a área que a gente tem mais contato.

Se eles conseguem explicar ou podem abrir a informação, eles fazem.

Às vezes eles têm alguma dificuldade em explicar algumas posições.

Eles colocam, por exemplo, controller da empresa, a área de contabilidade da companhia pra conseguir explicar pra gente o que são aqueles números, qual a transição que está acontecendo ali, quais são as garantias.

Mas às vezes a gente também não tem esse acesso, aí fica sem informação.

(04)

Às vezes a empresa, pra não ter essas oscilações no resultado financeiro, não preocupar seus investidores em relação ao pagamento de dividendo, prefere realizar alguns pré pagamentos. [de dívidas]

Então assim, seria interessante essas aberturas.

Então assim, você saber, muitas vezes a empresa declara que ela tem títulos em disponibilidade, mas você não sabe necessariamente qual é a carteira de títulos.

Às vezes você tem alguns títulos que estão valorizando, outros estão depreciando. (04)

[...]

Mas **de qualquer forma isso traz um efeito pra dentro do resultado.** Não pro fluxo de caixa, mas traz pro resultado. **Então assim, são coisas que seriam interessantes pra...**

Muitas vezes você não tem abertura.

Nem sempre você tem a abertura clara em relação à amortização dessas dívidas, nem sempre você tem a abertura clara em relação a alguns projetos de investimento. [...] Quer dizer, é **uma abertura, que se você tem, você consegue projetar de forma mais correta.** Como é que vai a evolução da obra, como é que vai o dispêndio de caixa da

empresa pra executar esse investimento. Nem sempre você tem. Às vezes você liga pro RI, o RI passa mais ou menos o que eles estão trabalhando. Às vezes ele deixa a seu critério pra chegar nessa conclusão. Aí você faz o quê? Você vai pegar projetos similares que foram desenvolvidos e qual foi o cronograma de execução desses investimentos pra tentar trazer isso pra essa empresa. Mas não necessariamente é a realidade ou é o planejamento estratégico da empresa. Aí você vai ter que usar um pouco da sua capacidade de dedução. (04)

Quanto mais aberta for a informação, mas facilitado fica o trabalho do analista. Não que a gente não tenha que ter senso crítico pra às vezes falar: “Olha, não acho que a empresa consiga entregar. Acho que isso está um pouco superestimado.” (04)

Então assim, tudo é informação pra gente e em todas essas informações, relatórios de divulgação, às vezes você encontra dificuldade de processar aquilo que está escrito. Às vezes não há clareza no texto.

(04)

Pesquisa de mercado a gente não tem nem acesso. A questão aqui é que às vezes a gente não tem acesso. “Informações de especialistas”. Especialista, o que seria? Então, vamos supor, eu estou fazendo a Mineradora V, o especialista é um cara de mineração? Esse cara eu não vou ter acesso. [...] A não ser que eu pague esse serviço. O pessoal vai num banco ou coisa assim, entendeu? [...] Que às vezes eu posso ter, por exemplo, uma consultoria. Eu tenho uma consultoria que presta isso pra mim. (05)
[...] Então meu analista está começando a fazer o setor, ele liga pra saber a opinião dele sobre a empresa, sobre o setor.

Identificação e disponibilidade das fontes nunca, mas por exemplo as fontes eventualmente tem bastante dificuldade. Às vezes é um negócio pago, entendeu? [...] Ou é uma empresa que está sozinha no setor, não tem um histórico razoável, não tem setor consolidado... Então isso tudo [...] complica. (05)
[...] Às vezes é desinteresse.[...] Da empresa. Por exemplo, se eu sou o [um grande banco], os caras tem interesse máximo em me atender. [...] Porque ele acha, por exemplo, se uma empresa é pequena, está no mercado há pouco tempo, ele precisa de todos os canais.

Então qualquer Sell Side pra ele, ainda mais o sell side que foque Small Caps, é um canal importante pra ele divulgar a empresa, então ele tem interesse na gente. Mas se é uma empresa grande, não vou citar nome, mas uma empresa grande, ela já tem [...] relacionamento bancário com várias instituições, corretoras ligadas a banco. Então até por interesse, por outros interesses, ela dá prioridade pra aquele analista de banco. São casos de (...) maior, entendeu? Então a gente é pequenininho pra esses grandões e pros pequenos nós somos alguém. Então tem cara que não está nem aí pra você, entendeu? [...] Ele só vem trazer o que ele precisa. É a coisa mais normal do mundo. Ah, o cara fazer uma emissão de papel ou relatórios indicando compra, aí ele começa a procurar você, qualquer tipo de empresa. Quando a empresa não está interessada, o acesso fica bem pior. Cai bastante.

[...] é do RI que eu estou falando. [...] Diretoria você só vai ter acesso através do RI. Às vezes é o RI que dificulta. Mas o diretor é mais acessível do que o RI. [...] Aí você fala assim: “Quero falar com o diretor, quero que vocês participem de um negócio com a gente aqui.”, não tem acesso. Às vezes você fala com o diretor, o cara é mais acessível que o RI. A gente já passou isso na prática. Existe esse mundo de analistas de top banco, analista de corretora, analista de fundação, analista de consultoria, são tratamentos diferentes, entendeu?

Sentido. É assimétrico, é visível, entendeu?

[...] Tem coisa até que é proibido mas.... tem RI que liga pra analista de banco e fala pro cara antes de todo o mercado, qual foi o resultado. (05)
[...] “O cara é bom, hein?” Aí o resultado sai certinho. [...] É porque assim, ele acaba dando uma informação muito boa pro investidor dele, esse Sell Side, porque tem informação privilegiada, entendeu? [...] Não, não deve existir. [...] Na prática tem. (05)

Aí é tecnológico.

Todo mundo quer entrar no site ao mesmo tempo, aí você fica meio nervoso. Isso é normal.

Mas se você não consegue pelo computador, você pelo menos consegue participar pela teleconferência, pelo telefone. Quando você está participando da teleconferência, você já tem o balanço na sua mão. O balanço sai antes da teleconferência. Talvez você já tenha o documento, já leu o documento. Então aí você tem várias possibilidades.

Se o site da empresa não está funcionando porque ele está sobrecarregado você vai na bolsa, você vai pra CVM, entendeu?

[...] No meu caso, eu não vejo problema nenhum, eu consigo tudo aquilo que eu desejo. (06)

[...] a gente tem esse desafio de padronização das demonstrações financeiras com frequência.

[...] o sonho seria que tudo o que está no contas a receber de todas as empresas, é semelhante, sabe? O que tem [...] embaixo de empréstimos e financiamentos é semelhante, o que às vezes não acontece.

[...] As vezes você tem uma quebra maior de classificação. Em uma empresa ele quebra em mais classificações, agora não consigo pensar um exemplo específico.

[...] Mas um exemplo bom é a debêntures. Às vezes a debêntures está dentro do empréstimo e financiamentos pra uns e é uma conta específica pra outros [...]

Mas tem coisa mais de detalhe de demonstração financeira que faz mais diferença e as classificações são diferentes dependendo da companhia, mesmo olhando tudo CVM.

[...] Pra gente sempre, assim, é uma atividade que acaba levando muito mais tempo por você não ter a confiança de que são iguais as classificações.

Então a gente tem que ler nota explicativa, tem que entrar no detalhe de todas as empresas, porque só pegar lá o resumo pelas classes de conta da CVM, você não tem certeza absoluta que está tudo lá dentro que você precisaria cobrir.

[...] É... Mesmo assim, depósitos judiciais, provisões... às vezes está embaixo de outros porque é pequeno o valor. E às vezes tem a conta específica. Mas mesmo que seja pequeno o valor, eu quero pegar. Então não é que todo mundo usa a mesma abertura.

[...] A falta de um padrão. (07)

No geral os sites de RI são bem acessíveis, a CVM é acessível mas tem um formato, pra alguns relatórios, horrível.

Por exemplo, o formulário de referência que é sempre atualizado, eles só disponibilizam num formato da CVM que é muito difícil de ler e impossível de imprimir.

[...] Não. Eles só divulgam o pdf da publicação oficial, só que ele atualiza frequentemente ao longo do ano quando tem mudança na base societária, qualquer coisa assim.

E daí as atualizações saem num formato péssimo da CVM.

[...] Não. Tem que ter um programa específico da CVM que também é difícil de baixar.

[...] Então quando o site de RI da companhia não fornece o pdf a gente tem muita dificuldade. Tem que ficar pegando número a número da tela.

[...] Então esses formatos da CVM são meio ruins.

As outras coisas que eu falei que a gente, assim, apresentações tudo, a gente pega no site no RI, é fácil. (07)

E coisas específicas, publicações do setor, assim, tem muitas que tem que ser pagas, que não tem...

[...] Setorial, de associação de classe, esse tipo de coisa e normalmente é pago. Então a gente evita usar, só quando... Porque a gente prefere pegar as informações disponíveis sem custo.

(07)

[...] Tem que falar com os RI's, mesmo eles sendo mentirosos ou não, tem que falar.

[...] Dão [as informações], mas mentem também. Nem todos são acessíveis. Aí falar da média é complicado, porque tem uns mega acessíveis, tem outros nada acessíveis

(08)

[facilidade de acesso a outros analistas]

[...] Gostaria de ter mais, mas também a gente não é muito grande. Talvez um dia. Alguma coisa a gente tem. Então sempre que pode, fala. Não é fácil porque eles são arrogantes. Porque eles ganharam muito dinheiro, acham que só eles sabem... então ninguém que dividir muito... mas é uma fonte interessante. (08)

[...] Por exemplo, indústria, normalmente foi listada em 1970, com aqueles incentivos do BNDS, então esse cara está com uma cultura velha, ele não tem RI ou tem um RI ruim...

Mas é coincidência. Tem a ver com uma postura, como o cara enxerga o mercado de capitais, governança corporativa e tal ...

[...] É que tem cara que acha que não precisa, entendeu? O cara está meio [...] assim...

“Meu negócio está tocando, eu tenho as ações, não vou vender, então se eu não vou vender meio que não me interessa, eu já estou rico pra caramba, ganho aqui meus 150 pau por mês como presidente...”

[...] Nem sabe direito o que é mercado de capitais... “sou industrial, listei essa porcaria nos anos 70 pra ganhar incentivo fiscal, então não estou nem aí”... Então depende muito. Mas os RI's no geral têm melhorado (08)

Então, tem dois casos principais que é,

primeiro é você não achar e aí tem a ver com esses casos, dessas pessoas...

A (empresa de vestuário A), por exemplo, eu amo a empresa, mas aí você vai ver, a última apresentação institucional no site, a empresa tem sede muito longe, ou seja, ir pra lá é bem difícil e... e aí a última apresentação institucional é do segundo trimestre de 2008. E a empresa é maravilhosa. Só que é por isso que ela vale 10 vezes lucro e todo o setor de consumo está 20 vezes lucro. Ninguém sabe o lucro dela. (08)

Então a primeira dificuldade é você achar... [a informação]

Porque hoje numa empresa boa, sei lá, (empresa de vestuário B) assim da vida, todo mundo sabe, se estiver barato, todo mundo vai saber e as oportunidades estão mesmo nesses caras que estão menos cobertos, né? E aí você tem que ir até eles e aí é difícil você achar as informações. (08)

E o segundo é, uma vez de posse da informação, das públicas, você pode confiar nelas?

E os casos de (empresas petrolíferas), incorporação e (empresa frigorífica) também... é uma questão importante também.

Porque a princípio você acredita que aquilo lá é real, fidedigno e tal, mas nem sempre tem se mostrado assim. Então você vê a dificuldade maior é essa: o quanto eu posso acreditar que aquilo ali ta ...

primeiro é conseguir a informação, e as empresas mais baratas são justamente as que são mais afastadas e é mais difícil obter, depois o dado que eu obtive, eu posso confiar?

Porque... principalmente nessas empresas que você não tem a capacidade de... técnica de discutir com ele... tipo petróleo e tal. (08)

[acesso às empresas]

Antigamente era terrível. Antigamente nem tinha a área de RI. Você tinha o diretor financeiro que mal tinha tempo de te atender. Então a coisa evoluiu bastante, você já tem internet, com o site... Hoje a vida do analista, as válvulas de ações, elas são muitos mais tranquilas e muito mais facilitadoras.[...] Evolução tecnológica. Em função das empresas em atender o investidor.

(06)

Entre as barreiras e dificuldades que os analistas enfrentam na busca, acesso, obtenção e uso das informações, observa-se que vão desde a falta de informações propriamente dita, como também a forma como as informações são

apresentadas e, em alguns casos, a dificuldade de acesso ao próprio departamento de RI das empresas que, segundo os entrevistados, chegam inclusive a dificultar o acesso às informações, sendo algumas vezes menos acessíveis que os próprios diretores da organização (CFO).

Ainda em relação ao acesso ao RI da empresa, outro analista diz que “tem alguns mega acessíveis, tem outros nada acessíveis”(08). Mesmo assim julga que o contato com o RI necessita ser feito. Para o analista os profissionais do RI dão as informações mas também mentem. E ainda que o RI por vezes seja acessível um dos entrevistados mencionou que algumas vezes esses profissionais tem dificuldade em explicar algumas posições e em outras explicam mais ou menos e deixam a critério do analista pra chegar a determinadas conclusões. De forma que o analista precisa usar a sua capacidade de dedução comparando projetos similares ou ainda sem acesso, ficam sem a informação. Um dos entrevistados disse que no geral os departamentos de RI tem melhorado.

A dificuldade em falar com a empresa foi ressaltada por um dos analistas ao mencionar que chegar às informações, especialmente as contábeis, não é difícil em razão de estarem disponíveis tanto no site da empresa, na página de RI e também na CVM. O difícil segundo o entrevistado é falar com a empresa, especialmente nos chamados “períodos de silêncio” momento próximo à divulgação de resultados em que as empresas não somente se resguardam para não abrir informações relevantes ou estratégicas observando as orientações do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado (CODIM), mas acabam se resguardando a ponto de não falar nada. Segundo a analista isso acaba prejudicando a atividade dos analistas porque as vezes a informação que necessitam é somente sobre o resultado do trimestre e embora isso não contrarie as orientações do CODIM em relação ao período de silêncio ainda assim as empresas se resguardam e acabam não falando nada. Na percepção da analista esse é um problema cultural que ainda demorará a ser resolvido até que a empresa entenda que sendo mais proativa suas ações melhorariam. Um dos analistas mencionou também que a facilidade ou não de acesso às empresas está relacionada a cultura e postura das mesmas em como enxergam o mercado de capitais e também a governança corporativa. Lembra que algumas empresas do ramo industrial listadas na década de 70 com incentivos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) normalmente possuem uma cultura velha, não possuem nem mesmo departamento de RI ou se possuem, é um

RI ruim. E em alguns casos esse tipo de empresa não tem cobertura de analistas. O analista finaliza seu comentário sobre a questão dizendo que a primeira dificuldade é achar a informação dessas empresas e depois, de posse das informações, a segunda dificuldade é saber se pode confiar nelas.

Então a primeira dificuldade é você achar... [a informação]. E aí você tem que ir até eles e aí é difícil você achar as informações. E o segundo é, uma vez de posse da informação, das públicas, você pode confiar nelas? E os casos de (empresas petrolíferas, incorporação) também... é uma questão importante também. **Porque a princípio você acredita que aquilo lá é real, fidedigno e tal, mas nem sempre tem se mostrado assim.** Então você vê **a dificuldade maior é essa: o quanto eu posso acreditar que aquilo ali tá ...primeiro é conseguir a informação,** e as empresas mais baratas são justamente as que **são mais afastadas e é mais difícil obter,** depois **o dado que eu obtive, eu posso confiar?** Porque... **principalmente nessas empresas que você não tem a capacidade de... técnica de discutir** com ele... tipo petróleo. (08)

A entrevista evidencia que as informações contábil-financeiras públicas produzidas e divulgadas segundo as normas e padrões contábeis e de acordo com os parâmetros da Estrutura Conceitual podem não estar garantindo para os usuários a credibilidade, confiabilidade já que para os analistas fica a dúvida se representam com fidedignidade, se podem acreditar na veracidade de tais informações. Esse achado indica que os atributos de qualidade da informação da contabilidade talvez não estejam sendo suficientes para garantir a qualidade da informação produzida e divulgada pela contabilidade. Aqui fica evidente o problema relacionado à confiabilidade da informação, que segundo a atual Estrutura Conceitual estaria representado pelo atributo Representação Fidedigna. Nem um e nem outro parecem estar sendo percebido pelos analistas nas informações públicas divulgadas ao mercado.

Outra dificuldade apontada diz respeito ao fato de que mesmo que encontrem a informação, a forma como é apresentada algumas vezes dificulta o trabalho do analista. Sondando para aprofundar quais seriam essas dificuldades, o analista mencionou que nem sempre a forma de apresentação das informações é amigável, nem sempre esses formatos se comunicam bem com o banco de dados montado pelos analistas gerando trabalho para adaptação. Destaca ainda a indisponibilidade de informações em setores menos organizados.

A inconsistência na forma e na frequência da divulgação das informações foram também apontadas como barreiras e dificuldades enfrentadas pelos analistas.

Alguns entrevistados mencionam que nem sempre as empresas apresentam as informações no mesmo formato e com a mesma frequência. Num período podem abrir um tipo de informação e num outro resolvem não abrir mais. O entrevistado afirma que para o analista isso é ruim porque acostumado a ter um tipo de informação e com uma determinada frequência conseguia acompanhar as alterações de tendência da empresa. Com essa inconsistência da empresa em relação à frequência acabam tendo que esperar o trimestre inteiro para identificar a alteração e o analista não quer ser pego de surpresa.

Uma outra dificuldade mencionada pelos entrevistados diz respeito ao fato de as informações estarem dispersas em diferentes relatórios fazendo com que o analista tenha que “ficar trocando de um lugar para outro [...] de um relatório para outro para obtenção das informações que necessitam” (01). Segundo um dos entrevistados, há casos inclusive de informações que não estão em nenhum dos relatórios.

Entre as barreiras e dificuldades mais frequentemente mencionadas pelos entrevistados aparece a falta de abertura e o grau de abertura das contas que segundo os analistas decorre também das mudanças pós IFRS, as normas internacionais. Os analistas consideram a falta de abertura de algumas contas como uma deficiência tanto nos números divulgados nas demonstrações como também das “explicações” contidas nas Notas Explicativas visto que nem mesmo nessa demonstração o detalhamento, a abertura da conta é explicitado, não permitindo que consiga sanar as dúvidas que tem em relação aos números divulgados. Para um dos analistas a abertura permite que o analista consiga projetar de forma mais correta.

Há ainda segundo os analistas a falta de clareza e de abrangência das Notas Explicativas no tocante a determinados números divulgados nas demonstrações. Segundo o entrevistado “Nem sempre a nota explicativa é clara ou é abrangente no sentido de explicitar aquele fator” (04). Dizem ainda que algumas empresas são mais abrangentes, expõem, divulgando um fato relevante para explicitar determinados itens e contas. Mas pelo fato de não serem obrigadas a fazê-lo nem sempre a informação estará clara e transparente.

Referiram-se também à dificuldades em relação às contas hoje existentes em razão das mudanças das IFRS e que antes as empresas não ajustavam ou não demonstravam da forma que hoje o fazem por orientação das normas internacionais atualmente vigentes.

Um dos analistas mencionou ainda a “dificuldade de processar aquilo que está escrito. Às vezes não há clareza no texto” (04). Esse comentário evidencia não somente o problema da linguagem utilizada pela contabilidade que é por vezes muito técnica, mas também os textos e forma como as empresas se comunicam por meio dos relatórios não obrigatórios e que não seguem o padrão das IFRS e nem os fundamentos da Estrutura Conceitual.

Interessante observar que alguns analistas mencionaram não ter dificuldades de identificação e disponibilidade das fontes de empresas do setor privado, mas somente em relação às fontes públicas. Assim, apontam a falta de acesso à pesquisa de mercado e as informações de especialistas que é dificultada por ser uma fonte de informação cujo acesso só é possível pelo pagamento pelo serviço. Ainda assim, alguns entrevistados informaram possuir consultorias contratadas para prestar esses serviços. Mencionam ainda que esse serviço é necessário sobretudo quando necessitam obter informações de empresas que estejam sozinhas no mercado ou não possuam histórico razoável ou ainda não possuam um setor consolidado, situações que segundo os entrevistados complica ainda mais o acesso a esse tipo de fonte de informações. Dizem ainda que informações específicas, setoriais, de associações de classes, publicações do setor são normalmente pagas e por isso a dificuldade.

Os entrevistados mencionaram ainda o fator tecnológico como uma das dificuldades e barreiras enfrentadas para o acesso às informações. Segundo um dos analistas o problema ocorre porque “Todo mundo quer entrar no site ao mesmo tempo” (06). No entanto diz que ainda que o site da empresa não funcione por estar sobrecarregado, o analista ainda teria a opção de buscar as informações em outros canais: na Bolsa, na CVM, nas Teleconferências ou ainda por telefone.

Um desafio também freqüente para a atividade do analista é relativo a padronização das demonstrações financeiras. Essa dificuldade foi mencionada por um dos analistas segundo o qual o problema que decorre daí são as diferenças de classificações das contas em razão da falta de padrão. O entrevistado menciona que além das diferenças de classificações em contas iguais, as quebras nas classificações das contas ou grupo de contas são diferentes entre as empresas mesmo que capture essas informações diretamente da CVM. A consequência disso, segundo o analista, é que acaba levando mais tempo para a análise por não ter confiança de que o fato de as classificações serem iguais. Em razão disso precisa

ler a nota explicativa, precisa ir nos detalhes de todas as empresas porque resumos e classes de contas capturadas dos relatórios e demonstrações disponibilizados pela CVM não são suficientes para tudo que precisa cobrir. A falta de padrão leva, inclusive, a diferenças no nível de abertura das informações divulgadas segundo o entrevistado.

Em relação aos relatórios disponibilizados pela CVM, um dos analistas menciona que esse canal “é acessível, mas tem um formato, para alguns relatórios, horrível” (07). Cita como exemplo o Formulário de Referência que é atualizado constantemente e que a CVM disponibiliza em um formato “muito difícil de ler e impossível de imprimir”. Diz ainda que “Eles só divulgam o PDF da publicação oficial, só que ele atualiza frequentemente ao longo do ano [...] e daí as atualizações saem num formato péssimo” (07). Informa ainda que a captura dessas informações exigem um programa específico da CVM que também é difícil de baixar. O entrevistado diz que “quando o site de RI da companhia não fornece o PDF, a gente tem muita dificuldade. Tem que ficar pegando número a número da tela. [...] Então esses formatos da CVM são meio ruins” (07).

Outra dificuldade mencionada pelos analistas foi o desinteresse de algumas empresas em atender analistas de pequenas corretoras, priorizando o atendimento a profissionais de grandes bancos e corretoras. Sondando-se para aprofundar e entender melhor em que tipo de empresas isso ocorre o entrevistado informou que esse tipo de dificuldade ocorre sobretudo por parte de empresas grandes e já consolidadas no mercado que normalmente já possuem relacionamentos com grandes bancos e por isso não se interessam por manter relacionamentos transparentes com analistas “*Sell Side*” de pequenas corretoras. O contrário acontece com empresas pequenas ou que tenham pouco tempo no mercado de capitais para as quais o analista *Sell Side* que foque *Small Caps* é considerado como um importante canal de divulgação da empresa. Um dos analistas ainda menciona que “existe esse mundo de analistas de top banco, analista de corretora, analista de fundação, analista de consultoria, são tratamentos diferentes [...]”(05) afirmando ainda que na prática tal situação é sentida, é visível, sendo assimétrico o tratamento dado aos diferentes profissionais. Menciona ainda a possibilidade de informação privilegiada do RI da empresa para analistas com os quais possuam contato mais direto e nos quais possuam maior interesse como canal de divulgação

da empresa. Tal situação permite que o referido analista forneça uma previsão mais acertada do valor empresa e melhor acurácia na previsão.

Esse é um achado preocupante pois mostra a existência de tratamento diferenciado para os diferentes usuários priorizando uns em detrimento de outros, evidenciando assimetria de informações, situação esta que contraria as melhores práticas de divulgação e transparência por parte das empresas e também as normas legais e as determinações da CVM.

4.2.9 Impactos de outros fatores na qualidade das informações

4.2.9.1 Impacto das IFRS na qualidade das informações contábeis

O impacto das normas internacionais de contabilidade - IFRS na qualidade das informações divulgadas não estava no escopo deste estudo e não fazia parte portanto do roteiro de entrevistas. No entanto esse aspecto foi mencionado pelos analistas durante as entrevistas como pode ser observado no tópico a seguir.

Acho que ficou igual. Não sei se o IFRS alterou tanto. Na verdade a gente teve que trocar toda a projeção de novo, né? Porque muitas em IFRS mudou uma coisinha ou outra. Então... (01)

[...] **IFRS é positivo no sentido de que ele padronizou.** Então ele cria um padrão, principalmente mundial.

É importante porque, por exemplo, o grupo controlador da empresa Energias do Brasil é português. Então ele divulga resultado do Brasil lá em Portugal. Aí ele divulga o resultado do Brasil de uma maneira, a gente divulga aqui de outra maneira. Quer dizer, tem uma outra empresa do grupo nos Estados Unidos, cada um fala uma língua. **Então você consegue ter uma comparabilidade muito mais próxima global.**

Mas, às vezes é importante que se veja setorialmente como aplicar as regras do IFRS para um setor específico, de forma a... **porque a ideia central, na minha concepção, da contabilidade é tentar transmitir da forma mais fidedigna possível a realidade de um negócio. Então os negócios têm peculiaridades.** Quer dizer, um negócio do setor elétrico é muito diferente do papel e celulose, que é muito diferente de uma empresa de tecnologia ou de um banco. Então às vezes você... **não é cada um ter o seu padrão contábil. O mesmo padrão contábil com aplicações daquela regra pra casos específicos.**

[prá não prejudicar] O entendimento. Essa questão da **mudança do padrão contábil, ela gerou muita confusão.** Principalmente nesses setores que têm distinções que fogem da regra geral.

[...] e principalmente que convivem com uma regulação e que têm um regulador já, uma forma de enxergar os negócios, que ela tem uma lei que prevê isso. Quer dizer, são

<p>concessões de serviço público, tem leis que regem como essas leis são feitas, como aquela empresa é remunerada e assim por diante. [Prá esses setores] Teve um impacto. Como eu falei, tanto é que <u>até hoje tem muito investidor... se apegam mais ao que seria a contabilidade regulatória</u> (02)</p>
<p><u>Melhorou bastante com o IFRS. Em alguns aspectos.</u> Aqui está tudo bom. Melhorou muito com o IFRS essas coisas aqui. <i>[avaliação do conteúdo e forma das demonstrações contábeis]</i> (05)</p>
<p>Isso é uma coisa que está acontecendo bastante agora que mudou pro IFRS. Por exemplo, <u>quem consolidava uma participação com controle, aí agora muita gente que não consolida mais, mudou pra equivalência.</u> Os históricos não estão corrigidos. <u>Então você perdeu totalmente a base de comparação nessa mudança.</u> Assim, quem deixou de consolidar, que agora está indo pra equivalência, não corrigiu os históricos. <u>Então você olha, parece que é outra empresa pelo histórico e o atual.</u> (07)</p>
<p>[...] <i>[impacto IFRS]</i> Acho que melhorou um pouco [...] (08)</p>

Observa-se que as opiniões dos analistas em relação aos impactos das IFRS na qualidade das informações contábil-financeiras divulgadas são divergentes. Para alguns, tudo ficou igual, não ocorreram tantas alterações e aquelas que ocorreram foram pequenas, “mudou uma coisinha ou outra”. No entanto o próprio analista diz que precisou trocar novamente toda a projeção.

Outro analista diz que [...] **IFRS é positivo no sentido de que ele padronizou.** Então ele **cria um padrão, principalmente mundial.**(02) Menciona a situação das empresas que divulgam resultados no Brasil e no exterior que antes por seguirem as normas de cada país, divulgavam de maneiras diferentes, em diferentes linguagens. E agora com o padrão internacional **“Então você consegue ter uma comparabilidade muito mais próxima global.”**(02) Importante ressaltar que o entrevistado se refere ao atributo de qualidade “comparabilidade” que faz parte das Características Qualitativas da Informação Contábil-Financeira Útil da Estrutura Conceitual.

O entrevistado destaca, no entanto, o problema da aplicação das regras do IFRS para setores específicos, especialmente os setores regulados como o setor elétrico onde a mudança do padrão contábil tem gerado confusão em razão das distinções existentes nesses setores que fogem à regra geral. O analista diz que para esses setores específicos e regulados a mudança para o padrão de norma internacional IFRS teve impacto por não prever a aplicação da regra para casos

específicos e isto tem gerado confusões a ponto de alguns investidores se apegarem mais à contabilidade regulatória do que a societária.

Mas, às vezes é importante que se veja setorialmente como aplicar as regras do IFRS para um setor específico, de forma a... **porque a ideia central, na minha concepção, da contabilidade é tentar transmitir da forma mais fidedigna possível a realidade de um negócio. Então os negócios têm peculiaridades.** Quer dizer, um negócio do setor elétrico é muito diferente do papel e celulose, que é muito diferente de uma empresa de tecnologia ou de um banco. Então às vezes você... **não é cada um ter o seu padrão contábil. O mesmo padrão contábil com aplicações daquela regra pra casos específicos.** (02)

[prá não prejudicar] O entendimento. Essa questão da **mudança do padrão contábil, ela gerou muita confusão.** Principalmente nesses setores que têm distinções que fogem da regra geral.

[...] e principalmente que convivem com uma regulação e que têm um regulador já, uma forma de enxergar os negócios, que ela tem uma lei que prevê isso. Quer dizer, são concessões de serviço público, tem leis que regem como essas leis são feitas, como aquela empresa é remunerada e assim por diante. [Prá esses setores] Teve um impacto. Como eu falei, tanto é que **até hoje tem muito investidor... se apega mais ao que seria a contabilidade regulatória.** (02)

Para alguns analistas as mudanças provocadas pela adoção das IFRS afetam a sua análise porque ao comparar o histórico da empresa com a situação atual no padrão IFRS tem se a impressão de não ser a mesma empresa considerando que ações que eram realizadas não o são mais ou mesmo algumas que não eram realizadas agora o são. De forma que para o analista houve perda total da base de comparação nessa mudança.

Note-se que o analista aponta para a importância do atributo “comparabilidade” que é um dos atributos de qualidade da informação contábil-financeira útil ainda pertencente a Estrutura Conceitual.

Alguns analistas entendem que a adoção das IFRS melhorou um pouco a qualidade das informações divulgadas ao mercado e outros dizem que **“Melhorou bastante com o IFRS. Em alguns aspectos.** Aqui está tudo bom. Melhorou muito com o IFRS essas coisas aqui”(05) referindo-se ao conteúdo e forma de apresentação das demonstrações contábeis.

Outro aspecto que também não estava no escopo de investigação diz respeito ao impacto da Governança Corporativa na qualidade das informações contábeis. No entanto, esse fator apareceu durante as entrevistas como mostra o tópico a seguir.

4.2.9.2 Impacto da Governança Corporativa na qualidade das informações

<p>É, mais qualitativo, né?</p> <p>Tem impacto. A gente leva em consideração tudo. A questão da governança, a questão do disclosure, a questão da transparência, a questão da independência. Então tudo a gente leva em... (01)</p>
<p>Por isso que é importante, quer dizer, <u>todos os níveis de governança</u> da bolsa... Ah, a empresa que ta no Novo Mercado? Então a <u>probabilidade de acontecer alguma coisa que lese o investidor minoritário é menor, está mitigando o risco.</u> [...]</p> <p>Então, quer dizer, tem uma série de mecanismos que visam a proteger o investidor minoritário.</p> <p>Então <u>óbvio que isso reduz o risco, mas não exige a companhia de ter uma boa qualidade de informação</u></p> <p>(02)</p> <p>É importante. Tem investidor, inclusive, que tem como <u>fator de restrição realmente.</u> Se a empresa não for do novo mercado, ou se a empresa não tiver tag along pra as ações, não investe. Já é um fator restritivo</p> <p>(02)</p>
<p>Normalmente as <u>empresas mais complexas, de estrutura de governança corporativa mais complexa tem uma qualidade de informação pior,</u> mas não é regra. Tem gente do novo mercado que tem release ruim. Depende. [...] <u>Em geral, as piores, as que menos dão informação são as piores de nível de governança.</u> Mas tem empresa do novo mercado com qualidade de release ruim também.</p> <p>(07)</p>
<p>A (empresa W) é outra.... a (empresa Z também. A (empresa W) é prêmio de transparência, não é à toa também. Não é...o <u>cara quer se fingir que ele é o maior governança do mundo.</u></p> <p>[...] <u>Então a governança às vezes é só uma forma também de você... serve como argumento de autoridade.</u> “Você está me acusando, mas eu sou novo mercado, meu diretor de relações com investidores, ele ganhou 10 prêmios de troféu transparência.” (08)</p> <p>E daí? [...] Não quer dizer nada. <u>Assim, ajuda, você tem umas obrigações... Mas assim, não é garantia de nada.</u> É, de novo, uma questão meio preconceituosa. Porque ela é do novo mercado ela não pode ter problema? <u>Ela não pode ter fraudado o balanço porque é do novo mercado?</u> (08)</p> <p>[...] as ações movem no novo, né? Ela não tem governança, então... ela já não tem governança, então ela não vai cair porque ela não tem governança [...] <u>Agora, se ela não tem, ela só tem a melhorar.</u> Então aquilo também é uma oportunidade. Se ela continuar.... <u>O risco é que ela continue desse jeito.</u> E ação parada, é normalmente isso que acontece. [...] Sim, melhora. Mas não é garantia, mas melhora.(08)</p>

Para alguns analistas o impacto da Governança Corporativa na qualidade das informações contábeis é mais qualitativo. Consideram importantes “todos os níveis de governança na bolsa” porque entendem que o fato de fazer parte do Novo Mercado reduz e por vezes mitiga o risco da probabilidade de ocorrer algo que lese o investidor minoritário em razão da existência de “uma série de mecanismos que visam proteger o investidor minoritário”. Destaca, no entanto, que, embora tal

condição embora reduza o risco, “não exime a companhia de ter uma boa qualidade de informação”(2). O analista menciona que alguns investidores assumem como fator de restrição a empresa estar no Novo Mercado, somente investindo em empresas que pertençam a essa classe de empresas na Bovespa.

Entretanto, para outro analista a Governança Corporativa embora possa ajudar pelas obrigações que a empresa passa a ter, “não quer dizer nada”, “não é garantia de nada”(8). O entrevistado ainda ressalta que essa é uma questão meio preconceituosa questionando: Porque ela é do novo mercado ela não pode ter problema? Ela não pode ter fraudado o balanço porque é do novo mercado? (08). Cita exemplos de empresas que ganharam inclusive prêmio de transparência e que mesmo assim tiveram problemas nos Balanços que geraram processos junto à CVM. Para o analista “a governança às vezes é só uma forma também de você... serve como argumento de autoridade”(08). [empresa] é prêmio de transparência, não é à toa também. Não é...o cara quer se fingir que ele é o maior governança do mundo.(08)

Observa, no entanto, que concebe a não existência de Governança Corporativa como uma oportunidade. Isso porque no seu entender se a empresa ainda não possui Governança a tendência é melhorar. Para o entrevistado

[...] as ações movem no novo, né? Ela não tem governança, então... ela já não tem governança, então ela não vai cair porque ela não tem governança [...] Agora, se ela não tem, ela só tem a melhorar. Então aquilo também é uma oportunidade. Se ela continuar.... O risco é que ela continue desse jeito. E ação parada, é normalmente isso que acontece. [...] Sim, melhora. Mas não é garantia, mas melhora. (08)

Da mesma forma que nos tópicos anteriores, o impacto da auditoria na qualidade das informações contábil-financeiras não foi um aspecto definido a priori para investigação nesta tese. Ocorre que esse aspecto acabou aparecendo durante as entrevistas, conforme apresentado no tópico a seguir.

4.2.9.3 Impacto da Auditoria na qualidade das informações

[...] E às vezes o mercado fica com esse negócio assim, “Ah, essa aqui está tranquila, a (grande empresa de auditoria) está auditando” [...] pra gente não. Primeiro porque todas elas têm problemas... É claro, em tese, é uma barreira a mais. Você vê por exemplo, a

(empresa K que é auditada pela (pequena empresa de auditoria), **aí passa qualquer coisa, né?**

Então aí (grandes empresas de auditoria) ...daí você fala "Ah beleza, isso aqui tem alguma...**os absurdos vão ser menores.**"

Mas, se você for conversar com dono da empresa ele fala "Você já viu esses caras auditando balanço? Eles contam meu ativo 10 vezes." Porque o cara não sabe, o cara é contador, o cara é auditor. (08)

Agora a gente vai lá e... **Não é que o cara é doloso, ele até gostaria, mas assim... E assim os financistas também são bem espertos.** Ele conhece a empresa dele, ele sabe onde dá pra roubar, onde não dá pra roubar.

Então quando a gente fez a acusação... por exemplo, (empresa K) **eu estou falando porque a CVM já falou que tem problema no balanço,** então... não estou falando que todas as nossas causas estão certas, mas algumas delas já comprovadamente estão. E quando a gente fez a acusação, ele foi fazer uma reunião, ele levou todos os sócios principais da (grande empresa de auditoria) e falou "Olha, estão aqui os sócios da (grande empresa de auditoria)"

Só que eles estão enrolados também porque eles não auditaram corretamente. Então os erros acontecem. Eu não estou dizendo que a (grande empresa de auditoria) estava no esquema, não é isso, é que eu acho difícil pegar mesmo. **Porque a gente pegou meio na sorte também** e...

[...] [Comparando] As duas empresas e de gente do setor falando "Meu, dá uma olhada, esses caras roubam pra caramba..." **Então olhando só assim o balanço, não parece.** Aí depois que você descobre fica óbvio, mas...

[...] Ninguém tinha visto.(08)

Nota-se que a percepção que os entrevistados possuem sobre o impacto da auditoria na qualidade das informações divulgadas é a de que o fato de serem auditadas, embora em tese seja uma barreira a mais, não garante que as empresas não tenham problemas. Para o analista, nas companhias auditadas por grandes empresas de auditoria, a possibilidade é que os absurdos sejam menores porque erros acontecem. Na sua visão, sendo auditadas por empresas de auditoria de pequeno porte "aí passa qualquer coisa"(08) e a razão segundo o entrevistado não está relacionada à intenção dolosa de fraudar mas, às vezes até por falta de conhecimento dos contadores e auditores em relação ao negócio da empresa auditada e por isso acabam não auditando corretamente. Cita como exemplos casos de empresas auditadas por grandes auditorias e que mesmo assim tiveram problemas sérios em seus Balanços e que inclusive geraram processos junto a CVM conforme já mencionado no tópico anterior que tratou da Governança Corporativa.

Durante as entrevistas sondando-se para aprofundar e esclarecer melhor alguns aspectos abordados pelos analistas, questionou-se sobre o impacto da responsabilidade legal e civil dos gestores na qualidade das informações contábeis. Embora também esse aspecto não tivesse sido previsto a priori como ponto de

investigação na tese julga-se relevante mostrar o ponto de visto dos entrevistados sobre a questão como apresentado no tópico a seguir.

4.2.9.4 Impacto da responsabilidade legal e civil dos gestores

[...] eu acho que é bom,né? **Sempre que você conseguir colocar a pele do cara que ta fazendo estiver em jogo, é sempre bom**, né? Mas também precisa ter dente, né? A CVM não tem dente. Então ninguém vai preso. Na SEC se fraudou balanço, os caras da ENRON saíram presos. O que os caras da empresa M fizeram, acho que eles teriam que sair algemados, mas não vai acontecer. A CVM não tem poder de polícia, né? Aí o que vai acontecer? Vai acontecer um acordo, cada um vai pagar 200 mil reais e é isso aí. (08)

O papel da CVM foi também mencionado durante as entrevistas pelos analistas quando comentavam sobre problemas nos Balanços de algumas

4.2.9.5 Impacto do papel da CVM

A CVM não tem dente. Então ninguém vai preso. Na SEC se fraudou balanço, os caras da ENRON saíram presos. O que os caras da (empresa K) fizeram, acho que eles teriam que sair algemados, mas não vai acontecer. **A CVM não tem poder de polícia, né? Aí o que vai acontecer? Vai acontecer um acordo, cada um vai pagar 200 mil reais e é isso aí.** (08)

[...] É, ela está cuidando, assim. Ela está vasculhando. **O problema é que, o que ela vai fazer?** Primeiro que a ação do (empresa K) já saiu de 15 pra 5. Então demorou tanto que agora já... que quem comprou ... o pequeno investidor que comprou a 15 e foi pra 5 se ferrou. **E o problema é aí, beleza, ela vai descobrir os problemas, já é público que ela descobriu os problemas, mas o que ela vai fazer?** Vai sair um acordo, cada um paga 200 mil reais e é isso aí. [...] O dono tira 2 milhões de reais que ele tem pra dar 300 mil reais, mentiu durante três anos... [...] **e o pequeno investidor as vezes perdeu a vida.** O cara que comprou a (empresa J) a 22, que foi a máxima dela e hoje está 20 centavos, assim, perdeu tudo. O cara que acreditou num sonho... não é brincadeira. É um negócio que às vezes mexeu com a vida do cara, com a família do cara, acabou com a vida do cara. (08)

Durante as entrevistas algumas críticas foram feitas a contabilidade pelos analistas como mostrado no tópico a seguir.

4.3 Críticas à contabilidade

Agora, uma coisa que a contabilidade não resolveu ainda, a contabilidade ela mostra o passado, né? E os analistas, boa parte deles, estão preocupados com o futuro. Então ele não está muito preocupado com o lucro de 2012, está preocupado com o lucro que vai ser 2013. Então são as estimativas também que aí a contabilidade também não resolve. (03)

[...] Nas demonstrações, o próprio nome diz, são demonstrações de resultado. A demonstração, ela... eu tinha um chefe que gostava de dizer, ela é o “pratrasmente”. A demonstração olha o que já passou. Então, aí, como em todo prospecto de oferta você é obrigado a colocar, até pelas exigências da CVM “os resultados passados ou a performance passada não é garantia de resultado futuro”. E quando o analista está analisando o que importa pra ele é o que vem pela frente. O que já foi, já foi. Ele já não vai nem se beneficiar nem se prejudicar, já foi. Então, óbvio que ele... vai chamar a atenção dele se a empresa dá resultados consistentemente positivos, tem um histórico positivo de resultado. Mas pra ele entender o que está por vir, ele precisa falar com a empresa diretamente. Então é aí que ele vai pedir uma reunião com a empresa ou ele vai pedir pra gente marcar uma reunião com a empresa, pra ele entender (02)

Conforme já comentado em tópicos anteriores, aqui também, entre as críticas feitas à contabilidade, aparece a percepção dos analistas de que a contabilidade mostra o passado enquanto boa parte dos analistas está preocupada com o futuro. Os analistas ressaltam a percepção de que as Demonstrações Contábeis mostram o “pratrasmente”, olhando o que já passou enquanto o que importa para o analista é o que vem pela frente. O passado somente interessa para o analista para confirmar se são resultados consistentemente positivos, se há um histórico positivo de resultados. Segundo um dos entrevistados esse é um problema que a contabilidade não resolveu ainda. Para o analista a contabilidade não resolve também a questão das estimativas.

Ao final das entrevistas solicitava-se aos entrevistados que dessem sugestões para a melhoria da qualidade das informações contábeis. Além de ser um ponto de investigação previsto no roteiro de entrevistas esse também foi um aspecto considerado de grande relevância a ser levantado segundo Haroldo R. Levy Neto (analista credenciado pela APIMEC, membro da Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relatos Integrados (IIRC), Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), e da Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (FACPC) por ocasião do pré-teste da pesquisa para validação do novo instrumento de coleta de dados em Julho de 2013.

O tópico apresentado a seguir evidencia as sugestões feitas pelos analistas entrevistados para a melhoria da qualidade das informações contábeis.

4.4 Sugestões para a melhoria da qualidade das informações contábeis

[...] acho que a própria introdução do formulário de referência já ajudou. Porque que nem eu disse, o DFP, onde você tem as informações mais ricas, ele é uma vez por ano só, então... Agora o formulário de referência, toda vez que tem algum fato ou alguma necessidade de atualização, a companhia tem que atualizar todo o formulário de referência. Então a gente acaba tendo a possibilidade de ter a informação mais detalhada com mais frequência do que a gente tinha antes.

[...] eu acho que as informações são úteis. É mais a questão da consistência mesmo, né? (01)

O importante também é que a informação contábil dê clareza de como aquele resultado foi atingido. Não adianta falar: “Poxa, gerei um lucro maravilhoso aqui.” Mas o cara olha e fala assim: “Mas espere aí, o que é esse lucro? Esse lucro é recorrente? Não é recorrente? Esse lucro é resultado das operações efetivas da empresa ou é porque eu fiz uma operação financeira [...]”

Então a informação contábil precisa transmitir esse tipo de informação. Da onde está vindo esse resultado? Ou, o que está ajudando, o que está prejudicando esse resultado? (02)

Os relatórios têm que tentar avaliar o que é uma informação essencial, focar nessas informações essenciais, ou, se você faz uma demonstração contábil, na hora que você começa destrinchar ou entrar na minúcia, você tem que ter foco nesse detalhamento naquilo que é considerado informação essencial pro setor, principalmente. Porque muitas vezes, o que é uma informação essencial pra um setor não é pra outro. Ou a forma de olhar, de analisar o indicador é diferente. Então é importante, muitas vezes que você observe as peculiaridades de cada setor. O setor elétrico, por exemplo, de onde eu vim, era um setor extremamente regulado, com uma série de questões, normas contábeis regulatórias, que obrigava as companhias, que obriga até hoje a ter duas contabilidades. A companhia tem uma contabilidade chamada contabilidade regulatória e uma contabilidade societária.

Então o investidor chega lá e fala: “Poxa, isso que você está me dizendo, isso é da contabilidade regulatória ou é da societária, em IFRS?” Pior ainda quando estavam mudando IFRS do BR GAAP lá, do padrão brasileiro pro IFRS, “Ah, isso é BR GAAP, IFRS ou pro regulatório?” Tinha 3 contabilidades que conviviam, 3!!!! Então a questão é, muitas vezes, até hoje no setor elétrico, os investidores preferem recorrer ao padrão regulatório do que ao padrão societário. Porque eles entendem que o padrão societário lá no IFRS ou que fosse no BR GAAP, ele não atende as peculiaridades do setor. “Poxa, a forma como esse padrão contábil me mostra esse informação, não acho útil. Pra mim não é uma boa maneira de ver. Não estou entendendo corretamente a dinâmica do negócio.” Então ele vai olhar o padrão regulatório que é, no caso do setor elétrico, quem rege é a ANEEL, que é a Agência Nacional de Energia Elétrica. Então ele fala: “Não, espere aí, como é que isso aí, qual seria esse resultado se isso fosse contabilizado de acordos com as normas regulatórias? [...] Isso se você pegar um release de resultado de qualquer companhia do setor elétrico, muito provavelmente você vai ver, em alguma sessão do release ele vai fazer uma conciliação entre regulatório e societário. (02)

“Olha, meu lucro do período foi X.”, pelo IFRS. Agora no padrão regulatório seria Y. Aí o analista olha aquilo, muitas vezes ele nem comenta o societário. Ele fala: “Lucro

da empresa veio em linha considerando ativos e passivos regulatórios. "Que é uma coisa que só existe na contabilidade regulatória, não é aceito no IFRS (02)

Eu por exemplo, eu vou te falar, eu trabalho nisso desde 96, mais ou menos, **raras vezes eu falei com contador**, por exemplo.

Muito raramente eu falei com contador, assim, resguardam. Então assim, se o contador não tem noção, o controlar também, né? Ele não tem noção do que o mercado quer, não sei o que, ela vai ficar com aquela cabeça antiga, atendendo o fisco, etc.

Então acho que primeira coisa, **acho que a empresa tinha que entender que ela é uma empresa aberta, o contador também entender a cabeça do analista também**, né?

Acho que isso já melhoraria muito. "Pô, é importante eu falar porque..." Agora, é cultural, né?

(03)

Vai demorar anos pra... algumas já perceberam, pouquíssimas.[...] Pouquíssimas, assim.

Eu acho que eu vou dar o dedo da mão, uma mão vai dar...se chegar a 5...

É que assim, [...] Não olhei as 450 empresas abertas do Brasil, né? Eu, assim, olhei de perto umas 30 empresas.

Nessas 30, se eu falar que 5 foram muito proativas, eu acho que estou falando muito.

A que mais me chamou atenção, até infelizmente o diretor de relação com investidores faleceu recentemente, é a Localiza, né? A Localiza era realmente, é uma coisa impressionante como eles tem essa... está no sangue deles, né? Cultura.

(03)

Por exemplo, quando você está na corretora, às vezes, por exemplo, ele vê que o teu número lá está muito fora do que ele acha que vai ser **ele chama pra conversar, se a estimativa está muito fora do que** [...] acontecer, fazem muitos eventos [...], investor day, que chama, aí tem todos os analistas lá... Essas mais pró mercado, né? Não é a maioria, né? Então, sim. Pelo blog, eu estou no valor desde 2011. Eu sinto que, as empresas não perceberam [o blog] como um canal importante pra falar com o investidor.

(03)

Pessoa física é mais, né? Porque, por exemplo, na verdade que está [...] estaduais, [...] muito investidor institucional, que é o que movimenta a bolsa, o estrangeiro e o local, né? **A**

pessoa física, acho que as empresas ainda tem muito pouco apetite, vontade de conversar, né? Então, por exemplo, deve ser até por isso que eu não percebi as

empresas muito amigas nesse sentido.(03)

Porque aí o **cara ainda acha que tem que falar com o analista tal do banco tal**, entendeu?

Então assim, no blog, eu até, na época do valor [...] fiz até algumas entrevistas com empresa, tal, mas assim, mais as que eu conhecia...Tinha uma...[...] na verdade tinha uma ignorância, desculpa [...] o cara tinha uma ignorância de não conhecer, perceber aquele canal como uma forma de chegar ao investidor pessoa física de forma direta. Se o cara não percebe o valor do trabalho dele como um alavancador da ação... mas por isso mesmo. (03)

Eu acho que isso seria mais importante. A abertura e a clareza. Às vezes você tem, por exemplo, não da parte numérica, mas da parte de texto, às vezes você tem explicações que não são tão claras.

Às vezes, dependendo do item, a gente tem que ir atrás da nossa área jurídica pra ver se eles conseguem traduzir pra gente que tipo de processo é aquele.

Às vezes você tem que ligar pra empresa e tentar entender com ela o que é aquilo, porque às vezes não tem clareza.

A gente, por exemplo, recebeu um material recentemente de uma companhia que ela dava lá um alerta em relação a determinada informação que não deveria chegar a determinado tipo de investidor. Aí você subentendia que, se essa informação não pode chegar, se eu não posso passar, é porque esse investidor, ele não pode fazer parte desse momento que está acontecendo. Porque se ele pode, por que a informação não pode chegar nele? Aí o pessoal estava muito em dúvida, a gente ligou pra empresa: "Olha, eu queria entender,

eles podem ou não?”, “Ah, eles podem, a gente só não pode mandar informação pra lá. Mas a informação pode chegar nele, ele pode participar.” **E não era claro de forma alguma, entendeu?**

[...] Estava no edital. Estava num edital que a empresa elaborou e a empresa não foi clara **nessa informação**. Quem lia, qualquer pessoa que lia, entendia que “não, eles estão de fora”. Mas aí quando você perguntava, “Não, eles não estão de fora. A gente não vai fazer esforço em cima deles, mas eles estão incluídos. Eles podem.”

E aí, às vezes você já está com o prazo terminado pra fazer uma adesão. Termina amanhã, o prazo termina hoje, o prazo terminou ontem. Já foi. **Mas assim, na norma não estava claro.**

(04)

[ocorrência do problema em outros relatórios]

Sim. Edital, **num fato relevante comunicado**. Às vezes o fato relevante traz três linhas de uma operação de 1 bilhão de reais.

[...] Aí você vai atrás da informação em outros lugares. Você vai ver se tem algum documento da empresa, em ata da reunião do conselho, se em ata da assembleia **tem informações sobre aquilo.**

[...] **Outros, e outros, e outros, tudo quanto é relatório que a gente consegue ter acesso é útil.** Às vezes você consegue **encontrar informação** sobre uma determinada coisa que não foi divulgada pro mercado, mas está **na área de assessoria de imprensa.**

(04)

Aqui é uma coisa que eu acho que não vai acontecer nunca, essa **abertura de custos.**

[...] **Abertura de custos, fixo, variável, entendeu? [...] Fixo, variável seria uma coisa legal pra gente entender melhor,** mas isso nem abre. Porque aqui às vezes está o mote da empresa, né? O pulo do gato dela. (05)

Eu acho que uma **coisa que poderia melhorar é o plano de ação em relação a dois itens especialmente: financiamentos que a empresa espera, qual é a fonte, fonte financiamentos e investimentos.**

Se essa informação viesse... **Plano de ação para financiamentos e investimentos. Plano de ação para investimentos também. Aplicação.**

É, o **plano de ação**. O que a empresa espera, assim, qual seria o **plano dela**, ter uma dívida EBITDA de tanto, investimento direcionado pra tanto, CAPEX, coisas desse tipo, entendeu?

Se pudesse ter essa informação melhoraria horrores. [...] Eu não precisaria [...] eu teria mais certeza do que ela ia fazer.

(05)

Porque assim, **o que é importante pra mim? É avaliar [...] fonte e aplicação [...]** (05)

Porque o que faz a diferença? A **empresa fala a pesquisa de mercado eu projeto receita. Como é que está o cenário dela eu projeto custo.** (05)

Então **receita e custo é a primeira coisa que você faz na projeção, é a coisa mais importante.** Depois você vai partir pras **outras informações chaves numa projeção.** Projeção é basicamente o seguinte: **receita, custo, investimento e financiamento.** Sem essas quatro informações você não faz nenhuma projeção. E aí tem uma quinta, por exemplo, que é **política de dividendos...** entendeu? **contingências fiscais,** coisas desse tipo, mas assim, sem essas quatro informações você não faz uma projeção. A quinta a **política de dividendos.** Sem essas cinco informações você não faz a projeção. Sintética, você faz. Agora, **plano de ação para financiamento** é assim, hoje a nossa linha do EBITDA dá três vezes, aceita três vezes o EBITDA, nós queremos chegar com dois, queremos chegar com 4, entendeu? **A gente acaba perguntando isso pra eles, eles acabam falando. Mas se viesse no balanço, não precisaria... pelo menos**

(05)

5 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 Conclusão

Considerando que a hipótese de trabalho desta tese é de que **o sistema de informação contábil embute conflitos de interesses entre produtor, auditor e usuário da informação, e não atende às necessidades de informação dos potenciais usuários tomadores de decisão, em função da flexibilidade das normas que o sustentam**, foi possível identificar elementos concretos que comprovam tais conflitos e os impactos negativos deste conflito, principalmente para o pequeno investidor, e, com isso, apontar caminhos que possibilitem tornar o sistema mais democrático e eficiente para atender as demandas dos potenciais usuários.

Considerando ainda que essa problemática apontou a **necessidade de refletir sobre a aplicabilidade dos modelos, métodos e procedimentos de estudos de necessidades de usuários empreendidos de acordo com as propostas teórico-metodológicas da Ciência da Informação, para o âmbito da Ciência Contábil**, o estudo mostrou a importância de analisar a demonstração contábil, configurada como documento na Ciência da Informação, na sua dupla função: a legal, como comprobatória da atividade realizada pela empresa e, nesse sentido, publicada de acordo com as normas previstas pela instituição reguladora; e a informativa, destinada ao atendimento das necessidades de informação do potencial usuário e, nesse sentido, como estrutura simbólica que torna indissociável o significado do significante, isto é, a forma do conteúdo.

O estudo mostrou também a pertinência de se adotar modelos próprios de estudo de usuários da Ciência da Informação para identificar as questões relativas à qualidade da informação contábil na perspectiva dos usuários externos por que o torna protagonista do processo de desenvolvimento de um sistema de informação mais democrático e transparente e comprovou a inadequação da informação contábil tanto sob a perspectiva legal, decorrente das possibilidades de manipulação dos dados publicados pela empresa; e sob a perspectiva informacional, por não incluir

na sua concepção as necessidades do potencial usuário, seja do ponto de vista da forma ou do conteúdo.

Complementarmente, ao propor análise comparativa entre as características qualitativas da informação, vistas sob perspectiva da Ciência da Informação e da Ciências Contábeis, possibilitou compreender a informação , enquanto objeto de estudo da CI , que embute característica inerentes à sua natureza como potencial gerador de conhecimento para o indivíduo, e a informação contábil como objeto intencionalmente produzido para consumo de determinados grupos de usuários. Nesse sentido, a relação conceitual entre atributos deve ser entendida a partir da compreensão da diferença entre os objetos de estudo da Ciência da Informação e da Ciências Contábeis.

A informação contábil é, na perspectiva da Ciência da Informação, uma informação de natureza específica, isto é, proveniente de fontes de produção com características próprias e que deve ser entendida na relação entre produtor e consumidor. Ao investigar o usuário potencial da informação contábil, o estudo permitiu identificar os conflitos inerentes à forma de produção das informações e as adequações necessárias para utilização dessas informações pelo potencial usuário. Também mostrou o potencial de controle do produtor sobre os estoques de informação, como mencionado na literatura, não apenas em relação ao volume de informações divulgadas, mas, principalmente, em relação à qualidade das informações disponibilizadas. A assimetria de poder presente na relação entre produtor e usuário se reflete no conflito de interesses presente na produção e publicação da informação contábil e as necessidades do potencial usuário , identificadas no presente estudo.

Observou-se que os modelos desenvolvidos no campo da CI, sustentados por uma perspectiva cognitivista para a compreensão do comportamento informacional dos usuários que recebem o nome de “abordagem alternativa” são aplicáveis no campo das Ciências Contábeis com grande potencial de contribuição para o desenvolvimento de estudos na área. Essa foi a abordagem que embasou o desenvolvimento do presente estudo e possibilitou compreender a informação na perspectiva de quem a utiliza e o “comportamento informacional” do usuário das informações contábeis, notadamente os analistas e profissionais de investimento do mercado de capitais.

Sugere-se a adoção do modelo de estudo de usuário, baseado nos princípios teórico-metodológicos da Ciência da Informação, para futuros trabalhos de investigação das demandas dos diferentes públicos da informação contábil. O estudo possibilitou, através do estudo de usuários potenciais, apontar os atuais problemas de assimetria de informações no cotidiano da atividade de analistas, em contextos específicos de uso da informação, o que poderá contribuir para minimizar conflitos de interesses futuros, caso a Ciências Contábeis (CC), enquanto área de conhecimento, passe a recomendar a adoção de procedimentos de correção apontados neste estudo como princípio para tornar o sistema de informação contábil base de um eficaz sistema de governança.

Considerando ainda que este estudo se propôs **identificar e caracterizar os diferentes contextos de uso da informação contábil; as dimensões (em termos de forma e conteúdo) consideradas de qualidade da informação na perspectiva do usuário das Demonstrações Contábeis e os principais problemas e dificuldades enfrentados pelos diferentes usuários para a utilização das informações presentes nas Demonstrações Contábeis divulgadas**, os resultados das entrevistas apontam claramente a visão dos analistas sobre o potencial de uso das informações em seus contextos específicos e os atributos necessários para que elas possam, de fato, contribuir, para melhoria das decisões.

No tocante à identificação e caracterização dos diferentes contextos de uso da informação contábil, embora o presente estudo tenha focado apenas o contexto de uso da informação contábil por um dos grupos de usuários, entre outros potenciais interessados, foi possível detalhar situações específicas de uso e entende-se que os resultados obtidos na pesquisa permitiram a compreensão do comportamento informacional dos analistas e profissionais de investimento do mercado de capitais a partir do seu contexto de uso e este estudo poderá ser replicado para outros grupos de usuários da informação contábil.

Quanto à **identificação das dimensões (em termos de forma e conteúdo) consideradas de qualidade da informação na perspectiva do usuário das Demonstrações Contábeis**, os resultados obtidos a partir do estudo permitiram identificar que, para o grupo de usuários das informações contábeis que constituiu o universo da pesquisa, o atributo “Confiabilidade” é o mais crítico quando avaliam a qualidade das informações contábeis. Esse atributo de qualidade da informação contábil presente na Estrutura Conceitual (CFC 1.121/08) vigente até 2010 foi o

elemento de qualidade ou não qualidade da informação contábil mais citado pelos analistas entrevistados. Ainda que não tenham se referido a essa característica de qualidade da informação como um atributo relacionado na Estrutura Conceitual, ao comentar sobre os parâmetros que utilizam para julgar a qualidade da informação divulgada pelas empresas, acabavam por mencionar em diversas situações o termo “Confiabilidade” ou termos correspondentes como, “Confiança”, “Desconfiança”, “Confia”. Além da menção aos termos citados, o fator crítico da “Confiabilidade” em relação às informações contábeis divulgadas esteve presente nas entrevistas de forma contundente. Os resultados evidenciam a predominância da falta de confiança nas informações contábeis divulgadas pelas empresas por parte dos analistas e investidores, uma vez que, além das confirmações das informações por meio de contatos diretos com a própria empresa, buscam validar as informações por diferentes meios e formas, desde visitas técnicas, visitas a campo para checar in loco o funcionamento e operações da empresa e verificar se as informações que a empresa divulga condizem com a sua real situação, como também complementando com um estudo mais aprofundado de validação das informações com diferentes elos pertencentes à cadeia da empresa ou do setor tais como, fornecedores, terceirizados, ex-funcionários, prestadores de serviços, e outros entes que possuam algum tipo de ligação ou negócio com a empresa, para que estes confirmem ou não as informações divulgadas pelas empresas.

Complementarmente, ficou explícito que os analistas, obtida a informação da ou por fonte da própria empresa, buscam procedimentos para validar a informação. E não havendo possibilidade de validação, especialmente nos casos de setores e atividades mais complexas onde a referida validação é complexa, trabalham com um conceito abstrato, mas aparentemente comum no cotidiano dos analistas de mercado, conhecido como “questão de fé” em que decidem a partir do que consideram o risco calculado pela incerteza. Essa mesma situação é citada como comum em setores com regras contábeis mais flexíveis como o da incorporação imobiliária.

Para a Ciências Contábeis trata-se de pesquisar procedimentos complementares que permitam, em ambos os casos, racionalizar ou otimizar o processo de decisão, minimizando situações baseadas em percepções subjetivas do analista. Embora seja impossível extrair totalmente a subjetividade inerente ao processo decisório, cabe à Ciências Contábeis, enquanto campo de pesquisa,

estudar formas de assegurar melhores condições para a tomada de decisão dos analistas e potenciais investidores para evitar que o resultado negativo da decisão recaia sempre sobre o elo mais fraco.

Ficou evidente também que a confiança em relação às informações divulgadas pelas empresas é concebida pelos analistas como “confiança construída” ao longo do tempo, com base no histórico da empresa, no histórico de divulgações feitas pela empresa ao mercado e os resultados efetivos que obteve ao longo do tempo. É a confiança fundamentada que se constrói ao longo do tempo, checando a validade das indicações fornecidas, as sinalizações transmitidas pelas empresas ao mercado no passado e conferindo se as previsões divulgadas se concretizaram ou não.

Assim, dado que a confiabilidade da informação somente é confirmada ao longo do tempo, não havendo a possibilidade de validação das informações, o estudo mostrou também que o comportamento dos analistas é de esperar, “pagar prá ver” se aquilo que a empresa divulga se confirma ou não. Decorre daí parte da utilidade das Demonstrações Contábeis obrigatórias para a atividade dos analistas, ou seja, o valor confirmatório das informações divulgadas por meio dessas demonstrações. Esse aspecto é corroborado pela literatura que trata do valor confirmatório das Demonstrações Contábeis. E esse é também um dos atributos de qualidade da informação contábil presente tanto na antiga Estrutura Conceitual (CFC 1.121/08) vigente até dezembro de 2010 como também na atual Estrutura Conceitual (CFC 1.374/11) como um dos atributos de qualidade da característica qualitativa “Relevância”.

Os resultados do estudo mostram, portanto, que a confiabilidade e a credibilidade das informações divulgadas pelas empresas são fatores que os analistas consideram como relevante para julgar a qualidade das informações contábil-financeiras. E ressaltam também a importância da forma de comunicação da empresa para transmitir essa confiabilidade na informação. Do ponto de vista da forma e conteúdo, ficou explícito que a informação simples e objetiva é a que reúne as características que darão credibilidade ao teor da informação divulgada.

O problema da confiabilidade das informações divulgadas ao mercado apareceu de forma evidente nos resultados deste estudo e por essa razão, mesmo aspectos não previstos no roteiro de entrevistas por terem se destacado na fala dos analistas entrevistados, foram incluídos entre os aspectos relevantes tratados nesta

tese, tais como: fatores de confiança e fatores de desconfiança nas informações divulgadas.

Entre os fatores de confiança mencionados pelos analistas destacou-se a concretização das indicações fornecidas pelas empresas ao longo do tempo em suas divulgações anteriores. O histórico do gestor, a credibilidade da pessoa do gestor parecem também ter significativo peso na confiança das informações divulgadas. Os resultados ainda mostram que é essa relação de confiança que irá determinar quão profundamente o investidor necessitará de validar, comprovar a veracidade das informações divulgadas pelas empresas.

Já entre os fatores de desconfiança nas informações divulgadas, os resultados deste estudo evidenciam que fatores como erros graves em Balanços de empresas auditadas por auditorias independentes, arquivados na CVM, e que em alguns casos até ganham prêmio de transparência, são fatores que os levam a desconfiar das informações divulgadas pelas empresas. Então trabalham com a possibilidade da existência do erro não somente intencional mas também pela falta de conhecimento sobre a situação real da empresa.

Todos esses aspectos são achados preocupantes uma vez que evidenciam que a característica qualitativa fundamental “Representação Fidedigna” da atual Estrutura Conceitual (CFC 1.374/11) anteriormente denominada “Confiabilidade” na antiga Estrutura Conceitual (CFC 1.121/08) não está sendo percebida pelos analistas nas informações divulgadas que a utilizam para o desenvolvimento de suas análises. Causa estranheza essa constatação uma vez que “Representação Fidedigna” é considerada na Estrutura Conceitual atual (CFC 1.374/11) como uma característica fundamental da qualidade da informação contábil-financeira útil sendo, portanto, tratada como uma das mais críticas.

Os resultados mostram ainda que Consistência, Clareza, Comparabilidade, Abrangência, Padronização, Grau de abertura e Grau de detalhamento das contas estão também entre os parâmetros mais considerados pelos analistas para julgar a qualidade da informação divulgada.

Dos parâmetros mencionados, somente Consistência, Clareza e Comparabilidade são atributos de qualidade da informação contábil-financeira útil segundo a atual Estrutura Conceitual (CFC 1.374/11). Os demais parâmetros mencionados pelos analistas para julgar a qualidade da informação ainda não são considerados como atributos de qualidade da informação.

No entanto, a padronização a que se referem poderia ser equivalente à uniformidade, atualmente um atributo da característica qualitativa de melhoria “Comparabilidade” e a Abrangência talvez possa ser equivalente ao atributo “Completa” pertencente à característica qualitativa fundamental “Representação Fidedigna” ambas da nova Estrutura Conceitual (CFC 1.374/11).

Em relação à **identificação dos principais problemas e dificuldades enfrentados pelos diferentes usuários para a utilização das informações presentes nas Demonstrações Contábeis divulgadas**, os resultados evidenciaram que, entre as principais dificuldades e barreiras enfrentadas na busca, acesso, obtenção e uso das informações, está não somente a falta de informações propriamente dita, como também a forma como as informações são apresentadas, dificuldade de acesso ao departamento de RI das empresas que em alguns casos chegam a dificultar o acesso às informações, a dificuldade desses profissionais em explicar algumas posições, a percepção de que esses profissionais às vezes mentem e ainda a dificuldade de falar com as empresas de modo geral, especialmente no chamado período de silêncio. A dificuldade relacionada à forma de apresentação diz respeito ao fato de as informações nem sempre serem apresentadas de formas amigáveis dificultando a comunicação com o banco de dados dos analistas.

A inconsistência na forma de apresentação e na frequência da divulgação das informações e a dispersão das informações em diferentes relatórios ficaram também evidentes nos resultados deste estudo como dificuldades enfrentadas pelos analistas para o desenvolvimento de suas atividades.

A primeira dificuldade era de se esperar que não estivesse ocorrendo uma vez que “Consistência” é um atributo de qualidade da característica qualitativa “Comparabilidade” considerada como característica qualitativa de melhoria e altamente desejável da atual Estrutura Conceitual (CFC 1.374/11). Já a segunda, relativa à dispersão das informações em diferentes relatórios é uma dificuldade que poderia ser resolvida com a adoção do Relato Integrado e também com a adoção da taxonomia e padrão XBRL (*eXtensible Business Reporting Language*), linguagem de software de computador baseado em XML desenvolvido para a automação de requisitos de informação de negócios. A adoção do padrão possibilita a análise e intercâmbio de informação financeira das empresas de forma fácil e confiável, permitindo que os dados sejam extraídos e processados automaticamente pelos

aplicativos. É recomendável que seja utilizado para compartilhamento e análise de relatórios financeiros, declarações e dados financeiros de outras empresas com códigos de listas padrão (taxonomias) para que os investidores e analistas possam localizar e analisar mais facilmente a informação desejada.

Os resultados mostram ainda que o grau de abertura e o grau de detalhamento das contas é considerado um dos fatores de maior dificuldade e barreira para o uso das informações divulgadas. A falta de clareza e de abrangência das Notas Explicativas também se mostrou como uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos analistas.

Ficou evidente ainda a dificuldade que os analistas tem em relação a decisão sobre a confiabilidade nas informações divulgadas, situação essa que os leva a buscar a validação das informações por diferentes formas, para confirmar a veracidade das informações divulgadas pelas empresas. Como dito anteriormente, esse achado é preocupante pois evidencia que as informações contábil-financeiras produzidas e divulgadas segundo as normas e padrões contábeis e de acordo com os parâmetros da Estrutura Conceitual podem não estar garantindo para os usuários a credibilidade e confiabilidade. Esse achado indica que os atributos de qualidade da informação da contabilidade talvez não estejam sendo suficientes para garantir a qualidade da informação produzida e divulgada pela contabilidade ficando evidente o problema relacionado à confiabilidade da informação, que segundo a atual Estrutura Conceitual estaria representado pela característica qualitativa “Representação Fidedigna” uma vez que ambos parecem não estar sendo percebidos pelos analistas nas informações públicas divulgadas ao mercado. Ou talvez seja um problema de representação destes atributos na elaboração das demonstrações contábeis, decorrentes da não compreensão dos seus significados ou da flexibilidade interpretativa que abre possibilidades negativas que interferem na adoção dos parâmetros propostos pela Estrutura Conceitual da área, fundamental para atuação dos profissionais no mundo do trabalho. A institucionalização das Ciências Contábeis, enquanto área de conhecimento, se dá não apenas pela produção de conhecimentos na academia, mas também pela adoção de práticas decorrentes de reflexões sobre o conhecimento gerado pela pesquisa nos âmbitos de atuação profissional. Assim, cabe à academia contribuir para que resultados de pesquisa possam ser úteis para projetos de intervenção que visem à melhoria do funcionamento das instituições ou das decisões de profissionais que atuam na área.

Porém, o achado ainda mais preocupante, em nossa visão, diz respeito às dificuldades e barreiras que os analistas entrevistados disseram enfrentar em relação a diferença de tratamento conferido pelas grandes empresas aos analistas, priorizando o atendimento a profissionais de grandes bancos e corretoras com os quais possuam um maior relacionamento, denotando segundo os analistas um tratamento assimétrico aos diferentes profissionais. Houve menção inclusive da possibilidade de informação privilegiada do RI para analistas com os quais possuam um contato mais direto e nos quais a empresa demonstra ter maior interesse como canal de divulgação.

Conforme já destacado anteriormente, tal achado é preocupante por mostrar a existência de tratamento diferenciado para os diferentes usuários priorizando uns em detrimento de outros evidenciando assimetria de informações, situação esta que contraria as melhores práticas de divulgação e a transparência por parte das empresas e ainda as normas legais e determinações da CVM.

O estudo realizado segundo os pressupostos teóricos-metodológicos da Ciência da Informação mostra ainda que as informações contábeis divulgadas ao mercado, apesar das Normas e padrões contábeis, exigências legais e normativas e ainda da existência de um *framework* denominado Estrutura Conceitual que prevê atributos de qualidade da informação contidos nas denominadas Características Qualitativas da Informação Contábil-Financeira Útil que norteia a produção e divulgação de informações contábeis aos diferentes usuários, atendem os aspectos legais que determinam normas para publicação, mas não incorporam a qualidade que as normas e padrões estabelecem, falhando inclusive na sua característica de qualidade fundamental, a Representação Fidedigna, anteriormente denominada Confiabilidade.

Conclui-se, portanto, que com base nos pressupostos da Ciência da Informação, as informações contábeis divulgadas ao mercado, não atendem as demandas e necessidades de informações dos usuários no contexto específico de uso das informações, carecendo que sejam revistas e melhoradas para melhor atender seus usuários e de forma efetiva. Acreditamos que tais resultados podem ser úteis para os órgãos normatizadores avaliarem se o problema da não adoção dos princípios de qualidade previstos na estrutura conceitual se deve à não compreensão por parte das empresas e aí cabem programas de esclarecimento e capacitação dos que elaboram as demonstrações contábeis, ou, caso seja um

problema baseado na intenção de omitir ou dificultar a compreensão da realidade da empresa, convém criar mecanismos mais rígidos de controle e avaliação da adoção dos princípios na publicação das demonstrações contábeis.

5.2 Limitações do estudo

Importante salientar que os resultados, considerações e conclusões apresentados e discutidos neste estudo, embora decorrentes de entrevistas em profundidade com um grupo representativo de analistas e profissionais de investimentos do mercado de capitais que representam todos os setores das empresas listadas na BM&FBovespa do mercado de capitais brasileiro, não podem ser generalizados para outros contextos, sendo as evidências e achados aqui apresentados válidos somente para o contexto de uso da informação contábil para o grupo de analistas pesquisado. Isso porque não foi objetivo deste estudo a identificação de padrões, mas tão somente a compreensão do comportamento informacional dos analistas e profissionais de investimento do mercado de capitais no desenvolvimento de suas atividades de análise, visando identificar a compreensão deste grupo sobre a efetiva qualidade da informação contábil publicada pelas empresas, em seu contexto de uso da informação.

Decorre daí que o presente estudo não visa avaliar conduta de empresas ou analistas, mas trazer reflexões e indagações sobre o contexto de uso das informações contábeis pelos analistas do mercado de capitais, apontando aspectos importantes e relevantes sobre a compreensão dos analistas em relação aos "aspectos qualitativos da informação contábil" que deverão servir de base para repensar o sistema de informação contábil, incluindo o potencial usuário como protagonista, de fato, do sistema e não mero consumidor de informação.

Embora também não fosse objetivo do estudo avaliar a implementação da adoção dos princípios da estrutura conceitual na elaboração de demonstrações contábeis, o estudo explicitou problemas decorrentes da não adoção de princípios importantes que comprometem a qualidade das informações contábeis publicadas e deve merecer estudos complementares para diagnosticar razões para essa situação.

5.3 Recomendações

Recomenda-se que os órgãos reguladores e normatizadores se empenhem, por um lado, em analisar as normas e padrões de qualidade da informação contábil especialmente no que se refere a Estrutura Conceitual da Contabilidade relativamente às Características Qualitativas da Informação Contábil-Financeira Útil de forma a considerar efetivamente as necessidades de informação dos potenciais usuários da contabilidade e que atributos de qualidade considerados relevantes para esses usuários sejam efetivamente incorporados nos fundamentos de qualidade para a produção e divulgação das informações contábeis ao mercado de capitais.

Recomenda-se, por outro lado, que os achados e evidências trazidos por este estudo sirvam para diagnosticar razões da não adoção de princípios já previstos na elaboração das demonstrações contábeis publicadas. Caso a não adoção seja intencional, trata-se de criar mecanismos de controle e avaliação efetivos do que é publicado e da forma como são publicados os dados. Caso seja decorrente de incompreensões sobre a importância desses atributos para o usuário potencial ou inadequações na forma de apresentação dos dados, sugere-se esforço para tornar mais compreensível os princípios que regem a elaboração da estrutura conceitual vigente.

REFERÊNCIAS

ABIB, G. A qualidade da informação para a tomada de decisão sob a perspectiva do sensemaking: uma ampliação do campo. **Ciência da Informação**, v. 39, n. 3, set./dez. 2010.

AHARONY, Noa. The librarian and the information scientist: different perceptions among Israeli information science students. **Library & Information Science Research**, v. 28, issue 2, p. 235-248, Summer 2006, Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0740818806000235>>. Acesso em: 22 abr. 2012.

ALBRECHT, Karl. Information: the next quality revolution? **Quality Digest**, 1999. Disponível em: <<http://www.qualitydigest.com/june99/html/info.html>>. Acesso em: 22 Abr. 2012.

ALBUQUERQUE, A. dos S.; BASTOS, R. C.; LINO, M. R. de O. A qualidade da informação em portais do judiciário. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Encontros Bibli, v. 14, n. 27, 2009.

ALEXANDER, J. E.; TATE, M. A. **Web wisdom**: how to evaluate and create information quality on the web. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 1999.

ALVARENGA, L; SILVA, D. L. da. Organização e representação do conhecimento na ciência da informação: revisão da literatura. **Pesq. Bras. Ci. Inf.**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 47-84, jan./dez. 2010.

ALVESSON, M.; WILLMOTT, H. **Making sense of management**: a critical introduction. London: Sage Publications, 1996.

AMARAL, S. A. do; SOUSA, A. J. F. P. de. Qualidade da informação e intuição na tomada de decisão organizacional. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n. 1, p. 133-146, jan./mar, p.133-146, 2011.

AMERICAN ACCOUNTING ASSOCIATION. AAA. **A statement of basic accounting theory**. Sarasota: AAA, 1966.

_____. **Alternative conceptual frameworks for financial reporting**. Sarasota: AAA, 2010. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1441338>>. Acesso em: 22 abr. 2012.

AMORIM, A. D. G. **A mediação da informação contábil sob a ótica da ciência da informação**. 2007. Tese (Doutorado). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ANDRADE, Maria Margarida. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. São Paulo: Atlas, 2002.

ANTUNES, Gustavo Amorim. et al. Efeitos da adesão aos níveis de governança da Bolsa de Valores de São Paulo na qualidade da informação contábil. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 3, n. 1, p. 1-14, 2010.

ARAUJO, C. A. A. **1º Workshop de pesquisa em Ciência da Informação**. Metodologia e ética em pesquisa. Londrina: UEL, Departamento de Ciência da Informação, 2012.

_____. Ciência da informação como campo integrador para as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 173-189, jan./jun. 2010.

_____. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ci. Inf.** [online], v. 38, n. 3, p. 192-204, 2009. ISSN 0100-1965. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a13.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

ARNDT Dirk; LANGBEIN Norman. **Data quality in the context of customer segmentation**. Proceedings of the Seventh MIT International Conference on Information Quality (ICIQ-02), 2002.

AROUCK, Osmar. **Atributos de qualidade da informação**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Brasília, 2011.

_____. Avaliação de sistemas de informação: revisão da literatura. **Transinformação**, v. 13, n. 1, jan./jun. 2001.

ASSIS, Juliana de; MOURA, Maria Aparecida. A qualidade da informação na Web: uma abordagem semiótica; la calidad de la información en la Web: un enfoque semiótico. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 16, n. 3, p. 96-117, mai. 2012.

ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTOS DO MERCADO DE CAPITAIS. APIMEC Disponível em: <<http://www.apimec.com.br/apimec/default.aspx>>. Acesso em: 20 set. 2012.

BAPTISTA, Sofia Galvão; CUNHA, Murilo Bastos da. Estudo de usuários: visão global dos métodos de coleta de dados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 168-184, maio./ago. 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Paris: PUF, 1977.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. L'analyse de contenu. Presses Universitaires de France. Tradução de L. A. Reto e A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, A. A. Uma quase história da ciência da informação. **DataGramZero**, Revista de Ciência da Informação, v. 9, n. 2, abr. 2008.

_____. Uma história da ciência da informação. In: TOUTAIN, L. M. B. B. (Org.). **Para entender a ciência da informação**. Salvador: EduFBA, 2007.

_____. A condição da informação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 16, n. 3, p. 67-74, 2002.

_____. O mercado de informação no Brasil. **Informação & Informação**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 25-34, jan./jun. 2000.

_____. O destino da Ciência da Informação: entre o cristal e a chama. **Datagramazero**, Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, n. 0, dez. 1999. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/fev07/Art_01.htm>. Acesso em: 08 jun. 2010.

_____. A questão da informação. **Revista São Paulo em Perspectiva**, Fundação Seade, v. 8, n. 4, 1994. Disponível em: <<http://aldoibct.bighost.com.br/quest/quest2.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

BEAVER, W. H. **Financial reporting**: an accounting revolution. New Jersey: Prentice Hall, 1981

BEDFORD, N. M.; BALADOUNI, V. Communication theory approach to accounting to accountancy. **Accounting Review**, v. 37, n. 4, p. 650-659, 1962.

BELKIN, Nicholas. Anomalous states of knowledge as a basis for information retrieval. **The Canadian Journal of Information Science**, Toronto, v. 5, p. 133-143, 1980.

_____. Some Soviet concepts of information for information-science. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 26, n. 1, p. 56-64, 1975.

_____. Information concepts for information-science. **Journal of Documentation**, v. 34, n. 1, p. 55-85, 1978.

BENOIT, G. **What is information science?** Draft-no edited. Disponível em: <<http://web.simmons.edu/~benoit/rc/WhatIsIS-draft1.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2012.

BERLE, A.; MEANS, G. **The modern corporation and private property**. New York: Macmillan, 1932.

BERLO, D. K. **O processo da comunicação**: introdução à teoria e prática. Rio de Janeiro: USAID, 1963.

BLOOMBERG. Disponível em: <http://www.bloomberg.com.br/>. Acesso em: 20 nov. 2013.

BOFF, Luiz Henrique; PROCIANOY, Jairo Laser; HOPPEN, Norberto. O uso de informações por analistas de investimento na avaliação de empresas: à procura de padrões. **Rev. Adm. Contemp.** [online], v. 10, n. 4, p. 169-192, 2006.

BORGES, R. A. de A.; CUNHA, M. E. N. Uso estratégico da informação gerada pelo serviço de atendimento ao consumidor das empresas de alimentos: um estudo de múltiplos casos. **DataGramaZero**, Revista de Ciência da Informação, v. 10, n. 4, ago. 2009. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago09/Art_05.htm>. Acesso em: 19 abr. 2012.

_____. Uso estratégico da informação gerada pelo serviço de atendimento ao consumidor das empresas de alimentos: um estudo de múltiplos casos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO,

ENANCIB, 8., p. 28-31, out. 2007, Salvador, Bahia. **Anais...** Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT4--079.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968.

BRASIL. Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC. Pronunciamento conceitual básico. **Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis**. Correlação às normas internacionais de contabilidade – estrutura para a preparação e a apresentação das demonstrações contábeis. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/pronunciamento_conceitual.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2011.

_____. Comissão de Valores Mobiliários. **Comunicado ao mercado de 14 de janeiro de 2008**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 09 abr. 2012.

_____. Comissão de Valores Mobiliários. **Deliberação nº 29 de 5 de fevereiro de 1986**. Aprova e referenda o pronunciamento do Ibracon sobre a estrutura conceitual básica da contabilidade. DOU, DF, 13 fev. 1986.

_____. Comissão de Valores Mobiliários. **Deliberação nº 539, de 14 de março de 2008**. Aprova o pronunciamento conceitual básico do CPC que dispõe sobre a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. DOU, DF, 14 mar. 2008.

_____. Comissão de Valores Mobiliários. **Projeto de Lei nº 3.741/00**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 21 jan. 2008.

_____. Comissão de Valores Mobiliários. **Projeto de lei nº 3.741/00 - substitutivo**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 09 abr. 2012.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 6.404/76**. Dispõe sobre as sociedades por ações. suplemento. DOU, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 dez. 1976.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 11.638/08**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. DOU, Poder Executivo, edição extra, Brasília, DF, 28 dez. 2007.

_____. **Lei nº 1.638 de 28 de dezembro de 2007.** Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Seção 1, Edição Extra, p. 2. Brasília, DF, 28 dez. 2007.

BRASIL. **Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2011.** Conversão da Medida Provisória nº 449, de 2008, em Lei. Brasília, DF, Diário oficial [da] República Federativa do Brasil, Seção 1, p. 3, 28 mai. 2009.

BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Técnicas, 1951.

BROOKES, B. C. Measurement in information science: objective and subjective metrical space. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 31, n. 4, p. 248-255, 1980a.

_____. The foundations of information science. **Journal of Information Science**, v. 2, n. 3-4, p. 125-133, 1980b.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society of Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

_____. Documentation, information science, and library science in the USA. **Information Processing and Management**, v. 32, n. 1, p. 63-76, 1996.

_____. Emanuel Goldberg, electronic document retrieval, and Vannevar Bush's Memex. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 43, n. 4, p. 284-294, May. 1997a.

_____. What is a document? **Journal of the American Society for Information Science**, v. 48, p. 804-809, 1997b.

BUSH, V. As we may think. **Atlantic Monthly**, v. 176, n. 1, p. 101-108, 1945.

CALAZANS, A. T. S. Qualidade da informação: conceitos e aplicações. **TransInformação**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 29-45, jan./abr. 2008.

CALAZANS, A. T. S.; COSTA, S. de S. Modelo de avaliação da qualidade da informação estratégica bancária. **Ci. Inf.** [online]. 2009, v. 38, n. 3, p. 21-39. ISSN 0100-1965. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a02.pdf>>. Acesso em: 22 abr.2012.

CAMPOS, A. M. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 30-49, fev./abr. 1990.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p.148-207, jan./abr. 2007.

_____. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003.

CARDOSO, Ricardo Lopes; AQUINO, André Carlos Busanelli de.; BITTI, Eugenio José da Silva. Reflexões para um framework da informação de custos do setor público brasileiro. **RAP - Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, set./out. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v45n5/v45n5a14.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2012.

CARDOSO, Ricardo Lopes; SARAIVA, Enrique; TENÓRIO, Fernando Guilherme; SILVA, Marcelo Adriano. Regulação da contabilidade: teorias e análise da convergência dos padrões contábeis brasileiros aos IFRS. **RAP – Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, jul./ago. 2009.

CARQUEJA, Hernâni O. Teoria da Contabilidade - uma interpretação. **Polytechnical Studies Review**, Revista de Estudos Politécnicos, v. 4, n. 7, 2007.

CASANOVA, M. B. Information: the major element for change. In: WORMELL, I. (Ed.). **Information quality: definitions and dimentions**. London: Taylor Graham, 1990. p. 42-53.

CASE, D. O. Information behavior. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 40, p. 293-327, 2006.

CHOO, Chun Wei. Como ficamos sabendo: um modelo de uso da informação. In:_____. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a**

informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac, 2003. p. 63-120.

CHOO, Chun Wei. **Information management for the intelligent organization: the art of scanning the environment**. Medford, NJ: Information Today, 1998a.

CHOO, Chun Wei. **The knowing organization: how organizations use information to construct meaning, create e knowledge and make decisions**. New York: Oxford University, 1998b.

CHOO, C. W.; AUSTER, E. Environmental scanning: acquisition and use of information by managers. In: WILLIAMS M. E. (Ed.). **Annual review of information science and technology**. Medford, NJ: Learned Information, Inc., 1993. p. 279-314. (v. 28).

CHRISTENSEN, J. How do conceptual frameworks contribute to the quality of corporate reporting regulation? In: ICAEW INFORMATION FOR BETTER MARKET SEMINAR, 2009, London. **Anais...** London: 2009.

_____.; DEMSKI, J. S. **Accounting theory: an information content perspective**. New York: Mc Graw-Hill /Irwin, 2003.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIARIOS. CVM. **Deliberação 29 de 05 de fevereiro de 1986**. Aprova e referenda o pronunciamento do Ibracon sobre o framework básica da Contabilidade. 1986. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos_Redir.asp?Tipo=D&File=\deli\deli029.doc>. Acesso em: 17 nov. 2011.

_____. **Instrução nº 457, de 13 de julho de 2007**. Dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 29 jan. 2012.

_____. **Ofício Circular/CVM/SEP/n. 01/2003**. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/port/atos/oficios/OFCVM_SEP_01_2003.asp>. Acesso em: 08 jun. 2010.

_____. **Parecer de Orientação n. 37, de 22 set. 2011**. Recepção dos conceitos de representação verdadeira e apropriada (true and fair view) e da primazia da essência

sobre a forma no ordenamento contábil brasileiro. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 29 jan. 2012.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIARIOS. CVM. **Portal do investidor**. Disponível em: http://www.portaldoinvestidor.gov.br/menu/primeiros_passos/Entendendo_mercado_valores.html. Acesso em 19 out.2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC. **Pronunciamento conceitual básico (R1)**. Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – The Conceptual Framework for Financial Reporting (IASB – BV 2011 Blue Book). Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/cpc00_r1.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC. **Pronunciamento técnico CPC 13**: adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.cpc.org>>. Acesso em: 29 jan. 2012.

_____. **Pronunciamento técnico CPC 37**: adoção inicial das normas internacionais de contabilidade. Brasília, 2010. Disponível em <<http://www.cpc.org>>. Acesso em: 29 jan. 2012.

_____. **Pronunciamentos contábeis**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>. Acesso em: 03 abr.2011.

_____. **Pronunciamento conceitual básico**: estrutura conceitual. 2008. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>. Acesso em: 08 dez.2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. CFC. **Audiência Pública n. 12/2011**. Revisão do pronunciamento conceitual básico. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/mostraAudiencia.php?id_audiencia=83>. Acesso em: 18 mar. 2012.

_____. NBC TG Estrutura Conceitual (NBC T 1). **Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>. Acesso em: 28 jan. 2012.

_____. **Normas brasileiras de contabilidade**: NBC TG - geral - normas completas, NBC TG – estrutura conceitual e NBC TG 01 a 40 (exceto 34 e 42). Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2011. Disponível em: <<http://portalcfc.org.br/wordpress/wp->

content/uploads/2013/04/NBC_TG_COMPLETAS03.2013.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. CFC. Aprova a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. **Resolução CFC n. 1.121/08**. Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1121.doc>. Acesso em 27 jul.2011.

_____. **Resolução CFC 785 de 28 de julho de 1995**. NBC T 1. Das características da informação contábil. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1995/000785>. Acesso em: 19 mar.2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. CFC. **Resolução nº 1.055 de 7 de outubro de 2005**. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e dá outras providências. Disponível em <<http://www.cfc.org>>. Acesso em: 29 jan. 2012.

_____. **Resolução nº 1.374 de 08 de dezembro de 2011**. Dá nova redação à NBC TG Estrutura conceitual – estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. Disponível em: <<http://www.cfc.org>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. CFC; INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL. IBRACON. **Sumário da comparação das práticas contábeis adotadas no Brasil com as Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS**. Brasília: CFC; São Paulo: IBRACON, 2006.

COSTA, L. F.; SILVA, A. P. da; RAMALHO, F. A. (Re)visitando os estudos de usuário: entre a "tradição" e o "alternativo". **DataGramaZero**, v.10, n. 4, ago. 2009.

CUNHA, Murilo Bastos da. Metodologias para estudo dos usuários de informação científica e tecnológica. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 10, n. 2, p. 5-19 jul./dez. 1982. Disponível em: <http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/CUNHA_1982.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2010.

DALMÁCIO, F. Z. **Mecanismos de governança e acurácia das previsões dos analistas do mercado brasileiro**: uma análise sob a perspectiva da teoria da sinalização. 2009. 242 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

DALMÁCIO, F. Z.; LOPES, A. B.; REZENDE, A. Governança corporativa e acurácia das previsões individuais dos analistas: uma análise no mercado brasileiro. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., 2010, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: 2010. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org>>. Acesso em: 29 nov. 2012.

DALMÁCIO, F. Z.; LOPES, A. B.; SARLO NETO, A. Uma análise da relação entre governança corporativa e acurácia das previsões dos analistas do mercado de capitais brasileiro. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 4., 2010, Natal. **Anais...** Natal: ANPCONT, 2010. 1 CD-ROM.

DALMÁCIO, F. Z. et al. A influência da adoção de práticas diferenciadas de governança corporativa sobre a acurácia das previsões dos analistas do mercado brasileiro. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 5., 2011, Vitória. **Anais...** Vitória: ANPCONT, 2011. 1 CD-ROM.

DE SORDI, J. O. Análise da coesão entre seções de textos de documentos extensos a partir da aplicação conjunta das técnicas de análise de redes sociais e referências internas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 1, jan./abr. 2009.

_____. **Administração da informação**: fundamentos e práticas para uma nova gestão do conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2008.

DE SORDI, J. O.; MEIRELES, M. A. Processo de gestão da informação em localidade com concentração de atividades da cadeia produtiva: extrapolando benefícios para o contexto do órgão gestor. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n. 4, 2011.

_____. Melhoria da qualidade da informação organizacional pela agregação de resumo: análise de softwares geradores de resumo. **Ciência da Informação**, v. 38, n. 1, jan./abr. 2009.

DE SORDI, J. O.; MEIRELES, M. A.; GRIJO, R. N. Gestão da qualidade da informação no contexto das organizações: percepções a partir do experimento de análise da confiabilidade dos jornais eletrônicos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, maio./ago. 2008.

DeLONE, W. H.; McLEAN, R. Information systems success: the quest for the dependent variable. **Information Systems Research**, v. 3, n. 1, p. 60-95, 1992.

DERVIN, Brenda. An overview of sense-making research: concepts, methods and results to date. In: ANNUAL MEETING OF THE INTERNACIONAL COMMUNICATION ASSOCIATION, 1983, Dallas. **Anais...** Dallas: International Communication Association, 1983.

_____. From the mind's eye of the user: the sense-making qualitative-quantitative methodology. In: GLAZIER, J. D.; POWELL, R. R. **Qualitative Research in Information Management**, Englewood: Libraries Unlimited, 1992.

DERVIN, Brenda; NILAN, Michael. Information needs and uses. **Annual Review of Information Science and Technology**, Chicago, v. 21, p. 03-33, 1986.

DIAMOND, Douglas; VERRECCHIA, Robert. Disclosure, liquidity and the cost of capital. **Journal of Finance**, Cambridge, v. 46, n. 4, p. 1325-1360, set. 1991.

DIAS, Maria Matilde; PIRES, Daniela. **Usos e usuários da informação**. São Carlos: Edufscar, 2004.

DIAS FILHO, J. M. **Características qualitativas da informação contábil: o problema da compreensibilidade à luz da Teoria Semiótica e da Comunicação**. 2001. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. A linguagem utilizada na evidenciação contábil: uma análise de sua compreensibilidade à luz da teoria da comunicação. **Caderno de Estudos**, São Paulo, FIPECAFI, v. 13, n. 24, p. 38-49, jul./dez. 2000.

DYE, Ronald A. An evaluation of "Essays on Disclosure" and the disclosure literature in accounting. **Journal of Accounting and Economics**, n. 32, p. 181-235, 2001.

ECCLES, R. G.; KRZUS, M. P. **Relatório único: divulgação integrada para uma estratégia sustentável**. Tradução de Cristina Duarte e Luiz Fernando Brandão. São Paulo: Saint Paul Editora, 2011.

ECONOMÁTICA. Disponível em: <https://www.economatica.com/PT/>. Acesso em: 17 nov.2013.

ELLIS, David. A behavioural approach to information retrieval design. **Journal of Documentation**, Londres, v. 45, n. 3, p. 171-212, 1989.

EPPLER, M. **Managing information quality**: increasing the value of information in knowledge-intensive products and processes. 2nd ed. New York: Springer, Berlin, 2006.

EPPLER, M.; WITTIG, D. Conceptualizing information quality: a review of information quality frameworks from the last ten years. In: CONFERENCE ON INFORMATION QUALITY, Cambridge, 2000. **Proceedings...** Cambridge: 2000. Disponível em: <<http://mitiq.mit.edu/iciq/Documents/IQ%20Conference%202000/Papers/ConceptIQaReviewofIQFramework.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2010.

EPSTEIN, I. **Teoria da informação**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1988.

FAMA, Eugene; JENSEN, Michael. Separation of ownership and control. **Journal of Law and Economics**, v. 26, p. 301-325, 1983.

FERREIRA, Sueli Mara S. P. **Estudo de necessidades de informação**: dos paradigmas tradicionais à abordagem sense-making. Porto Alegre: ABEED, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=scinlinks&ref=000213&pid=S0100-965200200020001400013&lng=en>>. Acesso em: 23 mar.2010.

_____. Novos paradigmas e novos usuários de informação. **Ciência da informação**, Brasília, v. 25, n. 2, maio./ago. 1995.

FIANI, Ronaldo. **Teoria dos jogos**: com aplicações em economia, administração e ciências sociais. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

FIELDS, Thomas D; LYS, Thomas Z; VICENT Linda. Empirical research on an accounting choice. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, p. 255-307, 2001.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Avaliações de coleções e estudos de usuários**. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1979.

_____. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília: IBICT, 1994.

_____. Usuários. In: **Paradigmas modernos da Ciência da Informação**. São Paulo: Polis/APB, 1999. (p. 11-33).

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. FASB. **Accounting standards**. Statements of Financial Accounting Concepts. Illinois: SFAC 2.

FISHER, K. E.; JULIEN, H. Information Behavior. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 43, p. 317-358, 2009.

FISHER, K. E.; ERDELEZ, S.; MCKECHNIE, L.E.F. Preface. In: FISHER, K. E.; ERDELEZ, S.; MCKECHNIE, L. E. F.(Eds.). **Theories of information behavior**. Medford, NJ: Information Today, 2005. p. xix-xxii.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M. S.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. G. (Orgs.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008.

FUJINO, A. Gestão de serviços de informação no contexto da cooperação universidade empresa: reflexões e perspectivas. In: LARA, M. L. G. de; FUJINO, A.; NORONHA, D. P. (Orgs.). **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar, 2007. 318 p.

_____. **Gestão da informação e o serviço de referência**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2006. (Material didático elaborado para o curso ministrado UFM, em outubro de 2006).

_____. Avaliação dos impactos da produção científica na produção tecnológica. In: POBLACION, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto da. (Orgs.). **Comunicação & produção científica: contexto, indicadores e avaliação**, São Paulo: Angellara, 2006. p. 371-386.

_____. Política de informação e a hélice tripla: reflexões sobre serviços de informação no contexto da cooperação universidade-empresa. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2004, Salvador. Anais... Salvador, 2004. Disponível em: <http://www.cinform.ufba.br/v_anais/artigos/asafujino.html>. Acesso em: 17 mai. 2012.

_____. **Serviços de informação no processo de cooperação universidade empresa:** proposta de um modelo de mediação institucional para micro e pequenas empresa. 2000. Tese (Doutorado em Biblioteconomia) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

FUJINO, A. **Serviços de informação tecnológica para empresas industriais:** subsídio para planejamento a partir de estudo de usuários. 1993. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

FUJINO, A.; JACOMINI, D. D. Produtos e serviços de informação na sociedade do conhecimento: da identificação ao uso. In: GIANNASI-KAIMEN, M. J.; CARELLI, A. E. (Org.). **Recursos informacionais para compartilhamento da informação:** redesenhando acesso, disponibilidade e uso. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007. p. 73-98.

FUJINO, Asa; STAL, Eva. Gestão da propriedade intelectual na universidade pública brasileira: diretrizes para licenciamento e comercialização. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 23, Curitiba, out. 2004. **Anais...** Curitiba: PGT/FEA/USP, 2004.

FUJITA, M. S.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. G. (Orgs.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação.** São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008.

GACKOWSKI, Z. J. Operations quality of data and information: teleological operations research-bases approach, call for discussion. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION QUALITY, 10., 2005, Cambridge, MIT. **Proceedings...** Cambridge: MIT, 2005.

_____. Logical Interdependence of data/information quality dimensions – a purpose-focused view on IQ. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION QUALITY AT MIT, 2004, Cambridge, MA. **Proceedings...** Cambridge, MA: Massachusetts : MIT, 2004. p. 126-140.

GINMAN, M. Quality information, and information for quality. In: WORMELL, I. (Ed.). Information quality definitions and dimensions. In: NORDINFO SEMINAR, Royal School of Librarianship, 1989, Copenhagen. **Proceedings...** Copenhagen: Taylor Graham, 1989, p. 18-33.

GOMES, H. Interdisciplinaridade e ciência da informação: de característica a critério delineador de seu núcleo principal. **DataGramaZero**, Revista de Ciência da Informação, v. 2, n. 4, ago. 2001.

GOMES, H. F. A mediação da informação, comunicação e educação na construção do conhecimento. **DataGramaZero**, Revista de Ciência da Informação, v. 9, n. 1, fev. 2008.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramaZero**, Revista de Ciência da Informação, v. 1, n. 6, dez. 2000.

_____. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. **Ciência da Informação**, v. 22, n. 3, p. 217-222, set./dez. 1993.

GONZÁLEZ-TERUEL, A. **Los estudios de necesidades y usos de la información**. Fundamentos y perspectivas actuales. Gijón: Trea. 2005.

GONZÁLEZ-TERUEL, A.; ABAD-GARCIA, M. F. **Grounded theory for generating theory in the study of information behavior**. Library & Information Science Research, v. 34, n. 1, p. 31–36, janeiro 2012. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0740818811000909>>. Acesso em: 18 out.2012.

GREEF, A. C.; FREITAS, M. do C. D. Fluxo enxuto de informação: um novo conceito. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 17, n. 1, p. 37-55, jan./mar. 2012.

GUAGLIARDI, José R. **A evidenciação de informações em companhias abertas**. Um estudo exploratório. 1987. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

GUERREIRO, R. **Modelo conceitual de sistema de informação de gestão econômica**: uma contribuição à teoria da comunicação da contabilidade. 1989. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

GUINCHAT, C.; MENOU, M. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. Brasília: IBICT, 1994.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente da 5ª edição americana. São Paulo: Atlas, 1999.

HEWINS E. R. Information needs and use studies. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 25, p. 145-172, 1990.

HJØRLAND, B. Epistemology and the socio-cognitive perspectives in information science. **JASIS**, New York, v. 53, n. 4, p. 257-270, 2002.

_____. Domain analysis in information science. **Journal of Documentation**, Londres, v. 58, n. 4, p. 122-162, 2002.

_____. Theory and metatheory of information science: a new interpretation, **Journal of Documentation**, v. 54, Issue 5, p. 606-62, 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/EUM0000000007183>>. Acesso em: 24 mai. 2012.

HORNGREN, C. T. et. al. **Accounting for management control**. NJ: Prentice-Hall, Englewood Cliffs, 1974.

HUANG, Huan-Tsae; LEE, Y. W.; WANG, R. Y. **Quality information and knowledge**. NJ: Prentice Hall PTR, 1999.

IBRACON. Estrutura conceitual básica da Contabilidade. In: **Princípios contábeis**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1992.

IFRS FOUNDATION. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/The-organisation/Pages/IFRS-Foundation-and-the-IASB.aspx>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

_____. **IASB publica um documento de reflexão sobre a estrutura conceitual**. 18.jul. 2013. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/Alerts/ProjectUpdate/Pages/IASB-publishes-a-Discussion-Paper-on-the-Conceptual-Framework.aspx>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

IJIRI, Yuji. **Theory of accounting measurement**. Sarasota: American Accounting Association, 1975.

INGWERSEN, Peter. Conceptions of information science. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Eds.). **Conceptions of library and information science**: historical, empirical and theoretical perspectives. Londres; Los Angeles: Taylor Graham, 1992. p. 299-312.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. IASB. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/Alerts/ProjectUpdate/Pages/IASB-publishes-a-Discussion-Paper-on-the-Conceptual-Framework.aspx>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

_____. **Framework for the preparation and presentation of financial statements**. London: IASB, 2010. Disponível em: <<http://www.iasb.org/IFRSs/IFRS.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

_____. **Exposure draft**: conceptual framework. London: IASB, 2010b. Disponível em: <<http://www.iasb.org/Current+Projects/IASB+Projects/Conceptual+Framework/Conceptual+Framework.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. IASB. **Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis**. Normas Internacionais de Contabilidade. São Paulo: IBRACON, 2001.

IPECAFI-IBRACON. **Estrutura conceitual básica da Contabilidade**. São Paulo: Conselho Federal de Contabilidade, 1986.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. **Teoria da Contabilidade**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. **Teoria da Contabilidade**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

IUDÍCIBUS, S. de.; LOPES, A. B. **Teoria avançada da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; CARVALHO, L. Nelson. Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. **Revista de Contabilidade e Finanças USP**, n. 38, p. 7-19, mai./ago. 2005.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das sociedades por ações**. 5 ed. São Paulo: Atlas, FIECAFI 2000.

JENSEN, M.; MECKLING, W. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

JULIEN, H. A content analysis of the recent information needs and uses literature. **Library & Information Science Research**, v. 18, p. 53-65, 1996.

JULIEN, H.; DUGGAN, L. J. A longitudinal analysis of the information needs and uses literature. **Library & Information Science Research**, v. 22, p. 1-19, 2000.

JULIEN, H.; PECOSKIE, J. (J L.); REED, K. Trends in information behavior research, 1999-2008: a content analysis. **Library & Information Science Research**, v. 33, n. 1, p.19-24, 2011.

KAHN, B. R.; STRONG, D. M; WANG, R. Y. A model for delivering quality information as product and service. In: CONFERENCE ON INFORMATION QUALITY, 1997, Cambridge, MA. **Proceedings...** Cambridge, MA: [: s. n.], 1997. p. 80-94.

_____. Information quality benchmarks: product and service performance. **Communications of the ACM**, v. 45, n. 4, p. 84-192, 2002. Disponível em: <<http://portal.acm.org/citation.cfm?id=505248.506007&coll=portal&dl=ACM&CFID=33648128&CFTOKEN=79248213>>. Acesso em: 07 mar. 2012.

KNIGHT S.; BURN J. Developing a framework for assessing information quality on the world wide web. **Informing Science Journal**, v. 8, p. 159-172, 2005.

KOBASHI, N. Y. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação de informação. **DataGramaZero**, Revista de Ciência da Informação. v. 8, n. 6, dez. 2007. Disponível em: <http://www.datagramazero.org.br/dez07/Art_01.htm>. Acesso em: 27 dez. 2010.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e prática da pesquisa. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

KUHLTHAU, Carol. Inside the search process: information seeking from the users perspective. **Journal of the American Society for Information Science**, Nova Iorque, v. 42, n. 5, p. 361-371, 1991.

LARA, M. L. G. (Org.); SMIT, J. W. (Org.). **Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes/USP: 2010.

LARA, M. L. G. (Org.); FUJINO, A. (Org.); NORONHA, D. P. (Org.). **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Nectar, 2008. v. 1. 320 p.

LARA, M. L. G. de; FUJINO, A.; NORONHA, D. P. (Org.). **Informação e Contemporaneidade: perspectivas**. Recife: NÉCTAR, 2007. 318 p.

LARA, M. L. G. de; CONTI, V. L. Disseminação da informação e usuários. **Perspec.** [online], São Paulo, 2003, v. 17, n. 3-4, p. 26-34. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392003000300004>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

LAVOIE, D. The accounting of interpretation and the interpretation of accounts. **Accounting, Organizations and Society**, The communicative function of "the language of business", v. 12, n. 6, p. 579-604, jun. 1987.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Lemos Informação e Comunicação, 1996.

_____. A matemática da informação. In: TOUTAIN, Lúcia (Org.). **Para entender a ciência da informação**. Salvador: Edufba, 2007, p. 219-238.

LEE, Y. W. et al. AIMQ: a methodology for information quality assessment. **Information & Management**, v. 40, p. 133-146, 2002.

_____; STRONG, D. M. Knowing-Why about data process and data quality. **Journal of Management Information Systems**, v. 20, n. 3, p. 13-39, 2004.

LEHAVY, Reuven; LI, Feng; MERKLEY, Kenneth. The effect of annual report readability on analyst following and the properties of their earnings forecasts. **The Accounting Review**, v. 86, n. 3. 2011, p. 1087-1115. Disponível em: <<http://webuser.bus.umich.edu/rlehavy/LLM.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

LEV, B. **Accounting and information theory**. Sarasota: American Accounting Association, 1969.

LEVY, Evelny. **Controle social e controle de resultados**: um balanço dos argumentos e da experiência recente. O público não estatal na reforma do estado. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

LIMA, Ademir Benedito Alves de. **Aproximação crítica à teoria dos estudos de usuários de bibliotecas**. Londrina: EMBRAPA-CNPSO; Brasília: EMBRAPA-SPI, 1994.

LIMA, Luís Francisco Ramos; MAÇADA, Antonio Carlos Gastaud; VARGAS, Lilia Maria. Research into information quality: a study of the state of the art in IQ and its consolidation. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION QUALITY AT MIT, 11., 2006, Cambridge, MA. **Proceedings...** Cambridge, MA: MIT, 2006.

_____; MAÇADA, Antonio Carlos Gastaud. Modelo para qualidade da informação na indústria bancária. In: ENCONTRO DA ANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: 2007.

LIU, Liping; CHI, Lauren N. Evolutional data quality: a theory specific view. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION QUALITY AT MIT, 7., 2004, Cambridge, MA. **Proceedings...** Cambridge, MA: MIT, 2002, p. 292-304.

LOPES, Alexsandro Broedel. **A relevância da informação contábil para o mercado de capitais**: o modelo de Ohlson aplicado à Bovespa. 2001. 308f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. **A informação contábil e o mercado de capitais**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da Contabilidade**: uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2005.

LOPES, I. L. Novos paradigmas para avaliação da qualidade da informação em saúde recuperada na Web. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 81-90, jan./abril 2004.

MACÊDO, J. M. A. et al. Informação contábil: usuário interno, externo e o conflito distributivo. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 1, set./dez. 2008.

MADNICK, S. E. et. al. Overview and framework for data and information quality research. **ACM Journal of Data and Information Quality**, v. 1, n. 1, p. 1-22, 2009.

MAINES, L.; WAHLEN, J. The nature of accounting information reliability: inferences from archival and experimental research. **Accounting Horizons**, v. 30, n. 4, p. 399-425, 2006.

MARCHAND, D. Managing information quality. In: WORMELL, I. (Ed.). Information quality definitions and dimensions. In: NORDINFO SEMINAR, 1989, Copenhagen **Proceedings...** Copenhagen: Royal School of Librarianship, Taylor Graham, 1989, p. 7-17.

_____. Managing information quality. In: WORMELL, I. (Ed.). **Information quality: definitions and dimensions**. London: Taylor Graham, 1990. p. 7-17.

MARCHIORI, P. Z. O campo de atividades, a ciência e o espaço da gestão da informação. In: CASTRO, Cesar A. (Org). **Ciência da informação e biblioteconomia: múltiplos discursos**. São Luis: Edufma e Edfama, 2002.

MARTINS, G. de A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MARTINEZ, Antônio Lopo. **Analisando os analistas**: estudo empírico das projeções de lucros e das recomendações dos analistas de mercado de capitais para as empresas brasileiras de capital aberto. 2004. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2004.

_____. **“Gerenciamento” dos resultados contábeis**: estudo empírico das companhias abertas brasileiras. 2001. 167 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARTINEZ, Antônio Lopo; SALIM, Jean, Jacques. Analisando as previsões de resultados contábeis dos analistas de empresas brasileiras. In: ENCONTRO DA ANPAD, 28., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2004. 1 CD-ROOM.

MARTUCCI, Elisabeth Márcia. **A abordagem sense-making para estudo de usuário**. Porto Alegre: ABEED, 1997.

MASON, R. O. What is an information professional? **Journal of Education for Library and Information Science**, v. 31, n. 2, p.122-138, 1990.

MATTIODA, R. A. **Qualidade da informação em duas empresas que utilizam Data Warehouse na perspectiva do consumidor de informação**: um estudo de caso. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006.

MATTIODA, R. A.; FAVARETTO, Fábio. Qualidade da informação em duas empresas que utilizam Data Warehouse na perspectiva do consumidor de informação: um estudo de caso. **Gest. Prod.** [online], v. 16, n. 4, p. 645-666, 2009.

McGEE, James V.; PRUSAK, Laurence. **Gerenciamento estratégico da informação**: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

McKECHNIE, L. E. F.; BAKER, L. M.; GREENWOOD, M.; JULIEN, H. Research method trends in human information literature. **New Review of Information Behaviour Research**, v. 3, p.113-125, 2002.

McKECHNIE, L. E. F.; PETTIGREW, K. E.; JOYCE, S. L. The origins and contextual use of theory in human information behavior research. **New Review of Information Behaviour Research**, v. 2, p. 47-63, 2001.

MINAYO, M.C. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOREIRA, R. de L.; COLAUTO, R. D. Conservadorismo condicional: estudo a partir do reconhecimento antecipado de perdas econômicas no resultado. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, v. 21, n. 4, p. 157-187, out./dez. 2010.

MOSCOVE, Stephen A.; SIMKIN, Mark G.; BRAGRANOFF, Nancy A. **Sistemas de informações contábeis**. Tradução de Geni G. Goldschmidt. São Paulo: Atlas, 2002.

MOST, K. S. **Accounting theory**. Colombus: Grid, 1977.

NAKAGAWA, M.; RELVAS, T. R. S.; DIAS FILHO, J. M. Accountability: a razão de ser da contabilidade. **REPeC - Revista de Educação e Pesquisa em**

Contabilidade, Brasília, v. 1, n. 3, art. 5, p. 83-100, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.repec.org.br>>. Acesso em: 09 jun.11.

NEHMY, Rosa Maria Quadro. **Leitura epistemológico-social da qualidade da informação**. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

NEHMY, R. M. Q.; PAIM, I. A desconstrução do conceito de “qualidade da informação”. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 1, p. 36-45, jan./abr. 1998.

NEVES, D. A. Ciência da informação e cognição humana: uma abordagem do processamento da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 39-44, jan./abr. 2006.

NORONHA, D. P. (Org.). **Manual para apresentação de dissertações e teses**. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, v. 1, 2003. 86 p.

NORONHA, D. P.; FUJINO, A. Teses e dissertações em Ciência da Informação: a multidisciplinaridade não revelada na produção científica. **Transinformação**, v. 1, p. 1-16, 2009.

ODA, P. **Transações com partes relacionadas, governança corporativa e desempenho**: um estudo com dados em painel. 2011. 98 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

OLAISEN, J. Information quality factors and the cognitive authority of electronic information. In: WORMELL, I. (Ed.). **Information quality definitions and dimensions**: proceedings of a Nordinfo Seminar, Royal School of Librarianship. Copenhagen: Taylor Graham, 1989. p. 91-121.

_____. Information quality factors and the cognitive authority of electronic information. In: WORMELL, I. (Ed.). **Information quality**: definitions and dimensions. London: Taylor Graham, 1990. p. 84-91.

OLETO, R. R. Percepção da qualidade da informação. **Ciência da Informação**, v. 35, n. 1, p. 57-62, jan./abr. 2006.

OLIVEIRA, M. de; ARAÚJO, E. A. de. Os paradigmas da biblioteconomia e da ciência da informação e os novos contextos de informação. In: CASTRO, C. A.

(Org.). **Ciência da informação e biblioteconomia**: múltiplos discursos. São Luis: EDUFMA e EDFAMA, Cap. 2, 2002. p. 36-49.

OROZCO GÓMEZ, G. **La investigación en comunicación desde la perspectiva cualitativa**. Argentina: Universidade Nacional de la Plata, 2000.

OTLET, P. **Traité de documentation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelles: Mundaneum, 1934.

_____. **Documentos e documentação**. Tradução de Hagar Espanha. Paris: 1937. Introdução aos trabalhos do Congresso Mundial da Documentação Universal, realizado em Paris, em 1937. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bit/otlet/index.htm>>. Acesso em: 26 set. 2011.

PAIM, Isis; NEHMY, Rosa Maria Quadro. Questões sobre a avaliação da informação: uma abordagem inspirada em Giddens. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 81-95, jul./dez. 1998.

PAIM, I.; NEHMY, R. M. Q.; GUIMARÃES, C. G. Problematização do conceito "qualidade" da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 111-119, jan./jun. 1996.

PETTIGREW, K. E.; FIDEL, R.; BRUCE, H. Conceptual frameworks in information behavior. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 35, p. 43-78, 2001.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. **Usuário – informação**: o contexto da ciência e da tecnologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1982. 66 p.

_____. Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. In: _____. **Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Brasília: IBICT, 1999.

PIPINO, L. L.; LEE, Y. W.; WANG, R. Y. Data Quality assessment. **Communications of the ACM**, v. 45, n. 4, p. 211-218, April. 2002.

PORTELLA, Cristiano R. R. Informação como conceito interdisciplinar. **Conteúdo**, v. 1, n. 1, mar. 2005.

RABELLO, Odília Clark Peres. O usuário nos currículos de Biblioteconomia. **Revista da Escola de Biblioteconomia**, Belo Horizonte, UFMG, v. 10, n. 2, p. 179-192, set. 1981. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/reb/>>. Acesso em: 30 nov. 2012.

RABELLO, R. A Ciência da Informação como objeto: epistemologias como lugares de encontro. **Perspect. Ciênc. Inf.** [online], v. 17, n. 1, p. 2-36, 2012. ISSN 1413-9936. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v17n1/a02v17n1.pdf>>. Acesso em: 23 maio. 2012.

_____. **A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação**. 2009. 331p. Tese Doutorado em Ciência da Informação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=137497>. Acesso em: 06 ago. 2012.

_____. História dos conceitos e Ciência da Informação: apontamentos teórico-metodológicos para uma perspectiva epistemológica. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. 26, 2 sem. 2008.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.

RENDÓN ROJAS, M. Á. La ciencia de la información en el contexto de las ciencias sociales y humanas. Ontología, epistemología, metodología e interdisciplina. **DataGramaZero**, Revista de Ciência da Informação, v. 9, n. 4, ago. 2008.

_____. Relación entre los conceptos: información, conocimiento y valor. Semejanzas y diferencias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 52-61, maio/ago. 2005.

_____. El papel del profesional de la información en el acceso y uso de la información documental. **La información en el inicio de la era electrónica: información, sociedad y tecnología**. T. 2. México: UNAM-CUIB, 1998. p. 241-271.

REES, Alan; SARACEVIC, Tefko. **Education for information science and its relation to librarianship**. 1967. [não publicado].

REPO, A. J. The value of information: approaches in economics, accounting and management science. **Journal of American Society for Information Science**, v. 40, n. 2, 1989, p. 68-85.

REVISTA MERCADO DE CAPITAIS. **Analista não é guru**. Ano 1, n. 6, agosto 2012. Disponível em: http://www.protv.inf.br/patria/index.php?option=com_content&view=article&id=136%3Arevista-mercado-de-capitais-06&catid=18&Itemid=27. Acesso em: 24 ago.2012.

RIahi-BELKAQUI, A. **The linguistic shaping of accounting**. Connecticut: London Quorum Books, Westport, 1995.

RICCIO, E. L. **Uma contribuição ao estudo da contabilidade como sistema de informação**. 1989. Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRÍGUEZ BRAVO, B. **El documento: entre la tradición y la renovación**. Granada: Ediciones Trea, 2002. p. 17-40. (Biblioteconomía y Administración Cultural, 67)

RUDGE, L. F.; CAVALCANTE, F. **Mercado de capitais**. Belo Horizonte: Comissão Nacional de Bolsas de Valores, 1993.

SANZ CASADO, Elías. **Manual de estudios de usuarios**. Madrid: Pirámide, 1994.

SARACEVIC, T. Interdisciplinary nature of information science. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 36-41, 1995.

_____. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Persp. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

_____. Information science. **JASIS - Journal of The American Society for Information Science**, v. 50, n. 12, p. 1051-1063, 1999.

SARACEVIC, T.; WOOD J. B. **Consolidation de l'information: guide pour l'évaluation, le réorganisation et le reconditionnement de l'information scientifique et technique**. Programme general d'information et Unisist. Paris: ONU, 1986.

SELLTIZ, C. et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. 3 ed. São Paulo: E.P.U., 1974.

SHANNON, C. E. A Mathematical theory of communication. **The Bell System Technical Journal**, New York, v. 27, n. 3, p. 379-423, 623-656, July./Oct. 1948.

SHANNON, C.; WEAVER, W. **The mathematical theory of communication**. Urbana: University of Illinois Press, 1949. 117 p.

SHERA, Jesse. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 09-12, 1977.

SHERA, J. H.; CLEVELAND, D. B. History and foundations of information science. **Annual Review of Information Science and Technology**, Washington, p. 249-275, 1977. 12 p.

SILVA, A. H. C. **Escolha de práticas contábeis no Brasil**: uma análise sob a ótica da hipótese dos covenants contratuais. 2008. 159 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, A. M. da. Ciência da Informação e sistemas de informação: (re)exame de uma relação disciplinar. **PRISMA.COM**, Portugal, 2007.

SILVA, A. M. da. **A informação**: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico. Porto: Afrontamento, 2006.

SILVA, A. M.; RIBEIRO, F. **Das “ciências” documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, B. G. da. **Sistema de informação contábil sob a ótica da teoria da comunicação**: um estudo com administradores na região da Grande São Paulo. 1995. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SILVA, W. D. F. da. **Introdução à gestão da informação**. Campinas: Alínea, 2003.

SILVEIRA, A. D. M. da. **Governança corporativa, desempenho e valor da empresa no Brasil**. 2002. 165f. Dissertação (Mestrado em Administração) -

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SMIT, J. W. Arquivologia/biblioteconomia: interfaces das Ciências da Informação. **Informação & Informação**, Londrina, UEL, v. 8, n. 2, jul./dez. 2003.

SMIT, J. W. Arquivologia, biblioteconomia e museologia – o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, Nova Série, v. 1, n.2, p. 27-36, fev. 2002.

SMIT, J. W.; BARRETO, A. de A. **Ciência da informação**: base conceitual para a formação do profissional. In: VALENTIN, M. L. (Org.). Formação do profissional da informação. São Paulo: Polis, 2002.

SMIT, J. W.; TÁLAMO, M. F. G. M.; KOBASHI, N. Y. A determinação do campo científico da Ciência da Informação: uma abordagem terminológica. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, fev. 2004. Artigo 3. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/fev04/Art_03.htm>. Acesso em: 08 jan. 2012.

SPENDER, J. Gerenciando sistemas de conhecimento. In: FLEURY, M.; OLIVEIRA, JR., M. (Orgs.). **Gestão estratégica do conhecimento**: integrando aprendizagem, conhecimento e competências. São Paulo: Atlas, 2001. p.27-49.

SPROUSE, R. T. & MOONITZ, M. **A tentative set of broad accounting principles for business enterprises**. New York: ACIPA, 1962

STRONG, Diane M.; LEE, Yang W.; WANG, Richard Y. Data quality in context. **Communications of the ACM**, v. 40, n. 5, p. 103-110, May. 1997a.

STRONG, Diane M.; LEE, Yang W.; WANG, Richard Y. **10 Potholes in the road to information quality**. Computer. Los Alamitos: IEEE Computer Society Press, v. 30, n. 8, p. 38-46, Aug. 1997b.

TÁLAMO, M. F. G. M.; SMIT, J. W. Ciência da Informação: pensamento informacional e integração disciplinar. **BJIS**, v. 1, n. 1, p. 33-53, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.bjis.unesp.br/>>. Acesso em: 23 mai. 2012.

TAYLOR, Robert. **Value-added processes in information systems**. Norwood: Ablex, 1986.

_____. Professional aspects of information science and technology. In: CUADRA, C.A. (Ed.). **Annual Review of Information Science and Technology**, New York, John Wiley, v. 1, p. 15-40, 1966.

TEIXEIRA COELHO, J. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. São Paulo: Fapesp; Iluminuras, 1997.

TERUEL, Aurora González. **Los estudios de necesidades y usos de la información**: fundamentos y perspectivas actuales. Espana: Ediciones Trea, S. L., 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 17 reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

TOUTAIN, L. M. B. B. (Org.) **Para entender a ciência da informação**. Sala de aula 6. Salvador: EdufBA 2007, 239p.

VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VIEIRA, S. **Como escrever uma tese**. (4 ed.). São Paulo, Atlas: 1998.

VOLPATO, G. **Pérolas da redação científica**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

_____. **Administração da vida científica**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

WAND, Y.; WANG, R. Y. Anchoring data quality dimensions in ontological foundations. **Communications of the ACM**, v. 39, n. 11, p. 86-95, 1996.

WANG, R. Y.; STRONG, D. M. Beyond accuracy: what data quality means to data consumers. **Journal of Management Information Systems**, v. 12, n. 4, p. 5-34, 1996.

WEFFORT, E. F. J. **O Brasil e a harmonização contábil internacional**: influência dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado. São Paulo: Atlas, 2005.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, Berlin, v. 29, n. 2, p. 229-239, mar./apr. 1993.

WERSIG, G.; NEVELLING, U. The phenomena of interest to Information Science. **The Information Scientist**, v. 9, n. 4, dec. 1975.

WILSON, T. D. On user studies and information needs. **Journal of Documentation**, v. 37, p. 3-15, 1981.

_____. Models in information behavior research. **Journal of Documentation**, v. 55, n. 3, p. 249-270, 1999.

_____. The information user: past, present and future. **Journal of Information Science**, v. 34, n. 4, p. 457-464, 2008.

YAMAMOTO, Marina Mitiyo. **Teoria da divulgação aplicada ao mercado de capitais brasileiro sob a perspectiva da governança corporativa**. 2005. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

YAMAMOTO, Marina Mitiyo; SALOTTI, Bruno Meirelles. **Informação contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais**. São Paulo: Atlas, 2006.

ZINS, C. Mapa do conhecimento da Ciência da Informação: implicações para o futuro da área. **BJIS**, v. 1, n. 1, p. 3-32, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.bjis.unesp.br/>>. Acesso em: 28 abr. 2012.

_____. Conceptions of information science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 58, n. 3, p. 335-350, 2007(b).

_____. Knowledge map of Information Science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 58, n. 4, p. 526-535, 2007(d).

GLOSSÁRIO

1. **Prospecto** – relatório que empresas elaboram quando abrem o capital ou quando fazem nova emissão de ações e ainda na emissão de debêntures, vendas de cotas de fundos de investimentos. Por ser um documento que contém informações relevantes para os investidores é de publicação obrigatória na maioria dos casos
2. **DCI** – Diário Comércio Indústria & Serviços
3. **Analista Buy Side** - além de representar fundo de investimentos faz também relatórios para gestoras de recursos em geral, elaborando recomendações de investimento (compra e venda de ativos). Diferentemente do analista Sell Side, suas recomendações não são públicas.
4. **Analista Sell Side** - são os analistas que realmente fazem recomendação de investimento. Elaboram recomendações públicas para investidores e precisam possuir certificações. Além disso, devem ser credenciados pela CVM.
5. **IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS** - O Formulário de Informações Anuais (IAN) deve ser entendido como um documento dinâmico sobre a evolução dos negócios da empresa e não estático, vinculado a determinado exercício social, em que pese o fato de ser fixada uma data para sua apresentação ano a ano. O regime informacional: o Formulário de Informações Anuais – IAN, principal instrumento de divulgação de informações periódicas não contábeis atualmente em vigor, será substituído pelo Formulário de Referência.
6. **FR – Formulário de Referência** – criado pela Instrução CVM nº 480/09 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2010. Este novo documento dá passos importantes na quantidade e qualidade das informações que serão colocadas à disposição dos investidores e do mercado periodicamente, trazendo as regras brasileiras a padrões muito próximos daqueles recomendados pelas instituições internacionais especializadas em mercado de valores mobiliários. Em relação à maioria dos temas, a Instrução pede níveis de informação semelhantes aos hoje exigidos pela Instrução CVM nº 400 (sobre as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários), de 29/12/2003, mas em um formato que privilegia o melhor entendimento do investidor. No entanto, a Instrução aprofunda o nível de informação em alguns tópicos. Merecem destaque as seções sobre transações com partes relacionadas, comentários dos diretores, riscos de mercado, assembleias gerais e administração, e remuneração dos administradores. Outra importante inovação da Instrução é a exigência de que os emissores informem suas políticas e práticas em relação às matérias mais sensíveis da condução de seus negócios. Há, portanto, uma **maior quantidade de informações qualitativas divulgadas, o que tende a permitir uma melhor avaliação do desempenho da administração dos emissores de valores mobiliários**.
7. **ITR – Informações Trimestrais (ITR)** - Formulário trimestral que é também um instrumento de acompanhamento para os investidores sobre o andamento de projetos da companhia. Dessa forma, se a companhia fez projeções sobre os seus negócios no IAN, a concretização ou não das etapas planejadas deve constar do ITR.
8. **Release de Resultados** – tem por objetivo contextualizar os resultados apresentados e prover maior entendimento do negócio ao disponibilizar comentários da administração e outros dados importantes, porém não constantes da documentação societária. Costuma ser o primeiro material acessado pelo mercado após a divulgação de resultado. Peça importante na

comunicação ao mercado, o release de resultados não é uma obrigação da companhia, mas é extremamente útil para o entendimento de seus resultados. **Usualmente editado trimestralmente, vem acompanhado das informações trimestrais (ITR) e das demonstrações financeiras anuais completas (DFP).** Por ser escrito, garante uniformidade na comunicação, não tratando, portanto, públicos de maneira diferenciada. Até para aumentar sua abrangência e eficácia, recomenda-se fortemente a disponibilização de seu conteúdo em, ao menos, dois idiomas, preferencialmente de forma simultânea, a fim de tratar todos os públicos com equidade. Ainda se observa a disponibilização de outros tipos de releases por companhias, dependendo de seu ramo de atuação ou necessidade de manter o mercado informado. Releases de vendas e de produção/desempenho mensal são dois dos mais frequentemente usados em adição ao de resultados.

Fonte: <http://www.guiari.com.br/Atividade-de-Relacoes-com-Investidores/Release-de-Resultados.aspx>

9. **Skin in the game** – A expressão refere-se à situação em que os executivos tomam o risco juntamente com as companhias por eles administradas, usando recursos próprios para comprar participações nessas empresas, assim como os investidores externos

10. **EBITDA** - (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*), que em português significa "Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização". O EBITDA é um indicador financeiro, também chamado de Lajida, e representa quanto uma empresa gera de recursos através de suas atividades operacionais, sem contar impostos e outros efeitos financeiros. O EBITDA é importante para os empresários e administradores de empresas, pois dá a possibilidade deles não analisarem apenas o resultado final da organização, e sim o processo com um todo, e esse indicador é bastante utilizado no mercado de ações. O EBITDA é utilizado essencialmente para analisar o desempenho das organizações, pois ele é capaz de medir a produtividade e a eficiência da empresa, um ponto que é essencial para o empresário que pretende investir. O termo é bastante utilizado por analistas financeiros em análise de balanços de contabilidade de empresas de capital aberto.

APÊNDICE

Instrumentos de Pesquisa

1ª versão do ROTEIRO DE ENTREVISTA (adaptado de Fujino, 1993)

PERFIL DO PESQUISADO

- Nome: (opcional)
- Formação:
- Empresa onde atua (ou é independente):
- Áreas de atuação:
- Cargo/Função:
- Tempo na função:
- Número de empresas que acompanha:
- Ramos das empresas que acompanha:

DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE ATIVIDADE DE UM ANALISTA

- Finalidade da atividade
- Principais fases e respectivas atividades do serviço desenvolvido
- Problemas enfrentados e soluções adotadas
- Detalhamento das informações requeridas em cada fase (tipo, natureza, formato de apresentação, confiabilidade, temporalidade, etc.)
- Fontes utilizadas e principais dificuldades no acesso / obtenção da informação

OBSERVAÇÕES SOBRE A AREA DE INFORMAÇÃO

- Fontes de informação às quais o usuário mais recorre (formais/informais; internas/externas; públicas/privadas)
- Informações de maior interesse para o usuário
- Maiores barreiras/dificuldades enfrentadas pelo usuário no acesso / uso de informações
- Expectativas em relação ao sistema de informação contábil
 - Forma
 - Conteúdo
 - Abrangência
 - Grau de detalhamento
 - Tipo de informações
 - Periodicidade
 -

2ª versão do ROTEIRO DE ENTREVISTA (adaptado de Fujino, 1993)

Universidade de São Paulo - USP
 Escola de Comunicações e Artes – ECA/USP
 Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI/ECA-USP
 Doutoranda: Nelma T Zubek Valente
 (11) 3091-5820 ramal 206 sala 105 C
nzubek@usp.br e nzubekvalente@yahoo.com.br

*Proposta de Roteiro de Entrevista/Questionário (Instrumento de coleta de dados) de pesquisa de campo de Tese de Doutorado em Ciência da Informação focando a **Qualidade da Informação Contábil** para a atividade dos analistas de mercado e profissionais de investimento. Dada a natureza qualitativa do estudo utilizam-se algumas questões abertas para permitir a escuta, a expressão livre dos analistas sobre o processo de busca, acesso e uso de informações para o desenvolvimento de suas atividades.*

Caro analista, sua colaboração será essencial para subsidiar propostas de melhorias na qualidade das informações contábeis.

INFORMAÇÕES E FONTES DEMANDADAS PARA A ATIVIDADE DO ANALISTA DO MERCADO DE CAPITAIS

1. No desenvolvimento de suas atividades que tipo/nível de análise você realiza?

- ☐ Análise Técnica ☐ Análise Fundamentalista ☐ Análise Macroeconômica ☐ Análise Setorial
☐ Análise de Empresas ☐ Análise de Crédito ☐ Renda Fixa ☐ Renda Variável
☐ Outro tipo de análise (Por favor, especifique): _____

2. Assinale o tipo de informações requeridas para o desenvolvimento de sua atividade de análise

Tipo/Natureza das Informações requeridas	Frequência de uso da informação			
	Sempre utilizo	Eventualmente utilizo	Raramente utilizo	Nunca Utilizo
Estrutura da Empresa				
Estrutura Societária				
Aspectos Legais				
Aspectos Fiscais				
Aspectos Regulatórios				
Produtos e Serviços				
Plano de Negócios				
Sobre o negócio				
Sobre o setor				
Sobre a economia				
Sobre o mercado (concorrentes, fornecedores, clientes)				
Pesquisas de mercado				
Contábil-Financeiras				
Informações socioambientais e de sustentabilidade				
Cenários (Nacional e Internacional)				
Outras (Favor especificar):				

3. Quais as fontes que você utiliza para a obtenção de informações necessárias ao desenvolvimento de sua atividade de análise?

Fontes que utilizo para obtenção das informações	Sempre	Eventualmente	Raramente	Nunca
Demonstrações Contábeis Consolidadas				
Formulário de Referência				
ITRs – Informações Trimestrais				

Relatório de Administração				
Parecer dos Auditores Independentes				
<i>Press-Releases</i>				
Informações prestadas pelo departamento de RI (Relação com Investidores) da companhia				
Informações divulgadas na mídia especializada				
Informações disponibilizadas em banco de dados especializados				
Informações obtidas com especialistas				
Informações obtidas com colegas de profissão				
Outras (Favor especificar):				

Canais que utilizo para obtenção das informações	Frequência de uso			
	Sempre	Eventualmente	Raramente	Nunca
Entidades e associações de classe				
Entidades reguladoras e de fiscalização				
Entidades privadas de pesquisa e informações econômicas				
Entidades governamentais				
Internet – Página, site da companhia				
Diretores e CEOs da organização				
<i>Conference Calls</i> (Tele Conferências/Video Conferências)				
Reuniões Públicas com Analistas e Investidores				
Reuniões Agendadas com representantes do emissor				
<i>Investor Day</i> (Dia do investidor)				
<i>Contato com autoridades</i>				
<i>Site Visiting (Visitas a campo)</i>				
<i>Road Shows</i>				
Outros:				

4. Quais as principais dificuldades que você encontra para a obtenção e acesso às fontes e canais de informação necessárias à sua atividade de análise?

Dificuldades que enfrento para obtenção e acesso às fontes e canais de informação	Frequência de uso			
	Sempre	Eventualmente	Raramente	Nunca
Identificação das fontes e canais				
Disponibilidade das fontes e canais				
Acesso às fontes e canais				
Disponibilidade de tempo (profissional)				
Tempo de resposta				
Problemas tecnológicos				
Outras:				

5. Do conjunto de relatórios e Demonstrações Contábeis divulgadas assinale os relatórios e/ou Demonstrações que você utiliza para embasar suas decisões indicando a frequência de uso

Relatórios/Demonstrações	Frequência de uso			
	Sempre	Eventualmente	Raramente	Nunca
Demonstração do Resultado Abrangente				
Parecer do Conselho Fiscal				
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
Demonstração dos Valores Adicionados				
Notas Explicativas				

Relatório da Administração				
Balanco Patrimonial				
Parecer dos Auditores Independentes				
Demonstração do Resultado do Exercício				
Relatório do Comitê de Auditoria				
Demonstração dos Fluxos de Caixa				
Outras:(Especifique)				

6. Do conjunto de relatórios e Demonstrações Contábeis divulgadas quais as principais informações que você utiliza para realizar a sua análise? *(Favor especificar, a seguir)*

6.1.1 Você utiliza informações do Balanco Patrimonial?	Não	Sim	Quais?
6.1.2 Você utiliza informações da Demonstração de Resultado?	Não	Sim	Quais?
6.1.3 Você utiliza informações da Demonstração de Resultado Abrangente?	Não	Sim	Quais?
6.1.4 Você utiliza informações da Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido?	Não	Sim	Quais?
6.1.5 Você utiliza informações da Demonstração de Fluxos de Caixa?	Não	Sim	Quais?
6.1.6 Você utiliza informações da Demonstração do Valor Adicionado?	Não	Sim	Quais?
6.1.6 Você utiliza informações das Notas Explicativas?	Não	Sim	Quais?
6.1.7 Você utiliza informações do Relatório da Administração?	Não	Sim	Quais?

6.1 Que outras informações dos demais relatórios divulgados você utiliza para embasar suas análises?

7. Qual a sua percepção sobre as informações fornecidas por meio das Demonstrações Contábeis em termos de forma e conteúdo: (abrangência, grau de detalhamento, quantidade, qualidade, periodicidade, etc.)

Aspectos das informações contábeis divulgadas	Avaliação					
	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	Excelente
Forma de apresentação						
Abrangência (conteúdo)						
Grau de detalhamento (conteúdo)						
Volume de informações divulgadas						
Periodicidade de publicação						
Tempo de atualização						
Abrangência (período coberto)						
Outros aspectos:						

7.1 Em sua opinião, quais aspectos das Demonstrações Contábeis poderiam ser melhorados para contribuir com a efetiva qualidade e utilidade das informações divulgadas?

8. Por gentileza, assinale abaixo a opção que melhor se adequa à sua percepção sobre a qualidade das informações contábil-financeiras obrigatórias divulgadas ao mercado

As informações contábil-financeiras	Discordo Fortemente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Fortemente
<i>embora representem alguns fenômenos econômicos complexos são classificadas, caracterizadas e apresentadas com clareza e concisão e são compreensíveis para mim</i>					
<i>representam com fidedignidade os fenômenos relevantes</i>					
<i>podem ser verificadas e checadas de forma direta e indireta</i>					
<i>representam o retrato completo da realidade econômica com todas as descrições e explicações que necessito para compreender o fenômeno que está sendo retratado</i>					
<i>descrevem clara e precisamente os montantes apurados como sendo estimativas e revelam devidamente a natureza e as limitações do processo</i>					
<i>estão disponíveis a tempo de poder influenciar a minha tomada de decisões</i>					
<i>são capazes de fazer diferença nas decisões que tomo</i>					
<i>são classificadas, caracterizadas e apresentadas de forma clara</i>					

<i>tem valor confirmatório, retro-alimentam e servem de feedback para confirmar ou alterar minhas avaliações prévias</i>					
<i>permitem comparações com informação similar sobre outras entidades e com informação similar sobre a mesma entidade para outro período ou para outra data.</i>					
<i>são utilizadas como dado de entrada no processo que realizo para prever futuros resultados</i>					
<i>são classificadas, caracterizadas e apresentadas de forma concisa</i>					
<i>representam de maneira uniforme os fenômenos econômicos relevantes da entidade que reporta a informação</i>					
<i>são classificadas, caracterizadas e apresentadas de forma compreensível</i>					
<i>são selecionadas e apresentadas sem viés representando um retrato neutro, sem distorções</i>					
<i>representam métodos e critérios consistentes tanto em relação aos mesmos itens de um período para outro na mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades</i>					
<i>As premissas subjacentes, os métodos de obtenção da informação e outros fatores e circunstâncias que suportam as informações contábil-financeiras são divulgadas e me auxiliam na tomada de decisões</i>					

9. Que elementos/parâmetros você considera para avaliar a qualidade das informações contábil-financeiras? Por que?

10. O que você sugere para a melhoria da qualidade das informações contábil-financeiras?

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- Cargo/Função:
- Tempo na função:
- Atividades que desempenha:
- Número de empresas que acompanha:
- Setores/subsetores das empresas que acompanha:
- Formação:
- Idade:
- Perfil em que se coloca na atividade: () Generalista () Especialista

Agradecemos sua colaboração.

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Titulo da pesquisa: “QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NA PERSPECTIVA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO”

Prezado Senhor (a):

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa “QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NA PERSPECTIVA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO” da tese de doutorado do PPGCI-ECA/USP – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. O objetivo da pesquisa consiste na realização de um estudo de usuários da informação contábil para identificar as dimensões consideradas de qualidade da informação para a atividade dos analistas e profissionais de investimentos do mercado de capitais. A sua participação é muito importante e ela se dará inicialmente por meio de entrevista com duração prevista de 30min na qual você será convidado a discorrer livremente sobre o processo de busca e uso de informações para a sua atividade de análise, sobre eventuais dificuldades e barreiras enfrentadas para acesso, obtenção e uso dessas informações bem como sua percepção sobre a qualidade das informações contábeis disponibilizadas ao mercado de capitais. As entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas e analisadas de modo a não identificar o respondente nem a instituição a qual pertence. Caso algum aspecto relevante para o estudo fique em aberto em razão da limitação de tempo concedido para a entrevista, você poderá também ser convidado a responder uma ou outra questão por meio de questionário que será enviado por e-mail cujas respostas serão agrupadas para análise de modo a preservar o anonimato dos respondentes. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos ainda que as informações coletadas serão utilizadas unicamente para fins acadêmicos (divulgação dos resultados em artigos, monografias, teses, livros, periódicos e eventos acadêmicos/científicos) e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade e de sua instituição. Os registros de gravações serão mantidos até a conclusão da pesquisa acadêmica e posteriormente destruídos.

Os benefícios esperados deste estudo levam em conta que a escuta direta do importante grupo de usuários das informações contábeis ao qual vocês pertencem poderá certamente contribuir para subsidiar propostas de melhoria na qualidade das informações contábeis divulgadas ao mercado. A participação nesta pesquisa não gerará nenhum risco e o senhor não pagará nem será remunerado por sua participação. Garantimos, no entanto que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação.

Caso tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos pode manter contato com: Nelma Terezinha Zubek Valente, Departamento de Contabilidade, FEA/USP, Av. Prof. Luciano Gualberto, 908, Cidade Universitária, CEP 05508-010, São Paulo/SP, pelo telefone (11) 3091-5820 ramal 206, Celular (11) 9 8227-5433, ou pelo e-mail: nzubek@usp.br; ou ainda com a orientadora deste estudo, Profa. Dra. Asa Fujino, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443 – Cidade Universitária – CEP 05508-020 – São Paulo/SP, pelo telefone (11) 3091-4076 ramal 23, Celular (11) 9 8101-5855 ou pelo e-mail: asfujino@usp.br. Este termo está sendo redigido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida, assinada e entregue ao senhor.

São Paulo, 28 de agosto de 2013.

Pesquisador Responsável: Nelma Terezinha Zubek Valente
RG: 1.872.468-5 SSP/PR

Eu, _____ tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos do estudo, concordo em participar voluntariamente da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica): _____
Data: 28 de agosto de 2013

PRÉ-TESTES REALIZADOS NA FASE INICIAL DA PESQUISA

Universidade de São Paulo - USP
Escola de Comunicações e Artes – ECA/USP
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI/ECA-USP
Doutoranda: Nelma T Zubek Valente
(11) 3091-5820 ramal 206 sala 105 C
nzubek@usp.br e nzubekvalente@yahoo.com.br

Com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) o Brasil passou a eleger os Investidores como usuários preferenciais da contabilidade considerando que informações úteis para esse importante grupo de usuários também o sejam para os demais usuários da contabilidade. Contudo, não se sabe ainda se, as informações geradas e divulgadas pela contabilidade possuem efetivamente a qualidade necessária para a tomada de decisão desses usuários preferenciais. Esta proposta de Instrumento de Coleta de Dados pretende capturar as respostas a essa indagação para subsidiar a Tese de Doutorado em desenvolvimento na Ciência da Informação focando a Qualidade das Informações Contábeis. Dada a natureza qualitativa do estudo utilizam-se questões abertas para permitir a escuta, a expressão livre dos Investidores sobre o seu processo de busca, acesso e uso de informações para a tomada de decisões de investimento. Assim, sua colaboração será essencial para subsidiar propostas de melhorias na qualidade das informações contábeis.

PERFIL DO PESQUISADO

- Nome (opcional):
- Formação:
- Empresa onde atua (ou é independente):
- Áreas de atuação da empresa:
- Cargo/Função: Investidor independente
- Tempo na função:

ATIVIDADES ESPECÍFICAS DO INVESTIDOR

1. Como você descreveria suas principais tarefas e atividades para tomar uma decisão de investimento?

Na medida do possível tento analisar a empresa quanto aos seus resultados trimestrais, para saber como está o andamento da empresa, e ir às reuniões da APIMEC para conhecer melhor a empresa e seus dirigentes.

2. Poderia nos dar exemplos e descrever as circunstâncias em que desenvolve essas atividades?

Procuro no site da Bovespa o site da empresa, na maioria dos casos na seção de Relações com Investidores, e procuro na seção de Downloads os resultados trimestrais da empresa, além de ser associado da APIMEC-SP e receber com frequência informativos sobre as reuniões das empresas com o mercado.

3. Quais os recursos e instrumentos que você geralmente utiliza e em quais procedimentos?

Resposta citada acima.

4. Quais os principais problemas e dificuldades que você encontra para o desenvolvimento dessas atividades?

Desconhecimento pessoal de detalhes contábeis, visto a formação profissional diferente que tive.

5. Quais as soluções que você adota para a resolução dos problemas e dificuldades que enfrenta no desenvolvimento dessas atividades?

Tento relevar algumas informações em detrimento de outras mais importantes, ou mesmo tento me aprofundar e questionar o gestor da corretora sobre as informações contidas nos materiais disponíveis.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO

6. Quais são as informações requeridas em cada uma das fases do seu processo de tomada de decisão de investimento? (Tipo, natureza, formato de apresentação, abrangência, grau de detalhes, qualidade, etc.)

Primeiro a observação do ativo em diferentes pregões sucessivos, geralmente em um período de um mês para tomar conhecimento a respeito dos compradores e vendedores usuais do ativo. Posteriormente alio os dados que analisei dos resultados trimestrais para identificar se há uma boa oportunidade de compra, além do preço do ativo no momento (quando o mesmo tem uma queda abrupta do seu valor sem motivo aparente, ou que

o mercado julgou conveniente). Por fim comparo com as informações que saem na imprensa especializada (Infomoney, Exame, Valor) o que os analistas pensam a respeito do ativo.

7. Quais as fontes que você utiliza para a obtenção de informações necessárias ao processo de tomada de decisão de investimento?

Acima citadas, além da intuição e dos contatos nas reuniões da APIMEC.

8. Quais as principais dificuldades que você encontra para a obtenção e acesso às fontes de informação necessárias ao processo de tomada de decisão de investimento?

Muitas vezes as principais informações de casas estrangeiras que disponibilizam relatórios com preços-alvo chegam tardiamente nos meios gratuitos, sendo rapidamente acessados pela Bloomberg, ou AE Broadcast.

9. Quais os canais que você utiliza para acessar as fontes de informação necessárias ao processo de tomada de decisão de investimento?

Jornais, sites específicos da internet (InfoMoney, Exame.com e Valor Econômico).

10. Assinale o tipo de fontes de informação que você mais recorre para o processo de tomada de decisão de investimento:

Formais (X) Informais () Internas () Externas () Públicas (X) Privadas ()

11. Qual a sua percepção sobre as informações fornecidas ao mercado por meio das Demonstrações Contábeis? Em termos de: Forma, conteúdo, abrangência, grau de detalhamento, quantidade, qualidade, periodicidade, etc.

As informações das Demonstrações Contábeis são aproveitáveis, mas acredito que um maior detalhamento se necessário se fizer, no caso dos analistas, terá que entrar em contato com a empresa para mais informações, porém para os investidores acredito que seja o suficiente na medida em que não deve ser muito extenso e com muitos detalhes, para facilitar a visualização dos resultados importantes.

12. Do conjunto das Demonstrações Contábeis divulgadas quais as informações contábeis que você considera efetivamente úteis para embasar suas decisões?

Os dados referentes a Receitas, Lucros, Despesas, Ebitda, Endividamento são os mais importantes.

13. Que elementos você considera para avaliar a qualidade das informações contábeis?

O contato com a empresa nas reuniões da APIMEC servem para conhecer os profissionais que trabalham na empresa, além de e-mails que são enviados com dúvidas para a seção de RI das empresas, se retornados de forma rápida e com qualidade nas respostas.

14. O que você sugere para a melhoria da qualidade das informações contábeis?

Acredito que a uniformização dos dados de IFRS para todas as empresas brasileiras contribuirá para Demonstrativos Contábeis melhores, visto que ainda há muita distorção dos resultados quando considerado esta nova abordagem.

Agradecemos sua colaboração!

PERFIL DO PESQUISADO

- Nome (opcional):
- Formação: Engenharia
- Empresa onde atua (ou é independente):
- Áreas de atuação da empresa:
- Cargo/Função:
- Tempo na função:

ATIVIDADES ESPECÍFICAS DO INVESTIDOR

1. Como você descreveria suas principais tarefas e atividades para tomar uma decisão de investimento?
-Acompanhar o mercado e os fatos relevantes
2. Poderia nos dar exemplos e descrever as circunstâncias em que desenvolve essas atividades?
-Sites especializados com análises
3. Quais os recursos e instrumentos que você geralmente utiliza e em quais procedimentos?
-Home Broker , acompanhar as notícias em sites especializados e reuniões com analistas
4. Quais os principais problemas e dificuldades que você encontra para o desenvolvimento dessas atividades?
- Tempo, instabilidade da Internet
5. Quais as soluções que você adota para a resolução dos problemas e dificuldades que enfrenta no desenvolvimento dessas atividades?
-Administração do tempo e dois provedores de internet

SISTEMA DE INFORMAÇÃO

6. Quais são as informações requeridas em cada uma das fases do seu processo de tomada de decisão de investimento? (Tipo, natureza, formato de apresentação, abrangência, grau de detalhes, qualidade, etc.)
-Principalmente análise técnica e também análise de alguns múltiplos
7. Quais as fontes que você utiliza para a obtenção de informações necessárias ao processo de tomada de decisão de investimento?
-Home Broker , acompanhar as notícias em sites especializados e reuniões com analistas
8. Quais as principais dificuldades que você encontra para a obtenção e acesso às fontes de informação necessárias ao processo de tomada de decisão de investimento?
-Tempo, instabilidade da Internet
9. Quais os canais que você utiliza para acessar as fontes de informação necessárias ao processo de tomada de decisão de investimento?
-Home Broker , acompanhar as notícias em sites especializados e reuniões com analistas
10. Assinale o tipo de fontes de informação que você mais recorre para o processo de tomada de decisão de investimento:
Formais () Informais () Internas () Externas () Públicas (x) Privadas ()
11. Qual a sua percepção sobre as informações fornecidas ao mercado por meio das Demonstrações Contábeis? Em termos de: Forma, conteúdo, abrangência, grau de detalhamento, quantidade, qualidade, periodicidade, etc.

Como investidor autônomo eu não vou muito a fundo no balanço eu recorro ao analistas e como tento investir no curto prazo eu recorro à análise técnica

12. Do conjunto das Demonstrações Contábeis divulgadas quais as informações contábeis que você considera efetivamente úteis para embasar suas decisões?

Lucros, Margens, endividamento e múltiplos como: P/L, Dívida/Ebtida

13. Que elementos você considera para avaliar a qualidade das informações contábeis?

Opinião de analistas

14. O que você sugere para a melhoria da qualidade das informações contábeis?

Agradecemos sua colaboração!

PERFIL DO PESQUISADO

- Nome (opcional):
- Formação: Ciências Contábeis
- Empresa onde atua (ou é independente): Investidor independente
- Áreas de atuação da empresa: Investimento em ações
- Cargo/Função: Analista de Investimentos
- Tempo na função:

ATIVIDADES ESPECÍFICAS DO INVESTIDOR

1. Como você descreveria suas principais tarefas e atividades para tomar uma decisão de investimento?
É uma decisão complexa, investir em uma ação mas o processo começa por uma proximidade, ou entendimento do que a empresa faz. Alguém que trabalha em banco pode se sentir mais confortável ao investir no setor bancário.
2. Poderia nos dar exemplos e descrever as circunstâncias em que desenvolve essas atividades?
Em geral, as pesquisas sobre as empresas a serem investidas ocorrem no fim de semana, ou em horários vagos.
3. Quais os recursos e instrumentos que você geralmente utiliza e em quais procedimentos?
A internet é a principal fonte de pesquisa de informações sobre empresas, além de sites especializados como Valor, CVM, Reuters e Bloomberg. Jornais e revistas (Isto É Dinheiro, Exame) especializadas também são fontes de informações secundárias.
4. Quais os principais problemas e dificuldades que você encontra para o desenvolvimento dessas atividades?
A restrição tempo, e a disponibilidade das informações em formatos que não o Excel atrapalham bastante
5. Quais as soluções que você adota para a resolução dos problemas e dificuldades que enfrenta no desenvolvimento dessas atividades?
Nunca se terá todas informações disponíveis assim, a intuição também é parte do processo decisório.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO

6. Quais são as informações requeridas em cada uma das fases do seu processo de tomada de decisão de investimento? (Tipo, natureza, formato de apresentação, abrangência, grau de detalhes, qualidade, etc.)
O processo de investimento não é algo, padronizado, ele é muitas vezes caótico já que as oportunidades no mercado surgem de forma inesperada, assim, em alguns investimentos a leitura de uma reportagem pode ser o início, em outros um problema que a empresa possa estar passando é o que chama a atenção, mas em geral, o processo principal no meu caso passa pela leitura do balanço e demais informações contábeis;
7. Quais as fontes que você utiliza para a obtenção de informações necessárias ao processo de tomada de decisão de investimento?
Site de relação com investidores da empresa, site da CVM, base de dados tais como Bloomberg, Economática, relatório anual e publicações impressas.
8. Quais as principais dificuldades que você encontra para a obtenção e acesso às fontes de informação necessárias ao processo de tomada de decisão de investimento?
Não encontro grandes dificuldades ao acesso de informações, há informação mais do que suficiente

9. Quais os canais que você utiliza para acessar as fontes de informação necessárias ao processo de tomada de decisão de investimento?
Internet, relatório anual, site de RI das empresas, revistas impressas
10. Assinale o tipo de fontes de informação que você mais recorre para o processo de tomada de decisão de investimento:
Formais (x) Informais (x) Internas (x) Externas (x) Publicas (x) Privadas (x)
11. Qual a sua percepção sobre as informações fornecidas ao mercado por meio das Demonstrações Contábeis? Em termos de: Forma, conteúdo, abrangência, grau de detalhamento, quantidade, qualidade, periodicidade, etc.
As informações contábeis são extremamente úteis e valiosas, elas são o ponto de partida de quase processo de investimento
12. Do conjunto das Demonstrações Contábeis divulgadas quais as informações contábeis que você considera efetivamente úteis para embasar suas decisões? Todas as informações contábeis são extremamente relevante: DRE, Balanço, Demonstração do Fluxo de Caixa, DMPL, Notas Explicativas
Todas as informações contábeis são relevantes para a tomada de decisão
13. Que elementos você considera para avaliar a qualidade das informações contábeis?
É difícil avaliar a qualidade das informações contábeis, o parecer do auditor pode ser um primeiro sinal de que algo possa ser suspeito. A coerência dos números de ano contra ano são um bom indicador da qualidade das informações
14. O que você sugere para a melhoria da qualidade das informações contábeis?

Agradecemos sua colaboração!

PERFIL DO PESQUISADO

- Nome (opcional):
- Formação: Contabilista e Economista
- Empresa onde atua (ou é independente): Independente.
- Áreas de atuação da empresa:
- Cargo/Função:
- Tempo na função:

ATIVIDADES ESPECÍFICAS DO INVESTIDOR

1. Como você descreveria suas principais tarefas e atividades para tomar uma decisão de investimento?

Saber como é o gerenciamento da empresa, sua posição no mercado que atua, qual é a relação do preço da ação em relação ao patrimônio líquido, saber se existe ou não conflito societário na empresa, saber qual é e quais as condições do endividamento da empresa, saber qual é a sua taxa de lucro, qual é a sua política de distribuição de dividendos e obter informações sobre a macroeconomia e a política nacional e internacional, e, também, prestar atenção na minha intuição e respeitá-la.

2. Poderia nos dar exemplos e descrever as circunstâncias em que desenvolve essas atividades?

Analizando os balanços e demonstrativos contábeis das empresas, participando de reuniões das empresas com o mercado, conversando com outros investidores para obter informações que não são divulgadas nestas reuniões e obtendo informações sobre a macroeconomia e a política nacional e internacional através dos meios de comunicação.

3. Quais os recursos e instrumentos que você geralmente utiliza e em quais procedimentos?

Os citados no item 2 acima.

4. Quais os principais problemas e dificuldades que você encontra para o desenvolvimento dessas atividades?

Descobrir as informações que não são divulgadas.

5. Quais as soluções que você adota para a resolução dos problemas e dificuldades que enfrenta no desenvolvimento dessas atividades?

As citadas no item 1 e 2 acima.